

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**VICTOR MARCHEZINI**

**DESAFIOS DE GESTÃO DE ABRIGOS TEMPORÁRIOS:  
UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DE INSEGURANÇAS E RISCOS NO  
COTIDIANO DE FAMÍLIAS ABRIGADAS**

**SÃO CARLOS**

**2010**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**VICTOR MARCHEZINI**

**DESAFIOS DE GESTÃO DE ABRIGOS TEMPORÁRIOS:  
UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DE INSEGURANÇAS E RISCOS NO  
COTIDIANO DE FAMÍLIAS ABRIGADAS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Sociologia.

Orientação: Prof<sup>a</sup> Dra. Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio

**SÃO CARLOS  
2010**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

M317dg

Marchezini, Victor.

Desafios de gestão de abrigos temporários : uma análise sociológica de inseguranças e riscos no cotidiano de famílias abrigadas / Victor Marchezini. -- São Carlos : UFSCar, 2010.  
218 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2010.

1. Sociologia. 2. Sociologia dos desastres. 3. Desterritorialização. 4. Abrigos para desabrigados. 5. Defesa civil. I. Título.

CDD: 301 (20<sup>a</sup>)



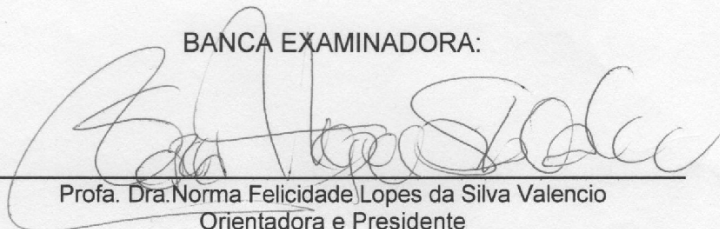
**Universidade Federal de São Carlos**  
**Centro de Educação e Ciências Humanas**  
**Programa de Pós-Graduação em Sociologia**  
Rodovia Washington Luís, Km 235 – Cx. Postal 676 13565-905 São Carlos - SP  
Fone/Fax: (16) 3351.8673 [www.ppgs.ufscar.br](http://www.ppgs.ufscar.br) Endereço eletrônico: [ppgs@ufscar.br](mailto:ppgs@ufscar.br)


**Victor Marchezini**

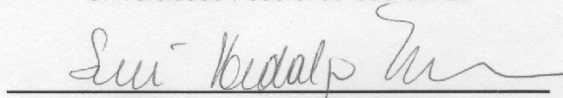
Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada à Universidade Federal de São Carlos, no dia 01 de março de 2010 às 14h, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovado em 01 de março de 2010

BANCA EXAMINADORA:

  
Profa. Dra. Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio  
Orientadora e Presidente

  
Profa. Dra. Cibele Saliba Rizek  
Universidade Federal de São Carlos

  
Profa. Dra. Luci Hidalgo Nunes  
Universidade Estadual de Campinas

Para uso da CPG

Homologado na \_\_\_\_ª Reunião da CPG-  
Sociologia, realizada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Maria da Glória Bonelli  
Coordenadora do PPGS

Dedico este trabalho em  
memória de minha avó  
Alvarina Campana Martini

## **AGRADECIMENTOS**

A professora Dra. Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio, pela amizade, pela orientação sempre atenta, pelos muitos ensinamentos científicos e exemplos de vida.

A prof<sup>a</sup> Dra. Cibele Saliba Rizek e a Prof<sup>a</sup>. Dra. Luci Hidalgo Nunes, pela participação em minha banca, pelos ensinamentos e caminhos apontados que irão contribuir para minha formação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, aos docentes que dele fazem parte, e à funcionária Ana Maria Suficiel Bertolo, pelo seu profissionalismo e disposição em ajudar.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pela bolsa concedida no período de agosto/2008 a fevereiro/2010, que contribuiu para a realização da pesquisa.

Aos amigos do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED), em especial, Mariana Siena, Beatriz Pavan e Débora Geraldi.

À minha companheira Fátima e aos seus filhos Piatã, Iara e Tobias, pelo amor, apoio e compreensão ao longo de todo este tempo.

E, principalmente, aos meus pais Vicente e Vanda por todas as oportunidades que me deram ao longo da minha vida, pelo amor, zelo, pelo esforço dispendido para ajudar na minha formação, pelos ensinamentos não escolheram nem hora nem momento para acontecer, mas abdicaram de muitas coisas em prol de mim e de minha irmã Joara. À dona Jô, por se constituir na minha segunda mãe.

## RESUMO

Da interação entre um fenômeno natural – como as chuvas – e uma dada organização social, pode ocorrer uma quantidade de danos ambientais, materiais e humanos, configurando – dependendo da intensidade desses danos – um desastre. Os danos humanos são aqueles que têm demandado mais ações das políticas públicas de proteção civil, sobretudo as famílias que ficam desabrigadas. Estas se caracterizam como aquelas que tiveram o território de suas casas danificado ou destruído ou em área considerada de risco e, pelas medidas de evacuação sob a ordem do Estado, são desterritorializadas de suas moradias. Por não disporem de condições financeiras para prover uma habitação temporária ou de apoio de parentes ou amigos para conseguir alojamento, têm que recorrer aos abrigos temporários estruturados pelo Estado. Os abrigos são organizados a partir da adaptação de determinadas infra-estruturas como escolas públicas, ginásios, centros de exposições, nas quais as famílias tentarão reproduzir um território associado às práticas do mundo privado da casa, tentativa esta que será balizada a partir da relação que as famílias estabelecem entre si e com os coordenadores de abrigos. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho foi descrever e analisar sociologicamente como, a partir desse processo de perda do território da casa, as famílias tentam produzir suas práticas associadas ao mundo privado nos abrigos temporários para desabrigados em contextos de desastres relacionados às chuvas. Os procedimentos metodológicos para realização deste estudo tiveram como base: a revisão do estado da arte, a pesquisa documental e a pesquisa de campo de base qualitativa. A partir das contribuições da Sociologia, os desastres podem ser compreendidos como processos em que subjaz uma produção simbólica sempre construída por agentes em disputa pelo monopólio da visão oficial. E nessas relações de poder entre eles, os abrigos temporários são deixados na invisibilidade, constituindo-se como novos *aglomerados humanos de exclusão* (cf. HAESBAERT, 2004), uma forma de desterritorialização extrema que sinaliza as múltiplas desterritorializações que as famílias passam a viver de forma acentuada, como um sofrimento social.

**Palavras-chave:** Desastres. Desterritorialização. Desabrigados. Defesa Civil.

## ABSTRACT

From the interaction between natural phenomena – like rains – and a social organization, it can be occurs a quantity of environmental damages, material and human losses which can configured – depending of the intensity of these – a disaster. Human losses have been demanding more public policies of civil protection, mainly these families who are displaced from their home. These families can be characterized for the loss of the home's territory that was destroyed or located in risk areas, and after the evacuation commanded by the State, they were removed from their homes. In many times, these displaced families don't have founds to provided a temporary habitation or no have received an invitation to live temporally in their parents and friends' houses, and their only alternative are going to a temporary shelter organized by the State. Temporary shelters were organized from the adaptation of public schools, sports gymnasiums, where displaced families will try to make a territory to reproduce social practices associated with their privates routines on their homes. This attempt will depend the relations among families and the relations between them and shelters' administrators. The objective of this study was describing and analyzing sociologically how, after these process of loss the territory of home, displaced families try to produce their privates routines in public spaces like temporary shelters organized in contexts of disasters related to rains. The methodological procedures were based: bibliographic research, documental research and field research with qualitative methods. From the contributions of Sociology of Disaster, disasters can be comprehended like processes that were defined by the symbolic production, which it constituted by the agents in competition for the monopoly of official vision. In these power relations, temporary shelters were left in invisibility, and they have constituted in human's exclusion agglomerate (HAESBAERT, 2004), an extreme desterritorialization which reveal multiples desterritorializations that displaced families live intensively on temporaries shelters, a space of social suffering.

**Keywords:** Disasters. Desterritorialization. Displaced families. Civil Defense.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Fotografia da Folha Online registra 'saqueadores' na cidade de Itajaí/SC, no mês de novembro de 2008.....	55
<b>Figura 2:</b> Fotografia da Folha Online registra 'saqueadores' negros na cidade de Itajaí/SC, no mês de novembro de 2008.....	59
<b>Figura 3:</b> Ação coletiva em supermercado de Itajaí/SC.....	60
<b>Figura 4:</b> Desabrigados recebem roupas doadas pela comunidade, no ginásio tomado como abrigo temporário.....	83
<b>Figura 5:</b> Menino abrigado em escola-abrigo de Jaboatão dos Guararapes/PE.....	85
<b>Figura 6:</b> Espaço da cozinha reproduzido no interior do abrigo temporário em Manaus (AM), em 2007.....	88
<b>Figura 7:</b> Cozinha em abrigo de Sumidouro /RJ.....	101
<b>Figura 8:</b> Locais para banho no abrigo do Programa Curumim, em Sumidouro/RJ.....	103
<b>Figura 9:</b> Espaços para lavagem das roupas em um dos abrigos de Sumidouro/RJ.....	104
<b>Figura 10:</b> Espaço para secagem das roupas em um dos abrigos de Sumidouro/RJ.....	105
<b>Figura 11:</b> Tanquinhos “comunitários” em Sumidouro/RJ, no abrigo CIEP 283 Maria Amélia Pacheco.....	105
<b>Figura 12:</b> Pertences dos abrigados se misturam aos pertences da escola.....	108
<b>Figura 13:</b> Pássaro abrigado em Sumidouro/RJ.....	109
<b>Figura 14:</b> Desabrigadas em quarto de abrigo temporário no município de Sumidouro.....	110
<b>Figura 15:</b> Central de doações no centro de Ilhota/SC.....	128
<b>Figura 16:</b> Horário de funcionamento do Departamento de Assistência Social.....	129
<b>Figura 17:</b> Cozinha “terceirizada” em Ilhota/SC.....	131
<b>Figura 18:</b> Lavanderia criada na escola-abrigo, em um dos abrigos de Ilhota/SC.....	136

<b>Figura 19:</b> Escala da lavanderia no abrigo do colégio Marcos Konder, Ilhota/SC..	136
<b>Figura 20:</b> Varal utilizado no abrigo do colégio Marcos Konder.....	137
<b>Figura 21:</b> Varal situado à frente do abrigo no salão paroquial Capela Cristo Rei..	138
<b>Figura 22:</b> Lençóis que viram “conchas”, abrigo no colégio Marcos Konder, Ilhota/SC.....	139
<b>Figuras 23 e 24:</b> Pertences dos abrigados.....	140
<b>Figura 25:</b> Elementos que compõem o multiterritório da escola-abrigo.....	141
<b>Figura 26:</b> Penteadeira criada sob mesa da escola adaptada como abrigo.....	142
<b>Figura 27:</b> Abrigo temporário no Salão Paroquial.....	143
<b>Figura 28:</b> Árvore de Natal no abrigo do colégio Marcos Konder, Ilhota/SC.....	152
<b>Figura 29:</b> Um dos desenhos enviados por crianças de Serafina Corrêa/RS às crianças abrigadas em Ilhota/SC.....	153
<b>Figura 30:</b> Espaços adaptados por algumas desabrigadas para lavagem de roupas no abrigo do distrito de riograndina, em Nova Friburgo/RJ.....	176
<b>Figura 31:</b> Roupas penduradas dentro dos quartos no abrigo do distrito de riograndina em Nova Friburgo/RJ.....	177
<b>Figura 32:</b> Retorno às áreas de risco para lavar roupas diante da inexistência de infra-estrutura para sua realização no abrigo em Nova Friburgo/RJ.....	178
<b>Figura 33:</b> Roupas secando em área interdita pela Defesa Civil.....	178
<b>Figura 34:</b> Mesa de escola adaptada para configuração de um espaço doméstico.....	180

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução</b> .....	9
<b>2. A produção simbólica do desastre</b> .....	15
2.1 Os desastres como objeto de análise científica: modelos e definições.....	15
2.1.1 O paradigma do agente externo ameaçador.....	15
2.1.2 O desastre como expressão social da vulnerabilidade.....	17
2.1.3 O desastre como um estado de incertezas.....	23
2.1.4 Desastres ou catástrofes?.....	23
2.2 A Defesa Civil no Brasil: uma breve trajetória.....	32
2.3 Chuvas que matam.....	38
2.4 A natureza dos desastres.....	45
2.5 Mídia e desastres: composições, seleções e recortes.....	52
<b>3. Desterritorializações e desastres: campos de desabrigados</b> .....	68
3.1 Território, desterritorialização, desastre e reterritorialização.....	68
3.2 A casa como território mínimo da família.....	73
3.3 O multiterritório do abrigo.....	81
3.4 A organização e administração dos abrigos temporários e a questão do habitus.....	86
<b>4 Os sentidos dos aglomerados</b> .....	92
4.1 Caracterização de Sumidouro/RJ.....	93
4.2 Caracterização de Ilhota/SC.....	95
4.3 Abrigos comunitários.....	97
4.4 As tragédias não ficaram só no Morro.....	113
<b>5 Uma outra lógica dos confinamentos: os quartelamentos</b> .....	164
5.1 Caracterização de Nova Friburgo/RJ.....	164
5.2 Caracterização de Blumenau/SC.....	166
5.3 A escola do cárcere.....	172
5.4 Mais uma tragédia invisibilizada.....	184
<b>6. Conclusões</b> .....	193
<b>Referências</b> .....	197
<b>Anexos</b> .....	217

## 1

**INTRODUÇÃO**

Os estudos científicos acerca dos “desastres naturais” têm início nas primeiras décadas do século XX, mas é principalmente a partir de 1970, quando passam a ser analisados pelas Ciências Sociais, que se problematiza a natureza desses, compreendendo-os como resultado das relações sociais. Ou seja, considera-se que para a configuração de um desastre não se depende somente de uma ameaça natural, mas sim de uma dada organização social: isto explicaria porque furacões da mesma intensidade tendem a provocar diferentes efeitos e danos em países como Haiti e Estados Unidos (VALENCIO, 2008). Assim, passam a ser consideradas certas variáveis permanentes que contribuem para a materialização de desastres: pobreza, vulnerabilidade, condições dos assentamentos humanos, existência de políticas públicas relacionadas à sua redução etc. Em outras palavras, “a compreensão dos desastres para a Sociologia focaliza centralmente a estrutura e dinâmica social que, num âmbito multidimensional e multiescalar, dá ensejo a variadas interpretações acerca das relações sociais territorial, institucional e historicamente produzidas” (VALENCIO, 2009, p.5).

Quando as chuvas precipitam sobre o território, a ocorrência de um desastre depende da interação entre o fenômeno natural e as condições de uma dada organização social, de modo que esta relação implique efeitos disruptivos para a economia local e doméstica, para os meios de vida, para as redes de sociabilidade à medida que ocorrem danos ambientais (erosões, deslizamentos de terra, perda de terreno, da plantação etc.), danos materiais (destruição de fábricas, casas, pontes, eletrodomésticos, indústrias, estradas etc.) e danos humanos, em que se incluem sujeitos com diferentes graus de afetação, tecnicamente classificados pela defesa civil como mortos, desaparecidos, desalojados e desabrigados<sup>1</sup>.

Dentre esses, os danos humanos, os *desabrigados* – na verdade, famílias desabrigadas – são os que têm demandado mais ações das políticas

---

<sup>1</sup> A Defesa Civil é a instituição responsável pela coordenação dos órgãos de emergência em atuação nos desastres. Considera desalojados aqueles que foram obrigados a abandonar suas habitações, temporária ou definitivamente, em função de evacuações preventivas, destruição ou avaria do imóvel, mas que não necessitam que as providências de abrigo sejam tomadas pelo Estado, pois encontram apoio de parentes ou amigos para abrigar-se em sua casa provisoriamente (CASTRO, 1999a). Desabrigados são os que, na ausência de relações de parentesco, compadrio e afins para provimento de uma acolhida circunstancial, dependem exclusivamente do Estado para encontrar alojamento (CASTRO, 1999a).

públicas. Por estas famílias não disporem de condições financeiras para prover uma habitação temporária ou de apoio de parentes ou amigos para conseguir alojamento, o Estado têm de disponibilizar abrigos temporários. Estes são organizados a partir da adaptação de determinadas infra-estruturas públicas como escolas, ginásios, centros de exposições. Tais famílias, ao perderem a casa – o seu lócus de reprodução social – são desterritorializadas pelos órgãos públicos por estes afirmarem que estão em área de risco e, diante disso, serão encaminhadas a um território forjado para “sua segurança”, os abrigos temporários, nos quais tentarão recriar suas práticas associadas ao mundo privado, no geral, com algum insucesso.

A Sociologia Ambiental tem abordado os processos de desterritorialização e reterritorialização em decorrência do conflito entre atores, em contextos de assimetria de poder. Entretanto, há um vácuo interpretativo deste fenômeno ao não se tratar de outros processos responsáveis por desterritorializações e reterritorializações, como aqueles que estão imbricados nos desastres relacionados às chuvas. Haesbaert (2004), ao tratar dos processos de desterritorialização a partir de um olhar da Geografia, salientou que a dinâmica da natureza e a chamada questão ambiental precisavam, de algum modo, ser incorporadas ao debate da desterritorialização, pois “afetam e afetarão cada vez mais nossa organização territorial”, o que implica considerar até mesmo “os eventos naturais mais imediatos, de amplitude temporal bastante reduzida, mas de efeitos muitas vezes igualmente intensos” (HAESBAERT, 2004, p.368-369). As Ciências Sociais, a partir de 1980-1990, começaram a realizar estudos na temática dos desastres ao refletirem que seus efeitos relacionavam-se com a vulnerabilidade social e econômica (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2004). Contudo, os processos de desterritorialização e reterritorialização imbricados nos desastres continuam a se constituir como um problema teórico não analisado pela Sociologia, muitas vezes “porque a tradição profissional não os reconhece como dignos de serem levados em consideração” (BOURDIEU et. al, 2007, p.41).

Posto isto, esta pesquisa teve como objetivo descrever e analisar sociologicamente como as famílias desabrigadas, ao perderem o território da casa, tentarão recriar suas práticas associadas à esfera privada num outro território forjado pelos órgãos públicos, quais sejam, os abrigos temporários. Os procedimentos metodológicos adotados para a realização desta pesquisa tiveram como base: a

revisão do estado da arte, a pesquisa documental e a pesquisa de campo de base qualitativa.

No que concerne à revisão do estado da arte, foram realizadas leituras sobre as diferentes definições do conceito de desastre (DOMBROWSKY, 1998; GILBERT, 1998; KROLL-SMITH & GUNTER, 1998; QUARANTELLI, 1998; 2006) a fim de balizar algumas indagações sobre os desastres relacionados às chuvas no Brasil. A Estratégia Internacional para a Redução dos Desastres, órgão ligado à Organização das Nações Unidas, define desastre como uma séria “disrupção” no funcionamento de uma comunidade ou sociedade envolvendo uma dimensão ampla de impactos e perdas humanas, materiais, econômicas e ambientais, que excedem a capacidade das comunidades ou sociedades afetadas de lidarem contra essa situação com seus próprios recursos (EIRD, 2009). No Brasil, o debate tem se focado mais nas características conjunturais de uma ameaça natural – chuvas, que por vezes têm sido nominadas como “chuvas atípicas” – do que na organização social, isto é, não são analisados os sujeitos, as relações e os processos que contribuem para a configuração de um desastre. Nesse sentido, a partir das contribuições de Bourdieu (2004a), pretendeu-se compreender o desastre como resultado de um processo de produção simbólica, engendrado a partir das disputas entre os agentes no espaço social, razão pela qual há nomeações do que vem a constituir-se como ordem e desordem, bem como visibilidades e invisibilidades antes, durante e após o impacto das chuvas sobre uma dada configuração territorial.

Assim, a compreensão teórica das imbricações entre poder e território, e os conceitos derivados deste como territorialização, territorialidade, desterritorialização, reterritorialização, multiterritório (HAESBAERT, 2004; SAQUET, 2007), foi importante para focar as relações sociais que se expressam no território. A partir desses conceitos, pode se compreender o abrigo temporário como um multiterritório, uma área sob relações de poder entre diferentes agentes, a saber: 1) entre as próprias famílias abrigadas; 2) entre famílias abrigadas e coordenadores de abrigos; 3) entre famílias abrigadas e voluntários; 4) entre famílias abrigadas e cidadãos; e, 5) entre famílias abrigadas e órgãos públicos.

No intuito de identificar essas relações de poder entre os diferentes agentes, a compreensão do conceito de *habitus* – como práticas corriqueiras e sistemáticas que constituem, dão sentido ao indivíduo e seu grupo de interação (BOURDIEU, 2004a) – permitiu analisar como os espaços do abrigo são

organizados, estruturados e apropriados pelas famílias abrigadas e pelos coordenadores na realização de suas práticas. A fim de compreender a tentativa de refazimento das práticas associadas à esfera privada por parte das famílias, aprofundou-se o conhecimento acerca dos significados da casa (BACHELARD, 1993), bem como da sua função social como elemento de construção da realidade para a reprodução da família (HIGUCHI, 2003; SARTI, 2007).

A pesquisa documental forneceu subsídios à análise de como o abrigo é organizado e estruturado pelos coordenadores de abrigo e demais órgãos públicos envolvidos na sua gestão. Foram sintetizadas as recomendações das fontes oficiais de proteção civil e saúde pública – incluindo-se aí a Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC/MI), algumas Coordenadorias Estaduais de Defesa Civil (Rio de Janeiro e Santa Catarina) e Organizações Não-Governamentais<sup>2</sup>. As diversas representações institucionais foram analisadas a fim de confrontar as diferentes visões e recomendações preconizadas no que tange à administração, estruturação e organização dos abrigos temporários.

Ainda, no que se refere à pesquisa documental, utilizou-se dos registros jornalísticos (via internet e impressos) e das informações oriundas do Centro Nacional de Gerenciamento de Desastres (CENAD) da Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC/MI) para a indicação dos municípios a serem analisados na pesquisa de campo. Esta foi realizada como parte do projeto do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED/UFSCar), intitulado “*Representações Sociais dos Abrigos Temporários no Brasil: uma análise sociológica de base qualitativa da ótica dos gestores públicos e dos abrigados em contexto de desastre relacionado às chuvas*”, aprovado junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. No âmbito de tal projeto, foram realizadas pesquisas nas cinco macrorregiões brasileiras no período 2006-2009. Esta dissertação se propôs a analisar abrigos temporários em dois municípios da região Sudeste e dois da região Sul.

Em relação à região Sudeste, foram analisados, em janeiro de 2007, os municípios de Sumidouro/RJ (pequeno porte) e Nova Friburgo/RJ (médio porte). No

---

<sup>2</sup>Dentre as contribuições destas, está o Projeto Esfera que diagnostica os principais problemas encontrados na elaboração dos abrigos, desde os aspectos da construção, até os aspectos de higiene, alimentação, saúde e cuidados em relação a populações em risco (segundo o documento as mulheres e as crianças abrigadas são vítimas de abuso o que requer um cuidado especial a esses grupos e nas rotinas desempenhadas por eles, tais como ir ao sanitário à noite)(PROYECTO ESFERA, 2004).

caso da região Sul foram analisados, em dezembro de 2008, Ilhota/SC (pequeno porte) e Blumenau (médio porte). A partir dessas coletas de campo, realizou-se uma análise comparativa entre as lógicas vivenciadas nos abrigos temporários organizados em municípios de pequeno porte, no caso, Sumidouro/RJ e Ilhota/SC, bem como entre os abrigos estruturados em municípios de médio porte (Nova Friburgo/RJ e Blumenau/SC). As variáveis que orientaram essa análise comparativa buscaram identificar:

- a) como as funções da habitação, nos espaços de uso coletivo e de uso mais restritivo são reproduzidas no interior do abrigo temporário;
- b) os processos de negociação dos tipos e formas de uso do território do abrigo entre coordenadores de abrigos e as famílias abrigadas;
- c) como se dá a redefinição das práticas da família num espaço de circunstâncias materiais/espaciais limitantes e quais os conflitos emergidos;e,
- d) as inseguranças e os riscos mais evidentes do ambiente produzido deste coletivo, no que subjazem aspectos de violência física e emocional

Para a realização da pesquisa de campo, de base qualitativa, os seguintes procedimentos foram adotados: a observação direta, com uso de diário de campo, das práticas no interior do abrigo e das formas de apropriação e domínio dos espaços; a coleta de relatos orais (QUEIROZ, 1991) junto a famílias abrigadas e coordenadores de abrigos, com a realização de entrevistas balizadas por um roteiro semi-estruturado, que permitiu analisar como cada grupo representava/entendia o que era o abrigo, como suas práticas e suas rotinas se desenvolviam, como as funções associadas à esfera privada eram redefinidas nos usos dos equipamentos no abrigo (banheiro, cozinha, salas de aula etc.); e a fotodocumentação (DUBOIS, 1993; MARTINS, 2008) que auxiliou na compreensão de como as funções da habitação são reproduzidas no interior do abrigo e como se desenvolve a redefinição das práticas da família, uma vez que, como afirma Dubois (1993, p.26-30), a imagem “não é um espelho neutro, mas um instrumento de transposição, de análise, de interpretação (...) [que serve para] auxiliar as ciências em seu esforço para uma melhor apreensão da realidade do mundo”.

A dissertação tem a seguinte estrutura: no capítulo 2, busca-se apresentar o campo de estudo da Sociologia dos Desastres e os principais paradigmas de compreensão acerca dos desastres. A partir disso, procura-se



contextualizar a análise dessa problemática para o caso brasileiro, demonstrando o surgimento da instituição para lidar com esse tema – a Defesa Civil –, bem como se apresentam, de forma breve, alguns princípios que norteiam suas práticas. Em seguida, procura-se analisar como o desastre pode ser compreendido como um processo em que está subjacente uma produção simbólica, uma criação engendrada por agentes em disputa no espaço social para constituir uma dada realidade, enunciando o que se constitui como ordem e desordem, definindo a o que deve ser dado visibilidade ou invisibilidade.

No capítulo 3, procura-se compreender os desastres não pela ênfase à ameaça natural – as chuvas –, mas como um processo em que está imbricada a desterritorialização extrema (cf. HAESBAERT, 2004). Toma-se o caso das famílias desabrigadas que, ao perderem o território mínimo de sua reprodução social, são encaminhadas pelos órgãos públicos para territórios forjados, os abrigos temporários. Procura-se analisar o significado da casa como elemento que contribui para a construção da realidade da família para, desse modo, subsidiar a compreensão acerca do que constitui a desterritorialização dessa “concha” (cf. BACHELARD, 1993). Em seguida, busca-se questionar o que constitui o abrigo temporário, como um *lócus* organizado pelo Estado a partir da adaptação de determinadas infra-estruturas, como escolas públicas e ginásios.

No capítulo 4, apresentam-se, a partir de uma análise comparativa, os abrigos temporários analisados em municípios de pequeno porte – Sumidouro/RJ e Ilhota/SC –, identificando como as famílias tentam reproduzir as rotinas associadas à esfera privada num local público, ora sob a coordenação de um gestor público ou de voluntários, ora sob a negociação entre as próprias famílias abrigadas.

No capítulo 5, são apresentados os resultados da pesquisa de campo em abrigos temporários organizados em municípios de médio porte – Nova Friburgo/RJ e Blumenau/SC. A partir de uma análise comparada entre eles, procurou-se identificar como as famílias abrigadas tentam reproduzir suas práticas quando os abrigos são controlados pela racionalidade técnica, mas também militar. Por fim, nas conclusões são explicitadas algumas sínteses oriundas do exercício analítico de se compreender os desastres e, principalmente, os abrigos temporários, como laboratórios sociológicos.

## 2

**A PRODUÇÃO SIMBÓLICA DOS DESASTRES****2.1 Os desastres como objeto de análise científica: modelos e definições**

Os estudos sobre os desastres são relativamente recentes na agenda científica. Embora Noji (2000) apresente a ocorrência de aproximadamente seis mil mortes num Furacão que atingiu os Estados Unidos em 1900, e outras milhares de mortes após erupções vulcânicas e terremotos ocorridos nos Estados Unidos, Guatemala, Hong Kong, Taiwan, Itália, Filipinas etc., foi somente a partir de 1917 que os desastres passam a ser objetos de estudo<sup>3</sup>. Na cidade de Halifax (Canadá), após o choque entre dois navios, uma explosão de um suprimento de munição ocasionou mais de dez mil mortos e feridos, além de vinte e cinco mil desabrigados. A partir de então, um canadense chamado Samuel Henry Prince realizou o primeiro estudo nessa temática (QUARANTELLI, 1998; LIEBER & ROMANO-LIEBER, 2005).

Entretanto, segundo Quarantelli (1998), foi somente a partir da Segunda Guerra que os cientistas começam a produzir pesquisas recorrentes nessa área, focando-se particularmente em estudos perceptivos e comportamentais das pessoas em desastres. Desde então, vários cientistas e instituições têm delineado definições sobre o que seria um desastre.

Segundo Gilbert (1998), as diferentes abordagens sobre o conceito de desastre poderiam ser agrupadas em três principais paradigmas, quais sejam: o desastre como um agente externo ameaçador; o desastre como expressão social da vulnerabilidade; e, por fim, o desastre como um estado de incertezas gerado pelas próprias instituições. Além desses três principais paradigmas, recentemente passou-se a discutir a diferença entre desastres e catástrofes. Esta discussão será apresentada, de forma breve, a seguir.

**2.1.1 O paradigma do agente externo ameaçador**

De acordo com Gilbert (1998), esse paradigma seria fruto da replicação de um modelo de guerra, no qual desastres tendem a ser concebidos como um

---

<sup>3</sup> Mesmo antes de 1900, tem-se o registro de desastres de grande magnitude como, por exemplo, a erupção vulcânica do Krakatoa (Indonésia) em agosto de 1883, com mais de 35 mil mortos.

agente externo que causa impactos sobre as comunidades humanas e estas tendem a responder a esta “agressão”. Lidar com o desastre assume a conotação de se lidar com uma verdadeira “operação de guerra”. A emergência desse primeiro paradigma ocorreu nos Estados Unidos, durante a Guerra Fria. Alguns cientistas do campo de estudos sobre desastres reportaram, na época, que as instituições governamentais financiavam estudos que analisassem como as pessoas reagem frente a ataques aéreos repentinos.

A emergência desse paradigma influenciou a compreensão dos agentes externos como causando impactos à organização social. Mattedi & Butzke (2001) atentam para o desenvolvimento da teoria dos *Hazards* que tende a enfatizar os aspectos naturais, abrangendo fenômenos como terremotos, enchentes, tornados, deslizamentos e outros. Segundo os autores, o impulso inicial das pesquisas dessa teoria remonta aos trabalhos do geógrafo norte-americano Gilbert White sobre os aspectos físicos das perdas provocadas por enchentes (MATTEDI; BUTZKE, 2001).

Em sua concepção original, os *Hazards* eram descritos como efeitos de processos geofísicos prejudiciais ao homem e causados por forças externas, de modo que as pessoas impactadas eram identificadas como vítimas desafortunadas que possuíam baixa capacidade de reação frente ao fenômeno, isto é, de adaptação. Entretanto, a partir da década de 1970, eles passam a ser compreendidos como produtos da interação entre forças físicas e humanas cuja combinação determina a significância e o impacto do evento. Nesse deslocamento para os fatores sociais, houve um enquadramento metodológico que passou a focar os fatores que determinam o ajustamento humano (MATTEDI & BUTZKE, 2001). Isto é, tal como os estudos que financiavam como as pessoas reagem frente aos ataques aéreos repentinos, uma série de modelos são desenvolvidos para analisar a percepção das pessoas frente os *Hazards*, e seus comportamentos antes, durante e depois da ocorrência do evento. Dentre esses modelos, surge o modelo behaviorista, que procura caracterizar, a partir da aplicação de questionários e *surveys* em pessoas situadas em áreas de risco, as percepções dos ambientes e os tipos de comportamento.

Lavell (1993) afirma que o debate em torno da problemática dos desastres no continente latino-americano têm enfatizado o estudo de parâmetros físicos de eventos naturais que ameaçam a sociedade. O autor se reporta a Hewitt

(1983) para afirmar que, ao se compreender os desastres como eventos temporal e territorialmente circunscritos nos quais a causa principal de sua ocorrência deriva de processos físico-naturais, delega-se a iniciativa de uma calamidade à natureza, o que cria a tendência de conceber os desastres como um mundo à parte, como uma desordem introduzindo-se na ordem, como o imprevisível se impondo ao previsível. Dessa forma, os fatores sociais e econômicos são colocados numa posição dependente.

### **2.1.2 O desastre como expressão social da vulnerabilidade**

Segundo Gilbert (1998), foi somente na década de 1970 que o paradigma do desastre como agente externo sofreu uma confrontação, em particular por Enrico Quarantelli, que introduziu a concepção do desastre como um consenso social a respeito da vivência de uma crise. Para Gilbert (1998), Quarantelli empreendeu, dentre outros aspectos, uma crítica explícita à vinculação mecânica entre um fator destrutivo e a idéia de pânico, demonstrando, assim, que há autonomia nas reações das pessoas em relação aos problemas que enfrentam.

Ao basear sua análise nos agentes humanos e não somente nos “agentes destrutivos externos”, Quarantelli (1998) ensejou novos modos de abordagem em relação aos desastres: os agentes destrutivos passam a ser compreendidos não como causa do desastre, mas sim como prenúncio de uma crise e de determinados comportamentos relacionados ao contexto social. Essas mudanças ensejadas pelos cientistas sociais nos anos de 1970 permitiram o reconhecimento dos desastres como objeto legítimo de investigação das Ciências Sociais.

Gilbert (1998) considera que paradigma do desastre como expressão social da vulnerabilidade surgiu dessa mudança iniciada em 1970 e recebeu contribuições principalmente de cientistas sociais europeus. Marandola Jr. & Hogan (2006, p. 34) salientam que “o rompimento com o pressuposto recorrente na literatura sobre perigos e desastres de que haveria uma ‘vida normal’, um *status quo* de normalidade” foi ensejado a partir das discussões da teoria da *sociedade de risco*, representada por Beck (1997) e Giddens (1991).

Beck (1997, p.15) afirma que o conceito de sociedade de risco caracteriza “uma fase no desenvolvimento da sociedade moderna, em que os riscos

sociais, políticos, econômicos e individuais tendem cada vez mais a escapar das instituições para o controle e a proteção da sociedade industrial”. Haveria duas fases que distinguiriam esse novo contexto: a) um estágio em que os efeitos e as auto-ameaças são produzidos mas não se tornam centros de conflitos públicos, isto é, os riscos são tidos como residuais; e, b) um segundo estágio em que os perigos da sociedade industrial, produzidos e reconhecidos enquanto tal pelas instituições, dominam os debates e os conflitos em torno disso não são só públicos como privados.

A transição entre esses dois estágios, segundo o autor, ocorre de forma despercebida e compulsiva, na continuidade dos processos de modernização autônoma, ou seja, a sociedade de risco não é algo que se possa escolher. Assim, o autor propõe o conceito de modernização reflexiva que significa a autoconfrontação com os efeitos da sociedade de risco, atestando a possibilidade de “uma (auto)destruição criativa para toda uma era: aquela da sociedade industrial” (BECK, 1997, p.12). Para Costa (2004, p.76), a idéia de sociedade de risco em Beck constitui “o contexto no qual o fim das certezas (modernas) vê emergir – como *possibilidade* – a era da crítica e da reinvenção”.

Segundo Bruseke (1997, p.117), a sociedade industrial “ganha, na perspectiva de Beck, uma outra dimensão: ela deixa de ser exclusivamente uma sociedade baseada no princípio da escassez e torna-se (...) cada vez mais saturada, mais cheia de imponderáveis e efeitos não-previsíveis”. A generalização do observado no contexto europeu e a não consideração do que ocorre em outras sociedades fora desse eixo é uma das críticas empreendidas por Bruseke (1997), Guivant (1998) e Costa (2004), sobretudo quando Beck considera que “ainda não vivemos em uma sociedade de risco, mas também, não vivemos mais em uma sociedade de escassez caracterizada por conflitos de distribuição” (BECK, 1986 *apud* BRUSEKE, 1997, p.118). Ao modular a escassez de outra maneira, isto é, não por conflitos de distribuição estruturalmente dados, mas do ponto de vista da imponderabilidade e imprevisibilidade de eventos, Beck dá ensejo para se pensar num modo de se prevenir perdas e prejuízos, frente a estes imponderáveis, por meio da securitarização e monetarização, estratégias que são o avesso do que se constitui como um direito, o direito a receber socorro, alimentação e abrigo num cenário de desastre, por exemplo.

Giddens (1991) considera que o processo de modernização fez com que os riscos deixassem de ser acidentais para se tornarem parte constitutiva da própria modernidade, isto é, os riscos são produzidos socialmente no interior dela a partir da incisiva intervenção humana sobre o meio. Segundo o autor, há “(...) um novo perfil de risco introduzido pelo advento da modernidade (...) um elenco específico de ameaças ou perigos característicos da vida social moderna” (GIDDENS, 1991, p.112). Estes riscos são ocasionados pelo próprio desenvolvimento científico e tecnológico e a especificidade deles estaria no fato de que sua estimação é um exercício constante, tanto de leigos quanto de peritos<sup>4</sup>. Entretanto, tanto Giddens quanto Beck, são criticados por não incorporarem a diversidade social envolvida nos processos discursivos, sociais e políticos de “construção” dos riscos. Conforme salienta Acselrad (2002, p.4), não há

“nenhuma referência aos distintos modos pelos quais os atores sociais evocam a noção de risco, nem às dinâmicas da acumulação que subordinam as escolhas técnicas, nem tampouco ao trabalho de construção discursiva de que depende a configuração das alianças no âmbito das lutas sociais”.

Cardoso (2006, p.27) afirma que a temática do risco “está cada vez mais presente em vários campos disciplinares, da economia à medicina, passando pela sociologia e pelos estudos ambientais”. Segundo o autor, no campo da abordagem médica, por exemplo, a temática do risco tem sido utilizada como precaução para o controle de doenças, tal como as transmissíveis. Assim, nessa abordagem, os comportamentos passam a ser classificados numa escala de maior ou menor risco, criando-se, assim, “grupos de risco”, “condutas de risco”. Implicitamente, há uma tendência “de emprestar à noção de risco uma conotação moral, em que se responsabilizam os indivíduos pelas ‘opções’ assumidas em termos de atitudes e comportamentos, classificados como ‘perigosos’”. Há, nesse processo, segundo o autor, a possibilidade de estigmatização dos grupos sociais.

Para Cardoso (2006), essa abordagem moralizadora repercute-se sobre a discussão acerca dos processos de percepção de risco, em que se contrapõem o discurso perito/científico e as práticas culturais dos grupos sociais, de forma que os diferenciais de poder envolvidos nessa relação tendem a rotular os

---

<sup>4</sup> Os sistemas peritos constituem-se como “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas do ambiente material e social” (GIDDENS, 1991, p.36).

leigos como não possuidores de percepção de risco, evocando assim suas “irracionalidades” cognitivas.

Mitjavila (2002) considera que o risco tem emergido como um dispositivo na produção de novas formas de conhecimento e de gestão de problemas, sendo utilizado como recurso para arbitragem de situações, para a arbitragem social. Para a autora, arbitragem é um tipo de função que diversos agentes institucionais desenvolvem em determinadas áreas e com objetivos muito precisos, como, por exemplo, avaliar a exposição a algum tipo de risco ou riscos que afetam tanto os indivíduos como as organizações. O risco tem emergido como um dispositivo de conhecimento e de poder para o desenvolvimento de novas tecnologias baseadas em sistemas de informação que combinam o registro de dados individuais com a gestão tecnocrática das populações, para assim dirimir questões sociais (MITJAVILA, 2002).

Nesse sentido, Valencio (2008) demonstra como a temática do risco tem permeado as ações das instituições públicas no tocante à temática dos desastres. Para a autora, os chamados mapas de risco – sancionados pela técnica e pela ciência – convertem-se em novos mecanismos de contestação de morar nas cidades brasileiras, isto é, numa nova forma de higienismo, em que pode estar subjacente – se considerarmos as contribuições de Mitjavila (2002) – uma arbitragem sócio-territorial. Nesse novo mecanismo tem destaque a

“progressiva substituição da nomenclatura do lugar, que passa de ‘área carente’ para a ‘área de risco’. Essa nova nomenclatura tem como conteúdo uma definição territorial com o mesmo juízo de valor sobre os ali inseridos. Porém, são acrescentados componentes do ambiente enchentes e afins para converter a ocupação em algo inadmissível” (VALENCIO, 2008, p.2).

Com as contribuições oriundas dos debates em torno da *sociedade de risco*, iniciou-se o embate frente à noção de que os desastres são causados por fenômenos naturais: a natureza dos desastres deve ser buscada na organização social, compreendendo-os como um processo ligado à vulnerabilidade social, suas causas devem ser explicadas como problemas estruturais, devendo ser contextualizadas.

Gilbert (1998) assinala que a ampliação desse debate nos estudos sobre desastres introduziu uma série de novas questões e desafios como, por exemplo, em relação à definição do que é vulnerabilidade. Marandola Jr. & Hogan

(2006, p.34) consideram que, tanto no domínio acadêmico-científico ou na arena governamental, “a *vulnerabilidade* tem sido a *idée force* condutora das ações, análises e propostas”. Procuram defini-la

“enquanto um grau de capacidade das pessoas em se proteger, não aparece enquanto um fenômeno na dimensão psicológica e existencial: ela é um qualitativo, um adjetivo percebido como componente das próprias estruturas da pessoa e do lugar. Assim, diferente do risco (a situação a que se está exposto) e do perigo (o evento que pode causar dano), que aparecem como externos à pessoa, a vulnerabilidade é percebida como interna, constituinte do eu e do lugar” (MARANDOLA JR. & HOGAN, 2006, p.39-40).

Alves & Torres (2006), por seu turno, acreditam que a noção de vulnerabilidade é definida como uma situação em que estão presentes três componentes: exposição ao risco, incapacidade de reação e dificuldade de adaptação diante da concretização do risco. Os autores declaram que, dentro de uma perspectiva sociológica, emergiu, nos últimos anos, a noção de *vulnerabilidade social*, procurando focar a análise em relação a indivíduos, famílias ou grupos sociais. Já numa perspectiva da geografia física e dos estudos sobre riscos e desastres naturais, enfatizou-se a discussão da *vulnerabilidade ambiental* em termos territoriais, compreendendo o território como regiões e geossistemas.

Diante dessa disparidade entre as duas perspectivas de estudos – em termos de escala e de tipo de objeto de análise – os referidos autores propõem a construção da noção de *vulnerabilidade socioambiental*, no intuito de integrar a dimensão social e ambiental. Ao realizarem uma pesquisa no município de São Paulo, depreendem que há, em alguns espaços da periferia, uma superposição espacial de problemas sociais e ambientais que atestam a coexistência dos “piores indicadores socioeconômicos com riscos de enchentes e deslizamentos de terra, um ambiente intensamente poluído e serviços sociais (quando os há) extremamente ineficientes” (ALVES; TORRES, 2006, p.46). Assim, nessa espécie de periferia da periferia, existem “situações de extrema pauperização e péssimas condições sociais e exposição cumulativa a diversos tipos de risco” (Idem).

Valencio et al. (2006, p.98) afirmam que se o conceito de vulnerabilidade pode definir a possibilidade de um grupo social sofrer danos, os riscos relacionados às chuvas demonstram que não é este fator de perigo que torna o grupo vulnerável, mas “a interação, e mesmo sinergia, do evento físico com os



fixos e fluxos sociais em que o grupo se insere, além das características específicas, individuais ou coletivas, de seus membros”. Nesse sentido, haveria um recorte macrossocial e microssocial em que a reflexão acerca da vulnerabilidade em relação ao perigo das chuvas poderia se desenvolver. Num recorte macrossocial, a vulnerabilidade, como condição prévia de um dado coletivo, “teria dimensões nitidamente políticas e diria respeito ao tamanho e demais características dos grupos excluídos das arenas decisórias em que são produzidas as estratégias (tentativas) de controle da natureza” (VALENCIO et al., 2006, p.98) como, por exemplo, as discussões acerca dos riscos relacionados ao rompimento de barragens a que estão submetidos os grupos situados à jusante<sup>5</sup>.

No tocante à reflexão sobre a vulnerabilidade relacionada ao perigo das chuvas desde um recorte microssocial, esta pode ter imbricações diretas com os aspectos materiais de um dado ordenamento territorial, com as especificidades que os subgrupos (crianças, idosos, pessoas com dificuldade de locomoção, gestantes, populações em situação de rua, enfermos, pessoas com diabetes etc.) possuem na proteção de sua integridade social, física, mental e emocional no lugar. Caracterizar as especificidades socioespaciais da vulnerabilidade de determinados grupos seria relevante sob pelos menos três aspectos: conferir visibilidades a problemas, interpretar as dificuldades específicas para refletir quais as práticas sociopolíticas e éticas precisam ser incorporadas em termos de gerenciamento de riscos e, por fim, fornecer novos valores e práticas a serem implementadas quando as relações estiverem desgastadas. Em outras palavras, é preciso compreender a condição de vulnerabilidade como uma relação socialmente produzida e que práticas político-institucionais concorrem para vulnerabilizar certos grupos sociais, ou seja, deve-se focar os processos que os tornam vulneráveis (ACSELRAD, 2006a).

Isto é, se a condição de vulnerabilidade decorre de uma relação histórica entre diferentes grupos sociais, para superá-la é preciso que haja mudanças nas causas das privações (ACSELRAD, 2006a). Assim, o desastre nada mais é que o produto de processos sociais, históricos e territorialmente circunscritos (VALENCIO, 2009), isto é, eles trazem à tona a concretização de um particular estado de normalidade de uma dada sociedade vivendo sob circunstâncias extremas (LAVELL, 2002).

---

<sup>5</sup> Para uma discussão sobre a vulnerabilidade política presente na configuração do desastre da Barragem de Camará-PB, vide Valencio (2005).

### **2.1.3 O desastre como um estado de incertezas**

Gilbert (1998) considera um terceiro paradigma que compreende o desastre como um estado de incertezas gerado pelas próprias instituições. Esse paradigma emergiu no final da década de 1980. De acordo com o autor, a incerteza poderia ser compreendida como produzida pelas sociedades complexas, a partir de disfunções resultantes das frágeis articulações entre as especialidades científicas, criando vácuos de representações e práticas capazes de reduzir os riscos, o que ocorreria tanto em regimes democráticos quanto autoritários.

Isto é, a incerteza não seria meramente produzida em razão da ausência de comunicação ou informação, mas também pela profusão anárquica de informações que acaba interferindo nos sistemas de pensamento e nos modos de organização das esferas administrativas, políticas e científicas, contribuindo, assim, para a ocorrência de desastres.

Hewitt (1998) considera que a “incerteza” pode ser apropriada discursivamente pelos sistemas peritos e pelas instituições para justificar determinados desastres, acobertando as falhas de seus diagnósticos e de suas ações, utilizando para isso determinados aspectos da realidade que exprimam ainda suas capacidades em lidar mesmo nesse cenário de incertezas. Uma das outras críticas feitas a esse paradigma é o fato dele desconsiderar as dimensões interpretativas de outros sujeitos sociais.

### **2.1.4 Desastres ou Catástrofes?**

Embora, ao longo da década de 1980, alguns pesquisadores tenham apontado que existem “desastres” e existem “desastres além dos típicos desastres” – os quais mais tarde foram chamados de “catástrofes” – Quarantelli (2006) salienta que poucos se preocuparam em tentar compreender as características das catástrofes, pois a maioria estava mais interessada em realizar estudos empíricos do que propriamente esclarecer as distinções conceituais.

A diversidade dos danos, a variabilidade destes são consideradas como fatores que permitem caracterizar uma catástrofe, sobretudo quando as infra-estruturas atinentes à vida cotidiana – como interrupção do fornecimento de energia elétrica, de água, de serviços de comunicação (telefone, correio, internet etc.),

serviços de transporte (aéreo, rodoviário, portuário etc.) – são seriamente comprometidas. Isto é, há uma correlação entre danos em áreas residenciais e destruição de áreas não-residenciais, de tal sorte que, num cenário de catástrofe, há uma maior variedade de atividades de caráter social que precisam ser restabelecidas em comparação à magnitude dos danos verificada num desastre. Geralmente, a diversidade dos danos numa catástrofe implica considerar a danificação ou destruição de infra-estruturas de órgãos de emergência e de outras instituições públicas (hospitais, escolas, presídios etc.).

Nesse sentido, um outro aspecto considerado por Quarantelli (2006) para diferenciar o conceito de desastre e catástrofe se refere à capacidade de atuação dos órgãos de emergência. O que geralmente vai contribuir para a configuração de uma catástrofe se refere à impossibilidade de uma capacidade de resposta e reconstrução frente ao cenário de destruição em virtude de muito do pessoal especializado estar ferido, morto ou incomunicável.

Outro aspecto importante se refere aos conflitos no interior e entre os próprios órgãos de emergência, e destes com outras instituições (organizações não-governamentais, por exemplo), que acabam emergindo quando o cenário de desastre demanda uma atuação de instituições externas à localidade afetada (de instituições da esfera estadual ou federal, por exemplo; de instituições regidas por um conjunto de regras totalmente distinto da realidade local como as regras das Forças Armadas que pressupõe uma hierarquia ao superior militar e não a um coordenador-civil).

Desse modo, um outro elemento de distinção entre desastre e catástrofe se refere à impossibilidade de auxílio externo por parte das comunidades próximas à localidade afetada. Numa catástrofe, várias municipalidades tendem a ser afetadas porque ela assume um caráter regional. Isso acaba gerando uma concorrência entre os municípios afetados para obterem auxílio externo na forma de dinheiro, pessoal técnico, comunicação, suprimentos etc. e, conseqüentemente, causando uma convergência de ajuda e recursos para as cidades maiores ou para as que apareceram mais nos meios de comunicação.

Dessa problemática, emerge um outro elemento destacado por Quarantelli (2006), que se refere à cobertura dos meios de comunicação na configuração da construção social da catástrofe. Enquanto os desastres tendem a evocar, ao menos, a cobertura da mídia local, alguns desastres de grandes

proporções despertam a atenção da comunidade midiática durante um período relativamente longo. Se se pensar no caso das catástrofes, o papel cumprido pelo sistema midiático revela-se distinto daquele que é desempenhado num desastre. Entre um desses aspectos que permitem a diferenciação, insere-se o tempo de cobertura dada pela mídia 'nacional', isto é, aquela com difusão nacional de notícias. Outro aspecto se refere à presença da mídia eletrônica na conformação de uma catástrofe, ao difundir coberturas visuais diárias dos acontecimentos, permitindo um acompanhamento quase *in loco* da situação, logicamente explicitando e definindo elementos condizentes à produção simbólica de um ponto de vista sobre a catástrofe, ou seja, há uma seleção dos relatos e testemunhos dos afetados para compor determinado argumento, tendo a aparência que se desenrolam como *tempo real*.

Por fim, Quarantelli (2006) acredita que, em razão da conjugação dos elementos de distinção enunciados acima, a esfera política assume maior importância numa catástrofe do que num desastre. Isso porque, na maioria das vezes, numa catástrofe estão envolvidas instituições da esfera federal. Assim, há uma maior exposição dessas, demonstrando supostas falhas em seus desenhos institucionais, na coordenação de suas atuações, na dissociação entre os seus discursos e suas práticas etc.

Para Quarantelli (1998), cientistas e instituições têm delineado definições sobre o que seria um desastre, não havendo um consenso a respeito de uma base conceitual mínima a respeito do termo o que impediria um avanço no debate científico. Haveria uma ênfase nas discussões de estudos de casos de desastres em detrimento de um aprimoramento teórico para a compreensão dos fenômenos como um todo. Isto é, muita pesquisa empírica e pouca reflexão teórica. Longe de defender uma visão hegemônica sobre o termo, seria necessário, segundo o autor, um consenso mínimo, posto que o conceito é um referente central para a área de estudo. Kroll-Smith e Gunter (1998), por sua vez, defendem a necessidade de um dissenso, uma vez que seria impossível reduzir um estado de desordem às definições científicas. Segundo os autores, cada vez mais se tem mais dados estatísticos sobre os desastres e cada vez menos certeza sobre o que eles são.

Dombrowsky (1998), ao analisar as definições de desastre emergidas no interior de diferentes instituições tais como a Cruz Vermelha, algumas empresas de seguro, governos etc., considera que muitos dos que definem o que é o desastre,

na verdade, acabam declarando aquilo que pretendem fazer em relação a um processo social chamado desastre, constituindo suas linhas de ação e poder frente aos outros agentes sociais, dando visibilidade à instituição. A Cruz Vermelha Alemã, por exemplo, define desastre como uma situação extraordinária na qual o cotidiano da vida das pessoas é subitamente interrompido, de modo que as necessidades de proteção, nutrição, roupas, abrigo, cuidados médicos e sociais são demandadas (KATASTROPHEN-VORSCHRIFT, 1998 apud DOMBROWSKY, 1998). As companhias alemãs de seguro, por sua vez, definem o desastre como uma situação que envolve danos e/ou perdas de vidas que ultrapassam determinados valores ou número de mortes. Já para o Estado, o desastre seria sinônimo de perda da ordem, razão pela qual a segurança pública seria a maior prioridade, devendo ser garantida sob quaisquer circunstâncias, independentemente da avaliação dos fenômenos que causaram os problemas.

Isto é, o modo como as organizações passam a definir os desastres é um meio de orientar seus discursos e suas práticas, dentro de um mecanismo que visa sua auto-preservação: a ênfase dada por elas não se remete à possibilidade de considerar as soluções mais adequadas aos problemas surgidos, mas sim à aplicação de soluções existentes na própria instituição. O foco não estaria na realidade do desastre como um todo, mas sim na ênfase de aspectos dessa realidade que pudessem ser abarcados pela capacidade institucional de lhes prover soluções. Desse modo, os elementos que definiriam o que é o desastre não seriam orientados a partir dos problemas apresentados pelas vítimas, mas sim pelas soluções técnicas que as instituições possuem. A solução, nesse caso, definiria o que é o problema, o que é o desastre e, conseqüentemente, as ações que devem ser desencadeadas e como devem ser operadas. Esse seria chamado de mecanismo solução-problema (DOMBROWSKY, 1998).

Dentro da criação desse mecanismo, podemos identificar que o que lhe dá sustentação é o poder simbólico que as instituições dispõem para construir realidades mais afeitas aos problemas que podem solucionar, isto é, o poder de constituir o dado pela enunciação, um poder capaz de fazer ver e fazer crer, destinado a confirmar ou transformar a visão de mundo e, conseqüentemente, a ação sobre este mundo e o próprio mundo (BOURDIEU, 2004a). Isto é, há um campo de produção simbólica em torno da definição do desastre e da sua “superação”, que é engendrado pela disputa entre diferentes agentes que produzem

e impõem determinados pontos de vista – construção operada sob coações estruturais –, classificando e orientando o desastre conforme a posição que ocupam no espaço social, definindo o que é ordem e o que é desordem<sup>6</sup>.

Kroll-Smith e Gunter (1998) consideram que muitas das definições constituídas pelas instituições são limitadas porque foram construídas na ausência das experiências subjetivas daqueles que o vivenciam ou vivenciaram desde um outro ponto de vista. Nesse sentido, argumentam que se deve interrogar “como é (ou foi) o desastre”, valorizando uma dimensão interpretativa acerca dos diferentes agentes sociais envolvidos na cena. Para os autores, questionar-se sobre o que é desastre implicaria acompanhar o debate do que é a sociologia, isto é, os dois debates não poderiam ser dissociados.

Bauman (1998) é um dos autores que propuseram novos rumos à Sociologia e suas idéias fornecem contribuições para a compreensão dos desastres como laboratórios sociológicos. Em *Modernidade e Holocausto*, afirma que “o Holocausto tem mais a dizer sobre a situação da sociologia do que a sociologia é capaz de acrescentar, no seu estado atual, ao conhecimento que temos do Holocausto” (BAUMAN, 1998, p.21). Nesta obra, aponta duas maneiras pelas quais a sociologia subestimou a importância do Holocausto: apresentando como um fato que acometeu os judeus, particularizando-o como um evento da história deste povo, tornando-o único, “confortavelmente atípico e sociologicamente inconseqüente” (Idem, p.19); e, tratando-o como um caso extremo de uma ampla categoria de fenômenos sociais que revelam formas de conflito, preconceito e agressão, ou seja, como algo normal.

Segundo o autor, seja qual for a maneira de subestimação adotada, o intuito é desviar o Holocausto para a corrente familiar da história. Desse modo, o mecanismo de remontar suas origens a fatos mais do que conhecidos (séculos de guetos, perseguição dos judeus na Europa cristã etc.) visa apresentá-lo como uma “conseqüência pavorosamente única, mas absolutamente lógica do ódio étnico e religioso” (Idem, p.20). Diante desse procedimento, a revisão se tornaria desnecessária, uma vez que as visões de modernidade difundidas permeiam a

---

<sup>6</sup> Para Bourdieu (1996), o espaço social é construído de tal modo que os agentes ou grupos são aí distribuídos em função de sua posição, definida de acordo com o volume global de capital e a estrutura de cada capital que possuem, principalmente o capital econômico e o capital cultural.

sociologia e esta, numa complacência teórica, julga que seus métodos e conceitos são adequados para compreender este fenômeno “normal” da modernidade.

Para Bauman (1998), a divergência contra essa atitude complacente foi induzida sobretudo por historiadores e teólogos, sendo que os sociólogos deram pouca atenção ao fenômeno do Holocausto. Assim, os sociólogos mantêm-se fiéis aos bens estabelecidos princípios profissionais da prática sociológica, procurando explicar o mundo como regido por leis causais e probabilidades estatísticas, mas não são capazes de compreender o fenômeno do Holocausto fora desse arcabouço teórico. A sua crítica à sociologia ortodoxa refere-se ao modo de compreender o Holocausto como um fracasso e não um produto da modernidade. Grande parte dessa visão, segundo o autor, é herdada de um mito etiológico arraigado na consciência da sociedade ocidental: o de que a história moralmente edificante da humanidade emergiu da barbárie pré-social. Esse mito “emprestou estímulo e popularidade a várias teorias sociológicas”, sendo que a mais recente é ilustrada “pelo surto de eminência e fama súbita da visão de Elias [Norbert] sobre o ‘processo civilizador’” (Idem, p.31).

Bauman critica Norbert Elias por este fazer um retrato da história recente como sendo aquela que eliminou a violência da vida diária. Sua crítica não se restringe a este autor, mas também a um “coro de especialistas que nos garantem que os problemas humanos são questão de políticas erradas e que as políticas certas significam eliminação de problemas”, ou seja, o problema é “falta de planejamento social”. Em vista desse mito, o Holocausto passa a ser compreendido somente como um fracasso da civilização em conter as predileções naturais mórbidas, daí a necessidade de planejar melhor um “processo civilizador”.

Contudo, salienta Bauman (1998, p.24) que “uma vez arruinada a esperança de conter a experiência do Holocausto na moldura teórica da disfunção”, ou seja, como um fracasso, “pode-se ficar facilmente tentado a buscar uma saída ‘óbvia’ do impasse teórico”, proclamando-o como um paradigma da civilização moderna, como a tendência histórica e normal desta. Ao recorrer a essa “saída”, acaba-se elevando de tal modo o seu significado histórico e sociológico que outros sofrimentos produzidos diariamente e de forma abundante pela sociedade moderna passam despercebidos.

Bauman (1998) recupera no historiador Richard L. Rubenstein aquela que, a seu ver, parece-lhe a lição máxima do Holocausto, a de que ele daria

testemunho do avanço da civilização, do avanço do poderio industrial e do conhecimento tecnológico, “ingredientes” do Holocausto. Isto é, o Holocausto não decorreu da ressurreição do estado de natureza hobbesiano, mas emergiu “num veículo de produção industrial, empunhando armas que só a ciência mais avançada poderia fornecer e seguindo um itinerário traçado por uma organização cientificamente administrada” (BAUMAN, 1998, p.32). Entretanto, o autor faz uma ressalva de que a civilização moderna não foi a condição *suficiente* do Holocausto, mas foi, com toda certeza, a sua condição necessária. Mas quais seriam essas condições necessárias oferecidas pela civilização moderna?

Como dito anteriormente, Bauman concebe a emergência do Holocausto a partir de uma metáfora que simboliza este surgindo de um veículo de produção industrial, com ciência avançada e um percurso organizado e administrado burocraticamente. A ação de extermínio não entrou em conflito com os princípios de racionalidade, mas “resultou de uma preocupação autenticamente racional e foi gerada pela burocracia fiel a sua forma e propósito” (Idem, p.37). Numa crítica implícita aos sociólogos profissionais que buscam encontrar leis causais em todos os fenômenos, deixa claro que a ocorrência do Holocausto não foi *determinada* pela organização burocrática moderna, nem que esta tem que resultar em fenômenos do tipo do Holocausto. Ele sugere alguns pontos que permitem embasar a tese de que a ação de extermínio não entrou em conflito com os princípios de racionalidade mas, pelo contrário, a eles se ateve para ser bem sucedida.

O autor acredita que as regras da racionalidade instrumental são incapazes de evitar tais fenômenos, uma vez que não há no interior delas nenhum mecanismo capaz de qualificar como irracionais as ações à que serviram e servem. Ainda, a própria idéia de cultura burocrática, que capacita a ver a sociedade como objeto de administração, controle e planejamento, ofereceu uma atmosfera capaz de ensejar o extermínio. Desse modo, embora alguns tentem interpretar o Holocausto como um ultraje cometido por loucos e anormais, as evidências históricas não permitem confirmar essa versão. Isso porque as “iniciativas individuais eram desencorajadas e se fazia muito esforço para manter toda a tarefa num quadro estritamente impessoal, prático e eficiente” (Idem, p.39), aspectos de uma cultura burocrática racionalmente organizada.

Em outras palavras, Bauman aponta a produção social de uma indiferença moral em decorrência de uma organização administrada racionalmente



cujo preceito fundamental é a disciplina. Esse preceito se pautava pela identificação com a organização de modo a obedecer ordens superiores acima de quaisquer outros estímulos à ação, sacrificar os próprios interesses e devotar-se ao bem-estar da organização, ou seja, a “negação de autoridade à consciência pessoal, torna-se então a mais elevada virtude moral” (Idem, p.41). Assim, o mal-estar que o exercício de tais “virtudes” poderia causar era compensado pela insistência da autoridade superior de que ela e somente ela é responsável pelos atos dos subordinados.

Essa forma de produção social da indiferença moral foi o modo pelo qual a organização racional e burocrática criou um padrão de “conduta social contrária às inibições morais inatas, capaz de transformar indivíduos que não são ‘degenerados morais’ (...) em assassinos ou colaboradores conscientes no processo de extermínio” (Idem, p.43).

Todavia, Bauman atenta que a experiência do Holocausto trouxe à tona um outro mecanismo social capaz de envolver na atividade de extermínio um grande número de pessoas que nunca teve de enfrentar conscientemente uma escolha moral ou reprimir uma resistência no interior de consciência: trata-se do mecanismo de invisibilidade moral. Isto é, as lutas em torno de questões morais nunca tiveram lugar pelo fato de aspectos como esses serem encobertos nas ações, ou seja, invisibilizados. Como forma de tentar compreender esse mecanismo de produção de uma “cegueira moral estarrecedora”, o autor cita como exemplo “os operários da fábrica de armamentos que se alegram com a ‘suspensão do fechamento’ de sua indústria graças a novas ordens grandiosas, ao mesmo tempo que lamentam os massacres mútuos de etíopes e eritreus” (Idem, p.44), ou seja, enquanto intermediários dentro de uma ação, os resultados desta não são experimentados por eles diretamente, de modo a ensejar um juízo moral.

De certo modo, o aumento da distância física e/ou psíquica entre a ação e as suas conseqüências produz mais do que uma inibição moral. Para Bauman, ela acaba por anular não somente o significado moral do ato como também todo o conflito entre o padrão pessoal da sua decência moral e a imoralidade das conseqüências sociais do ato. No processo de extermínio, a maioria das ações eram mediadas por uma extensa cadeia de dependências causais e funcionais complexas regidas administrativamente, de modo que os dilemas morais saíam de vista à medida que não tinham compreensão do todo e eram obliterados pela disciplina. O autor salienta que um efeito similar é “obtido tornando as próprias vítimas

psicologicamente invisíveis. Esse foi certamente um dos fatores mais decisivos dentre aqueles responsáveis pela escalada dos custos humanos na guerra moderna” (Idem, p.45). A forma de torná-las invisíveis foi oportunizada pela ciência avançada, o que explicaria as sucessivas melhorias da tecnologia do Holocausto a fim de procurar técnicas de assassinato de forma a separar visualmente assassinos e vítimas, de evitar um combate face a face: a invenção das câmaras de gás móveis e depois as fixas “reduziram o papel do matador ao de um ‘funcionário sanitário’ que devia esvaziar um saco de ‘desinfetantes químicos’ por um abertura no teto de um prédio cujo interior não o estimulavam a visitar” (Idem, p.46).

Se nos atermos ao exemplo de Bauman sobre o perigo de se proclamar o Holocausto como um paradigma da civilização moderna e, ao elevar o seu significado histórico e sociológico, conseqüentemente ignorar outros sofrimentos produzidos diariamente e de forma abundante, podemos pensar em processos que são enquadrados como dentro da normalidade mas que podem revelar mecanismos atuais de produção da indiferença e da invisibilidade moral. Se Bauman (1998, p.31) se propôs a tratar o Holocausto como um “laboratório” sociológico, ou seja, “como um teste raro, mas importante e confiável das possibilidades ocultas da sociedade moderna” (BAUMAN, 1998, p.31), propomos tratar os desastres também como um “laboratório” sociológico.

Analisando o contexto dos desastres relacionados às chuvas no Brasil, Valencio (2008) empreende um apontamento importante que permite iniciar uma reflexão para questionar se seria condizente ou não, pensar em catástrofes que são tecidas a partir de mecanismos de produção da indiferença e da invisibilidade moral. A autora afirma que muitas das definições de desastre elaboradas no âmbito da Sociologia dos Desastres enfatizam a variável duração. Enquanto uns tendem a abordar o desastre sob o prisma de um processo histórico – em que os parâmetros temporais de curto prazo são pouco considerados – outros tendem a focalizar a desorganização da rotina a partir de uma seqüência de eventos recentes que culminam nessa “disrupção”. Saliencia a autora que uma convergência entre essas duas abordagens seria condizente para analisar o caso brasileiro, uma vez que “a apropriação desigual da riqueza e a fragilidade dos valores democráticos, sendo fundamentos de um processo estruturalmente conflitivo de territorialização, também apresentam especificidades (,,,) perante fatores pontuais de ameaça” (VALENCIO,

2008, p.5). Isso porque uma visão simplificadora do meio social concorreria para a transformação paulatina de desastres em catástrofes.

De certo modo, os mecanismos de subestimação identificados por Bauman (1998) em relação ao Holocausto podem ser um contributo para se pensar, de um outro ângulo, essa visão simplificadora que tende a transformar paulatinamente desastres em catástrofes. Quarantelli (2006) propôs a discussão acerca da diferenciação entre os termos desastre e catástrofe a fim de compreender a escala dos impactos nas dinâmicas sociais, a atuação das instituições de emergência etc. Entretanto, além de diferenciar os termos a partir das escalas dos impactos produzidos situacionalmente num tempo definido, é preciso inserir a possibilidade de pensar a variável duração como uma variável que pode distinguir, a longo prazo, um desastre de uma catástrofe. Isto é, analisar os impactos de forma processual, considerando o desastre ou a catástrofe não de uma forma circunscrita à temporalidade da ameaça natural (as chuvas), mas que são configurados por relações sociais que se prolongam no tempo, tal como aquelas entre famílias que ficam desabrigadas e o Estado.

## **2.2 A Defesa Civil no Brasil: uma breve trajetória**

Conforme exposto anteriormente, um dos três paradigmas que orientaram a compreensão do que se entende por desastre é baseado no modelo de guerra, o que implica considerá-lo como um agente externo sobre o qual se deve reagir. Gilbert (1998) demonstra que esse modelo surgido nos Estados Unidos durante a Guerra Fria também serviu de orientação às atividades de atuação institucional nos desastres ocorridos na França. A defesa civil brasileira parece adotar este mesmo paradigma.

O contexto de surgimento dos serviços de defesa civil no Brasil remete à Segunda Guerra Mundial, como consequência dos ataques aéreos de toneladas de bombas que atingiram cidades e centros industriais ingleses nos anos de 1940 e 1941, causando milhares de mortes de civis. Em 06 de fevereiro de 1942, após o ataque japonês à base americana de Pearl Harbor, o Governo brasileiro baixou o Decreto Lei nº 4.098, criando o Serviço de Defesa Passiva antiaérea, sob a supervisão do Ministério da Aeronáutica, que definia várias medidas a serem tomadas como a construção de abrigos antiaéreos e a divulgação dos comunicados

e informações tidas como necessárias à população. No ano de 1943, a denominação de defesa passiva antiaérea foi alterada para Serviço de Defesa Civil.

Com o término da Segunda Guerra, foi atestada uma inviabilidade daquilo que se considerava como atribuição da defesa civil – a defesa passiva antiaérea – razão pela qual ela foi extinta em 1946. Durante os anos cinquenta, vários projetos de lei foram propostos pelas Forças Armadas a fim de buscar a recriação do serviço de defesa civil, visando atribuir este como de competência militar (GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2009). Somente vinte anos depois, ou seja, em 1966, durante o Regime Militar, que os serviços de defesa civil são reorganizados primeiramente no Estado da Guanabara como consequência das enchentes. À criação da primeira Defesa Civil Estadual na Guanabara se sucedeu, em 1967, a criação, em âmbito federal, do então Ministério do Interior cuja incumbência era assistir as populações atingidas por calamidade pública em todo o território nacional (BRASIL, 2008), ou, ainda, para conter a mobilização popular nessas calamidades. Diante da ocorrência de desastres nos Estados, vários começam a organizar seus Sistemas Estaduais de Defesa Civil ao longo dos anos setenta. A Defesa Civil Estadual de Santa Catarina foi criada em 1973.

Desastres de grandes proporções ocorreram no Brasil na década de 1980, como a grande seca de 1979 a 1983 que atingiu mais de 30 milhões de pessoas na região Nordeste, o acidente radiológico com o Césio-137 em Goiânia/GO no ano de 1987, bem como a inundação na região Sul do país que afetou cerca de 80% do Estado de Santa Catarina (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, 2002).

Somente a partir desses desastres se identificou a necessidade de articulação num Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), o que foi deflagrado pelo Decreto nº 97.274, de 16 de dezembro de 1988 e reorganizado pelo Decreto nº 895, de 16 de agosto de 1993 (BRASIL, 2008). Em dezembro de 1994, mediante a resolução do Conselho Nacional de Defesa Civil foi aprovada a Política Nacional de Defesa Civil, que atribuía as orientações e diretrizes gerais de atuação das esferas governamentais, referentes às demandas de saúde, assistência social, resgate, salvamento etc.

Embora tenha sido o primeiro país do mundo a criar uma política nacional de defesa civil, a estrutura do SINDEC, segundo o Ibama (2002), foi marcada pela vulnerabilidade institucional, pertencendo, no período de 1990 a 2001,

a sete diferentes pastas ministeriais, com diferentes estruturas, denominações e reformas administrativas que afetaram a continuidade de qualquer política setorial ou nacional. Recomendava-se, diante dessa vulnerabilidade, que houvesse um “esforço governamental” para fortalecer a organização municipal a fim de tentar evitar a improvisação em circunstâncias de desastres (IBAMA, 2002).

Tal recomendação só veio a ser adotada depois do ano de 2004 quando, entre janeiro e março, vinte estados brasileiros estavam tendo que lidar com mais de 600.000 pessoas que haviam perdido as condições de abrigo em suas moradias frente às enchentes e inundações (BRASIL, 2004b), e a estrutura centralizada e militarizada do SINDEC entrou em colapso. Diante disso, o decreto nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, foi implementado na tentativa de atualizar a estrutura, a organização e as diretrizes do SINDEC, além de criar, no âmbito da Secretaria Nacional de Defesa Civil, o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD).

De acordo com o SINDEC, sua estrutura atualmente é composta da seguinte maneira: o órgão superior do sistema é o Conselho Nacional de Defesa Civil (CONDEC), o qual é constituído por representantes de diferentes Ministérios e dos órgãos da Administração Pública Federal (BRASIL, 2000). O órgão central, responsável pela coordenação, articulação e gerência técnica do sistema, é a Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC), vinculada atualmente ao Ministério da Integração Nacional. Em âmbito estadual, os órgãos responsáveis são as Coordenadorias Estaduais de Defesa Civil (CEDECs) que têm a incumbência de realizar a coordenação e o controle das ações nessa esfera. Em âmbito municipal, respondem pela articulação, coordenação e gerenciamento das ações, as Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (COMDECs) (BRASIL, 2006).

Entretanto, em entrevista concedida ao Jornal Folha de São Paulo em 07 de janeiro de 2009, o então Diretor do Departamento de Minimização de Desastres da Secretaria Nacional de Defesa Civil, relatou que até o final de 2008, dos 5.563 municípios brasileiros, aproximadamente 1.360 não contavam com uma Defesa Civil municipal. Entretanto, mesmo entre essas existentes, muitas, “na maioria dos casos, não passam de um órgão fantasma, burocrático, criado apenas no papel – por decreto” (BRASIL, 2002, p.13). Assim, salienta o diretor, “com a troca dos prefeitos no dia 1º de janeiro, a Sedec estima que o número de cidades que não contam com o órgão deva aumentar bastante, já que, tradicionalmente, a maior parte

dos municípios altera a coordenação das Defesas Civas, e muitas são extintas” (NOVAES; NEVES, 2009).

Desse modo, a gestão de desastres e as políticas públicas para desabrigados são vulneráveis à: a) própria inexistência de uma coordenadoria municipal de defesa civil; b) existência “fantasma” destas; c) troca contínua destas a cada novo mandato na esfera municipal, uma vez que é utilizada como plataforma política junto aos segmentos mais pobres da população pois, por exemplo, controla a distribuição de cestas básicas e colchões em circunstâncias de desastres; e, d) compreensão do que o SINDEC discursivamente atribui como defesa civil e o que ele exerce na prática.

Por defesa civil, o SINDEC compreende o “conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e reconstrutivas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social” (BRASIL, 2006, s/n). A partir desse conceito positivista de restabelecimento da normalidade social, preservação da moral, já se depreende que o paradigma orientador das ações de defesa civil não se define pela compreensão do desastre como expressão social da vulnerabilidade e, tampouco, como expressão das incertezas geradas pelas instituições modernas. Diante disso, as ações preventivas não se tornam o foco das políticas do SINDEC, uma vez que parte-se do pressuposto que há uma ordem normal das coisas e que um evento adverso irá desordená-la, o que irá exigir um restabelecimento da ordem, de contenção da mobilização popular, imaginário típico de uma doutrina militar. Dados do Contas Abertas (2010a; 2010b; 2010c; 2010d) demonstram, por exemplo, que o investimento em prevenção é irrisório e sujeito a cortes orçamentários, enquanto o montante destinado aos municípios em situação de emergência e estado de calamidade pública ultrapassa o orçamento previsto, uma vez que esses recursos são liberados por meio de medidas provisórias<sup>7</sup>.

Surgida num contexto de Guerra, a defesa civil brasileira aplicou um modelo de gerenciar desastres como se estivesse atuando em guerras, em que os civis indefesos deveriam ser protegidos dos ataques. Mas o desastre não compreende somente as ações de socorro e resgate, pois a sua continuidade, o seu

---

<sup>7</sup> Situação de emergência significa o reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal provocada por desastre, com danos superáveis pela comunidade. Estado de Calamidade Pública, também é o reconhecimento de uma situação anormal provocada por desastre, mas com sérios danos à comunidade que comprometem a segurança e a vida das pessoas (BRASIL, 2006).

prolongamento se perpetua mesmo após a interrupção das chuvas, quando muitos dos afetados terão de ocupar os abrigos temporários (SIENA, 2009). Dito de outro modo, a definição do SINDEC para o que caracteriza como desastre assenta-se em valores institucionais que estão longe de considerar os direitos dos afetados em desastres, primando-se por defini-los a partir das ações para a preservação da segurança pública, em detrimento da segurança e condição humana<sup>8</sup>. Em alguns manuais de defesa civil prevê-se a disciplinarização das relações entre os desabrigados de forma a controlar suas rotinas, orientações típicas do aquartelamento militar:

“É importante que fique muito claro que os órgãos de defesa civil têm poder de convencimento e de polícia para disciplinar as relações entre os desabrigados (...) Todos os desabrigados devem ser incentivados a participar ativamente das atividades de restabelecimento da normalidade e a indolência e a passividade devem ser coibidas” (CASTRO, 1999b, p.52).

À esta doutrina militar que permeia o SINDEC, adiciona-se uma racionalidade técnica centralizada na avaliação e contabilização de danos e prejuízos. Em meados da década de 1990, foi instituída uma série de classificações que visa orientar a maneira do SINDEC atuar no desastre, instrumentos para tratá-lo somente como uma condição técnica, de modo a racionalizá-lo.

Por meio dos formulários Notificação Preliminar de Desastre (NOPRED) e Avaliação de Danos (AVADAN), há uma série de classificações dos danos materiais (pontes danificadas ou destruídas, escolas danificadas ou destruídas etc.), ambientais (deslizamentos, erosões etc.) e humanos (feridos, mortos, desabrigados, desalojados etc.) ocorridos<sup>9</sup>. A eficácia nos preenchimentos

---

<sup>8</sup> Em seus cursos de formação em defesa civil, há uma ênfase sobre a atuação da instituição visando a preservação da ordem pública em detrimento de outras demandas. Em 2008, por exemplo, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, de Santa Catarina, em parceria com o Departamento Estadual de Defesa Civil, promoveram um curso de capacitação intitulado “Os CONSEGs (Conselhos Comunitários de Segurança) e a redução de riscos”. Em uma das unidades do curso focou-se “O papel do CONSEG nas atividades de preservação da ordem pública com foco em desastres” (GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2008). Esse foco em segurança pública também se aplica à gestão de abrigos temporários. No Manual de Defesa Civil sobre Instalação de Abrigos, da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Estado de São Paulo (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1986, p.17), prevê-se que “a segurança física repressiva, caso necessária, compete à Polícia Militar, desde o planejamento até a execução, visando a manutenção da ordem no abrigo”.

<sup>9</sup> Ainda, o AVADAN apresenta uma série de insuficiências no tocante à avaliação da dimensão do desastre. Para ver um trabalho crítico dessas insuficiências à luz do estudo de caso do município de Ribeirão Preto-SP, vide Tagliaferro (2006). Braga, Oliveira & Givisiez (2006) também apontam que o referido formulário apresenta como inconveniente a cobertura temporal, porque passou a ser de adoção obrigatória somente no ano 2000.

desses formulários por parte do poder municipal – muitas vezes sob o apoio técnico da esfera estadual – pode garantir a rápida decretação da Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública e, conseqüentemente, a conquista de recursos junto ao governo federal para medidas de resposta e reconstrução.

Há, por assim dizer, a constituição de um mecanismo solução-problema (cf. DOMBROWSKY, 1998) que se perfaz por instrumentos de avaliação de danos cujos números dos desastres (mortos, feridos, perdas monetárias, valores arrecadados em doações) vêm a produzir a realidade de que há um suposto controle racional dos mesmos, isto é, classificam-se certas dimensões dos desastres para orientar o provimento de resposta institucional à demanda criada por esta classificação, a qual, no dizer de Bourdieu (2004a), cumpre sempre uma função prática.

No tocante aos danos humanos – dimensão esta sobre a qual se debruça esta pesquisa – afetado é conceituado, pelo meio perito, como “qualquer pessoa que tenha sido atingida ou prejudicada por desastre” (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2006, p. 190). No conjunto dos afetados, estão aqueles a quem a defesa civil, nos seus manuais, considera como merecedores de atenção imediata posto que sua moradia está em área considerada de risco ou inviabilizou-se por danificação ou destruição (destelhamento, queda de paredes externas e internas, alagamento dos cômodos), incluindo perda dos bens móveis (camas, colchões, fogão, geladeira, roupas, mantimentos, televisão) e outros, como documentos. Distinguem-se, nesse grupo, os desalojados e os desabrigados.

O termo desalojados refere-se aos que têm de sair de suas habitações, temporária ou definitivamente, em função de evacuações preventivas, destruição ou avaria do imóvel, mas que não necessitam que as providências de abrigo sejam tomadas pelo Estado, pois encontram apoio de parentes ou amigos para abrigar-se em sua casa provisoriamente (CASTRO, 1999a). Os desabrigados, por seu turno, são os que, na ausência de relações de parentesco, vizinhança, compadrio e afins que lhes permitam obter uma acolhida circunstancial, dependem exclusivamente do Estado na tomada de providência de abrigo. Tanto num caso quanto em outro, a afetação não concerne apenas ao indivíduo, mas à unidade familiar estabelecida na moradia avariada ou destruída (VALENCIO, 2007a), isto é, a classificação técnica – desabrigados ou desalojados – obscurece a condição humana das famílias que foram afetadas.



Segundo a Secretaria Nacional de Defesa Civil (BRASIL, 2007a; 2007b), no período 2003-2007, teve-se uma média anual de mais de cem mil pessoas que perdem as condições próprias de abrigo e ficam na dependência de terceiros para o provimento dos itens essenciais que isso implica: espaço físico, colchões, roupas, alimentos, dentre outros. Talvez esse contingente de desalojados e desabrigados – na verdade, famílias/grupos domésticos – deva ser considerado como uma crise cumulativa (cf. ULTRAMARI, 2006), uma vez que, diante da demora no processo de reconstrução das casas pelo Estado, desabrigados e desalojados no ano de 2003, podem continuar nessa condição nos anos precedentes, independentemente de um “novo” desastre.

Entretanto, como afirmam Elias & Scotson (2000), sem o uso das palavras os números ficam mudos. Se o intuito é compreender a realidade que estes números não revelam – como, por exemplo, o modo como as famílias tentam reproduzir o território de sua sobrevivência num abrigo temporário –, é preciso problematizar o uso das palavras na conformação daquilo que é entendido por desastre. Isto é, haveria uma produção simbólica do desastre, permeada por relações entre agentes com diferentes volumes e distribuições de capitais, com disputas pela nomeação do que constitui a ordem e a desordem (BOURDIEU, 2004a). Essa produção simbólica não problematizaria o desastre como uma relação processual entre diferentes agentes, restringindo a temporalidade do mesmo à ação das chuvas (VALENCIO, 2008) em detrimento da compreensão do desastre como um processo desterritorializador cuja dimensão humana é reduzida nas classificações técnicas feitas ao grupo dos afetados (mortos, feridos, desaparecidos, desalojados, desabrigados) pelas instituições, como se isto implicasse um controle sobre o desastre, o “agente ameaçador”.

Nesse sentido, é preciso analisar, de forma breve, como os desastres relacionados às chuvas têm sido compreendidos na realidade brasileira, isto é, como desastres naturais. Isso influenciaria na orientação das políticas públicas para desastres bem como na organização dos abrigos temporários.

### **2.3 Chuvas que matam**

Bourdieu (2004a) elaborou o conceito de poder simbólico para se referir ao poder de constituir o dado pela enunciação, como um poder capaz de fazer

ver e fazer crer, destinado a confirmar ou transformar a visão de mundo e, conseqüentemente, a ação sobre este mundo e o próprio mundo. Como um poder quase mágico, ele traria a possibilidade de adquirir aquilo que muitas vezes é obtido pela força física e/ou econômica, em razão de gerar um efeito de mobilização que só se efetiva pelo fato de ser ignorado como arbitrário. Assim, ele se exerceria e se definiria numa relação entre os que executam-no e aqueles que estão sujeitos a ele. Pelo fato de ser ignorado como arbitrário, esse “poder simbólico é [...] poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2004a, p.7-8). Seria, desse modo, um poder constituído a partir da relação, pois se o real é relacional, o poder simbólico é um poder de construção da realidade.

Nesse sentido, o que faria do poder das palavras e das palavras de ordem um poder de manter a ordem ou de subvertê-la seria a crença na legitimidade das palavras daquele que as pronuncia e não da competência das palavras, pois o poder simbólico “é um poder de fazer coisas com palavras” (BOURDIEU, 2004b, p.166), “é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder” (BOURDIEU, 2004a, p.15), principalmente, mas não somente, do poder econômico. Isto é, “o poder das palavras não reside nas próprias palavras, mas nas condições que dão poder às palavras criando a crença coletiva” (BOURDIEU, 2006, p.162). A realidade construída a partir de palavras seria assim fruto de relações de poder entre os agentes cujas disputas engendrariam campos (campo do esporte, da família, artístico, do esporte etc.), construídos a partir das relações dinâmicas, e não dados abstratamente a partir de uma construção teórica. Desse modo, haveria um campo de produção simbólica, definido como “um microcosmos da luta simbólica entre as classes” de agentes constituídas a partir da relação, que lutam “pela produção do senso comum ou, mais precisamente, pelo monopólio da nomeação legítima como imposição oficial – isto é, explícita e pública – da visão legítima do mundo social”, razão pela qual os “agentes investem o capital simbólico que adquiriram nas lutas anteriores e sobretudo todo o poder que detêm sobre as taxinomias instituídas, como os títulos” (BOURDIEU, 2004a, p.146), os quais poderiam ser vislumbrados, por exemplo, a partir dos títulos de especialistas, de peritos, de *experts*, tal como os meteorologistas, os engenheiros civis, os agentes de defesa civil, os geólogos, os próprios sociólogos etc.

Assim, muito do que é dado, o que está inscrito ao mesmo tempo nas coisas e nos cérebros, e que se apresenta com as aparências da evidência, que passa despercebido porque considerado perfeitamente natural seria fruto de uma afirmação com autoridade e considerado uma verdade com força de lei porque o poder simbólico aí instaurado é capaz de produzir a existência daquilo que enuncia, pois

“ao dizer as coisas com autoridade, quer dizer, à vista de todos e em nome de todos, publicamente e oficialmente, ele subtrai-as ao arbitrário, sanciona-as, santifica-as, consagra-as, fazendo-as existir como dignas de existir, como conformes à natureza das coisas, ‘naturais’” (Idem, p.114).

Entretanto, salienta Bourdieu, “as classificações mais ‘naturais’ apóiam-se em características que nada têm de natural e que são (...) produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima” (Idem, p.115). Pois as classificações práticas, como definidoras da realidade social, estão sempre subordinadas a funções práticas e orientadas para a produção de efeitos sociais, posto que são engendradas a partir de relações de poder.

O autor critica o fato de se dar “menos importância aos grandes acontecimentos exteriores e aos acasos da fatalidade, [pois] pensa-se que eles são pouco capazes de revelar alguma coisa de essencial a respeito do objeto considerado” (Idem, p.67-68). Salienta Bourdieu que a primeira tarefa da ciência social seria instaurar como “norma fundamental da prática científica a conversão do pensamento, a revolução do olhar, a ruptura com o pré-construído e com tudo o que, na ordem social – e no universo douto – o sustenta” (Idem, p.49), razão pela qual o objetivo da ciência social não seria o de construir classes, mas de compreender as lutas pelas classificações, porque o problema da classificação é um problema político, surge na lógica da luta política (BOURDIEU, 1996). Os desastres são classificados como naturais, mas não haveria lógicas assimétricas de poder subsumidas na definição da realidade social que este conceito encerra? Poderiam os desastres, classificados como naturais, serem submetidos a essa revolução do olhar proposta por Bourdieu?

Esse autor considera que a “linguagem corrente (...) contém, em seu vocabulário e sintaxe, toda uma filosofia petrificada do social” (BOURDIEU et. al, 2007, p.32). Essa linguagem corrente se instaura a partir de relações. Se o que

confere o caráter de relação é o poder que sobre ela está imbuído entre aqueles que tentam impor uma determinada lógica e aqueles que a esta resistem, haveria o poder de constituição de uma linguagem cujo intuito é criar uma realidade. Palavras e conceitos criariam realidades a fim de dar sentido ao mundo social, mas a produção simbólica destas estaria concernente ao capital possuído pelos agentes na relação que empreendem. Assim, o que é "natural" passaria anteriormente por uma luta classificatória para impor esse caráter a algo que, antes de tudo, é uma construção social. O "natural" traria consigo a neutralidade e imparcialidade, imiscuindo sobre ele a necessidade de deflagrar possíveis relações de poder imbricadas. O "natural" seria "assim mesmo", não havendo necessidade de problematização. As chuvas são classificadas como fenômenos naturais e há uma ciência – ciência atmosférica – que se incumbem de explicar a sua formação, os fatores que influem sobre ela, os tipos de chuvas que ocorrem, os tipos de nuvens, fazendo-se distinções entre o que é considerado clima e o que é admitido como tempo, prognosticando as quantidades de chuvas esperadas para determinadas localidades etc.

Embora esse fenômeno físico seja considerado natural, as ações humanas têm um impacto sobre o clima e sobre o regime de chuvas, sendo as conclusões do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2007) uma constatação disso. Segundo Nunes (2009), no que se refere ao sistema climático, as mudanças induzidas pelas ações antrópicas relacionam-se “às alterações na composição do ar e no balanço de energia que, devido à dinâmica intrínseca da atmosfera, afetam locais muito além da fonte de origem” (NUNES, 2009, p.54). Dentre essas ações, estão, por exemplo, o processo de mudança do uso da terra, o desmatamento, a urbanização que altera “o fluxo de energia e de umidade no nível local ao substituir a vegetação por asfalto e outros materiais, além de modificar o curso dos rios, muitas vezes canalizados, e mudar o fluxo natural das circulações, criando verdadeiros corredores que canalizam os ventos” (NUNES, 2008, p.73). No Brasil, por exemplo, a seca na região Amazônica no ano de 2005 prova o quanto o regime de chuvas está sendo alterado como decorrência das ações humanas sobre o meio ambiente. Se a seca que se abateu sobre a região Amazônica causou mortes e impactos ambientais, sociais e econômicos, os impactos de uma seca em Israel não serão os mesmos. Isto é, um fenômeno físico tem um determinado impacto conforme o meio social que ele encontra, pois

“episódios similares do ponto de vista energético (...) [causam] efeitos distintos, de acordo com as características socioambientais da localidade afetada” (NUNES, 2009, p.57). Se pensarmos no caso das chuvas, enquanto estas podem ser consideradas como uma benção quando atingem determinadas regiões do semi-árido Nordeste (o ano de 2004 e de 2009 talvez contestem essa versão), podem ser significadas como ameaças quando atingem determinadas cidades brasileiras, ou seja, há diferentes representações leigas e peritas em relação ao fenômeno físico denominado chuvas, como demonstrado por Valencio et. al (2005). Mas essas representações revelam determinadas relações de poder que confluem para processos sociais, inclusive o de produção simbólica do desastre. Assim, quando chuvas caem sobre determinadas cidades brasileiras, elas passam a ser classificadas como “responsáveis” por desastres, sendo estes, em razão disso, nomeados como “desastres naturais” pelos meios de comunicação e por algumas áreas do meio acadêmico.

Dombrowsky (1998) argumenta sobre o fato da linguagem empregada, muitas vezes pelos meios de comunicação, estruturar percepções em torno do desastre, tendendo a tratar o fenômeno das chuvas como o responsável por este e, portanto, operando uma construção da realidade do mundo social permeada por palavras, pois quando “(...) se trata do mundo social, as palavras criam as coisas, já que criam o consenso sobre a existência e o sentido das coisas” (BOURDIEU, 1996, p.127). Nesse sentido, substantivos são “combinados a adjetivos tácitos, os verbos a advérbios silenciosos, que tendem a consagrar ou a condenar, a instituir como digno de existência e de perseverar no ser, ou, ao contrário, a destituir, a degradar, a desacreditar” (BOURDIEU, 1988, p.16). Assim, palavras e frases do tipo “Chuvas matam mais dois em Minas Gerais” (AGÊNCIA FOLHA, 2006), “Chuvas matam mãe e filho soterrados em Pernambuco” (GUIBU, 2006), “Chuvas castigam o Paraná e o Espírito Santo” (DO VALLE & DE CASTRO, 2008), “o temporal também fez estragos na região litorânea”, “Chuvas causam alagamentos e falta de energia” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2001), estruturariam percepções e representações de modo a dotar as chuvas de um poder sobrenatural, pseudo-concreto, mágico e animista (DOMBROWSKY, 1998), isto é, capaz de punir, de matar, de causar desgraça e desastres.

Desse modo, opera-se a nominação de um fenômeno físico, no caso as chuvas, como o agente responsável pelo desastre quando, na verdade, o

desastre não é causado pelas chuvas. Há uma produção simbólica em torno do fenômeno natural das chuvas, das *chuvas atípicas* como agentes do desastre e que se difunde pelos meios de comunicação em diversas regiões do Brasil. Em Manaus, após as chuvas de abril de 2007, noticiou-se: “Os ministros Márcio Fortes (Ministério das Cidades) e Geddel Vieira Lima (Ministério da Integração) anunciaram ontem, em Manaus, que o governo federal irá liberar R\$ 135 milhões para a reconstrução dos locais que sofreram alagamentos e desabamentos **em razão das chuvas atípicas** dos últimos dez dias na capital” (AGÊNCIA FOLHA, 2007; grifo nosso); em Ilhabela, em junho de 2008, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente interditou parte das obras do Condomínio Yacamim, em construção na Praia do Veloso, pois havia ocorrido deslizamentos de terra em uma das encostas onde fica o condomínio. Paulo Aridam, diretor de construção da Odebrecht (construtora do condomínio), afirmou que os **deslizamentos foram resultado de chuvas atípicas** (ZANCHETTA, 2008; grifo nosso); e, como um terceiro exemplo ilustrativo, temos o caso de São Luís/MA, em julho de 2008: “as **chuvas fortes e atípicas voltaram a castigar** São Luís ontem. As precipitações começaram a cair na madrugada e se intensificaram ao meio-dia, deixando muitas avenidas alagadas e **causando transtornos** a motoristas (...) as **chuvas atípicas** na cidade são justificáveis por dados técnicos. Segundo o meteorologista Márcio Eloi, do Laboratório de Meteorologia do Núcleo Geoambiental da Universidade Estadual do Maranhão (Uema), mesmo atuando com frequência nos meses de junho e julho, **as águas são atípicas** e impulsionadas por variações de temperaturas” (TV CANAL 13, 2008; grifo nosso).

Embora haja um consenso entre cientistas, sobretudo da área de ciências naturais, de que os eventos extremos relacionados às Mudanças Climáticas aumentarão a intensificação da precipitação pluviométrica de certas porções do planeta, dentre as quais a porção Centro-Sul do Brasil, pode haver uma apropriação discursiva para a produção de uma realidade mais afeita a certos agentes dotados de capital na luta concorrencial travada no campo de produção simbólica em torno da definição da real “natureza” dos desastres. Isto é, se as chuvas atípicas se caracterizam como um mecanismo que tenta dotar as chuvas de um poder de destruição, naturalizando-as como responsáveis pelos efeitos causados, as Mudanças Climáticas vêm a fortalecer esse discurso do caráter “natural” da fúria das chuvas como as grandes responsáveis pelos desastres, tirando de cena as relações de poder que estão imbricadas naquilo que é denominado desastre. Em outras

palavras, os desastres não causam efeitos, os efeitos são aquilo a que chamamos desastre (DOMBROWSKY, 1988). Os efeitos serão maiores ou menores dependendo das relações de poder envolvidas entre os agentes nos processos de territorialização e não decorrem do poder animístico das chuvas. O desastre é resultado de uma “interação deletéria entre um evento natural ou tecnológico e a organização social, que coloca em “disrupção” as rotinas de um dado lugar e gera elevados custos (temporais, materiais e psicossociais)” (VALENCIO et. al, 2005, p.163-164). Isto é, a “calamidade é o ápice de um processo construído cotidianamente, especialmente em áreas de registros crônicos ou negligenciadas” (NUNES, 2009, p.55).

Ao operar para a produção simbólica dos “desastres naturais” como uma fatalidade e como algo naturalizado, a organização social e seus problemas históricos (pobreza, desigualdade, falta de equipamentos públicos) passam a ser fatores não problematizados, de modo que a temporalidade do desastre passa a remeter à ocorrência do fenômeno das chuvas e não propriamente ao rearranjo das relações de poder imbricadas após a “disrupção” das rotinas. Isto é, o desastre passa a ser remetido não aos efeitos e relações de poder criados e reiterados em decorrência da interação entre a ameaça natural e a organização social, mas sim a uma ação pontuada pelo fenômeno chuvoso que remete às práticas pontuais de prevenção que as pessoas adotaram quando informadas da ameaça pelos meteorologistas (VALENCIO, 2008). Em outros termos, para alguns agentes dotados de capital científico e político, as mortes decorrem da não proteção das pessoas frente à fúria da natureza, da não compreensão delas perante o risco informado pelos peritos em seus boletins meteorológicos. As mortes e eventuais danos são em consequência da não adoção de uma proteção individual, de modo que as vítimas passam a ser culpabilizadas (SIENA & VALENCIO, 2005).

Mas essa construção simbólica em torno da definição do desastre como circunscrita ao evento natural obscurece as relações de poder emergidas estruturalmente antes do impacto de um fenômeno natural sob uma dada organização social.

## 2.4 A natureza dos desastres

Maricato (2001) afirma que a partir da virada do século XIX e das primeiras décadas do século XX que o processo de urbanização começa a se consolidar no Brasil, impulsionado pela emergência do trabalhador livre, pela proclamação da República e pela indústria incipiente que se desenvolve a partir das atividades ligadas à cafeicultura e às necessidades básicas do mercado interno. É nesse período que se realizam reformas urbanas. Viana (2008) considera que, já nessa época, a questão urbana e os problemas das habitações irregulares estiveram diretamente relacionados à questão da saúde pública. Desse modo, ações e políticas higienistas marcaram as tentativas do Estado de conter a proliferação de habitações insalubres, a partir da destruição das “casas consideradas nocivas à saúde da população, no alargamento das ruas em grandes avenidas, no reagrupamento da propriedade de inúmeros terrenos, na utilização dos novos espaços para implantação de comércios” (VIANA, 2008, p.5) e de repartições públicas.

Em contrapartida, não houve nenhuma política habitacional que tivesse como objetivo sanar o *déficit* habitacional criado com a destruição de tais moradias. Acrescenta Maricato (2001, p.12) que “a população excluída desse processo era expulsa para os morros e franjas da cidade”. Pacheco (2008), por exemplo, ao se reportar à cidade de São Paulo, afirma que “enquanto os negros eram expulsos do centro para os bairros afastados, a elite paulistana criava para si bairros exclusivos, como os Campos Elíseos, Higienópolis, a Avenida Paulista e os Jardins” (PACHECO, 2008, p.20), isto é, operava-se uma segregação sócio-espacial.

Para Maricato (2001, p.41), “a industrialização baseada em baixos salários determinou muito do ambiente a ser construído”. Se nem mesmo os operários empregados no setor industrial tiveram seus salários regulados pelas necessidades de reprodução relacionadas aos gastos com moradia, que dirá o grande contingente de trabalhadores que foram deixados na informalidade. Assim, a “cidade ilegal e precária é um subproduto dessa complexidade verificada no mercado de trabalho e da forma como se processou a industrialização” (Idem).

Salienta a autora que, quando da criação do Banco Nacional de Habitação em 1964, as cidades não tinham nem 50% da população do país. Alimentado pelo fluxo intenso de financiamento, o país viveria seu movimento mais



forte de produção imobiliária entre 1967 e 1982, atendendo aos interesses dos setores imobiliários e de construção, sem transformar, entretanto, a situação fundiária. Os conjuntos habitacionais foram construídos em áreas desvalorizadas, alimentando a manutenção de vazios e a expansão horizontal urbana. Dessa forma, a política pública preservava as áreas mais valorizadas para o mercado privado, alimentando a especulação imobiliária (MARICATO, 2001).

Cardoso (2006) afirma que dadas a estrutura do mercado de terras e de moradia, a ausência do Estado na implementação de políticas habitacionais efetivas e, considerando ainda, o problema da pobreza e da desigualdade, as “opções” de acesso à moradia ocorrem pela compra ou aluguel de imóveis com valor acessível à sua renda no mercado informal, ou pela ocupação de terras vazias. Maricato (2001) considera que dados os indicadores de moradias urbanas construídas a partir de invasão de terras, pode-se considerar que “a invasão, espontânea ou organizada, é uma alternativa habitacional que faz parte da estrutura de provisão habitacional no Brasil” (MARICATO, 2001, p.82).

Acselrad (2006b) salienta que essas ocupações tendem a ocorrer em áreas desprovidas de interesse e possibilidade de exploração econômica pelo capital imobiliário, como, de modo geral, as encostas, os mananciais e as áreas de proteção ambiental. Essas ocupações são, na maioria das vezes, “produto de uma combinação entre forças de mercado e decisões de governo” (SANTOS, 1998, p.112-113). Isto é, “mora onde se pode morar”, no conjunto de “opções” dadas por essa combinação de forças que produz a cidade e suas segregações sócio-espaciais.

Valencio et al (2004) consideram que a produção social das cidades é marcada por práticas políticas conservadoras que, de um lado, subjagam e destróem continuamente, de forma extensiva e intensiva, os sistemas bióticos e abióticos em que se assenta a população e, de outro lado, exercem um poder excessivo sobre as coisas e as pessoas do lugar. Acselrad (2006b) afirma, por exemplo, que os anos de 1960 se caracterizaram pelo esforço de adequar o espaço urbano das principais cidades brasileiras às necessidades do automóvel, privilegiando as camadas de maior poder aquisitivo. Havia grandes consensos em torno da idéia de que um “bom desenho da cidade é o que permite maior circulação da frota automotiva, mais eletricidade, pavimento, mais acesso à água” (VALENCIO et al, 2004, p.68-69).

Os rios, por exemplo, passaram a ganhar expressão somente em seus atributos instrumentais: na retirada de areia para as construções; em sua força, para geração de energia; na água, para o abastecimento. A canalização de rios e córregos balizou-se por uma abordagem compartimentalizada do ciclo hidrológico que não considerou os processos extensivos e intensivos de deterioração socioambiental (VALENCIO et al, 2004) e os efeitos sinérgicos que poderiam haver em decorrência de transformações na bacia hidrográfica (VALENCIO et al., 2003) como, por exemplo, as inúmeras cidades que passam a ser “áreas de risco” diante da abertura de comportas de barragens.

Isso demonstra que as áreas de risco não são dadas por apenas circunstâncias naturais prévias – como suscetibilidades geomorfológicas de terrenos com acentuada declividade, ou fundos de vale – mas também são construídas por ações sociais (impermeabilização de terrenos, abertura de comportas etc.), por decisões econômicas (como aquelas referentes à dinâmica do mercado de terras etc.) e políticas (incentivo, endosso, omissão do poder público etc.) (VALENCIO et al., 2003). Como asseveram Valencio et al. (2004, p.67-68),

“o corpo técnico e político que forjou as cidades foi relegando toda e qualquer preocupação com os processos ambientais imbricados nas suas expressões materiais do seu fazer assim como relegando a necessidade de refletir acerca de como tais processos poder-se-iam tornar relevantes ameaças às rotinas dos cidadãos; ameaças que, ao fim, os alcançou, expondo sua vulnerabilidade”.

Para Valencio (2007a), não houve autoconfrontação política e técnica diante dos riscos produzidos por produtos e processos identificados com o progresso, uma vez que o Estado visando o estímulo a atividades econômicas altamente rentáveis, “fechou deliberadamente os olhos para os malefícios socioambientais por elas provocados, silenciando-se” (VALENCIO, 2007a, p.2). As chuvas, como fenômenos recorrentes da natureza, passaram a “revelar” essa vulnerabilidade sócio-política historicamente produzida, essas crises cumulativas (cf. ULTRAMARI, 2006), esse estado de desordem.

Lieber & Romano-Lieber (2005) consideram que o desastre implica a compreensão de uma articulação dos prejuízos materiais, morais, físicos e emocionais propiciando à sociedade interrogar-se a si mesma, “em seus meios e propósitos, tanto por aquilo que (não) se fez antes (a prevenção e a precaução),

como naquilo que (não) se faz durante (a gestão da crise) ou depois (as transformações necessárias)” (LIEBER & ROMANO-LIEBER, 2005, p. 71). Dito de outro modo, a compreensão acerca do desastre não pode ser pontual (VALENCIO et al., 2004).

Bullard (2006) retrata como as condições de pobreza que precederam a passagem do furacão Katrina no ano de 2005 em Nova Orleans (EUA), foram fundamentais para compreender a natureza do desastre, bem como as chances de reabilitação e reconstrução. Como os planos de evacuação dos órgãos de emergência americanos são baseados na lógica de que cada cidadão terá seu carro para sair da cidade diante da ameaça de um furacão, mais de um terço dos afro-americanos de Nova Orleans que não o possuíam foram deixados para trás (BULLARD, 2006).

Ao contexto brasileiro, as imbricações entre pobreza e desastres também são aplicáveis<sup>10</sup>. Dos 1.428 municípios com ocorrências de desastres no período 2003-2007, mais de 80% são de até 50 mil habitantes (vide abaixo Tabela 1) e são nesses municípios de menor porte que há concentração de pobreza: segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em seu Mapa de Pobreza e Desigualdade, 32,6% dos municípios brasileiros tinham mais da metade de sua população vivendo na pobreza, e a tendência de concentração da incidência desta é em municípios de menor porte (FIBGE, 2008). Ou seja, há uma conjugação entre pobreza e ocorrência de desastres em municípios de menor porte.

**Tabela 1: Municípios com ocorrência de desastres relacionados às chuvas, Brasil, 2003-2007**

Número de habitantes	Total de municípios brasileiros afetados	Porcentagem (%) em relação ao total de municípios afetados
Até 50.000	1.210	84,7
De 50.001 a 100.000	114	8,0
De 100.001 a 500.000	91	6,4%
Acima de 500.001	13	0,9%
<b>TOTAL</b>	<b>1.428</b>	<b>100%</b>

(Fonte: Cerutti, 2008 - adaptado).

Ivo (2008) considera que a pobreza no Brasil não é residual e se constitui como um fenômeno estrutural de massa, expresso num grande contingente de pessoas que sobrevivem num patamar mínimo de subsistência. Para a autora, a pobreza se refere “a uma situação de reconhecimento da dívida social, permitindo

<sup>10</sup> Segundo as agências da ONU, como o EIRD (2009), essa tendência também acontece em nível mundial.

associar direitos e deveres, quando a idéia de troca entre iguais não é mais possível no plano econômico” (IVO, 2008, p.57).

Reportando-se à Simmel (1998 *apud* IVO, 2008, p.73), a referida autora constata que para este o que importa “não é a pobreza em si nem a entidade dos pobres em si mesmos, mas as formas institucionais que eles assumem numa dada sociedade num momento específico de sua história. Essa sociologia da pobreza, em realidade, é uma sociologia dos laços sociais”. Um exemplo pode ser obtido em Karl Polanyi (2000 *apud* IVO, 2008) quando, ao fazer uma recuperação histórica da sociedade inglesa, constata que, enquanto no século XVI os pobres representavam um “perigo” para a sociedade, no final do século XVII, eles representavam uma carga de impostos. Isso porque desde o século XVII,

“o princípio do ‘interesse’ transformou-se no ordenador natural da sociabilidade humana (...) Ele se funda numa representação geral do mundo de *natureza utilitarista*<sup>11</sup> pela qual os vínculos humanos não resultam mais da crença religiosa comum, mas da constituição das relações ambíguas dos múltiplos interesses individuais (...) desde que sejam fontes de utilidade e objeto de cálculo” (IVO, 2008, p.44).

Para Ivo (2008), essa idéia de *utilidade* passa a se constituir como um princípio estruturante da cultura e da política das sociedades burguesas ocidentais, não se constituindo apenas como uma doutrina ou ideologia, mas se referindo às estruturas fundamentais das sociedades ocidentais que articulam tal princípio e ideologia às suas práticas. Essas práticas não se restringem a fenômenos econômicos, mas abarcam dimensões sociais e políticas de caráter coletivo, incluindo as práticas do próprio Estado. Isto é, o “utilitarismo” pode aparecer como um conjunto de dispositivos estruturados que racionaliza, sistematiza, planeja e administra, servindo como norteador para formulação de direitos e benefícios sociais engendrados com base nas forças do mercado e do capital, definindo, por exemplo, os “gastos sociais” com os pobres que já convivem estruturalmente com vulnerabilidades, mas que, em interação com a intensificação dos eventos extremos associados às chuvas sobre determinadas áreas suscetíveis a deslizamentos e enchentes, acabam ficando desabrigados, exigindo mais “gastos sociais”. Assim, a partir dessa idéia de utilidade, o mundo da pobreza é construído no registro da

---

<sup>11</sup> Segundo Ivo (2008), o utilitarismo constitui-se de uma doutrina que se expandiu no século XVIII e XIX. Foi um termo inventado por Bentham e reinventado por Stuart Mills. O eixo central dessa “doutrina” centra-se sobre o papel do interesse na ordem social e na mudança social.

carência e da impotência, no qual não se trata de garantir direitos mas de atender necessidades (cf. TELLES, 1999), que, muitas vezes, assumem nas falas de agentes de defesa civil, a pecha de benefícios que os desabrigados recebem no abrigo temporário, ou seja, os desabrigados são representados não como “cidadãos”, mas como “necessitados”.

Telles (1999, p.85-86) considera que se durante décadas “a pobreza foi figurada como sinal de um atraso que haveria, quem sabe, algum dia, de ser superado pelas forças do progresso, agora parece se fixar como realidade inescapável”, um dado posto pelos imperativos do mercado em contextos de aceleração econômica e revolução tecnológica, ou seja, não se debate mais a integração. Se a pobreza era tida como a figura do nosso atraso, ela parece ganhar “contemporaneidade e ares de modernidade por conta dos novos excluídos pela reestruturação produtiva” (TELLES, 1999, p.87).

Nesse contexto, Ivo (2008) considera que há uma “reconversão” do tratamento da questão social no Brasil a partir da década de 1990: passa-se de uma dimensão de política de inclusão social universalizada e de proteção para uma perspectiva que abandona a dimensão da universalidade inclusiva e se prima pela “gestão estratégica da pobreza” a partir de programas mitigadores, setorializados e voltados para “adequar a política social nos limites dos ajustes econômicos” (IVO, 2008, p.188). Isto é, a focalização da política social significa que a ação governamental se reorientou tecnicamente – e de forma utilitária – para priorizar “escolhas públicas eficientes” em face da restrição de gastos sociais. Mas, para a autora, não se trata de apenas alocação eficaz do recurso existente, nem apenas de acesso à renda, mas de articulação desses programas com as formas integradoras ao trabalho, o que é uma questão não apenas técnica, mas política, uma vez que “a condição de acesso ao trabalho define a condição da cidadania” (IVO, 2008, p.229).

Isso porque a prioridade da questão social em termos da pobreza produz um deslocamento da identidade dos trabalhadores, “que deixam de ser vistos como tal para serem re-enquadrados na categoria genérica de *pobres*” (IVO, 2008, p.151). De acordo com a autora, na década de 1970, com vistas a se superar a segmentação estigmatizante entre “ocupados” e “desocupados”, “úteis” e “inúteis” que marcava a sociedade brasileira de então, reconheceu-se a condição de trabalhadores a todos aqueles que desenvolviam atividades fora das relações assalariadas. Já na década de 1980, estenderam-se direitos de cidadania a setores

não-contributivos, como os trabalhadores rurais. Nas décadas de 1990 e 2000, “ao se priorizar a ação da proteção sobre os mais pobres, retorna-se a uma representação da ‘pobreza’ dissociada da dimensão do trabalho” (IVO, 2008, p.226), ou seja, enfatiza-se o acesso à renda e ao consumo.

Segundo Ivo (2008), Simmel já criticava essa visão utilitarista que permeia as políticas de assistência em relação aos pobres, buscando o resgate da condição de cidadania, distinguindo o tratamento da pobreza como uma questão de gestão ou da lógica de regulação do mercado, recolocando sua discussão no âmbito da política, isto é, “o lugar do pobre, para ele, está na comunidade política, de um cidadão em relação a um Estado” (IVO, 2008, p.77).

Segundo Telles (1999), o que está subjacente à essa pobreza transformada em dado bruto da natureza é o esvaziamento da função crítica das noções de igualdade e justiça. Para a referida autora, é preciso identificar o sentido político desse “desmanche”. Atenta que o que parece “estar em jogo” é a erosão das mediações pelas quais a reivindicação por direitos pode ser formulada e ganhar visibilidade pública como questão que se refere às regras de vida em sociedade. Isto é, para além do agravamento das condições de pobreza e desigualdade, trata-se da “demolição das referências públicas pelas quais os dramas de cada um podem ser desingularizados e traduzidos não apenas como experiências compartilhadas, mas como problemas pertinentes à vida pública de um país” (TELLES, 1999, p.89).

Tal diagnóstico também é compartilhado por Kowarick (2002), para quem o campo institucional de negociação de interesses e arbitragem de conflitos está fragilizado, sendo presente a ameaça de perda do direito de ter direitos (cf. ARENDT, 1989). Segundo o autor, esse processo tem duas matrizes de controle e acomodação social: a) a *naturalização dos acontecimentos*, que se refere aos clássicos mecanismos mediante os quais os pobres, “ao invés de serem culpabilizados, são desresponsabilizados da situação em que foram lançados, pois esta dependeria do acaso, da sorte ou azar que despenca aleatoriamente sobre uns e não sobre outros” (KOWARICK, 2002, p.28-29), exemplificados pelos discursos da imponderabilidade das leis incontroláveis da natureza, da inevitabilidade daquilo que é assim porque assim sempre foi; e, b) a *neutralização*, que se baseia “tanto em arditos artifícios de persuasão como em escancarados métodos de constrangimento e coação que conformam vigorosos mecanismos para reforçar as dinâmicas de subalternização e demarcar a localização social dos pobres” (Idem),

como, por exemplo, por meio de ações de intervenção policial, as quais podem ser caracterizadas como operação de confinamento e expulsão (RIZEK, 2009) que se fazem presentes também em cenários de desastres, quando os moradores são retirados das áreas consideradas de risco e direcionados para abrigos temporários. Esses processos de controle e acomodação social são definidos a partir das relações de poder entre os agentes que disputam a nomeação do que constitui ordem e desordem no *campo*. Nessas lutas pela definição da realidade, os meios de comunicação contribuem para a conformação da produção simbólica do desastre e para enunciar como deve ser a normalização.

## 2.5 Mídia e desastres: composições, seleções e recortes

Uma das grandes obras de Walter Benjamin, *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*, foi escrita em 1936 durante seu exílio em Paris. Ao escrevê-la, seu objetivo era criticar a apropriação e o uso político que os regimes totalitários (o fascismo, por exemplo) fizeram de alguns conceitos tradicionais como criatividade, gênio, validade eterna e estilo, crítica que empreende revelando que tais conceitos possuem, em sua essência, toda uma lógica política que demonstra que os modos de produção também são responsáveis pela produção da cultura. Nesta sua crítica, é clara sua postura de ser uma intervenção política socialista de forma a combater o regime fascista, intervenção esta que poderia advir por meio do uso político da arte, que também se desenvolveria no plano de uma luta simbólica (BOURDIEU, 2004a) pautada pela criação de novos conceitos que serviriam como uma nova forma de enunciar a realidade<sup>12</sup>:

“Os conceitos seguintes, novos na teoria da arte, distinguem-se dos outros pela circunstância de não serem de modo algum apropriáveis pelo fascismo. Em compensação, podem ser utilizados para a formulação de exigências revolucionárias na política artística” (BENJAMIM, 1994, p.166).

Para possibilitar o uso político da arte era preciso demonstrar que ela pode ser produzida, inclusive pela referência a novos conceitos, como o da reprodutibilidade técnica. Este conceito relaciona o uso da técnica à produção da cultura, concebendo a arte como uma produção que se pode efetivar por meio da

---

<sup>12</sup> Essa luta simbólica é uma luta para impor a definição do mundo social, para classificá-lo. Cumpre funções políticas à medida que visa ser uma forma de construir a realidade (BOURDIEU, 2004a).

técnica, que não depende necessariamente da criatividade e genialidade. Assim, a possibilidade de reproduzir tecnicamente uma obra de arte engendraria sua refuncionalização, de modo a permitir que fosse desenvolvida uma função não de contemplação (culto), mas sim de exposição. A partir disso, o valor de culto (fundado no ritual), associado historicamente à esfera religiosa, passa a se fundar a partir de um valor de exposição (ligado à reprodutibilidade técnica) que, por sua vez, possibilita um maior acesso das pessoas à arte, democratizando o acesso das massas, fundando-se, assim, sob uma práxis política:

“(...) com a reprodutibilidade técnica, a obra de arte se emancipa, pela primeira vez na história, de sua existência parasitária, destacando-se do ritual. A obra de arte reproduzida é cada vez mais a reprodução de uma obra de arte criada para ser reproduzida (...). Em vez de fundar-se no ritual, ela passa a fundar-se em outra práxis: a política” (BENJAMIM, 1994, p.171-172).

Em outras palavras, se “no interior dos grandes períodos históricos, a forma de percepção das coletividades humanas se transforma ao mesmo tempo que seu modo de existência” (Idem, p.169), essa transformação se desenvolve porque o modo de percepção do mundo é condicionado historicamente pelos meios técnicos que se possui, razão pela qual “a reprodutibilidade técnica da obra de arte modifica a relação da massa com a arte. Retrógrada diante de Picasso, ela se torna progressista diante de Chaplin” (Idem, p.187). É por meio da função social e política da arte democratizada que Benjamin deposita sua crença na possibilidade de uma renovação mundial, de uma mudança política que sedimentasse os regimes totalitários e ensejasse a implantação do socialismo.

Se, para Benjamin, a técnica adquire um valor positivo de libertação da sociedade, para Adorno (1986) o seu uso se dá a fim de dominá-la, de modo que o poder técnico será detido pelos que possuem os meios de produção. A técnica tem uma função econômica, implementa a padronização e a produção em série para cumprir esta função. Em outras palavras, se “a reprodutibilidade técnica da obra de arte modifica a relação da massa com a arte” (BENJAMIM, 1994, p.187) isso se processa não como um potencial emancipatório, mas sim de escravização: “a dominação técnica progressiva, se transforma em engodo das massas, isto é, em meio de tolher a sua consciência” (ADORNO, 1986, p.99).



Isso porque, para Adorno, as formas de produção de cultura sob o sistema capitalista estão inseridas dentro de um sistema organizado, que se constitui como uma indústria cultural – é regida administrativamente, detém capital e meios de produção –, e a técnica está a serviço desse projeto “de como e para quem produzir a cultura”. Desse modo, se Benjamin via o cinema como sendo responsável por uma função social de possibilitar ao homem uma nova forma de representar o mundo, para Adorno ele está inserido dentro do sistema da indústria cultural e “reorienta as massas, não permite quase a evasão e impõe sem cessar os esquemas de seu comportamento” (Idem, p.98). Na ideologia que dissemina, “o conformismo substitui a consciência; jamais a ordem por ela transmitida é confrontada com o que ela pretende ser ou com os reais interesses dos homens” (Idem, p.97).

Se a reprodutibilidade técnica assumia, para Benjamin, a possibilidade de luta política e emancipação, a luta concorrencial travada no campo da produção simbólica do desastre não se desencadeia no sentido de revelar a fala dos dominados para um uso político deles próprios, mas de instituir o consumo de suas imagens pela disputa das imagens-mercadorias com maiores valores de troca, na luta concorrencial que os agentes dos meios de comunicação travam no campo, definindo o que é ordem e desordem.

Assim, as imagens fotográficas “e suas variantes, no filme e no vídeo, antecipam ou mesmo substituem a própria pessoa na reprodução das relações sociais” (MARTINS, 2008, 23), tal como as imagens de desastres que passam a ser veiculadas *em tempo real*, mas que, embora pareçam reproduzir fidedignamente a realidade, são resultado de seleções, recortes e composições, pois os agentes do campo comunicacional estão em disputa pelo monopólio da visão sobre o que constitui a realidade. As imagens expressam uma relação de poder à medida que as relações entre os dominantes e os dominados se perpetuam como a produção simbólica do desastre, silenciando as formas de violência subsumidas nessas relações no campo do desastre. Um dos exemplos desse processo se refere à propagação das imagens dos saques ocorridos, em novembro de 2008 durante os eventos hidrometeorológicos ocorridos no Vale do Itajaí/SC, as quais podem se constituir como uma imagem dotada de capital simbólico, que veicula conteúdos morais que visam associar a desordem pública como resultado da índole má, da ignorância do grupo envolvido referente às regras sociais da “civitas”, e não como

alternativa de sobrevivência imediata do grupo diante da ineficiência das instituições envolvidas nas ações de socorro e emergência na provisão de alimentos e de outros bens perdidos mais imediatamente.

Nesse sentido, sobre as imagens pairam juízos de valor e uma luta classificatória que visa nomear os que estão em interação para endossar procedimentos que verticalizam a compreensão do mundo e a concepção de ordem: aos desviantes passa a corresponder como o Outro, as instituições que se vêem “obrigadas” a restituir o controle total sobre o espaço, sem questionamento ou negociação. Aos que resistem a sair de suas casas, como “os ignorantes”, os que pegam comidas dos supermercados como “os ladrões” (vide Figura 1, abaixo), os que reclamam das instituições públicas, fica a pecha de “desordeiros”, a quem, “apesar de tudo”, o ente público preocupa-se em dar abrigo. Isto é, há uma concepção de poder propagada pelas imagens que está além do economicismo, pois a dimensão política da instrumentalização das imagens ocorre a partir de seleções e recortes, de visibilidades e invisibilidades que compõem produção de determinada realidade.

Heda Wenzel/Leitora



**Figura 1: Fotografia da Folha Online registra 'saqueadores' na cidade de Itajaí/SC, no mês de novembro de 2008 (WENZEL, 2008).**

Legenda: Em meio às águas baixando, observa-se a ênfase dada pela fotógrafa e jornalista da Folha Online no dia 27 de novembro a um homem e uma mulher que, juntos, carregavam, à luz do dia, num carrinho de supermercado, fardos de refrigerante (em maior quantidade) e de cerveja, sendo

observados por outros moradores. Ao fundo da Figura, observa-se que havia um grupo de mulheres carregando sacolas plásticas de supermercado, mas com nenhum fardo de cerveja junto às mãos. Nesse sentido, as imagens passam a mediar relações entre pessoas e ensejam determinados julgamentos morais, lutas classificatórias em torno dos fenômenos de modo a produzir uma determinada realidade.

As imagens são “expressão de uma necessidade do imaginário, uma linguagem e um discurso visual [...] um discurso visual dotado de vida e legalidade próprias” (MARTINS, 2008, p.30). Como tais, são sempre resultado de uma seletividade de focos que tende a hierarquizar o que é visto, ordena imaginariamente o irrelevante da vida cotidiana, criando desprezos visuais, de modo que a “definição da pessoa e das próprias relações sociais, na modernidade, tornou-se dependente de imagens e do enquadramento do visto no imaginado” (Idem, p.47). As imagens passam a ser um meio de exercer o poder e de fazê-lo funcionar, “produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 1984, p.8). Não se pode desconsiderar que, embora esses mecanismos de poder não estejam restritos à esfera do Estado, a ele se articulam de maneiras variadas e são indispensáveis à sua sustentação e atuação eficaz (FOUCAULT, 1984). Isto é, há uma instrumentalização política das imagens que, selecionadas, tendem a hierarquizar o que é visto, definindo as pessoas e suas relações sociais. Os agentes dos meios de comunicação produzem discursos e formam saberes a partir das imagens, produzindo simbolicamente a idéia de que o Estado está atuando de forma eficaz no desastre e as eventuais falhas e desordens são delegadas aos agentes que detém menor capital no campo, ou seja, os pobres.

No caso dos saques ocorridos, no final de novembro de 2008, em Itajaí/SC, os meios de comunicação difundiram reportagens nas quais a associação de imagens e relatos visaram criar uma representação de que a desordem na cidade não era em decorrência da ineficiência das instituições de atuação em desastres e emergências, mas em razão da ação de um grande número de ‘saqueadores’ que se aproveitariam das fortes chuvas e da situação de emergência para roubar comida, bebida, material de limpeza, geladeira e utensílios domésticos:

“A Polícia Civil de Santa Catarina prendeu nesta quarta-feira 20 pessoas suspeitas de saquearem um supermercado no município de Itajaí. ‘Os invasores se aproveitaram das fortes chuvas e da situação de emergência na cidade, em função das enchentes, para invadir o estabelecimento de onde levaram diversos produtos’, informou a polícia em comunicado divulgado ontem. De acordo com a corporação, os suspeitos carregavam comida, bebida, material de limpeza e higiene, além de dois aparelhos de TV de plasma, uma geladeira e utensílios domésticos” (WENZEL, 2008).

Lindell, Prater e Perry (2006) ao desenvolverem estudos e pesquisas sobre alguns desastres nos Estados Unidos que tiveram relação com fenômenos naturais (furacões, terremotos, tornados etc.), chegaram à conclusão que existem alguns mitos em relação aos desastres que obscurecem o que realmente acontece neles, sendo a prática de saques um desses exemplos. Estes seriam fenômenos bem restritos e não revelariam o que acontece, de forma abrangente, num desastre. Entretanto, se operarmos com a lógica que a exceção ganha visibilidade pela trama midiática como sendo a regra de comportamento coletivo, podemos depreender que se tem configurado um interesse em classificar os afetados de modo a desprestigiar suas ações no espaço público como sendo legítimas, mesmo em meio a uma configuração espacial caótica e desigual.

Thompson (1998), ao pesquisar os motins e os saques nos períodos de fome e escassez ao longo do século XVIII, ressaltou que estes eram desencadeados não como resultado mecânico de um estímulo econômico do aumento do preço do alimento, mas permeados por complexidades da motivação, comportamento e função, longe de serem compulsivas. Isto é, para o autor, haveria em quase toda ação popular, do século XVIII, uma noção legitimadora, na qual homens e mulheres “da multidão estavam imbuídos da crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais: e de que, em geral, tinham o apoio do consenso mais amplo da comunidade” (THOMPSON, 1998, p.152).

Este autor afirma que essa noção de economia moral denotava algumas concepções definidas do que constituía o bem-estar comum para o povo, sendo fundamentadas na tradição paternalista das autoridades. Os motins funcionavam, muitas vezes, como formas de pressão, "como um sinal para os ricos de que era preciso colocar em bom estado os mecanismos de assistência e caridade da paróquia – cereais e pão subsidiados para os pobres" (Idem, p.190).

Se pensarmos em alguns casos de saques ocorridos em contextos de desastres no Brasil, talvez estes possam ser compreendidos como um sinal de que os mecanismos de assistência precisam ser acionados; mas revelam, antes de tudo, que há uma descrença que estes vão ser desencadeados pelos agentes do Estado em atuação nos cenários de emergências e desastres. Como exemplo desse processo, em dois de junho de 2005, em vídeo produzido pela Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes/PE, registraram-se as chuvas ocorridas no município, reportando em algumas imagens um grupo de jovens nadando em meio à enchente

na região do Jaboaão Centro tentando obter alguns colchões novos de uma loja inundada, num conjunto de imagens que buscavam produzir simbolicamente o imaginário da desordem, aproveitando-se desse “mito” para conferir às pessoas à culpabilização por esta, tirando o foco das razões que materializaram tanto aquela situação da enchente como, por exemplo, as más condições de drenagem urbana quanto, principalmente, as causas de pessoas precisarem buscar itens de primeira necessidade em meio à destruição o que, sem dúvida, deve-se à pobreza estrutural<sup>13</sup>.

No caso do desastre de Jaboaão, mais de quatro mil pessoas perderam suas casas e tiveram de ir para abrigos temporários organizados em escolas públicas. Passados dois anos da ocorrência das enchentes, ainda havia aproximadamente mil pessoas em abrigos temporários aguardando a reconstrução de suas casas, isso porque o processo de reconstrução foi travancado por questões políticas (VALENCIO; MARCHEZINI; SIENA, 2009). No caso dos saques ocorridos no município de Itajaí/SC, os meios de comunicação os descreveram como situações de festa (reveillon) em que caberia correr ‘riscos’ (“com a água na altura do pescoço”) para levar tudo o que estivesse ao alcance das mãos, representando a partir de imagens um caráter racial desses saqueadores, no caso homens negros (vide Figura 2, logo abaixo) :

“Com a água na altura do pescoço, os saqueadores levavam tudo o que estava ao alcance das mãos. Uma mulher grita a um conhecido: ‘Tu não queres um chester? Tem um boiando ali’. Uns juntavam chinelos, outros recolhiam bebidas: água, refrigerantes, cerveja e até champanhe. ‘É para o Réveillon’, dizia um deles sem culpa.

Cabos de vassoura eram feitos de suporte para carregar as ‘compras’ do mês nos ombros. No interior da loja, numa escuridão em que quase nada se via, famílias garimpavam os produtos largados no chão e escalavam as prateleiras.

Do lado de fora, bicicletas, carroças, carrinhos de mão, carros velhos e de luxo e até caminhões eram carregados com os produtos. Um deficiente físico pedalava um triciclo com uma perna só e, junto com bebidas, carregava uma muleta” (GALVÃO; JUNIOR & IZIDORO, 2008).

---

<sup>13</sup> Alguns documentos governamentais reportam-se à inexistência de provimento de recursos assistenciais por parte do Estado e a ocorrência de saques em instalações públicas de municípios que sofreram com as secas prolongadas: “no período de 1998 a 2000, foram os saqueamentos que se iniciaram no mês de março de 1998, no município de Conceição, na Paraíba, onde 600 pessoas famintas retiraram 500 kg de alimentos do depósito de merenda escolar. Mais outros 43 saques prosseguiram até o início de maio, nos estados do Ceará, de Pernambuco - onde a situação era mais intensa - e da Paraíba” (IBAMA, 2002, p.153).



Heda Wenzel/Leitora

**Figura 2: Fotografia da Folha Online registra 'saqueadores' negros na cidade de Itajaí/SC, no mês de novembro de 2008 (GALVÃO; JUNIOR & IZIDORO, 2008).**

Legenda: Em meio às águas baixando, observa-se a ênfase dada pela fotógrafa e jornalista da Folha Online no dia 27 de novembro a um grupo de homens negros que, juntos, carregavam, à luz do dia, num carrinho de supermercado, diversos produtos, sendo observados por outros moradores. Martins (2008, p.74) afirma que o “flagrante de um instantâneo fotográfico pode ocultar muita coisa, pode reduzir a realidade social à brevidade de um fragmento”, ou seja, a realidade presente neste fragmento visa produzir uma realidade, produz discursos porque estão imbuídas de relações de poder, mas também obscurecem relações políticas aí imbricadas que podem revelar a descrença no poder público no tocante à provisão de alimentos, por exemplo.

Os saques, os motins eram, para Thompson (1998), formas de ação coletiva, mas não se constituíam como as únicas, pois jejuns, sacrifícios e petições em massa às autoridades também eram exercidos. Essas ações não eram uma “resposta natural ou óbvia à fome, mas um padrão sofisticado de comportamento coletivo, uma alternativa coletiva a estratégias individualistas e familiares de sobrevivência” (THOMPSON, 1998, p.208), fato este verificado no caso dos saques de Itajaí/SC que envolviam um grande número de pessoas (vide abaixo Figura 3), implicando “um padrão de protesto social que deriva de um consenso a respeito da economia moral do bem-estar público em tempos de escassez” (Idem, p.193). Falar em economia moral implicaria, segundo o autor, considerar as “profundas emoções despertadas pelo desabastecimento, as reivindicações populares junto às autoridades nessas crises” (Idem, p.257), sendo a manifestação uma forma de compartilhamento de assuntos comuns a todos, uma vivência do mundo constituído entre os homens, uma ação que busca a efetivação da condição de pluralidade. Segundo Arendt (2005, p.192), “na ação e no discurso, os homens mostram quem são (...) apresentam-se ao mundo humano”, circundados pela teia de atos e palavras

de outros homens, e o poder passa a existir entre eles quando agem juntos para revelar realidades que são invisibilizadas, tal como a inexistência de ações de socorro e provimento de alimentos por parte do Estado.



**Figura 3 – Ação coletiva em supermercado de Itajaí/SC (Fonte: <http://www.clicrbs.com.br/rbs/image/5497419.jpg>. Acesso em: 02 fev. 2009).**

Ao analisar, no século XVIII, como as autoridades reagiam aos saques e motins, Thompson afirma que elas procuravam demonstrar "para os pobres de que (...) agiam vigilantemente para defender os seus interesses" (THOMPSON, 1998, p.160). A produção desse efeito simbólico, no caso do desastre do Vale do Itajaí/SC, deu-se a partir da difusão de reportagens e imagens das doações de alimentos, roupas e doações em dinheiro vindas de diversas partes do Brasil, constituindo-se como a produção do mecanismo solução-problema (cf. DOMBROWSKY, 1998), isto é, em meio ao problema advindo em razão do "excesso de chuvas", as soluções estavam sendo tomadas no provimento dos alimentos, roupas, abrigo, atendimento médico etc; ou seja, diante da ignorância, incapacidade, impotência, enfim, inferioridade constatada dos afetados pelas enchentes, contrapunha-se a altivez e compaixão dos doadores e heroísmo dos agentes do Estado. Aos poucos, tudo estava voltando à "normalidade", devido à essa composição de sujeitos na cena.

Entretanto, nessa produção simbólica do mecanismo solução-problema – como se a vida pudesse voltar ao normal para muitos dos que perderam familiares – foram invisibilizadas muitas relações de poder imbricadas na definição das razões do desastre como, por exemplo, a falha logística das esferas municipal, estadual e federal no transporte de alimentos que tardaram a chegar enquanto muitos passavam fome; em Itajaí, quando os donativos finalmente começaram a chegar,

houve espera de mais de seis horas para se receber cestas básicas que como eram “insuficientes para todos [...] tiveram de ser repartidas. Uns ganharam farinha, outros papel higiênico (...) Todos tiveram direito a uma garrafa de meio litro”. Na distribuição das doações, “três caminhões com mantimentos – dois do Exército e um com doações diversas de particulares, [eram] sempre devidamente **escortados com homens armados para evitar saques**” (IZIDORO, 2008a; grifo nosso). Isto é, em meio à falta de alimentos e de água, os saques eram coibidos pelas forças policiais enquanto as poucas doações eram controladas pelo Exército. Diante disso, um tema que passou a ser recorrente na mídia foi a solicitação de doações de todos os brasileiros para os desabrigados de Santa Catarina. As doações, em alimentos e em dinheiro, e as ações dos voluntários foram temas bastante reportados fazendo-se, inclusive, diversas campanhas para arrecadação de doações e inserção de voluntários para trabalhar na triagem das mesmas.

O foco passou a ser as “doações” nomeadas como solidariedade do povo brasileiro para com os pobres. Isto é, a enunciação como “doação” esvazia a responsabilidade do Estado para com o cidadão em relação à segurança de sobrevivência prescrita na Política Nacional de Assistência Social<sup>14</sup> (BRASIL, 2004a). O termo “doações” esvazia o sentido daquilo que é um direito do cidadão e não um benefício que ele “recebe”.

Houve tanta mobilização em torno das “doações” que já no dia 03 de dezembro de 2008, em razão da falta de espaço para armazenamento, a Defesa Civil de Santa Catarina pediu que os Estados esperassem para mandar novas doações, “orientou que somente mantimentos já separados por tipo – caminhões carregados só com água ou colchões, por exemplo – sejam [fossem] enviados” (BEDINELLI, IZIDORO, 2008). Ou seja, não só não havia mais espaço para armazenar como não havia como separar os donativos para então distribuí-los nos abrigos temporários. O esforço por demonstrar a necessidade de uma mobilização nacional frente ao considerado “maior desastre da história do país<sup>15</sup>”, já havia recebido, segundo relatou a Folha de São Paulo em 05 de dezembro, “mais de 1,5 mil toneladas de alimentos, 1,3 milhão de litros de água e mais de cem toneladas de

---

<sup>14</sup> A Segurança de Sobrevivência prevê auxílio a pessoas e famílias vítimas de calamidades e emergências (BRASIL, 2004a).

<sup>15</sup> Há controvérsias quanto a esta nomenclatura de maior desastre do país. Existem outros grandes eventos que fazem parte da história de desastres no país como, por exemplo, o desastre de Caraguatatuba/SP no ano de 1967.



roupas” (SOLANO; PICHONELLI, 2008). Entretanto, todas essas doações vindas de todas as partes do Brasil não estavam sendo gerenciadas a contento pela Defesa Civil Estadual, que deveria ser responsável por organizar a recepção, triagem e distribuição dos donativos para os abrigos temporários.

Assim, o “problema” passou a ser não a falta de preparo da Defesa Civil Estadual, mas a falta de voluntários, da ação da sociedade civil, como relatou o Jornal Folha de São Paulo, no dia 08 de dezembro de 2008<sup>16</sup>:

“com o fim das chuvas e o retorno à vida normal (...) a Defesa Civil do Estado se depara com a escassez de voluntários nos centros de recepção de donativos (...) O gerente da Defesa Civil de Santa Catarina, major Emerson Emerin, diz que os donativos continuam sendo enviados de todo o país, mas que, nas cidades atingidas, não há pessoal suficiente para recepcioná-los, fazer a triagem e ajudar no transporte às famílias em abrigos. [Em Blumenau, por exemplo,] os caminhões fazem fila para descarregar no lado de fora do parque [Parque Vila Germânica, que centralizou o recebimento de donativos], o que fez a Defesa Civil do município colocar anúncios com apelos para inscrição de mais voluntários que, em troca, receberão almoço e jantar” (DO VALLE, 2008).

A própria atividade de *voluntário* presume que a pessoa abdique de um tempo próprio destinado a uma determinada atividade (trabalho, cuidado com a casa, cuidado com os filhos etc.) para se dedicar a outra, a qual, nesse contexto, poderia se referir ao trabalho de triagem das doações. Se quando havia escassez de alimentos a recepção e a distribuição dos mesmos era feita pelo Exército para controlar a possibilidade de saques (conforme referenciado acima), quando houve abundância de alimentos e outros produtos para serem selecionados, separados e distribuídos, a não inserção da mão-de-obra voluntária passa a se constituir como um problema de falta de solidariedade da sociedade civil e não propriamente da ineficácia do Estado em se responsabilizar por essas ações.

Telles (1999, p.103) considera que o discurso edificante da solidariedade sob o formato da parceria com a sociedade civil acaba por elidir “a questão dos direitos por via da transferência das responsabilidades públicas na prestação de serviços sociais para a assim chamada comunidade, seja a família,

<sup>16</sup> Menezes (2009, p.318) aponta que segundo a “Coordenação do Núcleo da Rede Globo em Santa Catarina, entre 22 de novembro e 8 de dezembro, foram computadas na Rede Globo (...) mais de duzentas matérias e vivos sobre a catástrofe no Vale do Itajaí/SC. A partir da análise documental dos registros jornalísticos do Jornal *Folha de São Paulo*, no período compreendido entre 23 de novembro de 2008 e 23 de dezembro de 2008 (data esta de realização de pesquisa de campo), pôde-se verificar o *quanto* os acontecimentos em Santa Catarina estavam repercutindo não só na mídia televisiva, mas na mídia impressa. Nesse período foram veiculadas 63 reportagens (vide Anexos), cujas datas e títulos permitem analisar como a problemática vai sendo construída ao longo do tempo.

sejam as organizações não-governamentais, sejam as organizações filantrópicas”. Assim, o “discurso humanitário da filantropia” acaba por bloquear a dimensão política, esvaziando ou neutralizando os espaços de conflito, de negociação e de ação, como, por exemplo, o esclarecimento sobre a demora para o provimento de distribuição de alimentos às populações afetadas e as falhas logísticas da Defesa Civil. Nessas novas formas de gestão do social há uma demolição do Estado e uma paulatina privatização dos serviços públicos, o que tende a ocorrer também em cenários de desastres. No caso do Vale do Itajaí, diversas ONG’s estiveram presentes – como a Rotary Internacional, Asas de Socorro, Visão Mundial, Instituto Ressoar etc. – e desempenharam um conjunto de atividades distintas como, por exemplo, a atuação em centros de doações e abrigos temporários. Entretanto, com o passar do tempo, tais ações voluntárias acabaram diminuindo e o Estado teve de desencadear outras ações para criar outra responsabilidade na gestão dos conflitos nos abrigos. A Prefeitura de Blumenau, por exemplo, abriu um edital para professores, educadores e coordenadores pedagógicos interessados em converter 10 dias de férias em prestação de serviços nos abrigos (PREFEITURA DE BLUMENAU, 2008).

Esse processo de terceirização acaba se desenhando como uma oportunidade de mercado no cenário de desastre quando, por exemplo, os meios de comunicação exibem falhas das ações de instituições do Estado e de voluntários, como no caso do “roubo” na triagem das doações, tal como reportado pela Folha de São Paulo, no dia 16 de dezembro:

“Soldados do Exército designados para ajudar as vítimas das chuvas em Santa Catarina foram flagrados ao desviar roupas e outros produtos doados pela população de todo o país da central de distribuição de Blumenau. Voluntários também foram filmados ao selecionar e furtar objetos do local” (SOLANO; HENNEMANN, 2008a).

A solução nesse caso foi terceirizar o setor de doações, delegando-se à iniciativa privada como, por exemplo, para empresas de logísticas as quais, em razão de se ter declarado Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, podem ser contratadas sem licitação:

“O governo de Santa Catarina paralisou a entrega de roupas para os desabrigados e desalojados pelas chuvas na região de Blumenau após o flagrante de furtos no centro de distribuição da Vila Germânica. O governo

informou que a distribuição das roupas será retomada quando uma empresa de logística assumir o trabalho” (SOLANO; HENNEMANN, 2008b).

Outras imagens veiculadas pela mídia, que compuseram o *timing* do que se constitui como “desordem” e “ordem” no desastre do Vale do Itajaí/SC, referem-se aos salvamentos aéreos realizados no Morro do Baú, ressaltando-se o heroísmo e sucesso das diversas instituições militares ali presentes, tornando invisíveis as estratégias comunitárias de sobrevivência e sofrimento social diante da ineficiência do Estado. Menezes (2009), em *A tragédia do Morro do Baú*, reporta o caso das famílias do Morro do Baú que ficaram à espera do resgate. Dentre essas, tem-se o caso da família de José Altino Richart, 59 anos. Na noite de domingo, ele retrata que estava lendo a Bíblia sob a luz de velas – pois não havia mais energia elétrica – quando sua mulher disse para irem dormir. Tempos depois escutou um grande estouro e

“quando dei por mim, estava sobre um monte de escombros (...) Em cima dos escombros eu vi uma pequena luz lá no meio. Não havia energia e eu perguntei quem era. E a Giane [filha] respondeu que era ela e estava trancada(...) Uns quatro vizinhos vieram com uma moto-serra para cortar as madeiras (...) Eles tentaram cortar e ela disse que se cortassem um pouco dela, não tinha problema. Ela estava trancada acima da bexiga. O guarda-roupa estava sobre ela. Faltou gasolina na moto-serra e era muito difícil cortar aquilo no escuro e com forte chuva (...) Ela perguntou se ficaria sozinha. Eu disse que não, que ficaria sempre ao lado dela. Que se outra barreira viesse morreríamos juntos, mas eu não a deixaria. Eu estava de cócoras e ela com a cabeça no meu colo. A dor era demais e ela pedia para que eu a matasse. A gente estava naquele desespero. Eles [vizinhos] deixaram uma jarrinha de água antes de sair, mas logo acabou. Ela passou então a sugar a manga molhada e suja de barro do meu pijama. Assim foi aquela penúria a noite toda. Ela perguntava a todo momento, na madrugada, que horas eram e se o socorro viria” (MENEZES, 2009, p.71-73).

No dia seguinte, segunda-feira, quando o dia amanheceu, José Richart relatou que vários vizinhos vieram ajudar, com ferramentas como serrote, facão, até que as dez horas da manhã, eles conseguiram tirá-la dos escombros. Alguns vizinhos se deslocaram no morro para tentar ligar e pedir socorro, enquanto outros ajudavam a envolver o corpo de Giane em cobertores a fim de esquentá-la. Enquanto isso aguardavam o socorro:

“O Prefeito de Gaspar já anunciava às nove horas da manhã a chegada de helicópteros. Quando ela escutava o barulho de helicóptero, dizia que o socorro estava chegando. Olha Pai, eles estão chegando. Depois do meio-dia passaram dois helicópteros, mas muito alto. Acenamos, mas não nos

viram. Ela agüentou até as quatorze e trinta. Neste momento, me perguntou pela última vez se viria o helicóptero. Eu disse que sim. Depois do meio-dia eu já notei que ela estava ficando roxa. Minha filha Gisele começou a sacudi-la e dizer que ela não poderia morrer, o vizinho também. Pedi calma aos dois. A Giane disse finalmente que não agüentava mais e morreu. Às dezesseis e trinta o helicóptero chegou, mas era tarde e não adiantava mais. É um sofrimento difícil de esquecer”, relata o pai que perdeu a filha (MENEZES, 2009, p.73).

A seleção de temas para compor a cena do desastre por meio do poder simbólico das instituições ali representadas visou compor uma visão sobre o tema de modo a criar não só silenciamentos quanto às falhas do Estado, mas de instrumentalizar mecanismos de controle sobre os afetados de forma a sujeitá-los à lógica autoritária arraigada nas instituições de proteção civil. Assim, um dos temas mais recorrentes nas matérias jornalistas se referem ao retorno dos moradores para áreas consideradas de risco e as ações das equipes de resgate. No dia 29 de novembro, a Folha de São Paulo relatou: “a queda de barreira em Arraial durante a madrugada, **apesar** de matar três adultos (...) e uma criança (...) não era suficiente para motivar alguns vizinhos a sair de lá” (IZIDORO, 2008b; grifo nosso). Conforme Cardoso (2006), o debate acerca do risco assume, muitas vezes, uma abordagem moralizadora como esta acima enunciada, que tende a atribuir a certos grupos sociais um déficit na percepção de risco, atribuindo a estes o status de “ignorantes”, por estes insistirem em permanecer em determinados locais *apesar* de existirem fatos que comprovem o risco. Assim, a arbitragem social (cf. MITJAVILA, 2002) pode fazer uso de uma abordagem moralizadora, destituindo a possibilidade de enunciação dos sujeitos que detém menor capital para produzir outras compreensões do mundo.

Desse modo, a área de risco passa a ser definida pelos meios de comunicação a partir de uma concepção autoritária, não aberta ao diálogo, à negociação, ou seja, como uma área que deve ter controle policial: “A saída e chegadas nas áreas de risco seguiam **fora de controle**” (IZIDORO, 2008b; grifo nosso). E o abrigo temporário, diante desse processo, passa a ser representado pelos meios de comunicação como uma área de confinamento, representado similarmente a uma prisão, uma vez que os abrigados passam a *fugir* e *escapar* do abrigo para ir para a “área de risco”. Conforme reportou a Folha de São Paulo em 29 de novembro:

“Valdir (...) já havia sido resgatado de helicóptero do Alto do Baú na última segunda-feira devido ao risco de desabamento da sua casa. **Fugiu do**

**abrigo** e, ontem de manhã, voltou para lá, até ser levado pelas equipes de busca, novamente de helicóptero, a Gaspar (...) No primeiro resgate, (...) [Valdir], que é dono de uma serraria, foi levado para um abrigo em Blumenau. Não havia vagas e ele foi transferido para Gaspar. Foi de lá que ele **escapou** acompanhado de um amigo” (AGÊNCIA FOLHA, 2008a; grifo nosso).

Entretanto, além dessa estratégia de culpabilização do pobre a partir de uma abordagem moralizadora, há o processo de criminalização balizada por mecanismos jurídicos que tendem a legitimar concepções e ações autoritárias de atuação em desastres – os quais, longe de simbolizarem uma “ameaça à vida”, adquirem, por meio de uma produção simbólica, a primazia de serem uma “ameaça à segurança pública”, uma desordem. Desse modo, os “afetados em desastres” passam a ser enquadrados como suspeitos, desviantes, desordeiros. Exemplificando esse processo, temos o caso das enchentes de novembro de 2008 em Santa Catarina cujo comando geral da Polícia Militar baixou a portaria nº 816 de 25 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial nº 18.497 do dia 26/11/2008, restringindo a circulação, à noite, de pessoas em bairros em que os moradores tiveram de ser retirados. Também a partir dessa portaria, moradores que se recusavam a sair de suas casas em áreas consideradas de risco passaram a ser criminalizados por “obstrução ao serviço policial em resgate”, sendo encaminhados às delegacias. Conforme relatou a Folha de São Paulo em 02 de dezembro:

“A equipe de resgate chegou para socorrer a vizinhança de deslizamentos iminentes, mas Adelino (...) disse que não sairia de lá de jeito nenhum. Tirou um facão e ameaçou os bombeiros que tentavam socorrê-lo (...). Foi preso, tirado à força do local e obrigado a passar a noite na delegacia. Essa foi a primeira detenção de moradores depois da ordem de retirar os resistentes algemados, se necessário. (...) [o acusado] responderá por obstrução ao serviço policial em resgate. ‘Se voltar para lá, será preso de novo’, disse o delegado, após liberar a saída dele para a casa de parentes” (IZIDORO, 2008c).

Esse processo de judicialização no campo do desastre, criminalizando o pobre, tende a cada vez mais estar presente para balizar as ações das instituições que desempenham ações de “defesa civil”, legitimando cada vez mais concepções autoritárias. A Defesa Civil de Gaspar/SC, por exemplo, relatou à época das enchentes de 2008 em Santa Catarina: “[A Defesa Civil do município] estuda meios jurídicos para impedir que famílias insistam em retornar para casas condenadas (...). Está sendo feita uma consulta aos advogados do município”, diz o diretor da Defesa

Civil (AGÊNCIA FOLHA, 2008b). Siena & Valencio (2006) reportam um exemplo dessa judicialização que favorece o processo de criminalização do pobre, morador da “área de risco”, referenciando-se à reportagem veiculada pelo Jornal Nacional, no dia 13 de janeiro de 2005, intitulada de “Resistência e risco”:

“Há dois anos, o lavador de carros Antônio e a mulher se recusaram a sair do barracão em que moravam. A chuva forte provocou um deslizamento de terra. Eles perderam seis filhos e três sobrinhos. Agora, o casal, denunciado pelo Ministério Público, pode ser processado pela morte das crianças. O pai dá um conselho: ‘O que tem que ser feito hoje, não espera amanhã, pode acontecer o que aconteceu comigo, perder a família e ter esta triste vida que eu vivo’”.

As autoras supra argumentam que culpabilizar e criminalizar o indivíduo pelo efeito deletério que o mesmo sofre de sua precária situação social, é o mesmo que afirmar que “a pobreza é culpa dos pobres”, deixando de se considerar que trata-se de uma problemática global, que envolve a sociedade macroenvolvente e a estrutura de classes. Assim, o verdadeiro desastre é naturalizarmos a responsabilidade do indivíduo para justificar a ausência estrutural das condições de moradias saudáveis e seguras (SIENA; VALENCIO, 2006).

As imagens de atuação eficiente do Estado e do apoio nacional no provimento de doações descartaram uma definição alternativa do desastre, alicerçada nas experiências daqueles que estão vivenciando-o. Para estes, o desastre se prolonga no abrigo (cf. SIENA, 2009), continua em perdas e danos de difícil superação no curto prazo, que é o período no qual a mídia se detém sobre os acontecimentos. A representação hegemônica não considera as perdas materiais e imateriais dos afetados ao longo do tempo, mas classifica os desastres como “naturais”, subestimando a vulnerabilidade, a importância dos danos para a vida social, incorrendo numa violência simbólica que procura dar a única forma possível da tradução do sofrimento social (BOURDIEU, 2004b).

## 3

**DESTERRITORIALIZAÇÕES E DESASTRES: CAMPOS DE DESABRIGADOS<sup>17</sup>**

Marandola Jr. & Hogan (2006, p.36) consideram que “os geógrafos (...) possuem uma larga tradição em trabalhar as dimensões social e ambiental simultaneamente, numa perspectiva espacial”, isto é, eles tenderiam a se preocupar com a vulnerabilidade do lugar, diferentemente “dos cientistas sociais, que focalizam a vulnerabilidade de pessoas ou grupos”. Objetiva-se, nesse capítulo, iniciar uma reflexão se o desastre pode ser compreendido como um processo em que está imbricada a desterritorialização das famílias de seu lugar, isto é, da vulnerabilidade do grupo na perda do seu lugar, pois não é o território em si mesmo que faz dele objeto de análise e, sim, a sua composição e o seu uso (SANTOS, 1994).

Muitas das discussões sobre desterritorialização, no âmbito da Sociologia Ambiental, têm sido tratadas do ponto de vista dos conflitos ambientais (VAINER, 1998; VAINER, 2007; ALMEIDA, 2004; BRITO, 2006; SANT'ANA JÚNIOR, 2006), em que os deslocamentos compulsórios de grupos sociais são realizados para benefício de grupos mais poderosos que querem maximizar os ganhos de capital no território. Embora muitos processos de desterritorialização sejam impostos por uma lógica de maximização do capital pela dominação e apropriação de determinados territórios, há outras lógicas que têm desencadeado tais processos e cuja manifestação ganha concretude nos desastres.

**3.1 Território, desterritorialização, desastre e reterritorialização**

Para Haesbaert (2002a), ao se analisar a história da concepção de território, de como ela surgiu e da importância da relação sociedade-espço, identificam-se duas grandes vertentes interpretativas que tradicionalmente se opuseram. Num extremo, há uma concepção “naturalista” do território, que o compreende a partir de um sentido físico, material, como inerente ao homem, ou seja, como extensão do próprio ser. Num outro extremo, emergiu uma concepção etnocêntrica do território, negando a relação sociedade-natureza, como se o território

---

<sup>17</sup> A expressão “campo de desabrigados” foi uma sugestão da Prof<sup>a</sup>. Dra.Cibele Rizek, em minha banca de qualificação ocorrida em 29 de setembro de 2009.

pudesse prescindir de uma base natural e fosse uma construção puramente humana.

Saquet (2007) afirma que, a partir dos anos 1950-1960, emergiram novas definições do conceito de território, representadas por quatro tendências e/ou perspectivas, a saber: a) uma eminentemente econômica, que entende o território a partir de relações de produção e das forças produtivas; b) outra, pautada na dimensão geopolítica do território; c) a que enfatiza as dinâmicas político-culturais e simbólico-identitárias; e, d) por fim, uma abordagem que, a partir dos anos 1990, dirige-se às discussões sobre sustentabilidade ambiental e desenvolvimento local. Segundo o autor, apesar das especificidades de cada abordagem, há um aspecto comum entre elas, qual seja, o de superar o caráter meramente descritivo, classificatório e acrítico predominante até os anos de 1950. Em outras palavras, passou-se de “estudos do território de matriz biológica ou com base na atuação do Estado-Nação (...) para abordagens relacionais-processuais, reconhecendo-se outros níveis de relações de poder” (SAQUET, 2007, p.17).

Para Haesbaert (2004), o território “nasce” com uma dupla conotação: material e simbólica. Etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *térreo-territor* (terror, aterrorizar), isto é, relaciona-se a uma dominação (jurídico-política) da terra que inspira terror, medo e impedimento de entrar e, ao mesmo tempo, relaciona-se a uma identificação, a uma apropriação. O território, segundo o autor, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não somente ao tradicional poder político. Refere-se ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao seu sentido mais simbólico, de apropriação.

Desse modo, o território é um espaço para manutenção, conquista e exercício de poder, que se define e se delimita a partir das relações, envolvendo dominação e apropriação. A dominação implica a criação de territórios para fins utilitários e funcionais. A apropriação refere-se a uma dimensão não somente concreta, mas de ligações afetivas e simbólicas entre um grupo social e seu espaço.

A essa apropriação e dominação de um espaço dá-se o nome de territorialização, a qual tem por objetivos: abrigo físico, fontes de recursos materiais ou meios de produção; a identificação ou simbolização de grupos por meio de referentes espaciais; a disciplinarização ou controle por meio do espaço, a construção e controle de conexões e redes. Nessa territorialização, haveria por parte de indivíduos e/ou dos grupos sociais, a constituição da territorialidade. Para



Haesbaert (2004), além de incorporar uma dimensão estritamente política, a territorialidade se refere, também, às relações econômicas e culturais, estando intimamente ligada ao modo como os grupos utilizam-se da terra, como organizam o espaço e dão significado ao lugar. Como o território “é uma relação social mediada e moldada na/pela materialidade do espaço (...) minha classe social, meu gênero, minha língua (ou mesmo meu sotaque), minhas roupas (...) cada uma destas características joga um papel diferente na construção de minha territorialidade urbana” (HAESBAERT, 2004, p.350).

Dessa forma, há uma vivência ao mesmo tempo de muitos territórios que, combinados, irão constituir a multiterritorialidade. Tais territórios se constituem como: a) territórios-zona – com áreas e limites bem demarcados – como, por exemplo, na casa onde moro; b) territórios-rede – espacialmente descontínuos, dinâmicos e mais suscetíveis a sobreposições – como, por exemplo, o percurso de ônibus que tenho que acessar para me deslocar entre zonas diferentes, da casa para a escola, da casa para o trabalho, do trabalho para a escola. Porém, o usufruto ou não dessa multiterritorialidade depende de questões de ordem cultural e identitária, mas principalmente de condições socioeconômicas e políticas, que irão definir distintas territorialidades: “enquanto uma elite globalizada tem a opção de escolher entre os territórios que melhor lhe aprouver (...) outros, na base da pirâmide social, não têm sequer a opção do ‘primeiro’ território, o território como abrigo, fundamento mínimo de sua reprodução física cotidiana” (HAESBAERT, 2004, p.360).

Contudo, todo o território constituído está sujeito a um processo de desterritorialização, ou seja, de negação da fixação de grupo social a uma base biofísica (HAESBAERT, 2004) – o que acarreta a descaracterização dos agentes dos lugares em que se situam, que assumem e que ocupam por meio de suas propriedades (BOURDIEU, 2001). Segundo Haesbaert (2004), cada momento histórico e cada contexto geográfico revelam sua própria forma de desterritorialização, quer dizer, sua própria relação de domínio e/ou apropriação do espaço, privilegiando determinadas dimensões do poder. Assim, a utilização desse conceito de desterritorialização deveria ser aplicada<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> Haesbaert (2002b) considera que grande parte dos trabalhos acadêmicos tem focalizado a destruição de territórios, ou seja, a desterritorialização, sem elucidar a concepção de território que está imbutida nesse processo. Segundo o autor, quando se reporta ao processo de desterritorialização, é preciso se referir que este se trata de uma imbricação entre duas dimensões –

“a fenômenos de efetiva instabilidade ou fragilização territorial, principalmente entre grupos socialmente mais excluídos e/ou profundamente segregados e, como tal, de fato impossibilitados de construir e exercer efetivo controle sobre seus territórios, seja no sentido de dominação político-econômica, seja no sentido de apropriação simbólico-cultural” (HAESBAERT, 2004, p.312).

Haesbaert (2002a) aponta a existência de desterritorializações extremas também denominadas como *aglomerados de exclusão*. Estes compreendem os grupos marginalizados “no sentido de exclusão social de fato, o que significa a própria exclusão do circuito capitalista explorador, típica da desterritorialização que as redes das classes sociais hegemônicas promovem no espaço dos miseráveis” (HAESBAERT, 2002a, p.185). Para ele, “toda pobreza e, com mais razão ainda, toda exclusão social, é também, em algum nível, exclusão socioespacial e, por extensão, exclusão territorial” (HAESBAERT, 2004, p.315).

Mais do que um espaço “à parte, excluído e amorfo”, o autor afirma que, sobre o aglomerado, cruzam-se uma multiplicidade de territórios de redes e territórios que não permitem definições ou identidades claras, como se fossem “vazios de sentido”, tal como se o conceito de “massa” tivesse uma contrapartida geográfica na noção de aglomerados humanos de exclusão. Assim, defini-los espacialmente é uma tarefa difícil porque eles estão imbricados “na avalanche que joga em nosso cotidiano todas as escalas e quase todos os sentidos possíveis” (HAESBAERT, 2002a, p.186). Os aglomerados são produtos do abandono dos circuitos globais de integração à sociedade capitalista, seja em relação à dimensão do trabalho, do consumo, da cidadania e por que não da moradia:

“depois da oposição campo-cidade do século 19 e a oposição centro-periferia do século 20, assistiremos dentro em breve, se não nos prevenirmos, à oposição entre aqueles que contam com um domicílio e um emprego permanente e os que vivem à deriva, à procura de uma subsistência precária e de um alojamento provisório” (VIRILIO, 1994 apud Haesbaert, 1995, p.190).

Segundo Haesbaert (1995, p.170), os aglomerados se situam num nível mais agudo do processo de exclusão, em que os “indivíduos perdem seus laços com o território e passam a viver numa mobilidade e insegurança atroz, como em muitos acampamentos de refugiados e grupos de sem-teto”. Os refugiados

---

uma política, mais concreta, e outra cultural, de caráter mais simbólico – ou ainda, de preponderância de uma delas, pois muitas vezes não são processos coincidentes.

seriam “novos nômades”, aos quais “só resta como alento a uma mínima organização, em meio à total insegurança e fragilidade, a luta pela sobrevivência física cotidiana” (HAESBAERT, 1995, p.190). Eles seriam “refugiados de território”, porque foram expulsos por razões político-culturais ou são “fugitivos do caos econômico”. Para Kowarick (2002, p.22), a noção de exclusão traz consigo a idéia de “não ser admitido, de ser repellido, expulso ou mesmo banido, designando um grupo que se encontra cerceado ou confinado, como no *apartheid* da África do Sul até tempos recentes”. Isto é, “exclusão” exprime uma “condição de despossessão de direitos, chegando a atingir casos extremos de extermínio em massa, cujos exemplos podem ser encontrados entre os considerados heréticos pela Santa Inquisição, os judeus e ciganos na Alemanha nazista” (KOWARICK, 2002, p.22).

Dentro desses exemplos de “populações supérfluas” (cf. BAUMAN, 2005), poderíamos incluir ainda os refugiados ambientais e os desabrigados que tendem a aumentar em decorrência da vulnerabilidade social que se desdobra numa produção frágil do espaço e, conseqüentemente, mais sujeita à vivência negativa de perigos naturais, como os relativos às chuvas e outros.

Embora muitos processos de desterritorialização sejam impostos por uma lógica de maximização do capital, há outras lógicas que têm desencadeado tais processos, e cuja manifestação ganha concretude nos desastres. Nesse sentido, se tomarmos o contexto de desastres, no bojo do qual se constitui o grupo de desabrigados estão combinadas faces econômicas, políticas e culturais.

As famílias desabrigadas, diante do processo de perda do território da casa são obrigadas pelo ente público a tentar se reterritorializar em outros espaços que perderão suas funções originais para se tornarem circunstancialmente abrigos. As escolas, ginásios, centros de exposições, são adaptados como abrigos, sempre tido pelo discurso do ente público como um *lugar provisório*. A provisoriedade é a narrativa que exprime a flexibilidade que o desabrigado deve ter para seu proveito. Mas, ao estudar como essa lógica se opera no meio urbano, Valencio (2008) aponta para a existência de um novo mecanismo de contestação levada a cabo pelas instituições públicas em relação ao direito do pobre de morar nas cidades. Tal mecanismo é tornar a provisoriedade do atendimento no abrigo tão indigno que a família seja compelida a abandonar definitivamente a cidade. Isto é, trata-se de uma estratégia de cunho higienista.

Considerando que o acesso à cidade é mediado pelo acesso à moradia e este último pelo acesso à terra (cf. CARDOSO, 2006) e que o cidadão é um indivíduo num lugar (cf. SANTOS, 1998), questiona-se: como as famílias desabrigadas, ao perderem a moradia e serem encaminhadas para abrigos temporários gerenciados pelo Estado, tentam reproduzir um território mínimo de cidadania?

Para os órgãos de defesa civil, o abrigo é uma fase de resposta e reabilitação do que o Estado concebe como cenário do desastre, isto é, a vivência no abrigo não é compreendida como um prolongamento do desastre (cf. SIENA, 2009), mas sua superação, sobre o qual as instituições devem agir para minimizar os efeitos que se apresentam às famílias que perderam suas casas. Porém, a necessidade de uma família ir a um abrigo demonstra um processo de desterritorialização extrema, isto é, uma prática na qual um local de uso público confina várias famílias. Compreender o sofrimento social implícito nesse processo de desterritorialização extrema implica considerar no que consiste para as famílias a perda do território da casa, como elemento de construção da sua realidade.

### **3.2 A casa como território mínimo da família**

Bruschini (1989) considera que os contornos do conceito de família estão longe de serem bem definidos, pois existem várias compreensões e definições do que o conceito constitui. Bourdieu (1997) afirma que a família que somos levados a considerar como *natural* é uma invenção recente. Como um conceito classificatório, “família” seria uma categoria, um princípio de construção da realidade social que, ao mesmo tempo, empreende uma descrição e uma prescrição que não aparece como tal porque é quase universalmente aceita e admitida como dada. Nesse sentido, seria preciso ao sociólogo “deixar de apreender a família como um dado imediato da realidade social, para ver nela um instrumento de construção dessa realidade” (BOURDIEU, 1997, p.133).

Sarti (2007, p.9) considera que a família é uma “referência simbólica fundamental que permite pensar, organizar e dar sentido ao mundo social, dentro e fora do âmbito familiar”, pois “pensada como uma ordem moral, constitui o espelho que reflete a imagem com a qual os (...) [indivíduos] ordenam e dão sentido” (Idem, p.22). Ou seja, “seu valor não é meramente instrumental, mas se refere à sua

identidade de ser social e constitui a referência simbólica que estrutura sua explicação do mundo" (Idem, p.52-53). Por meio dela, perfazem-se códigos de obrigações que se constituem numa linguagem que possibilita negociar sentidos de atuação no mundo, dentro e fora do âmbito familiar, uma vez que a família pode ser compreendida como uma rede, "configurando uma trama de obrigações morais que enreda seus membros, num duplo sentido, ao dificultar sua individualização e, ao mesmo tempo, viabilizar sua existência como apoio e sustentação básicos" (Idem, p.70).

Para Sarti (2007), há uma divisão complementar de autoridade entre o homem e a mulher na família que corresponde à diferenciação entre casa e família: a "casa é identificada com a mulher e família com o homem. Casa e família, como mulher e homem, constituem um par complementar, mas hierárquico. A família compreende a casa; a casa está, portanto, contida na família" (SARTI, 2007, p.63). Assim, o homem é considerado chefe de família enquanto a mulher é a chefe da casa. Como chefe de família, ele é a mediação da família com o mundo externo. Como chefe da casa, ela é quem mantém a unidade do grupo ao cuidar de todos e manter a casa em ordem.

Todavia, Fischer (2000) demonstra, a partir de alguns de seus estudos, que as mulheres, diante da maior inserção no mercado de trabalho, passam a se reconhecerem como chefes-de-família, principalmente quando colaboram ou quando respondem pela quase totalidade do orçamento da família. Entretanto, há uma grande resistência em reconhecer essas mudanças sociais, sendo que a participação das mulheres no orçamento da família é classificada "como ajuda, como complementar, dando a entender que o homem, enquanto chefe da família assume tal despesa, quando, muitas vezes, ela é totalmente responsável por essas obrigações consideradas masculinas" (SIENA, 2009, p.50).

Bruschini (1989, p.6) considera que a família "constitui um espaço social distinto, na medida em que gera e consubstancia hierarquias de idade e sexo. Ela é o espaço onde as gerações se defrontam mútua e diretamente e onde os sexos definem suas diferenças e relações de poder". Para a referida autora, o

"modelo harmônico, equilibrado e sem conflitos da família conjugal descrita pelo funcionalismo, baseado em tendências 'naturais' de homens e de mulheres para o desempenho de papéis expressivos e instrumentais, revela-se simplificador diante da realidade observada no cotidiano. Do ponto de vista da mulher, neste modelo, as possibilidades de uma vida satisfatória

são limitadas e a negação da família configura-se como saída para uma situação opressiva e sufocante” (BRUSCHINI, 1989, p.11).

Isso porque o funcionalismo concebe a família como algo estático, mas não como um grupo em transformação, tanto no âmbito de cada familiar particular, como também no interior das grandes transformações sociais. E, diante disso, acaba por valorizar a distribuição desigual de papéis entre os cônjuges, a domesticação da mulher, condicionando-a às identidades de “dona-de-casa” e “mãe” (cf. BRUSCHINI, 1989). Mas, segundo Bruschini (1989), as correntes marxistas também projetaram uma imagem muito simplificada da família, descrevendo-a como “somatória de indivíduos de um e de outro sexo que desempenham papéis complementares de produção de valores de uso e venda de força de trabalho, visando à sobrevivência” (BRUSCHINI, 1989, p.12). Para Bruschini (1989, p.13), a família “é um conjunto de pessoas ligadas por laços de sangue, parentesco ou dependência, que estabelecem entre si relações de solidariedade e tensão, conflito e afeto”, isto é, como constitui um espaço social distinto, é composta de indivíduos de sexos, idades e posições diversificadas, que vivenciam um constante jogo de poder que se cristaliza na distribuição de direitos e deveres. Dito de outro modo, “ao mesmo tempo em que nela [família] existe o conflito, há também interdependência e unidade entre seus membros, que querem manter preservado este espaço” (Idem, p.19).

O território mínimo que serve como elemento de construção social da realidade pela família é a casa. Esta pode ser concebida como um território, que tem historicamente permitido “uma variedade de imagens e significados, seja ela entendida como uma construção específica que serve de abrigo, seja como uma imagem de um espaço simbólico de pertencimento social, de intimidade e de segurança” (HIGUCHI, 2003, p.50).

A casa pode ser conceituada como “unidade do abrigo, do descanso e do trabalho; é uma referência de todos (...) demarca a territorialidade segura” (TIDAFI, 2006, p.17) ou não, dependendo dos processos de territorialização e desterritorialização enredados pelos diferentes agentes em disputa no espaço geográfico.

A casa é um dos locais que permitem, mesmo que de forma precária, a execução de diversos fazeres como dormir, comer, trabalhar, descansar, banhar-se. Ter um local onde as pessoas se reúnam para fazer suas refeições é identificado como uma das mais antigas explicações para a origem da casa (GRESSLER, 2007),

e no qual se explicitam os valores e os sentidos envolvidos no ato de preparar, distribuir e comer o alimento – bem como o valor da cozinha – para a família e para a chefe do lar:

“a área da cozinha, como e o que comer, a preparação e a distribuição dos alimentos, domínios femininos, envolvem um cuidado especial com relação ao que constitui outro valor fundamental, a comida, através da qual não apenas se alimenta a si mesma, mas também se expressa a prodigalidade de alimentar os outros” (SARTI, 2007, p.98).

Como a casa “é uma extensão da pessoa, um valor através do qual ela demonstra sua respeitabilidade” (SARTI, 2007, p.24), a casa *em ordem* faz parte da tentativa de causar *boa impressão*, razão pela qual a sala está quase sempre alocada na porta da entrada para receber as visitas, a face pública da habitação. Mas também existem, nem sempre de um ponto de vista da estrutura física, áreas criadas para se ter um pouco de intimidade, de distanciamento do mundo. O banheiro é um espaço privado, em que se exerce uma higiene pessoal, um cuidado com o próprio corpo, longe dos olhares alheios. É o espaço do pudor ao compartimentalizar a vergonha, um espaço de manifestação da privacidade<sup>19</sup>.

Em *A poética do espaço*, Bachelard (1993) se questiona se seria possível isolar uma essência íntima e concreta a partir da qual justificariamos o valor singular das nossas imagens de intimidade protegida. Para o autor, todo espaço habitado traz consigo a essência da noção de casa, sendo que a imaginação trabalha nesse sentido ao “construir ‘paredes’ com sombras impalpáveis para reconfortar-se com ilusões de proteção” (BACHELARD, 1993, p.25). O ser abrigado sensibilizaria os limites do seu abrigo, vivendo a casa em sua realidade e em sua virtualidade, por meio do pensamento e dos sonhos: a “casa abriga o devaneio, a casa protege o sonhador, a casa permite sonhar em paz” (Idem, p.26).

Frehse et al. (1996, p.91) afirmam, a partir de um estudo sobre o imaginário onírico da metrópole paulista, que a casa “aparece em quase todos os sonhos como o lugar da segurança, do conhecido, da rotina e do aconchego”, mas em quase todos os sonhos coletados está implícito, segundo Martins (1996, p.25), “um *conceito de estranho* e de um estranho que representa perigo e ameaça para o sonhador”. O lugar público aparece como cenário de medo, é sempre “um lugar *em*

---

<sup>19</sup> Segundo Gressler (2007, p.68), “Altman e Chemers (1984) definiram privacidade como sendo o controle seletivo do acesso ao espaço pessoal: não é a inclusão ou exclusão dos outros que é vital para a definição pessoal, mas a habilidade de regular esse contato quando se deseja. Lang (1987) definiu privacidade como a habilidade de indivíduos ou grupos controlar a sua interação visual, auditiva e olfativa com os outros”.

que se está fugindo, não é um lugar que se permanece” (MARTINS, 1996, p.26), isto é, expressa-se em oposição à casa da família. É marcado pela presença de pessoas anônimas e abstratas, por uma “identidade difusa [que] não é constituída por relações concretas em que se sabe quem é o outro” (Idem, p.27). Enquanto o mundo da casa seria o mundo da confiança, o mundo público, tal como um abrigo temporário, seria o da desconfiança.

A perda da casa implica aos desabrigados a invasão da intimidade protegida. Se a casa é um elemento de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem, em que o passado, o presente e o futuro lhe dão diferentes dinamismos, procurando afastar as contingências e multiplicar a continuidade (BACHELARD, 1993), a perda do exercício cotidiano de refazimento implica a fragilização do corpo de imagens que confere à família razões e ilusões de estabilidade em sua territorialidade.

O que mantém a casa ativa e seu passado e futuro mais próximos unidos é a atividade doméstica, que se reafirma cotidianamente. Esta constrói a casa e a conserva viva, pois a casa é reconstruída do interior, ela é nova pelo interior (BACHELARD, 1993). A partir da atividade doméstica, aos objetos são conferidos determinados sentidos, fazendo com que assumam seus lugares numa comunhão de ordem ao terem seus vínculos delineados pelos cuidados domésticos que reconstróem o mundo da casa a partir dos objetos: “fazer tudo, refazer tudo, dar a cada objeto um ‘gesto suplementar’ (...) são outros tantos benefícios que nos presta a imaginação ao fazer-nos sentir o crescimento interno da casa” (BACHELARD, 1993, p.82).

Para Bachelard, sem alguns objetos presentes na casa, a vida íntima não teria um modelo de intimidade, não existiriam *espaços de intimidade e de ordem*. O armário, por exemplo, confere um centro de ordem “que protege toda a casa contra uma desordem sem limite. Nele reina a ordem (...) A ordem não é simplesmente geométrica. A ordem recorda nele a história da família” (Idem, p.92). Pelos objetos vivemos o engrandecimento de um espaço íntimo. Cada objeto “investido de espaço íntimo transforma-se (...) em centro de todo o espaço” (Idem, p.207). Poder organizar as coisas pessoais e os objetos é poder organizar a si mesmo, e constituir a territorialidade da família.

Leite (2000) afirma que muitos dos trabalhos acadêmicos tenderam a compreender os objetos como estratégias de distinção, deixando de considerar a



dimensão do reconhecimento de si próprios na relação que estabelecem com os objetos. Na relação que cada um alimenta com os objetos pessoais da casa existiria, segundo Leite (2000, p.212) citando Kaufmann (1997), “‘um corpo a corpo emocional com as coisas’, considerando os objectos como extensões do próprio indivíduo, tal como Heidegger sublinhou, uma espécie de extensão *do ser nas coisas*”. Isto é, haveria experiências de perda de si nas coisas, ou seja, “de ruptura com o meio envolvente e, em particular, com os objectos que acolhem e reflectem a projecção das nossas memórias e afectos” (LEITE, 2000, p.213), O valor último dos objetos parece, assim, muito mais determinado pela sua capacidade em projetar sobre nós aquilo que é e foi o nosso investimento emocional. Cada qual conhece o poder particular dos objetos cujo sentido não está ao alcance de quem o olha, pois só nós conhecemos toda a sua força de sentido. Ou seja, “os objectos cristalizam memórias que, muitas vezes, parecem ser-lhes exclusivas” (Idem, p.215), razão pela qual muitas vezes as perdas de objetos nas enchentes não se resumem à perda material do mesmo, mas se perfazem por dimensões imateriais envolvidas no objeto (VALENCIO et al., 2007).

Bachelard (1993) considera que não somente se constrói uma casa para se viver nela, mas vive-se para construí-la e formá-la continuamente. Reportando Michelet (1858), Bachelard (1993, p.113) acredita que a casa é “construída pelo corpo, para o corpo, assumindo sua forma pelo interior, como uma concha (...) A casa é a própria pessoa, sua forma e seu esforço mais imediato”. Nesse sentido, Sarti (2007, p.129) afirma que a “importância da ordem e da limpeza diz respeito não apenas à casa, mas também ao corpo”, razão pela qual um dos valores manipulados “para definir o mendigo, [constitui-se como] aquele que é relaxado, porco, desleixado, como o que anda de qualquer jeito, que deixa a casa de qualquer jeito”. Assim, uma pessoa desleixada corresponde a uma casa desleixada.

Como a casa é a própria pessoa, ela manifesta “um estado da alma”, fala de uma intimidade, expressa tanto o amor quanto a dor. Khoury (2005), em *Amor e dor: ensaios em Antropologia Simbólica*, busca compreender a construção das emoções e sua inter-relação com a construção do social, tomando como foco de estudo pessoas que tiveram experiências traumáticas, em especial, aqueles que vivenciaram processos de luto<sup>20</sup>. Nesse livro, o autor procura compreender o ritual

---

<sup>20</sup> Segundo Khoury (2005, p.7), o luto é “entendido como um elemento de passagem traumático para os indivíduos ou grupos sociais em qualquer tipo de sociabilidade”.

da morte e o sofrimento de quem perde um ente querido a partir da relação entre a imagem fotográfica e o trabalho de luto.

Ao analisar o trabalho de luto de um senhor de oitenta e cinco anos que havia perdido a esposa, Khoury (2005) afirma que a sala se constituía como um templo que guarda as recordações da memória da vida desse senhor com a finada, do casamento, da construção da família, da chegada dos filhos, do nascimento dos netos, das comemorações diversas e da morte. Essa vida compactuada se expressa no álbum “afixado nas paredes da sala, inicialmente por sua esposa e por ela acrescentado e corrigido durante toda a vida, e acompanhado por ele como um coadjuvante” (KHOURY, 2005, p.16). A sala era, assim, o lugar “de memória do conjunto da vida comum estabelecida a partir do casamento e condicionada na afixação do conjunto fotográfico, no dia a dia de sua construção como paredes-álbum e como tecelagem da vida em família em cotidiana elaboração” (Idem). Com a morte da esposa, a sala se tornou o canto preferido do viúvo, o lugar “onde se sente inteiro em suas repetições e captações de gestos, de atitudes, de tempos e espaços ocupados por toda uma vida, que lá estão em permanente ebulição e presença” (Idem). Isto é, a casa é local de resguardo, da vivência do luto, e também de proteção do âmbito público frente aos julgamentos perante a dor continuada da pessoa enlutada: “fechada em sua dor, a pessoa enlutada vive momentos de ambigüidade de aceitar a ajuda dos de fora e ao mesmo tempo de sentir constrangimento de sua própria dor continuada” (Idem, p.106). Isso porque a permanência no luto é olhada com desconfiança, sendo associada à loucura. Se, inicialmente, a dor é compreendida e o luto é aceito socialmente, com o tempo a dor torna-se algo cada vez mais individualizado, torna-se particular, isto é, confinada ao à esfera privada, instalando-se socialmente uma espécie de autocensura que tende a reprimir a sua expressão pública.

Se a casa é o local do resguardo, da não exposição pública, de fugir-se da possibilidade da vivência prolongada e pública da dor e do luto, e quando não se tem mais a casa para vivenciar um processo de luto, como no caso dos desabrigados que perdem familiares, e se tem de vivenciá-lo num espaço de convivência pública exacerbada tal como um abrigo temporário?

Se a casa é o local de vivência do luto, pode-se também viver o processo de luto pela perda da própria casa, especialmente quando esta casa é fruto de uma luta de anos da família, isto é, um “luto pela luta”. Ao superarmos os

aspectos descritivos concernentes a uma análise geométrica da casa (BACHELARD, 1993), e considerarmos que a constituição de sua territorialidade pela família é permeada por aspectos simbólico-culturais processualmente enredados ao longo da trajetória de sua vivência, significando a sua história a partir da(s) casa(s) onde morou, cresceu, viveu, podemos “considerar que a casa, em si, pode se apresentar como uma espécie de *ente querido*” (VALENCIO et al., 2007, p.92).

Em desastres, muitas vezes são recorrentes as imagens de mulheres frente aos escombros, sentadas sobre eles, mesmo quando agentes de defesa civil ou engenheiros civis evocam a existência de riscos no local e almejam retirá-las de lá. Há, nesse ritual, uma “busca por algo que é, a um só tempo, uma relação consigo própria e com o outro” (Idem, p.91), isto é, uma procura de sentido frente à perda da materialização de uma trajetória, “que está impressa no corpo e que teima em não ruir na mesma temporalidade que as estruturas de concreto, pois são práticas apreendidas pelo corpo na relação estabelecida com o território” (Idem). Ou seja, um processo de reelaboração típico de um processo de luto.

Sob este prisma, a “área de risco” interdita após o impacto impossibilita o retorno a uma territorialização processualmente construída por parte das famílias para a vivência de um processo de perda da casa e, às vezes, de familiares e amigos. Estas, retiradas do local, perdem as referências especiais para reconstruir os sentidos das perdas havidas, têm de vivenciar as perdas no abrigo temporário que, como um aglomerado de exclusão, constitui-se em ausência de privacidade, insegurança sócio-espacial e fragilidade dos laços entre grupos familiares conviventes.

Para Carvalho (2005), a família é o primeiro sujeito que referencia e totaliza a proteção e a socialização dos indivíduos. Colocá-la como unidade de atenção das políticas públicas é um desafio na busca de opções mais coletivas e eficazes na proteção dos indivíduos de uma nação. Entretanto, Takashima (2005) salienta que o atendimento institucional à família, no Brasil, tem se revestido historicamente por um cunho assistencialista, de modo a tratá-la menos como sujeitos de direitos e mais como receptores de ‘bens’ das instituições. Neste processo de estatização da família, os profissionais acabam, com certa naturalidade, ‘invadindo como um trator’ sua privacidade. Ao invés de fortificar e descobrir suas potencialidades, acabam permitindo a opacidade de sua identidade.

Nesse sentido, se pensarmos nos desafios de gestão de abrigos temporários no Brasil devemos nos ater a este contexto, considerando um outro espaço de ação, qual seja um local público, no caso, o abrigo temporário. No abrigo, a unidade familiar passa a ser classificada pelos gestores de emergência e desastres dentro de uma outra lógica, que tende a homogeneizar a diversidade de papéis a ela associados, compreendendo os ali inseridos como *desabrigados*. Destituídos do território da casa, as famílias ali inseridas estão num outro tipo de figuração, num outro tipo de relação com os agentes do Estado, com os outros cidadãos, com os outros abrigados e consigo própria. No abrigo, além das condições de pobreza que estruturalmente estão presentes na sua vida, a família perdeu o seu território, o seu lugar na cidade, está destituída da estrutura espacial da casa para a construção social da realidade concernente ao grupo que lhe permite reconhecer-se dentro e fora do âmbito familiar.

### **3.3 O multiterritório do abrigo**

O fato de um município permitir a ocorrência de desabrigados, isto é, uma desterritorialização extrema que se expressa pela vulnerabilidade do grupo na perda da casa e do que ela implica para a família, já sinaliza sua pouca capacidade em garantir uma condição humana aos seus cidadãos.

Em termos formais, é de competência da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC) a organização dos abrigos<sup>21</sup>. Contudo, este aglomerado humano de exclusão, de um ponto de vista do atendimento dos órgãos de defesa civil, está suscetível a vulnerabilidades políticas que permeiam esses órgãos, a saber: a) a própria inexistência de um órgão municipal de defesa civil; b) a existência de uma COMDEC “fantasma”, isto é, imbuída de conflitos políticos (VALENCIO et. al., 2006) que tendem a operacionalizá-la como uma plataforma política junto aos segmentos mais pobres da população; c) a existência desse órgão, porém com falta de preparo para lidar com a organização de abrigos; e, d) a existência do órgão, mas a natureza do seu preparo depõe com a condição humana envolvida na lógica do

---

<sup>21</sup> O Decreto nº5.376, de 17 de fevereiro de 2005, o qual dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), em seu artigo 13, atribui as competências das Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (COMDECs) ou órgãos correspondentes, dentre as quais se incluem o ato de “planejar a organização e a administração de abrigos temporários para assistência à população em situação de desastres” (CASTRO, 1997, p.54).

mundo privado da família, isto é, concebe o abrigo como um espaço público de controle frente à ameaça de retorno às áreas de risco, de coletivização de rotinas e pessoas, enfim como um local de cumprimento de uma função técnica.

Em geral, os tipos de instalações utilizadas pela defesa civil como abrigo temporário classificam-se como fixas ou móveis. As instalações fixas compreendem as “edificações públicas ou privadas adaptadas para a habitação temporária” (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2006, p.22), como, por exemplo, ginásios, escolas públicas, centros comunitários. As instalações móveis são constituídas “por barracas de Campanha para a habitação temporária, em área pré-determinada” como, por exemplo, “campos de futebol, quadra poliesportiva sem cobertura fixa, descampados horizontais, entre outros” (Idem, p.23).

Os órgãos de defesa civil têm estruturado abrigos temporários principalmente em instalações fixas. Para tanto, tem-se utilizado ginásios, creches, centros comunitários, igrejas, mas, principalmente, escolas públicas. A utilização desses espaços físicos irá comprometer a dinâmica social precedente, ao se criar uma outra territorialidade sob um território em que havia outra funcionalidade, como a de servir à educação formal, por exemplo. Se, inicialmente, após o impacto do fator de ameaça, emergem formas de solidariedade e práticas de caridade por parte da comunidade não-impactada materializadas pela doação de alimentos, materiais de higiene pessoal, roupas, colchões, móveis, os quais são encaminhados aos abrigos (vide abaixo, Figura 4), no decorrer do tempo, as doações cessam, mesmo que os serviços de atendimento social local não tenham sido restabelecidos. Ademais, a ocupação desses espaços, também no passar do tempo, são reivindicadas pela comunidade não-impactada no intuito de refazimento das funções precedentes. Há, dessa forma, uma disputa de poder sobre uma área entre diferentes agentes, quais sejam, as famílias abrigadas, os cidadãos não-impactados e os órgãos de proteção civil.



**Figura 4- Desabrigados recebem roupas doadas pela comunidade, no ginásio tomado como abrigo temporário (GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, 2006).**

Legenda: No detalhe, abrigadas e crianças observam as roupas doadas e aglomeradas no piso de um ginásio poliesportivo utilizado como abrigo temporário. Ao fundo, observam-se algumas crianças descalças e sem camiseta brincando próximas a uma parede feita de lençóis – como processo de apropriação simbólica do espaço e constituição do local da família.

Esta hierarquização da satisfação das necessidades coletivas (cf. VALENCIO, 2007a) se desenvolve, por exemplo, quando a comunidade não-afetada necessita utilizar os ginásios públicos para práticas esportivas, mas é inviabilizada porque a municipalidade precisa prover abrigos temporários. Essa hierarquização acaba engendrando conflitos na dinâmica social pela disputa de um processo de territorialização que não consegue se estabelecer, e que se expressa conjuntamente como a escola-abrigo, o ginásio-abrigo etc. Estes conflitos podem acentuar a situação degradante e exacerbar a condição *outsider* dos desabrigados, tornando mais pública a sua ausência de laços sociais de quem não ter para onde ir, de ser um supérfluo (cf. BAUMAN, 2005), de não ter a quem recorrer e de onerar o Estado com gastos sociais, diferentemente dos desalojados que têm casas de parentes e de amigos para ocuparem. Os abrigados estão, assim, sob uma desterritorialização extrema, constituindo-se como um aglomerado humano de exclusão (HAESBAERT, 2004), marcados pela instabilidade, insegurança, pela ameaça de despejo, de ser descartado.

Para Elias & Scotson (2000, p.23), a sociodinâmica da estigmatização que rege a relação entre estabelecidos e *outsiders* tem como elementos indutores

de seu processo as relações de poder, de status e as tensões associadas a eles. Nessas relações de poder e de status é que se configuram a identidade e superioridade do grupo estabelecido, “bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído”. A criação de abrigos temporários pelos órgãos de defesa civil, dentro de um território configurado para outras funções públicas, engendra conflitos potenciais que podem emergir no interior da comunidade em relação à apropriação do lugar. Sob o pressuposto de que as funções de abrigo são temporárias, o que muitas vezes não procede, o Estado almeja restituir um tipo de “normalidade social” na configuração do espaço que desencadeia anormalidades na vida cotidiana dos grupos envolvidos, especialmente, entre famílias abrigadas e grupos que prescindem de abrigos, os quais querem a instituição do território da situação precedente.

Decisões ocorridas num nível macro, que desconhecem a lógica comunitária, acabam potencializando conflitos em torno do multiterritório contraditório ‘escola-abrigo’. Os abrigados *outsiders* passam a não ter “função nenhuma para os grupos estabelecidos: simplesmente estão em seu caminho e (...) [precisam ser] exterminados ou postos de lado até perecerem” (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 32) ou serem desterritorializados para outro local.

Este processo de exacerbação da estigmatização que os abrigados estão submetidos acaba se projetando ao olhar de todos, numa espetacularização das imagens. Em dezessete de março de 2006, o Jornal Hoje (da Rede Globo) exibiu imagens do território precário dos abrigados, replicado no multiterritório contraditório “escola-abrigo” de Jaboatão dos Guararapes/PE, reforçando uma imagem de desordem em que os diversos pertences das famílias ficam amontoados (vide Figura 5, abaixo). Como também noticiou os conflitos emergidos em torno do uso do multiterritório pelos abrigados e pela comunidade não-abrigada, como uma situação ‘inusitada’, em que os *outsiders*, pelo baixo poder de veicular seu ponto de vista através do acesso aos recursos midiáticos, acabam assimilando uma culpa que é imposta pelos grupos estabelecidos na reafirmação de seus papéis e identidades dentro da estratificação social e do desempenho do *habitus* do grupo. A partir de um critério utilitarista, a ‘culpa’ recai sobre os sem-nada, por estes não terem condições materiais de sustentarem suas famílias numa moradia:

“No mesmo espaço uma situação inusitada. Escola para 2.400 alunos e abrigo para 32 famílias. São pessoas que ficaram sem casa na cidade de Jaboatão (PE), vítimas de enchente de 2005. ‘Muita gente que reclama,

muito aluno que reclama porque a gente está aqui’, diz uma desabrigada. ‘Não é fácil. Isso sem contar com os dias que nós temos que suspender as aulas por falta de água’, fala a diretora Dilce Correia. (...) Pais e alunos estão revoltados. ‘Meu filho não aprende nada. Nem o nome dele ele sabe’, reclama uma mãe. ‘Quando começou duas turmas, três em uma sala só eu terminei desistindo’, conta uma estudante” (CARVALHO, 2006).



**Figura 5- Menino abrigado em escola-abrigo de Jaboatão dos Guararapes/PE (CARVALHO, 2006).**

Legenda: Circundado pelos pertences encaixotados da família e por algumas peças de roupa, menino estuda sentado sobre a cama que ocupou o lugar da carteira na escola-abrigo de Jaboatão dos Guararapes/PE.

Conforme Elias & Scotson (2000, p.23), “um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído”. Se as posições de poder referem-se à capacidade de ser caracterizado por meios de suas propriedades, de seus bens, de suas casas e pelos lugares que se ocupa (BOURDIEU, 2001), ter posições de poder é ser capaz de desterritorializar o Outro.

Diante da “(...) impossibilidade de os grupos *outsiders* retaliarem com termos estigmatizantes equivalentes para se referirem ao grupo estabelecido” (ELIAS & SCOTSON, 2000, p.27), aos abrigados têm havido, como último recurso, as manifestações públicas de desatendimento, desconsideração etc, a forma de resistência que o grupo tem encontrado para não ser invisibilizado e, por conseguinte, ser exterminado de cena. A manifestação gera incômodo à lógica do gestor do equipamento público, traz à tona as limitações de seus procedimentos burocráticos. Constitui-se como um ato que é tipicamente “mágico(...) pelo qual o grupo prático, virtual, ignorado, negado, se torna visível, manifesto, para os outros grupos e para ele próprio, atestando, assim, a sua existência como grupo conhecido e reconhecido” (BOURDIEU, 2004a,p.118). Isto é, ela faz parte de uma luta simbólica e, nesse caso, refere-se a uma luta pela moradia e por um território.



Contudo, segundo afirmam Elias & Scotson (2000, p.32), “(...) a sociodinâmica da relação entre grupos interligados na condição de estabelecidos e *outsiders* é determinada por sua forma de vinculação”, de modo que se tecem “conflitos contínuos (o que costuma acontecer quando a relação de poder se altera em favor dos *outsiders*)”. Esses conflitos “são lutas para modificar o equilíbrio de poder” (ELIAS & SCOTSON, 2000, p.37), e, como práticas coletivas das quais os estabelecidos e os *outsiders* participam, necessitam ser renovadas a cada instante. Manter-se no multiterritório contraditório da escola-abrigo é uma forma de resistência, mesmo que na territorialização precária, e uma estratégia para certificar-se que as casas serão construídas, isto é, uma nova territorialização será empreendida. A manifestação é uma forma de dar visibilidade a esse aglomerado humano de exclusão.

Se uma das características do aglomerado é a territorialização precária do grupo (no caso dos abrigos, do grupo familiar), orientar o olhar para as formas de apropriação simbólica do abrigo pode ser uma forma de compreender algumas das dimensões subjacentes ao termo desastre, que algumas definições revelam, mas que outras, por seu turno, pretendem obscurecer.

### **3.4 A organização e administração dos abrigos temporários e a questão do habitus**

Se, para Bourdieu (2004a), o *habitus* implica uma atuação calcada num padrão contínuo de percepções e práticas, os agentes situados na defesa civil estão sujeitos a tais padrões, consoantes com a ética e o discurso coletivo que a instituição produz. A lógica prática sob a qual atuam só pode ser compreendida como intrínseca à instituição, a partir da confrontação com as *representações sociais* e com as práticas dos sujeitos a quem a instituição deve servir como, por exemplo, em relação aos cidadãos que ficam em condição de desabrigo. Ou, ainda, a lógica prática pode ser compreendida no interior da própria instituição a partir da confrontação entre os agentes que dela fazem parte: entre os gestores de emergência se inserem agentes de defesa civil com condutas militarizadas e, de outro lado, assistentes sociais, voluntários etc., sendo que podem se desenvolver conflitos na maneira de administrar o abrigo temporário.

Coordenadores de abrigos e abrigados engendram representações distintas em torno do abrigo, a partir das quais tecerão suas relações de poder sobre este multiterritório. Os abrigados querem desenvolver estratégias adaptadas que visam re-estabelecer sua rotina, o seu mundo privado, para tentar reatar os laços da unidade familiar e da localidade onde viviam. Estas estratégias objetivam tentar fazer do espaço público um território doméstico em que se desenvolvia o *habitus*, em que se processavam as identidades familiares (pai, marido, mãe, esposa, filhos, bichos de estimação, amigos da família) nas diversas funções associadas à habitação.

No entanto, os coordenadores de abrigos, ao instituírem um conjunto de práticas que tende a coletivizar rotinas, regimentar o tempo para as ações, padronizar condutas, instrumentalizar procedimentos de controle sobre os usos dos espaços, sobre os alimentos, sobre os próprios corpos dos abrigados, inviabilizam que o abrigo se torne uma casa temporária, impedem que as famílias se reconheçam enquanto tal pela afirmação de seus papéis ao não permitirem que as representações em torno do abrigo se orientem no sentido de conferir significados simbólicos a um espaço, isto é, apropriar-se dele, como “meios de re-criar a realidade” (MOSCOVICI, 2003, p.90). Por exemplo, as chefes do lar anseiam a reprodução do espaço da cozinha no intuito de se executar o papel de mãe no preparo das refeições a seus filhos e, na rotina do almoço em família, reatar as identidades e os laços dela (vide abaixo, Figura 6). Contudo, o coordenador homogeneíza essas identidades que passam a ser cristalizadas na classificação de abrigados para, desse modo, instituir os padrões necessários ao funcionamento das instalações que aquele espaço deve cumprir: a cozinha passa a ser o local da produção de comida a uma *quantidade de pessoas* e não um local em que deva ensejar encontros familiares, que seja permeado por um conjunto de valores e sentidos envolvidos no ato de preparar, distribuir e comer o alimento, principalmente para a chefe do lar.



**Figura 6- Espaço da cozinha reproduzido no interior do abrigo temporário em Manaus (AM), em 2007 (PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS, 2007).**

Legenda: No detalhe de um dos abrigos organizados em Manaus/AM, a área de serviços representada sobretudo pela cozinha foi territorializada nas salas de aula do abrigo, isto é, a constituição desse espaço se operacionalizou dentro da territorialização da família e não como um espaço coletivo. O ato de preparar os alimentos, distribuí-los e comê-los estão situados numa lógica familiar que visa reproduzir, de forma adaptada, o cotidiano da família e os papéis a ela associados, como a obrigação moral dos pais de dar de comer aos filhos (SARTI, 2007).

Os coordenadores de abrigos desempenham o *habitus* a partir de uma incumbência *temporária* que lhe foi atribuída: de responder pela estruturação, organização e administração do abrigo. Esta incumbência perdura durante o período de sua jornada de trabalho, modo pelo qual engendrarão suas práticas a partir de um ponto de vista que lhe é familiar, ou seja, a lógica dos deveres técnicos, administrativos e burocráticos da rotina do trabalho (cf. SIENA, 2009).

O abrigo é representado, muitas vezes, por uma visão técnica que o denomina como um local “para aqueles obrigados a deixar suas residências” (BORGES, 2000, p.26). Nesse sentido, é um território para instauração de uma determinada “normalidade” do ponto de vista institucional que prevê o seu bom funcionamento a partir da racionalidade e o *habitus* de seus gestores. Isto é, a concepção de normalidade provisória é, antes de mais nada, a retirada das pessoas das supostas áreas de risco, o seu deslocamento para os abrigos temporários e sua permanência temporária. Em outras palavras, o abrigo é um espaço que recebe pessoas oriundas de uma área de interdição, desviantes. Como recebe, na maioria das vezes, um grande contingente de famílias, o abrigo passa a adquirir, no imaginário institucional, a representação de um local de novos riscos, desde os relacionados à saúde aos de segurança pública.

No que se refere às dessemelhanças existentes entre a territorialização da casa e a territorialização precária no abrigo, Valencio et al (2008a) demonstram algumas dimensões, entre as quais se inserem: a) a que diz respeito ao *direito de privacidade*; b) a que se refere ao *sujeito produtor das regras de convivência*, ou seja, a organização espacial do abrigo impõe reordenamento das relações intrafamiliares e inter-familiares; c) aquela relativa à *integração de papéis na relação inter-familiar*; d) aquela que tange ao *espaço da permanência e ao espaço da provisoriedade*.

A que diz respeito ao *direito de privacidade* refere-se ao constante estado de alerta pelas famílias frente às rotinas no abrigo, as quais tinham, outrora, a garantia de intimidade na moradia. Se a moradia implicava um ritmo próprio da vida em família e da relação do corpo e da prática com a casa, a vivência no abrigo cria a necessidade do auto-controle frente ao outro, ao estranho. O suprimento precário da necessidade de repouso, higiene pessoal, troca de roupa, conversas privadas, entre outras, ao ocorrer persistentemente em locais de uso coletivo, passam a ser objeto da curiosidade e vigilância alheia. Isto é, no abrigo as condições de descanso são suplantadas pela necessidade de controle sobre a potencial violação do grupo familiar pelo olhar e julgamento do outro.

A dimensão que se refere ao *sujeito produtor das regras de convivência* aplica-se ao fato da organização espacial do abrigo impor reordenamentos das relações intrafamiliares e inter-familiares. Como demonstra Valencio (2005), a convivência forçada entre famílias num abrigo pode depor contra a autoridade dos pais sobre os filhos, representando ameaças ao exercício dessa importante relação social no âmbito privado, sobretudo num momento em que os laços íntimos precisam se re-estabelecer para lidar com as agruras de uma recuperação em bases mais precárias. Isto é, quem define o ordenamento do cotidiano das crianças: a hora de comer não é mais definida pelos pais (sobretudo, pela mãe), mas sim pelas regras dos gestores do abrigo. Assim, as regras de comportamento individual e coletivo, os tempos e ritmos empregados nos seus afazeres no abrigo são oriundos da normatividade burocrática que colide com o *habitus* associado ao mundo privado. Outro exemplo: os membros de uma dada família abrigada podem ter a rotina de tomarem banho quando do retorno da jornada na rua (trabalho, escola etc.); outra família, a de banhar-se antes de ir à rua. Cada qual, intolerante à diferença dos costumes, faz um juízo deletério do hábito do outro

“eles vão para a rua sem tomar banho!”, “eles voltam da rua e não tomam banho!”) e, em meio ao julgamento, velado ou explícito, interpõe-se um terceiro, o gestor de abrigo, comunicando: “a hora de tomar banho aqui é das 10 às 17h”, regra a que todos, gostando ou não, devem sujeitar-se.

Um outro aspecto se refere à relativa *integração de papéis na relação inter-familiar*: enquanto a família congrega seus membros em papéis complementares, como esposa/marido, pais/filhos, e entre irmãos, no abrigo, as práticas de partilha forçada do local de convivência incita o tensionamento constante entre os membros de diferentes famílias que desempenham papéis similares. Quando o gestor coloca as mulheres donas de casa à frente de tarefas como cozinhar, cada qual vê aí uma oportunidade de reapropriar-se dos meios materiais para exercê-la conforme seus próprios hábitos. Na escolha do cardápio, na forma de preparo dos alimentos, na higienização prévia dos mesmos, no tipo e intensidade dos temperos utilizados, tudo é feito para sugerir um toque pessoal, ampliando o potencial de divergências entre as que deveriam colocar-se em colaboração. Na limpeza e arrumação em sanitários e áreas comuns, idem, instaurando-se um ambiente de comparação, competição e, por fim, abandono das atividades cooperadas. À noite, homens disputam com as mulheres os canais de TV que podem assistir em cômodo coletivo (futebol ou novela). Ciosos cada qual do bem estar de sua família, enxergam no outro uma ameaça – como o risco de seduzir companheiras ou filhas – e um olhar mais indiscreto frente à exaustiva exposição de intimidade torna-se motivo para partir-se para agressões físicas, culminando, não raro, em violência maior quando o gestor do abrigo demanda auxílio das forças policiais (VALENCIO et.al , 2007).

E, por fim, como uma outra dimensão, tem-se aquela que tange ao *espaço da permanência e ao espaço da provisoriedade*, que torna a casa o ambiente do ficar, do descansar, do restaurar-se, do enlevo, do devaneio, enquanto o abrigo é o ambiente a que se aspira, desde logo, despedir-se, descartar, abandonar, posto que ali se sobrepõem tensões, angústias, medos, ansiedades, privações, insônias, uma experiência concreta e simbólica que os abrigados não gostam de rememorar (VALENCIO et al., 2008a).

Diante dessa problemática, seriam três os desafios fundamentais na organização dos abrigos temporários no Brasil:

“a) os relacionados à disponibilização das condições materiais – na forma de espaço físico apropriado, recursos humanos capacitados e bens relacionados aos mínimos vitais – dando provimento às carências no *timing* em que as mesmas se manifestam; b) os que se referem à agilização das providências de reconstrução, priorizando soluções duradouras de moradia digna às famílias; c) por fim, os consoantes à gestão do abrigo, voltados para aliviar o sofrimento social, tornando suportável a convivência em condições limitantes” (VALENCIO et al., 2008a, p. 08).

Assim, no que diz respeito à disponibilização das condições materiais sob a forma de espaço físico apropriado, recursos humanos capacitados e bens relacionados aos mínimos vitais, bem como à gestão do abrigo de modo a aliviar o sofrimento social e tornar suportável a convivência, caberia se questionar se o abrigo temporário se constitui como uma base de interação social possível à reterritorialização da casa, à reprodução das práticas da família associadas às funções da habitação, isto é, questionar-se se o abrigo temporário se constitui como uma forma de relacionamento da sociedade com o Estado imersa em algum pressuposto de cidadania.

## 4

**OS SENTIDOS DOS AGLOMERADOS**

As famílias retiradas das áreas consideradas de risco – modo como as instituições de emergência nominam o território do Outro – são encaminhadas a instalações adaptadas como abrigos e ali passam a ser classificadas de acordo com a função que a instalação assume e não propriamente com a caracterização que possuíam anteriormente no espaço social. Com a saída do território mínimo da casa, a primeira desterritorialização se refere ao reordenamento no espaço social que o agente irá sofrer. Se, como afirma Bourdieu (2001), não existe ninguém que não seja caracterizado pelo lugar que assume por meio de suas propriedades, a primeira descaracterização que o agente perde se traduz na passagem para a condição de “desabrigado”, a qual sinaliza a sua destituição: perdeu o seu acesso à cidade por meio do acesso à moradia e à terra (cf. CARDOSO, 2006), expôs a sua ausência de laços, por não poder morar provisoriamente em casas de parentes ou amigos e, por fim, sua destituição material, porque não detém recursos financeiros para prover um outro lugar que não seja um abrigo organizado pelo Estado. Assim, não são mais “moradores”, não são mais considerados como “cidadãos”, passam a ir perdendo paulatinamente a caracterização de “trabalhadores”, constituindo-se como os “pobres sem moradia”.

Por vezes, o abrigo temporário pode ser um território forjado que reafirma essa destituição e desfiliação social. Por vezes, o modo como um abrigo temporário é organizado pode minimizar a estigmatização sofrida por ser um abrigado. Sumidouro/RJ e Ilhota/SC são municípios de pequeno porte e com características semelhantes. A organização dos abrigos ocorreu após tais municípios terem várias casas destruídas em deslizamentos, ocorridos sobretudo na área rural. Mas, partindo das considerações de Siena (2009), de que um abrigo temporário pode ser considerado como um prolongamento do desastre, o modo como será organizado esse abrigo irá ser um fator a contribuir para como será prolongado esse desastre, que pode vir a se tornar uma catástrofe, ou seja, um desastre acentuado.

Este capítulo pretende abordar, a partir da análise comparativa de abrigos organizados em dois municípios de pequeno porte – Sumidouro/RJ (dois abrigos) e Ilhota/SC (dois abrigos) –, como, diante do processo de perda do território

mínimo, as famílias tentam reproduzir suas práticas num território forjado e organizado pelos órgãos públicos. A seguir, caracterizamos tais municípios.

#### **4.1 Caracterização de Sumidouro/RJ<sup>22</sup>**

O município de Sumidouro (RJ) foi criado em 1890 e está localizado na microregião Centro Fluminense, e possui quatro distritos: Centro, Campinas, Dona Mariana e Soledade (PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO, 2007). Suas principais atividades econômicas são a agricultura (hortifrutigranjeiros), pecuária, bem como o turismo.

Com relevo montanhoso (montanhas graníticas), localiza-se na Serra do Paquequer, sendo sua altitude de 355 metros, apresentando um clima tropical de altitude (PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO, 2007). O principal rio que corta o município é o Paquequer.

A área do município é de 395 km<sup>2</sup>, sendo sua densidade demográfica de 35,8 habitantes por km<sup>2</sup> (PNUD, 2000). Sua população era, no ano de 1991, de 12.977 habitantes, dos quais 2.011 residiam na área urbana e 10.966 na área rural. Já no ano 2000, eram 14.176 habitantes, dos quais 2.334 habitavam na área urbana e 11.842 na área rural. Neste período (1991-2000), a taxa média de crescimento anual foi de 1,02% e a taxa de urbanização que, em 1991, era de 15,50% , passou para 16,46% no ano de 2000 (PNUD, 2000). Mesmo com tal aumento, manteve-se a característica predominantemente rural da população (mais de 80% do total), constituída de pequenas propriedades e redes de parentesco nas vizinhanças. Suas principais atividades econômicas são a agricultura (hortifrutigranjeiros), pecuária e o turismo.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano do município, Sumidouro apresentava, em 1991, o valor de 0,617, enquanto no ano 2000, esse número foi de 0,712. Entre as dimensões que compõem este índice (IDHM-Educação, IDHM-Longevidade e IDHM- Renda), a que mais contribuiu foi a dimensão da educação, com 42,1%, seguida da longevidade (36,1%) e da renda (21,8%) (PNUD, 2000). Do ano de 1991 para o ano 2000, a desigualdade de renda permaneceu igual no município, o índice de Gini mantendo-se no valor de 0,56.

---

<sup>22</sup> Informações obtidas a partir da base de dados do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres.



Município de pequeno porte cuja população habita predominantemente a área rural, Sumidouro sofreu, em janeiro de 2007, com deslizamentos e enchentes em grande parte do município, gerando grandes perdas econômicas a uma situação pré-impacto já precária, o que se pode constatar pelo baixo IDHM-renda (0,672). As águas do Rio Paquequer transbordaram de suas margens, alcançando uma cota de 6 metros. Na zona rural, foram impactadas várias moradias e áreas de agricultura e pecuária; na zona urbana, foram danificadas e destruídas instalações residenciais, comerciais e pequena indústria (PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO, 2007). Entre as perdas, estão os danos às casas das populações ribeirinhas decorrentes das enchentes, os domicílios, infra-estruturas, árvores, vegetação e plantações afetadas por deslizamentos, danos ao patrimônio público, como equipamentos da Prefeitura local.

Conforme se encontra no formulário de Avaliação de Danos (AVADAN) emitido pela Prefeitura Municipal de Sumidouro, no dia 04 de janeiro de 2007 eventos de enxurrada e inundação brusca tomaram a totalidade da área municipal, gerando vários focos de erosão e deslizamentos. Na zona rural, atingiu várias moradias e áreas de agricultura e pecuária; na zona urbana, atingiu instalações residenciais, comerciais e pequena indústria (PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO, 2007).

O principal setor atingido foi o primário, o que implicou, a esses desabrigados, perdas não apenas da moradia, mas de meios de produção. Perdeu-se 257,6 toneladas de fruticultura e 2444 toneladas em horticultura. A obstrução das diversas vias principais e vicinais impediu a comercialização da lavoura remanescente, fato que também impactou a pecuária bovina de leite, sem vias de acesso desde os produtores até a Cooperativa Agropecuária e desta até a central de beneficiamento, em Minas Gerais.

No que concerne aos danos humanos, 08 vítimas fatais mortas após deslizamentos – sendo 5 de uma mesma família. Houve 11 mil afetados, significa dizer, 77,59% da população total do município, aí incluído desabrigados, desalojados e aqueles que, embora continuando em suas moradias, perderam bens móveis, condições de tráfego e acesso e serviços públicos, como água e energia, dentre outros. Das 99 moradias destruídas ou danificadas, 88 eram consideradas populares, levando à situação de desabrigo e desalojamento a população mais pobre do município. Houve 260 pessoas desalojadas e 209 desabrigadas; 06

peças levemente feridas e 02 gravemente feridas; 02 enfermas e 08 mortas. Das 260 pessoas desabrigadas, 100 situavam-se na faixa etária de 0 a 14 anos e 09 acima dos 65 anos. Dentre os desalojados, compreendendo a transição desta situação para a de desabrigo e vice-versa (cf. VALENCIO et al, 2008b), 81 situavam-se na faixa etária de 0 a 14 anos e 06 acima dos 65 anos (PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO, 2007). Significa dizer que, embora providências imediatas de abrigo tivessem sido tomadas para 260 pessoas, potencialmente quase o dobro poderia vir requerer abrigo – o contingente de crianças e idosos apresentando uma vulnerabilidade expressiva em meio ao total de desabrigados – sobrecarregando ainda mais as limitadas alternativas de infra-estrutura que puderam ser disponibilizadas. De fato, subiu para 1.554 o número de desabrigados (aproximadamente 10% da população total), os quais foram distribuídos em cinco escolas cuja infra-estrutura foi também tomada com a função de abrigo temporário.

Dentre estes, foram analisados o abrigo localizado na escola Centro Integrado Educação Pública (CIEP) 283 Maria Amélia Pacheco e o abrigo da Escola do Programa Curumim, ambos situados em área urbana.

#### **4. 2 Caracterização de Ilhota/SC**

O município de Ilhota/SC foi criado em 1958 e está localizado na microregião Itajaí, ao leste do Estado de Santa Catarina, na região do Vale do Itajaí/SC. Apresenta extensas áreas de várzeas e planícies sedimentares, entremeadas de morros, altitudes de seis a 819 metros acima do nível do mar. O município tem um dos picos mais altos da região, denominado Morro do Baú, com 819 metros (PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, 2008). O principal rio que corta o município é o Itajaí-Açu.

Com uma área de 245,2 km<sup>2</sup>, possui uma densidade demográfica de 43hab/km<sup>2</sup>. No ano de 1991 detinha 8.852 habitantes, dos quais 5.504 (62,18%) residiam na área urbana e 3.348 (37,82%) na área rural. Já no ano 2000, a população total aumentou para 10.574, um crescimento populacional verificado tanto na área urbana, que passou a ter 6.445 (60,95% do total), mas principalmente na área rural que subiu para 4.129 (39,05% do total). Assim, a taxa de urbanização entre 1991 e 2000 diminuiu 1,97, passando de 62,18% para 60,95% (PNUD, 2000).

No tocante ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, no ano de 1991 ele era de 0,736, apresentando uma melhora no ano 2000, quando alterou-se para 0,795. A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a educação com 50,3%, seguida da renda (32,2%) e da longevidade (17,5%). Nota-se que, no período de 1991-2000, o Índice de Gini, passou de 0,41 (em 1991) para 0,44 (em 2000), ou seja, a desigualdade de renda aumentou no município (PNUD, 2000) apesar do aumento do IDH-M.

Município de pequeno porte, Ilhota tem como principais atividades econômicas a indústria de confecções, de beneficiamento de açúcar, de cultivo de arroz irrigado e de bananicultura. No ano de 2002, o município recebeu o título de “Capital Catarinense de Moda Íntima e Moda Praia”, por se destacar no setor de turismo de compras de moda íntima e moda praia. A crescente instalação de fábricas de biquínis e lingerie, iniciada na década de 1980, deu à cidade uma nova perspectiva para a economia local. Inúmeras lojas do setor localizam-se nas margens da rodovia Jorge Lacerda, situada às margens do rio Itajaí-Açu (GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2009).

No tocante aos desastres relacionados às chuvas, o Atlas de Desastres Naturais do Estado de Santa Catarina (GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2004) aponta como maiores ocorrências entre o período de 1980-2004, os anos de 1987 (mês de outubro) em que houve duzentos e treze desabrigados e 1992 (mês de maio), em que o município contabilizou 5.580 desabrigados.

O desastre de 2008/2009 se revela a partir dos prejuízos a várias das atividades econômicas em decorrência das enchentes do rio Itajaí-Açu, como as lojas comerciais de moda íntima e moda praia situadas em uma de suas margens na rodovia Jorge Lacerda, bem como às plantações de arroz da cidade e da região. Escorregamentos também ocorreram no município de Ilhota, conforme noticiado pela imprensa, ocasionando danos ambientais (a região tinha um incipiente setor de turismo rural), danos humanos, danos materiais relacionados à atividade produtiva (serralherias, máquinas agrícolas, implementos, plantações, indústrias de alimentos), danos materiais relacionados à estrutura da casa e aos bens materiais em seu interior.

O formulário de Avaliação de Danos (AVADAN), preenchido no dia vinte e quatro de novembro de 2008, aponta o despreparo da defesa civil local como um critério “muito importante” para o agravamento do desastre. Na contabilização de

alguns dos danos materiais, encontram-se 980 residências populares danificadas e 85 destruídas. No tocante aos danos humanos, dados da Defesa Civil de Santa Catarina apontam para a ocorrência de 135 mortes num conjunto de 77 municípios que decretaram situação de emergência ou estado de calamidade pública. Em Ilhota, ocorreram 47 mortes, quase 35% do total. Ainda não foram encontrados dois corpos no Estado, sendo um deles de Ilhota.

Segundo o AVADAN do município, os desalojados computavam 3.500 pessoas e os desabrigados 1.300, isto é, 4.800 pessoas desterritorializadas de suas moradias (41,55% das 11.552 pessoas contabilizadas pelo IBGE em 2007). Desse total, 960 pessoas estavam situadas na faixa de idade entre 0 a 14 anos, 3.140 tinham entre 15 a 64 anos, 540 tinham acima de 65 anos e 160 eram gestantes. Entre os 1.300 desabrigados, havia sessenta gestantes, 240 idosos (acima de 65 anos), 260 pessoas encontravam-se na faixa de idade de 0 a 14 anos e 740 no intervalo entre 15 a 64 anos.

No último relatório feito pela Defesa Civil de Santa Catarina em relação ao número de abrigos e de desalojados e desabrigados, datado de 31 de dezembro de 2008, informa-se que havia 526 desabrigados instalados em seis abrigos.

Dentre estes, o abrigo localizado no Colégio Marcos Konder (situado em área urbana) e o abrigo no salão paroquial Capela Cristo Rei (situado em área rural) foram tomados para estudo.

### **4.3 Os abrigos comunitários**

Dentro do multiterritório contraditório da escola-abrigo, há um espaço destinado às famílias abrigadas e que será apropriado simbolicamente para a tentativa de reprodução do mundo privado. Mas também existem outras áreas dentro do abrigo que serão submetidas a relações de poder cuja natureza, por vezes, irá instaurar um determinado modo de utilização e conseqüentemente de ordenamento das práticas, sendo um fator que se relaciona com as representações que serão criadas e apresentadas.

Os órgãos de emergência atribuem diferentes dimensões mínimas que a cada abrigado deve ser garantido no abrigo temporário. Para o Projeto Esfera (2000, p.204), “o local de alojamento proporciona um espaço de 45m<sup>2</sup> por pessoa. Isto inclui infra-estruturas (por exemplo, estradas, saneamento)”. Já a Comissão

Nacional de Prevenção de Riscos e Atenção de Emergências da Costa Rica baseia-se na recomendação da Organização Mundial da Saúde: “La Organización Mundial de la Salud (OMS) recomienda que la superficie global adecuada debe ser de 30m<sup>2</sup> por persona, esto incluye vivienda y el resto de los servicios colectivos (áreas recreativas, cocina, baños, comedor y bodegas)”(COSTA RICA, 2004, p.10).

Dentro deste espaço total que o abrigo deve disponibilizar, alguns desses órgãos ponderam, inclusive, sobre a "área coberta total para cada pessoa". O manual de Administração para Abrigos da Subsecretaria de Estado de Defesa Civil do Rio de Janeiro aponta que “a área coberta total estabelecida para cada pessoa será de 4,00 m<sup>2</sup>” (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2006, p.25). Para o Projeto Esfera (2000, p.189), “a área coberta disponível para cada pessoa é de 3,5 m<sup>2</sup> a 4,5 m<sup>2</sup> em média”. Para a Secretaria de Saúde de Honduras (SECRETARIA DE LA SALUD DE HONDURAS/ ORGANIZACIÓN PANAMERICA DE LA SALUD, 2004, p.14), “el espacio mínimo por cada persona en un albergue es de 3m<sup>2</sup>”. Para o Instituto Nacional de Defesa Civil do Peru (INDECI), a “superficie mínima [debe ser de] 3.5 m<sup>2</sup>. por persona” (PERU, 2006, p.4). O manual de Administração para Abrigos da Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro está em consonância com as principais recomendações dos órgãos de proteção civil e saúde pública no que se refere ao espaço mínimo que a cada abrigado deve ser garantido. Há, assim, a partir desses exemplos acima enunciados, um padrão técnico que deve ser cumprido mas, por outro lado, a garantia desse espaço mínimo não implica que a natureza das relações não será permeada por conflitos, sofrimentos, autoritarismos etc. Isto é, “pode-se dizer que mesmo numa espacialização muito próxima o conteúdo das relações sociais pode ser diferente (...) embora o drama comum de ficarem num abrigo temporário e de terem perdido suas casas” (SIENA, 2009, p.115). Embora um espaço mínimo seja importante, a garantia deste não determina qual será a condição humana. Nos campos de concentração, os judeus também tinham um espaço mínimo porém a lógica maior que permeava todo o confinamento era a do extermínio.

Do ponto de vista de algumas instituições de proteção civil e saúde pública, a importância de se garantir um espaço coberto suficiente é referenciada como um aspecto que pode propiciar proteção aos efeitos adversos do clima – o que implica condições adequadas de calor, ar fresco, saúde e bem-estar (PROJETO ESFERA, 2000; COSTA RICA, 2004; PERU, 2006; GOVERNO DO ESTADO DO RIO

DE JANEIRO, 2006), como também à garantia de seguridade emocional, intimidade, privacidade, dignidade humana, da convivência familiar e comunitária (SECRETARIA DE LA SALUD DE HONDURAS/OPS, 2004; PERU, 2006; PROJETO ESFERA, 2000) aos abrigados, ou seja, possibilitar que a apreensão simbólica sobre um espaço configure um território mínimo sobre o qual o grupo se familiarize no intuito de tentar restabelecer o *habitus*. Há, nos manuais de abrigos, uma ênfase na adequação mínima que determinada instalação deve ter para ser adaptada como abrigo. Entretanto, não se menciona como se dão os processos de negociação em torno dos espaços de uso mais restritivo e coletivo do abrigo.

Nos abrigos analisados em Sumidouro/RJ, não havia um (a) coordenador (a) dentro dos abrigos temporários<sup>23</sup>. A Assistência Social do município provia um suporte a partir da disponibilização de alimentos, água, materiais de higiene, transporte de bens da casa das famílias até o abrigo etc. As próprias doações endereçadas ao município eram encaminhadas ao abrigo e controladas pelas mulheres abrigadas. Vez por outra, a assistente social do município ia até os abrigos para identificar a demanda das mulheres abrigadas. Segunda uma delas, os conflitos internos ao abrigo deveriam ser resolvidas por elas próprias, devendo-se solicitar apoio da Assistência Social quando existissem demandas relativas à alimentação, saúde etc.:

“É, nós que estamos tomando conta aqui e tentando levar todo mundo, entendeu? Quando tem algum problema, a gente reúne todo mundo pra conversar, e a gente conversa com os chefes de família e aí toma conta, cada um toma conta do seu lado, né? Eu acho que já fazendo isso dá um bom começo pra controla. Mas não pode calar a boca. Se estiver acontecendo alguma coisa, chega e conversa. Num tem nada, daí vai lá na Cecília[da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social] pra falar, vai na Câmara...num tem que fala lá...tem que fala que a gente resolve aqui. Só vai chega coisa lá se for por um médico, por uma coisa assim” (M, abrigada no CIEP Maria Amélia Pacheco, Sumidouro/RJ-Acervo NEPED,2007).

Desse modo, a resolução dos conflitos internos ao abrigo, os processos de identificação das demandas e de negociação das regras de uso daquele território forjado foram feitos pelas próprias famílias abrigadas, em especial,

---

<sup>23</sup> No município de Sumidouro/RJ, a Subsecretaria do Estado de Defesa Civil do Rio de Janeiro, juntamente com representantes da Prefeitura de Sumidouro, conduziram o NEPED/UFSCar até um dos abrigos temporários instalados, autorizando: a observação das instalações dos abrigos e das práticas dos coordenadores de abrigos e das famílias abrigadas. Embora a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (FIBGE, 2006), informe que o ano da lei da criação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil é de 1999, não havia ninguém representando a instituição ali.

pelas mulheres, uma vez que os maridos e filhos mais velhos haviam ficado nas moradias para fazer a segurança das mesmas.

No que tange às formas de uso dos espaços de uso coletivo, nos abrigos de Sumidouro/RJ não havia um coordenador responsável por definir uma rotina a partir de uma escala de horários para utilizar as instalações coletivas do abrigo, isto é, para definir o horário de preparo e de realização das refeições, da limpeza das instalações coletivas do abrigo, de se tomar banho, de se realizar a lavagem e secagem de roupas, de se apagar as luzes. Algumas dessas regras eram negociadas pelas mulheres abrigadas, outras aconteciam sem nenhum acordo prévio, isto é, de acordo com a autonomia de cada família dentro das restrições impostas pelas instalações e por aquela vida coletiva.

Em relação ao espaço da cozinha nos abrigos, o Instituto Nacional de Defesa Civil do Peru (PERU, 2006, p.8) recomenda que a cozinha disponha de "un área de 10 m<sup>2</sup>. con fácil acceso al sector residencial", isto é, as cozinhas devem ser próximas aos locais onde as famílias estão guardando seus pertences e dormindo. Para o Manual de Administração para Abrigos Temporários (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2006, p.25) o espaço destinado à cozinha deve ser de "15,00 m<sup>2</sup> para cada fogão industrial de 6 bocas, que atendem até a 250 pessoas". Embora essas recomendações técnicas sejam distoantes, mas úteis para a garantia de um espaço adequado para a execução das rotinas no abrigo, elas não garantem que a lógica de condições infra-estruturais semelhantes sejam condizentes com a lógica de apropriação e execução das rotinas nestes espaços. Dito de outro modo, não é o tamanho da cozinha que irá definir o conjunto das práticas, uma vez que elas dependem dos processos de negociação e de partilha ou não do espaço, de acesso livre ou limitado, das características do grupo abrigado. No caso dos abrigos de Sumidouro/RJ, as pessoas abrigadas eram de uma mesma comunidade e, como desde o começo, as mulheres assumiram a responsabilidade pela administração comunitária dos abrigos (cf. SIENA, 2009), o acesso à cozinha não era controlado pelo gestor ou por um grupo de abrigados. Podia-se ter acesso para fazer um café (vide abaixo, Figura 7) a qualquer hora do dia. O acesso às doações em alimentos era livre, mas a produção das refeições era feita de maneira coletiva. Empreendia-se a feitura de um cardápio com base nos alimentos que estavam armazenados na cozinha e, enquanto umas dividiam-se na tarefa de produzir as refeições, outras tratavam da arrumação da mesa coletiva, enquanto outras seriam

responsáveis pela posterior lavagem das louças, pela limpeza do refeitório e da cozinha (vide abaixo, Figura 7).



**Figura 7- Cozinha em abrigo de Sumidouro /RJ (Acervo Neped, 2007).**

Em Sumidouro/RJ, a coletivização das rotinas não era imposta pelos gestores públicos, mas assistida por eles por meio do suporte de recursos (alimentos, utensílios domésticos etc.) que disponibilizavam às abrigadas para que pudessem executar as suas rotinas no abrigo, o qual não tinha um coordenador permanente que o monitorava diariamente. Isso predispunha que os abrigados representassem estes espaços como de sua gerência compartilhada, ou seja, como um espaço comunitário em que implicava uma responsabilidade pela manutenção, limpeza e conservação. A organização comunitária nestes abrigos, particularmente sob a figura das mulheres, possibilitava que os conflitos surgidos em relação às rotinas das famílias no abrigo fossem resolvidos e dialogados por elas próprias, desenvolvendo-se uma lógica comunitária que procurava conciliar as diferenças a partir do *habitus* de quem estava vivendo no abrigo e não trabalhando nele, o que permitia que se imprimisse uma rotina coletiva que fazia com que todos se responsabilizassem pelos grupos vulneráveis ali inseridos como, por exemplo, as crianças:

“(...) tem umas criancinhas aí que não bebe nada de leite, daí a gente cõa... se vira... o hábito tem que mudar, aqui não tem como você separa todas as maneiras de ser. Em casa é uma coisa. Agora vamo aprende a comê tudo que tem, que aqui é um prato só para todo mundo, você come arroz, feijão e se come o que tivé, aí nego fala ‘tá comendo pão de ló sozinho na cozinha’...que nada. Eu acho que pela quantidade de pessoas aqui, tá mais unidozinho..aquelas que não tiver no eixo consegue começar as ‘conversas’. Se você fica calada, eu não vou saber o que tá acontecendo, então fica aquela rincha...aquela coisa..não tem rincha aqui..porque o que



tive a gente tenta resolver..aquela que tive sangue mais frio vai saber contornar. Sempre tem uma que mais esquentada que a outra, às vezes é por causa de bobeira, de 'disse-me-disse', se tem resolvemo aqui agora. Aqui sempre tenta contornar" (A, abrigada no CIEP Maria Amélia Pacheco, Sumidouro/RJ-Acervo Neped, 2007).

Um ambiente privado já é um ambiente de conflitos e, como no caso brasileiro, de violências domésticas. Nos abrigos de Sumidouro/RJ não foi relatado nenhum conflito no interior de parte da família que estava no abrigo – uma vez que, como dito anteriormente, geralmente o pai e/ou filho mais velho estavam realizando a segurança das moradias interditas. Entretanto, os conflitos entre os abrigados sempre existem, como enunciado acima por uma das abrigadas. Segundo ela, não se trata de resolvê-los, negar a existência ou exterminá-los, mas sim de contorná-los, isto é, de controlá-los, uma vez que, diante da rotina pública exacerbada e a perda do mundo privado da casa, os conflitos são corriqueiros.

Os espaços para execução de atividades relacionadas ao saneamento básico como tomar banho, lavar e secar a roupa são identificados, em maior e menor grau, como dimensões em que devam estar garantidas a privacidade, a individualidade e a intimidade das pessoas. Alguns órgãos de proteção civil e saúde pública identificam-nas como aspecto central na organização de um abrigo de tal modo que a "concepção, o número e a localização das instalações para a execução dessas atividades devem ser decididos depois de consultar os seus principais utilizadores, em especial as mulheres" (PROJETO ESFERA, 2000, p.35). Entretanto, diferentemente do que é recomendado pelo Projeto Esfera, a seleção de locais para servirem como abrigos temporários – cuja responsabilidade é da Defesa Civil municipal que raramente existe na prática – dificilmente é feita de forma preventiva, ou seja, é sempre feito durante o desastre. Quando é feita, não se consultam mulheres ou as próprias pessoas que já ficaram abrigadas. Embora a organização de abrigos seja algo recorrente em muitos municípios brasileiros, a representação do abrigo como algo "temporário" parece justificar a falta de necessidade de abordá-lo como um local que deva garantir direitos mínimos do ponto de vista das infra-estruturas físicas, como também de processos de discussão pública sobre como devem ser organizadas as rotinas.

As mulheres, segundo o Projeto Esfera (2000), devem opinar sobre fatores como segurança, a adequação e a comodidade num abrigo temporário, uma vez que geralmente são elas e as crianças os grupos mais sujeitos a assédios e

violências. Se essas dimensões não estão inseridas no planejamento do abrigo, elas incidem sobre o modo como serão elaboradas as representações sociais em torno dele.

As abrigadas entrevistadas atribuem os locais de banho como espaços coletivos que não garantem nenhuma privacidade e intimidade, como espaços deficitários em que precisam adaptar a sua rotina e a de seus filhos. Representam estes espaços como locais de horror e com pouca infra-estrutura para atender às necessidades das famílias abrigadas. Como os chuveiros não fazem parte da realidade das escolas adaptadas como abrigos, eles costumam ser não só em número mínimo (vide abaixo, Figura 8) – às vezes um chuveiro para 100 pessoas, como num dos abrigos de Sumidouro/RJ – como também a localização deles é muito distante das salas de aula utilizadas como “quartos”. Muitas acabam alterando seus costumes para se adaptar às limitações do abrigo e evitar outros constrangimentos como ter de ficar em filas junto de outros com quem não se está acostumado a se expor e a conviver, tipos de práticas antes restritas ao mundo privado.

“Aqui é um horror (...) Chuveiro tem um só lá embaixo [para aproximadamente 100 pessoas] (...) Tem gente que faz assim, eu mesma faço assim: eu vou tomar banho mais cedo pra na hora que os outros for eu já tomei meu banho há muito tempo. Pra poder na hora não ficar lá fazendo fila” (desabrigada em Sumidouro/RJ- Acervo Neped, 2007).



**Figura 8- Locais para banho no abrigo do Programa Curumim, em Sumidouro/RJ (Acervo Neped, 2007).**

Outra dimensão das infra-estruturas de saneamento dos abrigos identificada como precária à execução da privacidade e da intimidade dos(as) abrigados (as) refere-se ao asseio das roupas dos membros da família. Segundo o Projeto Esfera (2000, p.35), “lavar a roupa é uma atividade essencial para a higiene, em particular a das crianças”, mas também uma dimensão em que os grupos vulneráveis podem encontrar dignidade pessoal e intimidade, o que implica considerar que nos abrigos temporários existam “zonas reservadas para que as mulheres lavem e seque a sua roupa interior e os seus toaletes higiênicos” (PROJETO ESFERA, 2000, p.32). Nos abrigos de Sumidouro/RJ, havia locais para lavagem (vide Figura 9, abaixo) e secagem das roupas no abrigo (vide Figura 10, abaixo), mas não havia espaços reservados para lavagem e secagem da roupa interior. As atividades eram exercidas individualmente pelas mulheres e sem uma escala de horários, isto é, o ato e o horário de lavar roupa eram definidos por cada uma delas. Algumas abrigadas contavam com o compartilhamento de tanquinhos – retirados da casa e trazidos para o abrigo – para a realização destas atividades (vide abaixo Figura 11), o que promovia formas de solidariedade que auxiliavam no processo de recuperação empreendendo uma coletivização das rotinas em que os gestores prestavam assistência, mas era determinada pelas próprias desabrigadas:

“Tá cada uma ajudando a outra, vai usando [os tanquinhos; vide Figura 11, abaixo]. Aquelas que não têm [tanquinhos], que não ficam acanhada pra pedir...tem gente que não pede né. Aí lava em outro lugar, se ajeita como pode. Nessa hora acho que todo mundo tem que estar unidas, não tem ninguém pensando em você”, conta abrigada em Sumidouro/RJ.



**Figura 9 – Espaços para lavagem das roupas em um dos abrigos de Sumidouro/RJ (Acervo Neped, 2007).**



**Figura 10- Espaço para secagem das roupas em um dos abrigos de Sumidouro/RJ (Acervo Neped, 2007).**



**Figura 11 – Tanquinhos “comunitários” em Sumidouro/RJ, no abrigo CIEP 283 Maria Amélia Pacheco (Acervo Neped, 2007).**

Se no abrigo existem as áreas de uso mais coletivo, como as acima enunciadas, existem outras que podem permitir um uso mais restrito, como as salas de aula, que passam a funcionar como quartos. Assim, a característica mais restritiva ou não irá depender da quantidade de salas disponíveis na estrutura adaptada como abrigo temporário, do número de pessoas e famílias que serão abrigadas e da rotina no abrigo. Porém, na maioria das vezes, a quantidade de salas

existentes numa estrutura adaptada como abrigo temporário é insuficiente para permitir que uma família fique em uma sala. Diante disso, uma sala de aula tem que ser dividida por duas, às vezes três ou mais famílias. Por vezes, uma família possui outros familiares abrigados e estes acabando ficando numa sala única. Mas também esse compartilhamento é feito junto com vizinhos ou até com desconhecidos. Às vezes a divisão é feita pelos próprios abrigados, às vezes pelo próprio coordenador do abrigo.

No caso dos dois abrigos analisados em Sumidouro/RJ, havia muitas famílias que estavam sozinhas em uma sala de aula, mas também salas onde havia famílias que eram parentes. Estes quartos dos abrigos temporários são alguns dos espaços em que as famílias procuram a privacidade e individualidade a fim de tentar garantir seguridade emocional e intimidade. Essa seguridade emocional e intimidade são buscadas a partir de uma dinâmica de familiarização que tenta reproduzir um lar, as rotinas e os usos dos bens materiais do ambiente domiciliar no “novo espaço” a ser apropriado simbolicamente. Essa apropriação simbólica – uma tentativa de territorialização precária – faz uso de bens materiais retirados da antiga moradia e trazidos para os abrigos. A partir deles, tenta-se refazer, a partir da memória, uma nova composição da “sala” antes existente na casa, utilizando-se dos elementos que a compunham, como a mesa ao centro, coberta pela mesma toalha e com o mesmo vaso de decoração. Para isso, nessa composição num multiterritório contraditório, afasta-se as carteiras da escola a um dos cantos ou as utiliza como suporte para guardar cobertores e outros bens, criando uma ordem (cf. BACHELARD, 1993), pois a ordem ou a desordem terá muito a dizer sobre os que ali estão (SARTI, 2007).

Por vezes, fazem parte desse processo de apropriação simbólica, os brinquedos das crianças, a televisão como lazer da família, todas estas formas que os desabrigados encontram para tentar recuperar-se diante da desintegração do *habitus*. Os elementos no novo espaço foram desterritorializados mas, ao mesmo tempo, carregam consigo todo um elemento de memória como, por exemplo, a boneca que a mãe deu de presente à filha que incorpora um passado que se torna presente.

Os “quartos” são espaços dentro dos abrigos que os abrigados representam como um território mínimo em que podem representar como parte do que lhe foi precariamente concedido de forma temporária e, quando a família possui um só para ela, pode se retirar de um convívio público exacerbado, ao menos no

que se refere a um mínimo de práticas como, por exemplo, dormir, chorar, evitar o contato visual (por exemplo, mostrar as olheiras), auditivo (relacionados, por exemplo, ao barulho, ao escutar conversas alheias) e olfativo (sentir o cheiro do outro). É neste espaço mínimo, dentro de um multiterritório, que tentará organizar o espaço familiar, restituir um espaço doméstico a partir do que conseguiu salvar do desastre. Entre esses bens que restaram, inserem-se os recursos pelos quais a família, em particular a mulher como chefe-do-lar, poderá restituir parte da sua dignidade e re-caracterizar sua identidade como um processo de reconstrução do seu espaço a partir de dimensões mínimas, como cuidar dos filhos. Entretanto, há carência de elementos para tentar reordenar o seu cotidiano e suas práticas que exercia em seu domicílio antes da ocorrência do desastre como, por exemplo, ter espaços e colchões suficientes para acomodar os filhos e nisso buscar um apoio emocional para refazimento da ordem da família: “recebemos [colchão]. Só que a gente tá precisando mais (colchão) porque tem muita criança..ai tá dormindo muito amontoado” (abrigada do município de Sumidouro).

As condições infra-estruturais das salas de aula das escolas adaptadas como abrigos também impõem limitantes à execução da reorganização do espaço que cada qual precisa para restituir a dignidade que lhe foi perdida no espaço doméstico que não mais existe em estrutura física, mas que está incorporado no *habitus* e nas identidades que os membros engendram a partir do território como, por exemplo, a mãe que precisa da mesa da cozinha para almoçar e educar seus filhos. A ordem na casa e o lugar certo das coisas (deixar o quarto em ordem, por exemplo) que tanto é apregoada pelas mães na educação dos seus filhos, no abrigo, é posta à prova, à medida que esta não dispõe de meios para reafirmar sua identidade de chefe-do-lar (SIENA, 2006) e colocar as coisas em ordem. Essa impossibilidade recai, por exemplo, quando esta se depara com um espaço físico da sala de aula cujos armários e carteiras não possibilitam que ela organize os pertences de sua família, e tenta reorganizá-los dentro do pequeno espaço do qual ela se apropria e tenta configurar um território mínimo que expressará o que a família é, razão pela qual procura se justificar (vide abaixo Figura 12): "Não repara a bagunça não, porque...[pode tirar foto, mas] essa bagunça aqui é mais do colégio (apontou para dois armários cheios de coisas, papéis)", relata abrigada (município de Sumidouro/RJ). Por vezes, porém, a mulher abrigada tenta adaptar este espaço



físico como um território mínimo, fazendo de uma mesa de escola, uma mesa de jantar à sua família.



**Figura 12–Pertences dos abrigados se misturam aos pertences da escola (Acervo Neped, 2007).**

Dentro de um convívio num território forjado em que as rotinas têm que ser partilhadas na maioria das dimensões do cotidiano, os quartos se inserem como os únicos espaços em que há um território mínimo para o resguardo frente a uma convivência sempre pública e intermitente, ou seja, como uma área de poder sob controle temporário da família abrigada frente à coletivização das rotinas que há da porta para fora, que não dá para se evitar, mas que se pode controlar.

Parte dessa possibilidade precária de privacidade e controle frente à vida coletiva pode ser exercida, por vezes, junto aos animais de estimação que conferem memórias e podem auxiliar no processo de recuperação, não só de crianças como também de adultos. Alguns órgãos de proteção civil e saúde pública preconizam que se deve "evitar presença de animais domésticos" (SECRETARIA DE LA SALUD DE HONDURAS/OPS, 2004, p.14) nos abrigos temporários. O manual de Administração para Abrigos Temporários da Subsecretaria de Estado de Defesa Civil do Rio de Janeiro recomenda que seja desenvolvido na estrutura do abrigo um grupo de disposição dos animais, o qual "(...)está relacionado à guarda dos animais e deve ser supervisionado pelo órgão de vigilância sanitária do município" (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2006, p.32).

Dos dois abrigos analisados, alguns abrigados possuíam animais domésticos, como cachorros de pequeno porte e pássaros (vide Figura 13, abaixo). Estes ficavam nos quartos juntos com cada família abrigada responsável por ele, o que era identificado pelos abrigados como uma representação do seu mundo privado, da sua familiaridade, bem como fundamental ao seu processo de recuperação ao qual se aglutinam problemas de saúde que antecederiam o desastre. O apego a estes animais vinha de longa data, e fazia parte da constituição da territorialidade na antiga casa como o pássaro que cantava todas as manhãs enquanto se prepara o café, cuidava-se da casa etc.



**Figura 13 – Pássaro abrigado em Sumidouro/RJ (Acervo Neped, 2007).**

Dona Cláudia, idosa, abrigada do município de Sumidouro, relatou que sofre de pressão alta e depressão bem antes do desastre, e que a partir da perda de sua casa esse seu sofrimento foi acentuado. O que lhe tem sido fundamental nesta convivência no abrigo, segundo relata, é o apoio da família, mas também a companhia de sua cachorra Laila (vide abaixo Figura 14), que mesmo presa à coleira – em casa, segundo Dona Cláudia, ela ficava solta – tem-lhe ajudado a se recuperar: “ela dorme comigo desde nenenzinha”, desabafa.





**Figura 14- Desabrigadas em quarto de abrigo temporário no município de Sumidouro (Acervo Neped, 2007).**

Em Sumidouro/RJ, no abrigo CIEP Maria Amélia Pacheco, entre as limitações encontradas por uma abrigada com deficiência visual está a ambientalização frente ao novo espaço, isto é, o reconhecimento dos referenciais desse espaço e a composição do interior dele a partir da distribuição dos objetos (cf. GERALDI, 2009). Como o abrigo, na maioria das vezes, é adaptado a partir das próprias infra-estruturas existentes em escolas públicas, a presença de degraus, pisos irregulares, portas estreitas e a inexistência de rampas, de banheiros adaptados etc., acabam criando limitações aos diferentes tipos de deficiência.

Em relação às crianças, em um dos abrigos analisados em Sumidouro/RJ existia um pátio da escola e alguns brinquedos foram trazidos durante a evacuação das casas, mas não havia nenhuma atividade recreativa por parte dos gestores que atenuasse a perda do território mínimo da casa e também do conjunto de relações do bairro em que as crianças convivem e realizam suas práticas de lazer. Estas práticas se restringem a ver televisão, correr e brincar: "eles [as crianças] ficam lá fora brincando, correndo aí por baixo. A gente mesmo que olha, eu mesmo que olho ele. Ao mesmo tempo que eles estão lá embaixo, às vezes eles estão aqui em cima vendo televisão", afirma abrigada (município de Sumidouro/RJ).

Algumas organizações internacionais que lidam com a temática de abrigos temporários recomendam que às crianças sejam desenvolvidas ações educativas e recreativas que possam amenizar a condição de perda de identidade

com o lar e com a comunidade que viviam, como também quando perdem familiares no desastre. Alguns órgãos de proteção civil e saúde pública de outros países prevêm cuidados especiais para esses grupos, tais como

“técnicas de intervención psicosocial de character comunitario de modo que se incida sobre determinados colectivos que provoquen cambios en las percepciones, conductas y actitudes de los individuos. Estas se realizan en grupos sociales naturales (grupos espontáneos o asociados de mujeres, grupos de jóvenes, grupos de encuentro de viejos, de hombres) grupos en los que comunidades con efectos terapéuticos o en grupos de afinidad territorial o situacional (madres comunitarias, asociaciones cívicas y de vecinos, etc)” (COLÔMBIA, 2002, p.12).

Isso se coaduna com as recomendações da Estratégia Internacional para a Redução de Desastres que tem apregoado que mais atenção deve ser dada às pessoas e não propriamente às instalações infra-estruturais ou aos procedimentos técnicos. Há recomendações para se tratar o sofrimento humano, buscando o desenvolvimento de medidas para que as pessoas que foram vítimas possam se ajudar e superar parte do ocorrido (EIRD, 2007). Isso ocorreu no caso de Sumidouro/RJ, independentemente da intervenção técnica, mas foi criado pelas próprias mulheres abrigadas. Entretanto, há condicionantes que prejudicam essa capacidade das pessoas afetadas se recuperarem desde um ponto de vista psicossocial. Entre elas, está a falta de informação quanto ao processo de retorno ou não às moradias em áreas consideradas de risco ou ainda, em relação ao processo de reconstrução.

A falta de informação é uma reclamação constante dos abrigados nos abrigos analisados. Essa necessidade da informação reflete que a sua rotina não se desenvolve somente no abrigo, mas também na sua ânsia de reconstruir as rotinas que mantinha com o território de então, composto pela moradia, pelo conjunto de relações sociais estabelecidas durante grande parte da sua vida, de modo que para quem ‘levou quase dez anos’ para erguer sua casa, quinze dias sem receber nenhuma notícia por parte dos órgãos de emergência acabam por acentuar ainda mais a desestruturação e desorganização da sua vida: “eu tô muito deprimida..aí agora piorou né..perdendo a casa”, conta idosa abrigada no município de Sumidouro/RJ. Assim, é preciso que os gestores representem o abrigo não como um território forjado que recebe os que foram retirados da área de risco, mas como um espaço físico em que se insere o anseio por um outro território que está

incrustado em seu *habitus* e na forma que constrói sua identidade com o lugar que está interditado:

“Não. Não tem informação nenhuma... hoje que a Defesa Civil esteve aqui. Vai fazer 15 dias que a gente tá aqui. Eles vieram assim...pra tirar a gente da casa [em área de risco] (...) eu levei quase dez anos pra erguer ela [casa] direitinho. Primeiro [a defesa civil] tirou todo mundo das suas casas e trouxe pra cá, depois disso só agora. Agora a gente queria saber da Defesa Civil se a gente vai poder voltar ou se num vai, porque lá [domicílio em área de risco] foi interditado..”, afirma abrigada (município de Sumidouro/RJ).

Esse vácuo de informação por parte dos gestores de defesa civil propicia não só que se prolongue a angústia por parte das famílias abrigadas – “poderemos retornar ou não?”, “Se sim, quando?”, “Se não, para onde iremos?” – traduzem a própria continuidade do desastre. Embora, por vezes, o acesso presencial à casa esteja interditado, ela permanece na memória, porque foi construída ao longo da trajetória, sendo resultado de um processo que acompanha a própria vida, como a do relato acima, em que “a casa foi sendo erguida durante dez anos”.

Diante da perda da casa, dos bens materiais, do terreno, às vezes do próprio trabalho, ou seja, do conjunto de perdas materiais e imateriais cuja dimensão material e simbólica é subtraída e seqüestrada pelo termo *desabrigados*, a demanda por informação por parte das famílias abrigadas se refere, sobretudo, ao modo como reconstruirão, de um ponto de vista material e imaterial, o “daqui para frente”. Todavia, as instituições desempenhando ações de defesa civil não concebem a falta de informação como um sofrimento social às famílias abrigadas, mas como um risco para a emergência de rumores que provocariam “condutas desordenadas”, criariam “lideranças negativas”, contribuindo para “atuações violentas”, isto é, um abalo daquilo que a instituição concebe como ordem e normalidade: “a falta de informação e a incerteza, muitas vezes existentes nos abrigos, causam desorientação e rumores, podendo aumentar a ansiedade e promover condutas desordenadas, favorecendo lideranças negativas e atuações violentas” (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2006, p.92).

#### 4.4 As tragédias não ficaram só no Morro

Município de pequeno porte, tal como Sumidouro/RJ, Ilhota/SC também vivenciou deslizamentos e enchentes principalmente em sua área rural, sendo daí a procedência da maioria dos abrigados que ficaram tanto no abrigo do colégio Marcos Konder, situado em área urbana, quanto no abrigo do salão paroquial Capela Cristo Rei, situado em área rural. As análises desses dois abrigos não tiveram acompanhamento da Defesa Civil municipal, que havia sido estruturada durante o desastre<sup>24</sup>. Na Prefeitura do município, obtivemos a informação de que quem poderia nos informar sobre a situação dos abrigos temporários em Ilhota/SC era o Departamento Municipal de Assistência Social.

Segundo relatou uma das assistentes sociais desse Departamento, lidar com a organização de abrigos temporários era algo muito “novo”, que não fazia parte da realidade do município: “era a primeira vez” que acontecia isso em Ilhota. A assistente social estava encarregada de fazer o cadastramento de desabrigados e desalojados, utilizando-se, para tanto, de apoio de agentes de saúde para recolhimento de informações. Isto é, a assistente social não permanecia, nem visitava os abrigos. Também relatou que não havia recebido nenhuma capacitação para lidar com organização de abrigos temporários. Tampouco teve contato com algum manual de abrigos organizado pela Defesa Civil Estadual.

Segundo a assistente social, o número de abrigados em Ilhota oscilava muito, e nos últimos dias havia diminuído o número de pessoas em abrigos. Alguns tinham alugado casas, outros foram para casas de parentes. Em dezembro de 2008, as pessoas que estavam saindo dos abrigos e alugando casas não estavam recebendo auxílio-moradia, mas arcando com estes custos<sup>25</sup>. Já se mencionava na imprensa que o governo de Santa Catarina iria pagar o auxílio-moradia – chamado de “auxílio-reação” – e a própria assistente social reafirmou isso explicando que o auxílio seria de “um salário mínimo por 6 meses pra quem não está em abrigo e que

---

<sup>24</sup> Embora a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (FIBGE, 2006) afirme que a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil no município de Ilhota foi criada em 1997, foi-nos informado por representantes locais que a defesa civil municipal foi criada durante o desastre de 2008. No caso desta pesquisa, não houve qualquer acompanhamento de algum representante da Prefeitura Local até os abrigos temporários. Houve uma consulta junto ao Departamento de Assistência Social para saber quais eram os abrigos organizados.

<sup>25</sup> Espécie de auxílio-financeiro provido pelo Estado, de forma temporária, para que as famílias abrigadas aluguem casas.

tem a renda familiar de até 3 salários mínimos”, isto é, uma política de focalização da assistência social, tal como referenciado por Ivo (2008).

Dos seis abrigos instalados inicialmente no município, no dia 23 de dezembro havia três: “o colégio [estadual] Marcos Konder, com 120 pessoas; a escola [municipal] Domingos José Machado, com 57 pessoas; e o salão paroquial Cristo Rei, com 140 pessoas”, relatou a assistente social. Todas as pessoas abrigadas eram do Morro do Baú, que se compõe em bairros: Baú Baixo, Baú Central, Braço do Baú, Alto Braço do Baú, Baú Seco e Alto Baú.

A seleção de locais que pudessem servir como abrigos temporários foi apontada como uma das tarefas mais difíceis, uma vez que isso não havia sido feito previamente à ocorrência do desastre. A dificuldade não se refere à autorização ou concessão para utilizar esses locais como abrigos, mas de encontrar locais que possam ser “adaptados” para esta finalidade, que possuam infra-estruturais como chuveiros, sanitários, salas de aula etc. Assim, em meio ao número crescente de famílias desabrigadas e à indisponibilidade de uso de algumas instalações públicas por estas estarem alagadas, ainda havia de se instalar infra-estruturas mínimas nos abrigos – como, por exemplo, chuveiros – enquanto os abrigados iam chegando. Dito de outro modo, a organização dos abrigos temporários foi marcada pela improvisação durante o desastre:

“Isso foi bem difícil [organizar infra-estruturas mínimas no abrigo], porque não tinha instalação de chuveiro, não tinha instalação de lavação. Assim, a gente teve bastante dificuldade para tá instalando mais chuveiros, pra tá conseguindo máquina de lavar, centrífuga, né?! Então foi bem complicado e ainda tá sendo, mas à medida que vai passando os dias a gente tá conseguindo se organizar”, relatou a assistente social.

A fim de amenizar essa falta de organização e os conflitos que estavam surgindo nos abrigos, o município colocou uma psicóloga para trabalhar no colégio Marcos Konder, área central da cidade. Assim, o setor de Assistência Social do município era responsável pelo cadastramento de desabrigados, mas não permanecia no dia-a-dia do abrigo, tal como verificado nos dois abrigos de Sumidouro/RJ. Entretanto, diferentemente deste, em Ilhota/SC, nos dois abrigos analisados, havia coordenadores de abrigos, constituídos, em sua maioria, pelos professores das próprias escolas que serviam como abrigo, mas também por voluntários.

No abrigo do Colégio Marcos Konder, situado em área urbana, o coordenador do abrigo era o professor de matemática, também assessor de direção do colégio. Este abrigo só começou a funcionar por volta do dia 03 de dezembro, pois anteriormente a escola havia sido inundada. Tal abrigo havia recebido um grupo de famílias do Alto Baú, em sua maioria vizinhos e parentes. Tal grupo já havia sido abrigado em Blumenau, depois havia sido abrigado em Gaspar e, agora, estava no colégio Marcos Konder. Segundo o coordenador, as pessoas chegaram revoltadas de tanto ficar “mudando”, de abrigo em abrigo, sendo “enxotados para cá e para lá”, sem destino. Inicialmente o abrigo possuía 122 pessoas, mas no dia 23 de dezembro, havia 137. Esse aumento de pessoas no colégio Marcos Konder se deve ao fato do número de desabrigados ter diminuído em outros abrigos e, com isso, o município resolveu deslocar pessoas para outros a fim de diminuir a quantidade de instalações usadas como abrigos. Isto é, não houve consulta às famílias abrigadas para saber se parte delas não gostaria de ir para outro abrigo a fim de possibilitar que houvesse mais espaço para cada qual e, conseqüentemente, maior possibilidade de tentar ter um pouco de privacidade. As decisões tomadas baseavam-se na lógica de funcionamento do estado, na redução de custos com funcionários para manter mais abrigos, na logística de distribuição de doações etc.

Segundo o coordenador do abrigo no colégio Marcos Konder, era a primeira vez que estava trabalhando com a organização de abrigos e não havia feito nenhum curso de capacitação no tema. Afirmou estar fazendo “um trabalho de Defesa Civil, embora não tenha feito curso na área”. O período que trabalhava no abrigo era das 8 às 23h, jornada diária muito além daquela pela qual foi contratado, de oito horas.

No abrigo do salão paroquial Capela Cristo Rei, situado em área rural, o coordenador era um voluntário de Camboriú/SC, que nunca havia tido experiência com abrigos temporários antes. Também não havia feito nenhum curso de capacitação. Sua jornada de trabalho era ininterrupta: estava dormindo no abrigo, mas, logo no início da entrevista, salientou “que todo voluntário tem o seu limite”. Todo aquele abrigo do Capela Cristo Rei havia sido montado a partir de voluntários, sem nenhum auxílio do Poder Público, e junto à coordenação do abrigo havia um morador da comunidade que não havia ficado desabrigado mas que estava ajudando. Segundo o coordenador do abrigo Capela Cristo Rei, houve falhas por

parte do município em organizar abrigos na área rural, como aquele do Capela Cristo Rei, assim o voluntariado iniciou a organização e acabou assumindo:

“Aqui foi o seguinte, eles [Prefeitura de Ilhota] tentaram através da assistente social implantar uma coordenação geral dos abrigos e depois a manutenção disso. Só que não deu certo... Então essa organização por parte do município falhou. Não sei se foi por falta de capacitação, por falta de gerenciamento, então não houve condições. Então aqui em especial a gente tocou todo o voluntariado aqui, a gente conseguiu organizar num prazo muito curto todo o abrigo, o gerenciamento do abrigo, suprimentos...”(Coordenador do abrigo Capela Cristo Rei).

O abrigo Capela Cristo Rei começou a entrar em funcionamento no dia 26 de novembro de 2008. Uma parte do grupo de desabrigados que ali estava já havia passado por outros dois abrigos temporários – numa igreja no Braço do Baú e depois em uma do Baú Central que acabaram ficando em área suscetível a deslizamentos – antes de chegar ao da Capela. Uma outra parte do grupo havia sido resgatado por helicópteros e levados até o SESC Blumenau, depois levados a Gaspar/SC e então para Ilhota. No início havia 180 pessoas no abrigo, em 24 de dezembro, havia 122 pessoas.

Um elemento muito relevante para a definição da dinâmica dos abrigos analisados em Ilhota – tanto o abrigo da escola Marcos Konder quanto o abrigo Capela Cristo Rei – se refere às condições em que chegaram os grupos de desabrigados que lá foram instalados ou que lá chegaram com seus próprios recursos – como no caso de alguns abrigados no Capela Cristo Rei, situado em área rural, que chegaram após caminhar horas na mata.

Uma dessas primeiras condições se refere ao que desencadeou inúmeros deslizamentos no dia 23 de novembro de 2008, um domingo à noite. Nos meios de comunicação, a ênfase para as razões do que estava ocorrendo no Vale do Itajaí/SC – sejam as enchentes em Itajaí/SC ou os deslizamentos no Morro do Baú – foi produzida simbolicamente – e sancionada pelo meio perito – como em razão das chuvas que se prolongavam por três meses. No caso do Morro do Baú, foi feita uma correlação entre o fenômeno natural – as chuvas – e a ocorrência de deslizamentos cuja maioria veio a ocorrer no domingo à noite, dia 23 de novembro. Entretanto, o que foi alegado pelos afetados em Ilhota/SC e de outras cidades, é que um gasoduto que passa no Alto Baú – região do Morro do Baú – explodiu no domingo à noite – e um grande clarão pôde ser visto – e isso desencadeou grandes

deslizamentos num solo já encharcado, desmoronamento de casas, fábricas, soterrando pessoas.

“Quando deu essa explosão, começou a desmoronar as casas e firmas. Então quatro filhos meus e mais uns amigos foram na casa do Daniel que tava o povo todo embaixo da laje. E ali veio uma coisa (pausa). A turma toda com a lama na altura do peito. Eles [quatro filhos e mais uns amigos] conseguiram tirar treze corpos com vida, alguns com braços quebrados, pernas quebradas, outros machucados. Você sabe que debaixo de uma laje não vai sair ninguém...[ileso], né? E ali ficou cinco corpos (pausa) sem vida. Conseguiram ainda tirar uma criancinha (pausa) que já tava morta. Essa conseguiram tirar...e quatro ficou [soterradas na lama]. Isso foi domingo” (A, abrigado no Marcos Konder).

“É muita coincidência que quinze minutos após a explosão começou a desabar tudo. A gente sabe que [os deslizamentos] têm a ver com isso [explosão]. Claro que as chuvas que vinham ocorrendo a meses contribuíram. Só que o gás, depois da explosão, foi tipo um terremoto. Se dá qualquer tremorzinho já abala tudo, imagina o tremor de uma explosão do gasoduto, que é mais na superfície. Claro que se está tudo molhado vai desabar tudo”. (S, abrigada no colégio Marcos Konder).

“Tava três meses chovendo e não aconteceu nada. Só explodiu o gás e desabou tudo. Tá na cara que tem alguma coisa a ver. Foi depois da explosão”. (T, abrigada no colégio Marcos Konder).

“Então eles passaram o gás em área de risco também. Foi erro deles”. (JF, abrigado no colégio Marcos Konder).

No abrigo Capela Cristo Rei, onde ficavam os moradores do Braço do Baú que ficaram desabrigados, também se afirma que a explosão do gás ocasionou a avalanche de terra:

“muita gente conta que num primeiro momento ouviu um estrondo, uma vibração e depois parece que a noite virou dia... Houve aquele clarão. Aí naquele clarão, muita gente começou a fugir e a sair, e esse pessoal ficou desorientado, e aí depois de três dias é que começaram a chegar resgate, equipe do exército, da ambiental, do bombeiro, que vieram de helicóptero e começaram a fazer os resgates e salvamentos. Demorou muito pra se tomar conhecimento da tragédia aqui dentro” (Coordenador do abrigo Capela Cristo Rei).

“Tudo isso aconteceu depois da explosão do gás, né, e mesmo com a chuva não tinha acontecido nada disso, mas quando explodiu aquele gás lá, muitas casas tremeram todas. Aí desmoronou tudo” (A, abrigada no Capela Cristo Rei).

Algumas abrigadas no colégio Marcos Konder que moravam na região do Alto Baú – onde passava o gasoduto – relataram que duas semanas antes da explosão sentia-se um cheiro insuportável de gás e uma ia à casa da outra perguntando se tinha deixado o gás de cozinha aberto. Relataram que durante



esses dias do cheiro insuportável “tinha um pessoal do gás fazendo investigação para ver se tinha vazamento”. O coordenador do abrigo Capela Cristo Rei afirma que em um Estado como o de Santa Catarina, que já teve como experiência outras tragédias era para se estar preparado para avaliar e esclarecer se houve a explosão ou não desse gasoduto, uma vez que, aqueles que sobreviveram para contar a história, retratam que o que ocasionou o desmoronamento em cadeia foi a explosão:

“(...) eu acho que a gente pode pecar, pode ter erros, só que em especial no estado de Santa Catarina, a gente já sofreu enchentes anteriores, então já era pra ter servido como uma experiência anterior, pra estar preparado pra esse tipo de ação. Claro, ninguém estava esperando essa catástrofe aqui dentro, foi tudo a base de desmoronamento, então a gente espera que seja avaliado: “pessoal, vamos tomar ciência, vamos tentar analisar se realmente houve essa explosão desse gasoduto...”. Porque ela houve, só que a gente quer saber o seguinte, que se diga se foi ela que ocasionou o desmoronamento em cadeia, ela houve na 470 [rodovia], houve aqui em cima, então a gente sabe que foi, só que é claro, eu não sou um técnico pra dizer o que aconteceu, se não aconteceu... O que a gente houve do pessoal, é que teve relação, tudo o que desmoronou, quem sobreviveu aqui diz que tudo que houve foi depois dessa vibração que houve e depois esse clarão”, afirma o coordenador do abrigo Capela Cristo Rei.

Menezes (2009), ao colher depoimentos de moradores do Morro do Baú, demonstra a recorrência destes em afirmarem a ocorrência da explosão. Também demonstra como os próprios geólogos entram em conflito no que diz respeito à relação entre a ocorrência da explosão e aos desmoronamentos em cadeia. O autor supra também relata que a empresa responsável pela operação do gasoduto foi por ele contatada para se pronunciar a respeito da possibilidade de explosão, porém não emitiu nenhuma resposta sobre o caso. Grande parte dos abrigados em Ilhota relata que, quando a imprensa (telejornais, jornais, revistas etc.) estava no local para saber as razões do “desastre no Morro do Baú”, muitos afirmaram que se tratava da explosão do gasoduto, porém isso não foi noticiado amplamente. A Folha de São Paulo, por exemplo, na edição de 29 de novembro, em matéria intitulada “Homem é resgatado, foge do abrigo, volta para casa e é retirado pela 2ª vez”, faz uma breve menção ao fim da reportagem, direcionando o leitor para a explosão do gasoduto que ocorreu em Gaspar/SC quando, na verdade, os moradores do Alto Baú argumentavam sobre uma outra explosão ocorrida no gasoduto que passa por ali:

“Moradores do complexo do Baú e autoridades de Ilhota associavam ontem a série de deslizamentos ocorrida na região ao rompimento do gasoduto

que passa pelas imediações, em Gaspar, vizinha de Blumenau. Dizem ter ouvido explosões no final de semana. Por meio de nota, a TBG (Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil) diz que não há evidências de explosões em nenhuma parte da tubulação no trecho acidentado. Ainda segundo a empresa, a hipótese, até o momento, é que uma pedra de aproximadamente 15 toneladas rolou por cima do duto e causou o acidente” (AGÊNCIA FOLHA, 2008a).

Os moradores do Alto Baú que ficaram desabrigados relataram que estavam recebendo as doações do povo brasileiro, mas que o que realmente queriam era o esclarecimento sobre a explosão ou não, um pronunciamento da empresa sobre o assunto, um esclarecimento da Defesa Civil do Estado. Segundo eles, muitos dos quais possuíam não somente casas, mas eram agricultores, tinham fábricas de conservas, serrarias etc., afirmavam que o que realmente lhes era de direito era indenização em decorrência da explosão e não somente doação. Tais indenizações deveriam cobrir, segundo eles, as perdas econômicas decorrentes da destruição e danificação das instalações, dos maquinários, da produção, da inviabilidade do uso da terra por ela passar a ser considerada área de risco, de uma terra com a mesma qualidade, pois ali a “terra era boa para trabalhar”. Segundo um dos desabrigados que morava há mais de sessenta anos no Alto Baú:

“Eu **tinha** minhas **plantações** de eucalipto. **Tinha** minha **casa**. **Tinha** **equipamento** **para** **trabalhar** na roça. O que eu precisava para trabalhar com maquinário eu tinha. Hoje eu não tenho nem um **pedaço de serra mais**, eu não acho mais lá. E o **meu terreno lá**, por causa da explosão, **destruiu**. Não tem condição de fazer nada em cima do terreno. **Nem estrada não tem** [condição]. Eu quero uma resposta disso aí: como é que vai ficar? Com 23 hectares de terra que hoje não dá para aproveitar nada, que não dá mais pra plantar um pé de nada. E **era tudo terra boa** que eu tinha lá para trabalhar. E o gás passava lá [na propriedade]. E não deram satisfação para gente desse gás. Porque antes da explosão do gás ali na nossa região não tinha nada [deslizamentos, avalanches de terras, enchentes]. E vão dizer que isso foi da enchente? Não, isso foi da explosão do gás. E eu me pergunto se tinha alguma pessoa morta, alguma casa arrancada, se tinha alguma destruição se não fosse essa explosão do gás. Não tinha. Foi o gás” (R., abrigado no colégio Marcos Konder; grifo nosso).

Haesbaert (2004) assinala para a vivência de múltiplos territórios que os agentes podem vivenciar, mas também podemos considerar que existem desterritorializações múltiplas. As desterritorializações sofridas pelos desabrigados em Ilhota/SC remetem a perdas econômicas e simbólicas relacionadas a: a) territórios-zona como o ambiente da casa rural e do trabalho rural, como a perda das plantações, dos equipamentos para trabalhar, do terreno onde ficavam as instalações de trabalho (como, por exemplo, serraria), mas também da qualidade da

terra em que se produzia; b) a territórios-rede como a perda do acesso por estradas para escoamento da produção, recebimento de matéria-prima, relacionamentos com clientes, vinda de trabalhadores para as serrarias, para as fábricas de conservas etc. As dimensões das desterritorializações não atingiam somente os desabrigados, mas aqueles que mantinham conexões no âmbito das relações de produção com estes, como trabalhadores que perderam seus empregos – a desterritorialização do local de trabalho – diante da destruição de serrarias, das plantações, das fábricas de conservas e de outras indústrias que foram prejudicadas: isto é, aquele desastre não era localizado, mas seus efeitos estendiam-se na rede de relações. Conforme relata um dos abrigados, que perdeu a condição de *empresário, patrão, fornecedor e morador*:

**“Eu sou empresário.** Eu tenho uma serraria no Alto Baú e **tô parado. Meus empregados estão parados.** Não estão tendo pagamento. Eu não estou sendo indenizado. Não chegou ninguém para explicar o que aconteceu. [Explicar] **se eles vão arrumar os clientes que eu estou perdendo.** Eu quero uma resposta. (...) Como eu vou pagar minhas contas?E se eu me tornar inadimplente?(...) Noventa por cento da população do Alto Baú era patrão e empregado, a gente vivia daquilo ali, porque depender da Ilhota [cuja principal atividade econômica era indústria de moda íntima] não era fácil” (V, abrigado no colégio Marcos Konder).

Um outro aspecto que não ganhou visibilidade nos meios de comunicação, mas que foi relevante para a definição da dinâmica dos abrigos analisados em Ilhota, ainda referente às condições em que chegaram os grupos de desabrigados, foi o fato de muitos desses terem permanecido vários dias isolados no Morro do Baú à espera do resgate, buscando sobreviver em meio à ausência de alimentos e água; procurando encontrar e tentando resgatar pessoas sobre os escombros utilizando-se de pás e motosserras; construindo macas de madeira para remover feridos, abrigando-os em um local seguro e cuidando deles; construindo caixões de madeira e realizando sepultamentos. Conforme relata um dos moradores do Alto Baú que ficou desabrigado:

“Ai ficou o resto da noite naquela lida, naquela luta, de um lado pro outro, querendo socorro, porque, em parte, a gente tava ilhado. Aí quando foi segunda-feira, começou o clarear do dia, ai começemo no campo de futebol do Gilberto Schimitt – que eles têm uma serralheria – a colocar todos aqueles corpos quebrados [feridos] em cima de duas tábuas com espuma e levávamos a uns 50 metros num morro debaixo de um eucalipto deles, passava lona por cima e buscava outro [corpo]. E outros que não estavam feridos...ai foi pegado duas motosserras para fazer um barraco improvisado

com madeira e coisa, botamos lona por cima para defender as crianças e as mulheres (...)Eu sei que a luta nossa lá foi 'braba', mas graças a Deus conseguimos ainda tirar muita gente de lá com vida". (A, abrigado no Marcos Konder).

Na "luta" madrugada adentro à procura de sobreviventes, a rememoração dos momentos traz à tona as pessoas que conseguiram ser salvas, mas a observação direta no abrigo Marcos Konder durante a noite do dia 24 de dezembro – a ceia de Natal dos desabrigados – permitiu identificar como a memória dos que não puderam ser salvos permanece presente na memória daqueles que estiverem envolvidos nesse resgate conduzido pelos próprios moradores, salvando parentes e vizinhos – idosos, mulheres, homens, jovens, crianças. Assim, muitos se "culpam" por não terem conseguido salvar crianças, pais, mães, irmãos, irmãs, vizinhos e, essa "culpa" assume por vezes o tentar ficar recluso num canto, prostrado, em silêncio, dentro de um local que tem uma convivência pública exacerbada. Os que sabem da razão desse "silêncio" e que, muitas vezes, estiveram na mesma "lida" para salvar pessoas, procuram conversar, introjetar um motivo para o prosseguir, em busca de um sentido. Por vezes, em locais mais reservados do abrigo – como despensas que armazenam as doações – esse sofrimento eclode e menções como "eu preferia ter morrido junto do que ficar aqui" são acompanhadas de muito choro e revolta, mas contam com as palavras de parentes e amigos que, ao servirem como psicólogos e terapeutas na noite de 24 de dezembro, procurar amenizar a sensação de "culpa" e mostrar "um sentido para prosseguir" como, por exemplo, lutar por justiça em relação à explosão do gasoduto.

Essas ações de sobrevivência, proteção e socorro também foram realizadas por mulheres, como mães que tiveram que levar seus filhos para locais mais seguros, utilizando-se da rede de parentes e vizinhos que existiam no local. As memórias "de ter se salvado" também são relembradas. Como relata uma "mãe e avó", moradora do Braço do Baú que ficou desabrigada:

"O que mais me marcou assim, foi que eu penso assim: 'meu Deus, se a minha filha tivesse na casa dela, talvez podia ter acontecido a mesma coisa', só que quando começou a chover muito – o marido dela [da filha] estava viajando – e ela pegou o carro e subiu com as duas meninas [netas] lá pra minha casa. Foi a salvação dela, que ela não passou por isso tudo com água e coisa, e tendo que socorrer a menina, que ela tem uma menina de 9 anos que é especial". (A, abrigada no Capela Cristo Rei).

Muitos, diante da ausência de socorro, foram para o abrigo caminhando no meio da mata, abrindo trilhas e procurando referências, pois a paisagem constituída ali no Morro do Baú, por meio de estradas, matas, plantações, casas de vizinhos, fábricas – elementos que eram referenciais do viver, do ir e vir –, que serviam como componente para a territorialidade, acabou sendo destruída após anos de um processo cumulativo de constituição:

“Aquela região [Morro do Baú] ficou toda isolada, então três dias depois que começou a chegar socorro. Teve gente que veio caminhando da região a pé e chegou três dias depois, porque a tragédia ali foi tão grande que não existia ponto de referência pra achar estrada novamente” (Coordenador do abrigo Capela Cristo Rei).

Alguns que ficavam à espera do resgate, quando foram socorridos, tiveram suas famílias separadas: como os helicópteros que faziam os resgates eram de diferentes instituições e a prioridade de socorro era para crianças, mulheres e idosos, muitos desses foram levados para um determinado município (por exemplo, Blumenau) e os homens, quando resgatados por helicópteros de outras instituições, foram levados para outro município (por exemplo, Ilhota), o que acabou separando e isolando as famílias temporariamente, uma vez que as conexões por vias terrestres entre esses municípios estavam interrompidas (cf. MENEZES, 2009). A isso se adiciona o fato das comunicações via telefonia fixa e telefonia móvel estarem interrompidas durante dias, não permitindo o contato entre as pessoas, caracterizando, desse modo, uma outra separação que se seguiu a desterritorialização da casa: o isolamento entre familiares.

As pessoas das regiões do Morro do Baú foram resgatadas durante alguns dias, conforme noticiado nos meios de comunicação. O foco foi a retirada das pessoas das áreas consideradas de risco. Entretanto, essa ação que implicava um sucesso para as instituições de resgate, denotava uma outra preocupação para os desabrigados: as suas casas que ficaram abandonadas, a permanência dos pertences que lá ficaram (carros, equipamentos de trabalho, tratores, geladeira, freezer etc.), dos animais domésticos (cachorros etc.) e de criação (cavalos, porcos, galinhas etc.). Diferentemente do caso de Sumidouro/RJ, em que, geralmente, as mães foram para os abrigos e o pai e/ou filhos mais velhos ficaram fazendo a vigilância das moradias, no caso de Ilhota/SC, todos foram retirados. Alguns desses desabrigados – a partir de ações realizadas em grupo – conseguiram tirar alguns

desses pertences sem quaisquer auxílios ou acompanhamento da Defesa Civil. Foram feitas picadas na mata e, motos, carros etc. eram tracionados por equipamentos de serrarias do local, como tratores de guincho, caminhões-truck. A estratégia comunitária de salvamento desses pertences permitia diminuir as perdas materiais e valiam-se, ainda, de redes de parentes e amigos para armazenar tais bens em outros locais, uma vez que a estrutura do abrigo não permitia guardar todos. Como relata um abrigado no colégio Marcos Konder:

“A única coisa que conseguimos tirar de lá foi no domingo, eles [amigos e vizinhos] abriram um caminho improvisado lá, aí nós tiramos dois carros, três motos e a picape, a picape traçada. Aí tem mais: tem um fusca e uma Brasília. Esses vão lá para tirar ainda. Dentro de casa tem geladeira, tem freezer ainda (...) Isso [retirada dos pertences] foi nós mesmos. Que a Defesa Civil não fizeram nada disso aí. Então, como tinha uma picape traçada – tinha lugar ali que era difícil, tava molhado – então daí pegava, engatava e tirava. Aí depois tinha os cara da serraria que têm trator de guincho –aqueles que puxam madeira – umas carretas e uns caminhões-truck, então eles iam guinchando até que saíam fora dali. Tiraram uns carros pequenos. As motos, a rapaziada dali tirou umas 100 motos mais ou menos. Viam uns quatro ou cinco, faziam um picadão [abrir caminho] no mato com facão, amarrava com a corda e ia puxando, levava uma parte, buscava outra. Esses carros aqui [no abrigo] foram todos trazidos. Os caminhões grandes, truck, carreta, estão guardados na casa de parente em Gaspar, Blumenau e aqui na Ilhota mesmo...sabe tem garagem de conhecido e amigo. Só que ainda tem mais. Tem de mais uma firma lá. Ainda ontem eles estavam abrindo caminho para conseguir tirar as carretas de lá, deve ter mais ou menos uma trinta carretas mais ou menos”.

Além desses pertences retirados, existem aqueles que lá permaneceram e que compõem o mundo privado da casa os quais, muitas vezes, possuem uma trajetória de conquista, como máquinas de lavar adquiridas a partir de pagamentos parcelados: “A minha máquina de lavar roupa que eu terminei de pagar esse mês. É aquela que faz tudo, né? Tem [ainda] as minhas televisão, tem os meus móveis que estão tudo bom ainda, graças a Deus. E eu gostaria de tirar meus móveis”, relata abrigada no Capela Cristo Rei. Geralmente, as pessoas vieram para os abrigos só com a roupa do corpo e, por vezes, com os documentos pessoais (certidão de nascimento, cadastro de pessoa física etc.). Muitos acabaram perdendo não somente esses documentos, mas também escrituras de propriedade rural, escrituras de casas etc.

Os pertences que não puderam ser retirados da área considerada de risco são um fator de preocupação constante para os abrigados, sendo uma das razões para almejam permanecer em suas terras e em suas casas e se recusarem

a ir para abrigos. Muitos alegam que suas casas foram saqueadas porque no início o Estado não havia providenciado vigilância no Morro do Baú, o que mais tarde veio a ser feito pela Polícia Militar Ambiental, a qual instalou um posto de comando no local, controlando a entrada e saída de pessoas (cf. MENEZES, 2009). Conforme relatou um morador e agricultor do Alto Baú em relação ao receio de que parte de seus animais de criação fossem roubados:

“Tão invadindo. Tem uns caras ali que têm uns tratorzinhos, tão roubando uma casa lá que tem geladeira, freezer, computador (...)Tenho um cavalo que tá lá, um touro que é de raça, mais uma vaca e um filhote. Mas as outra criação não tem mais [morreram]”. (A, abrigado no colégio Marcos Konder).

Todavia, a vigilância nessas áreas para que os pertences não fossem roubados não era condição suficiente para prover “segurança”, uma vez que a segurança dos animais de criação implicava que estes pudessem ser alimentados ou que pudessem ter um pasto, uma vez que havia muita lama. Assim, os abrigados tinham que valer-se de suas redes sociais para permitir que o restante de algumas criações pudesse sobreviver e, assim, auxiliar em sua recuperação socioeconômica, mas também pelos outros sentidos simbólico-afetivos que tais animais possuem para seus donos. Como o abrigo não correspondia à realidade de desabrigados de uma área rural, aqueles que ainda tinham condições financeiras procuraram alugar pastos para manter suas criações:

“Nós vamos recolher eles [animais de criação]. Até hoje um rapaz ia arrumar um pastinho para nós, só que até agora ele não veio dar a resposta. Então nós vamos para lá. Tenho um amigo que tem a boiadeira. Eles estão num piquete de um amigo nosso, só que a comida está acabando. (...). E (pausa) muitas criações morreu lá, né?Galinha e porco...quem não morreu foi porque o povo saiu e soltaram. Cachorros que viviam num canil foram soltos também, né? Eles pegam e matam, direito de sobreviver também, né?” (A, abrigado no colégio Marcos Konder).

Em relação às perdas imateriais e materiais elas, de certo modo, antecedem a entrada no abrigo, mas permanecem sendo vivenciadas no interior dele. Elementos constitutivos do processo de territorialização, os bens imateriais e materiais compõem o modo como são dominados e apropriados os espaços, demarcando fronteiras, tempos, sociabilidades, fazeres. Isto é, passam a ser incorporados não como um conhecimento, mas como uma prática apreendida, como um *habitus*, passado de geração em geração e que se fez em ligação com a terra,

do nascimento à criação. Um território não somente com valor instrumental, mas com uma historicidade de apropriações simbólicas, passada pelos avós, pais e filhos, re-significadas na modificação paulatina da paisagem do lugar e que, de uma para outra, desfez-se aos olhos, mas não à memória:

“Nasci [no Alto Baú] (pausa) e até nessa hora da tragédia eu morava ali...eu me criei ali (...) Nunca [tinha acontecido deslizamento ali] (com tom de voz forte). Meu pai, meus avós nasceram e se criaram ali. Meu avô, ele quando nasceu, a família dele já era dali. Quando ele [avô] morreu, ele estava com 99 anos, quando ele ia fazer 100 anos, ele faleceu. Ai tem o meu pai. Meu pai, agora no dia 28 de novembro, faria 92 anos [falecido em 2006]. Nunca aconteceu nada. Nunca falaram nisso [deslizamento]. Esse terreno onde explodiu o gás é nós fundos do meu terreno e do meu irmão. Explodiu ali atrás. Antes desse gás, nunca aconteceu isso lá. Nunca. Lá todo mundo tinha uma vida feliz e tranquila. Dava aqueles tempos de chuva, dava aquelas trovoadas fortes. Às vezes deslizava assim, como se diz, um barranquinho na estrada, o que é normal, aqueles barranquinhos assim. Mas no outro dia ia lá com um carrinho de mão [carrilha], tirava três ou quatro carrinho e pronto, tava limpo. Agora tirar caminho, tirar tudo aquelas montanhas, árvores...detonar tudo, todo o terreno dele [irmão] lá. Foram [destruídos] 50 mil pés de eucalipto, só dele [irmão] eram 36 mil. [E questiona...] E acabar tudo, assim? Se fosse só uma arezinha tava tudo bem. Mas de ir lá e vê acabando com tudo. Casas (pausa). [E lembrando do local que deixou de existir...]. Naquele tempo, antes, você sabe como é aquela estrada do interior, né? Você vai aqui, vai ali. Dá até o córrego – que a gente chama ribeirão aqui. Dava aqueles trovoadão forte, mas nunca botou água em estrada coisa nenhuma. Quando dava aquelas trovoadas fortes, que a água do rio ficava até meio amarela, nós pegava o anzol e ia até a beira do rio pegar jundiá – o bagre africano. Hoje em dia onde a gente vai pegar? A gente até tinha lagoas de peixe. Agora não existe mais nada. Só vê aquela lama. Você só vê aquela lama, não vê mais casa, não vê mais nada”.

Assim, o que se cria, o que se planta, o que se prepara, o que e o como se cozinha são elementos que compõe a territorialidade e a perda concreta dessas referências passa a se constituir como a dimensão simbólico-cultural da desterritorialização, como o isolamento daquilo que o fez durante sua trajetória e de seus antepassados: como o labor na terra, na plantação e na criação que fez e refez o(a) agricultor(a) no dia-a-dia de sua trajetória para a manutenção não só da vida biológica, mas da vida cultural e social, agricultores que permanecem com o chapéu mesmo num abrigo temporário situado na área urbana:

“Tinha [plantação de] eucalipto e mais aquilo que se usava, né? O aipim, batata-doce, feijão, milho que o cara colhia – porque o que sobrava parte dividia, outra parte dava para a criação. Tinha porco, galinha, pato, marreco, vaca, boi, cavalo. A gente tinha de tudo ali, né? Se você queria carrear um porco, você ia lá e carneava, fazia o toucinho, a banha, fazia aquela carne do jeito que você queria, né? Agora a gente não tem mais nada” (A, abrigado no colégio Marcos Konder).



“Todo mundo tinha pato, marreco, boi, galinha. Dava para tirar tudo de lá. Hoje para comer temos de comprar até uma cebolinha” (M, abrigada no colégio Marcos Konder).

Essas perdas também se manifestam também nas donas-de-casa que tinham criação de animais, os quais não tinham somente valores materiais, mas imateriais: “Eu tinha umas quinze galinhas, umas galinhas japonesa [galinha sedosa japonesa]. Eu tinha umas quinze, eram as coisas mais lindas. Mas elas estavam num ranquinho, a água carregou o rancho, foram tudo junto (pausa...olha para baixo)”, relata idosa abrigada no Capela Cristo Rei.

Essas perdas associadas à propriedade rural – a desterritorialização frente à esta e não somente à casa – não se limita à dimensão simbólico-cultural, mas também à jurídico-política. Os deslocamentos de terra ocorridos após os deslizamentos redefiniram as bases geográficas das propriedades, isto é, as áreas e os limites de cada qual. Isto também aconteceu quando da ocorrência da *tsunami* na Ásia e uma das dificuldades estava na redefinição dos limites entre as propriedades, uma vez que estes eram feitos por marcos na própria passagem – por exemplo, morros dividindo as propriedades. Além da perda desses limites, muitas escrituras das propriedades acabaram sendo perdidas. Isso provocou confrontos em torno de quem era o verdadeiro proprietário da terra, uma vez que alguns deles tinham morrido e os herdeiros vinham reivindicar a posse sem possuir a escritura, entrando em confronto com pessoas que estavam ocupando a propriedade (OXFAM, 2006). No caso do Morro do Baú, esses confrontos em torno dos limites das propriedades rurais não havia ocorrido quando da realização da pesquisa de campo. A questão era se as terras poderiam ser reocupadas não só pelas casas como também pelas atividades produtivas ocorridas no local, tal como a agricultura, a serraria, a agroindústria, as cooperativas de costura. Assim, a perda não era somente da propriedade rural, mas do próprio trabalho e também do emprego de muitos que, por vezes, não ficaram desabrigados mas cujos patrões perderam a atividade produtiva, ou que perderam as instalações físicas das cooperativas.

A perda do território da casa e do que esta implica são rememoradas recorrentemente pelos desabrigados e são feitas retratando os últimos momentos lá vividos. A memória em relação à casa vai detalhando o que se costumava fazer e em que cômodo, o quando se fazia, o como se fazia, o ritmo e com quais recursos.

Assim, numa sociabilidade rural, podia-se matar e talhar o porco, esquentar a água no tacho, cozinhar a carne no fogão à lenha do rancho, podia se preparar um queijo:

“O meu freezer estava com mais de quatrocentos quilos de carne. Porque naquela semana [do desastre] na terça-feira ainda estava chovendo e eu falei pro rapaz [filho]: “você vão trabalhar e eu não vou”. “O quê que o pai vai inventar?”, ele disse. Eu disse: “ah, fica quieto”... porque se eu falasse para ele, elealaria “ah, o pai é doido?”. Meio dia o rapaz [filho] chegou, viu aquela fumaça no rancho, no lugarzinho onde matava a criação. Eu botei os tachos para esquentar a água, peguei o porco lá e matei. Deixei tudo prontinho. Ai quando ele chegou, ele e a mulher dele, ai me viram: “Que que o pai tá fazendo lá que tem fogo lá no rancho?”. “Ah, eu matei aquele leitão lá”. “Sim, e quem ajudou o pai?”. Eu digo: “Eu sozinho”. “E o pai é louco?”. Eu deixei tudo preparado porque tem a talha, né?Você vai lá em cima, desdobra do jeito que quer, botava ali, corta a carne que eu queria, pra que incomodar três, quatro, né?Então botava ali no freezer, né?Até deixei queijo pra Natal, pro Ano Novo, vem a família e mais a visita e ai já tem a carne de animal e essas coisas, né?” (M, abrigado no colégio Marcos Konder).

O termo *desabrigados* visa classificar aqueles que perdem o território da casa e, como não encontram um local temporário para se alojarem em casas de parentes e amigos, precisam ir para abrigos temporários. A dimensão do desabrigo por vezes limita a compreensão à perda da casa, isto é, orienta-se a partir dos referenciais da territorialidade urbana. Todavia, a partir da análise da dimensão do desabrigo para os moradores do Morro do Baú, depreendemos que não se trata da destituição somente da casa, mas da casa e da terra, isto é, é um desabrigado da terra e não só da casa, e são as implicações dessas perdas que caracterizam a desterritorialização, com dimensões simbólico-culturais e jurídico-políticas. O termo *desabrigados* cristaliza uma indiferença moral ao tecnicizar essa condição humana explicitada por um conjunto de perdas materiais e imateriais.

Por ser uma classificação técnica que visa uma função prática, o termo *desabrigados* subtrai as características do humano e invisibiliza suas condições para, desse modo, administrar esse aglomerado humano de exclusão, esse homem-de-massa que parece ser vazio de sentido, tratado como elemento individual e não como um grupo, tal como a família. Nos abrigos temporários de Ilhota/SC, diferentemente dos abrigos analisados em Sumidouro/RJ, não havia uma administração comunitária por parte das famílias abrigadas (cf. SIENA, 2009), mas sim uma administração burocrática feitas pelos coordenadores de abrigos. Dito de outro modo, os processos de negociação dos tipos e formas de uso do multiterritório do abrigo baseavam-se em critérios que otimizassem o funcionamento das funções

que o abrigo deveria cumprir na administração dos componentes da rotina: alimentação, higiene, limpeza, segurança pública. Tudo passou a ser enquadrado numa questão técnica para esvaziar a dimensão moral dos conflitos e o sofrimento social. O abrigo temporário é o local que confina essa “massa” para administrá-la.

No que tange às formas de uso dos espaços de uso coletivo, nos abrigos de Sumidouro/RJ não havia um coordenador responsável por definir uma rotina a partir de uma escala de horários para utilizar as instalações coletivas do abrigo, isto é, para definir o horário de preparo e de realização das refeições, da limpeza das instalações coletivas do abrigo, de se tomar banho, de se realizar a lavagem e secagem de roupas, de se apagar as luzes. Já nos dois abrigos analisados em Ilhota/SC, essas formas de uso dos espaços coletivos eram diferentes.

Nos dois abrigos de Ilhota, a alimentação era possibilitada pelas doações de alimentos. As formas como estes eram obtidos diferia de um para o outro. No abrigo do colégio Marcos Konder, as doações vinham do centro de distribuição, localizado num ginásio de esportes no centro de Ilhota (vide Figura 15, abaixo).



**Figura 15: Central de doações no centro de Ilhota/SC (Acervo Neped, 2008).**

O setor de doações era inicialmente de responsabilidade da Assistência Social do município, mas esta incumbência foi transferida para um dos professores da cidade, que ficou como responsável por coordenar a distribuição.

Segundo a assistente social, o setor estava funcionando muito bem e “ninguém estava passando fome no abrigo”, mas “muito pelo contrário, as pessoas vêm dizer pra gente que estão sendo muito bem tratadas”, relatou. Entretanto, o setor de doações e a assistência social iriam ficar fechados durante as festividades natalinas, reabrindo somente no dia 29 de dezembro (vide Figura 16, abaixo). Para os coordenadores dos abrigos era inadmissível a central de doações estar fechada na época do Natal: “É época de Natal, mas é um município em Estado de Calamidade Pública, né?”, relata o coordenador do abrigo Capela Cristo Rei.



**Figura 16: Horário de funcionamento do Departamento de Assistência Social (Acervo Neped, 2008).**

Segundo o coordenador do abrigo Marcos Konder, a logística de distribuição de roupas e alimentos falhou. Muito do material vindo possuía data de validade baixa. A isso se adicionava o fato de não existir no abrigo infra-estrutura adequada para armazenagem dos alimentos. A vice-coordenadora do abrigo, uma psicóloga contratada pelo município, afirmou que esses problemas de logística do governo refletem muito no cotidiano do abrigo: “o problema com o Governo reflete no problema na cozinha”, diz a psicóloga e vice-coordenadora do abrigo no colégio Marcos Konder.

As falhas na logística de distribuição por parte da Defesa Civil Estadual e municipal também são apontadas pelo coordenador do abrigo Capela Cristo Rei. Segundo ele, a defesa civil de Ilhota “não existe”. O que auxiliou a sanar essa deficiência na logística de distribuição das doações foi o fato da tragédia em Ilhota

ter sido muito noticiada e as pessoas desejarem direcionar os donativos diretamente para o município. Grupos de empresários, a Associação Nacional do Ministério Público e outras instituições tiveram ali presentes e começaram a encaminhar as doações diretamente para o abrigo Capela Cristo Rei, o qual ficava separado do centro de distribuição de doações, que ficava em uma das margens do rio Itajaí-Açu enquanto o abrigo em outra, e a ligação entre os dois era feita por balsa cuja utilização não era possível durante as cheias do rio. Dessa forma, o contato com essas entidades do terceiro setor acabou sendo mantido e as doações eram solicitadas a cada quinze dias, isto é, o abrigo Capela Cristo Rei passou a ter autonomia para gerenciar suas próprias doações, não dependendo das doações que estavam centralizadas em Blumenau e nem das doações que estavam no ginásio de esporte na área urbana de Ilhota.

“No nosso caso aqui, como numa semana depois foi muito divulgado e falado da tragédia aqui, então todo mundo queria direcionar o donativo não para o município, e sim para a localidade do Baú... E começaram a chegar os donativos, vinham empresários, até a própria associação nacional do ministério público teve aqui (...) e aí começaram a encaminhar num primeiro momento diretamente pro abrigo e pra abastecer o abrigo e conseguir manter. E com esses empresários a gente mantém contato pra que eles não tragam tudo em um momento só, então a gente pede doações a cada 15 dias, 10 dias, a gente vai intercalando... E doações que chegam em excesso a gente já encaminha direto pra municipalidade que tem como armazenar, como estocar, como distribuir...”, relatou o coordenador do abrigo Capela Cristo Rei.

Segundo o coordenador do abrigo Capela Cristo Rei, muita gente quer doar mas não têm nenhuma recepção que lhes forneça informações do que o município está precisando. Para ele, parte da Assistência Social não soube se organizar, embora “as enchentes do Vale do Itajaí são [sejam] de longa data”. Aquele abrigo, por exemplo, não atende só os que ali estão abrigados, mas todas pessoas desalojadas que estão no bairro que, a cada sete dias, comparecem ali para receber um “suporte” com alimentação, material de higiene pessoal etc. Dessa forma, diferentemente dos abrigos de Sumidouro/RJ, em que os abrigados tinham autonomia para gerenciar as doações que lhe eram enviadas pela sociedade civil, nos abrigos de Ilhota a situação era diferente. No abrigo Marcos Konder, as doações eram armazenadas e gerenciadas pelo coordenador do abrigo. No abrigo Capela Cristo Rei, o coordenador do abrigo solicitou um policial para que ficasse vigiando o local onde as doações estavam armazenadas.

Alguns abrigados afirmaram que o “governo” não havia dado nada para eles até agora em termos de doações. Estas haviam sido dadas pelos brasileiros, reunidas pela Defesa Civil e repassadas aos abrigos. Isto é, alegavam que o governo não teve gastos com a alimentação dos abrigados, mas delegou esse custo como tarefa da “solidariedade” do povo, instituindo a doação não como direito, mas como benefício.

“Que o governo não venha dizer que eles deram as doações. Que o governo não deu nenhuma doação até agora. Quem deu foi as pessoas, os brasileiros que deram as doações, não o governo. Quem deu foi o brasileiro, que é um povo que nós agradece, porque foi ele quem deu para nós. O governo não deu nada até hoje. Se deu, não chegou” (O, abrigado no colégio Marcos Konder).

Diferentemente dos abrigos de Sumidouro/RJ, em que a alimentação ficava a cargo das abrigadas, no abrigo Marcos Konder o serviço de alimentação não ficava a cargo das famílias abrigadas, mas era um serviço terceirizado, feito por duas cozinheiras, uma para o período da manhã e outra para o período da tarde e noite (vide abaixo, Figura 17). Os abrigados não desempenhavam funções na cozinha, não selecionavam o cardápio, não podiam cozinhar, não eram inseridos em atividades como lavar louça etc.



Figura 17: Cozinha “terceirizada” em Ilhota/SC (Acervo Neped, 2008).

Alguns abrigados no colégio Marcos Konder demonstram como a dimensão das perdas faz-se sentir até no fato de não poder produzir, colher, escolher, temperar, preparar e comer o próprio alimento, rememorando assim a

perda da casa, do modo de vida rural e do sabor que a comida no fogão à lenha tinha. A desterritorialização se imprime na impossibilidade de executar práticas concernentes ao *habitus*:

“Mas a comida mesmo é a do fogão à lenha. Ai botava aquele panelão de aipim, outro já fazia uma polenta daquela ali. Ia lá no mato já cortava uns palmitos (pausa). Daquele jeito todo mesmo lá. E agora... (pausa) fazer o quê...fazer mais nada (pausa). Agora nós temos que depender dos outros agora (olhos lacrimejados)” (A, abrigado no colégio Marcos Konder).

No abrigo Capela Cristo Rei, inicialmente o preparo das refeições era feito por vários voluntários e voluntárias, pois havia mais de duzentas e oitenta pessoas no abrigo. Passado um tempo, o número de pessoas no abrigo diminuiu e o número de voluntários também. Coordenando os trabalhos da cozinha, ficaram duas voluntárias do bairro onde fica o abrigo. Então, a pedido do coordenador do abrigo, o município cedeu duas funcionárias:

“Agora o município nos cedeu duas funcionárias para estarem auxiliando na cozinha, mas a principio são [eram] duas voluntárias, até uma senhora de idade e uma outra moça que ajudam na parte de alimentação. As duas trabalham muito bem com a parte de panificação e elas fazem pão todo dia, rosca... Então ali ficou organizado dessa forma, a Dona Polônia, duas funcionárias da prefeitura e uma outra assistente e elas cuidam da parte da cozinha. Quando a gente tinha uma população muito grande, 280, a gente conseguiu mais voluntários pra trabalharem na cozinha, então a cozinha foi toda organizada, ela sofreu fiscalização da vigilância sanitária do estado, da vigilância sanitária do município, orientar...”, relata o coordenador do abrigo Capela Cristo Rei.

Segundo o coordenador do abrigo Capela Cristo Rei, as mulheres abrigadas não reivindicavam o controle da cozinha para nela exercerem as práticas anteriormente realizadas em suas casas como, por exemplo, as mães que desejam preparar a comida para os filhos. Para o coordenador, o gerenciamento e a coordenação têm de ser feitos de maneira bem técnica para não haver reivindicações e possíveis conflitos com os quais tenha que lidar:

“[As mulheres não reivindicam o controle das cozinhas]. Até porque o gerenciamento, a coordenação tem que ser feita de uma forma bem técnica pra não envolver depois mais tarde discussões, justamente dessa parte de um gostar da comida de um jeito, outro de outro... Então se a pessoa faz uma administração externa, tem pessoas de fora administrando, você sabe que a comida vai ser aquela ali, você tem os horários das comidas, você tem os locais, a gente faz um tratamento especial, diferenciado pras crianças que nos intervalos a gente dá um lanchinho, a água, o café, o lanche ficam livre, a alimentação pras crianças e pros bebês a gente tem um cantinho especial que as mães podem ir durante a noite dar a mamadeira

pro neném... Só que deixar tentar ficar na mão dos próprios abrigados é um risco que a gente corre de criar conflito, porque um gosta de uma coisa, outro gosta de outra. Então a partir do momento que você tem uma coordenação, uma gerência naquela área, eles sabem que quem está comandando aquela área é ele, qualquer coisa que tiver que falar você vai falar pra ele e aí não cria conflito dentro do local”, coordenador do abrigo Capela Cristo Rei.

Algumas abrigadas no Capela Cristo Rei relatam que, no início da instalação do abrigo, ajudaram durante vários dias a executar o trabalho na cozinha. Porém, tempos depois duas funcionárias cedidas pela Prefeitura de Ilhota começaram a ajudar nos trabalhos da cozinha. A partir daí, segundo algumas abrigadas, a “coisa ficou bem pior”. As funcionárias começaram a proibir a entrada na cozinha como, por exemplo, de mães que precisavam preparar a mamadeira para seus filhos, de pessoas que queriam algum alimento – pão, por exemplo – fora dos horários das refeições ou de outros alimentos diferentes daqueles que estavam sendo fornecidos no dia. Isso acabou gerando brigas, porque os abrigados não tinham mais nenhum controle ou direito sobre aquelas doações que estavam sendo a eles direcionadas por pessoas de vários lugares do Brasil.

“Ficou bem pior [depois da chegada das funcionárias da Prefeitura para trabalhar na cozinha]. Porque quando era só a comunidade, só nós, quando era ela [apontando para uma mulher próxima] e a outra senhora [que cuidavam da cozinha], já sabe mais ou menos como é, né? Só que veio terceiros pra cá [funcionárias da Prefeitura], aí começaram a proibir muita coisa, proibir de mãe entrar na cozinha pra dar mamadeira pras crianças e não pode. Aí já deu briga por causa disso, porque qual mãe vai ver o seu filho com fome e não poder entrar... Só tem uma cozinha (...) E como vai fazer? Deixar a criança com fome? Teve uma senhora, teve uma moça que perdeu o neném, por causa dessas coisas todas [perda da casa, dos bens etc.] ela perdeu o neném, e chegou ali na mesa e não tinha pão, foi lá dentro pedir e a mulher falou que não tinha pão e ela falou: ‘Como não tem pão? Eu vou ficar sem comer?’. Porque ela não pode estar comendo docinho... Eu também não posso ficar comendo essas coisas doces, porque eu to com a pressão baixa. Mas ela foi lá pedir e a mulher foi grossa com ela, estúpida e aí ela [funcionária] falou: ‘não, peraí que eu vou lá olhar’, aí ela foi lá dentro e tinha um bocado de pão lá dentro. Então isso está errado, quando era só nós...” (M, abrigada no Capela Cristo Rei).

Essa mudança no controle e nas tarefas da cozinha foi sentida pelas abrigadas também no modo de preparo da comida, e essa insatisfação foi demonstrada junto aos funcionários, o que acabou causando conflitos e discussões em torno do “poder pela cozinha”: “Eu sou bem sincera de dizer. Eles estão acostumados a fazer comida numa creche, não pra gente que trabalha, pra



homens... É outra comida, né? Aí elas acharam meio ruim assim, só que a gente tem que falar, aí deu uma confusão”, relata abrigada do Capela Cristo Rei.

Algumas idosas abrigadas no Capela Cristo Rei também reivindicam uma participação nos afazeres domésticos realizados na cozinha, porque isso significa uma forma de ajudar para se sentirem úteis e ocupar o tempo diante dos trabalhos domésticos que se fazia em casa como lavar, cozinhar, limpar a casa etc.:

“Dizem que eu não posso fazer nada porque eu não posso ficar em pé, né? Eu não posso ficar muito tempo em pé, né? (...) [Eu] queria [ajudar na cozinha], queria sim (...) [Queria] lavar. Lavar louça, secar....ajudar, né? Agora, no fogão não, né? No fogão eu já cozinhei o tempo todo [a vida toda] (risos). Lá em casa eu trabalhava, eu lavava roupa, eu cozinjava, limpava a casa...(...) Eu queria ajudar na cozinha, né? Lavar louça, só que para mim também não dá, né? Porque não posso ficar muito tempo em pé [tem úlcera varicose], relata O., abrigada no Capela Cristo Rei.

Em relação às atividades de limpeza das áreas dos abrigos, enquanto nos abrigos de Sumidouro/RJ elas eram negociadas pelas abrigadas que realizavam uma divisão de tarefas dentro do conjunto de todas as ações de manutenção que o abrigo necessitava, nos abrigos de Ilhota/SC a lógica era diferente. No abrigo Marcos Konder, a divisão de tarefas de limpeza das áreas era feita pelo coordenador do abrigo, por meio de uma escala a ser cumprida por cada quarto existente no abrigo: “a limpeza é dividida por quarto, não teve problema quanto a isso”. Ou seja, havia uma escala de limpeza discriminando o que deveria ser limpo, em qual dia e por qual quarto.

No abrigo Capela Cristo Rei, foram organizadas pelo coordenador do abrigo duas equipes de limpeza baseadas no gênero, que são chamadas por um responsável no período da manhã e da tarde. A equipe com homens é responsável pela limpeza do pátio externo ao salão paroquial, pela área interna do salão e pelo banheiro masculino. A equipe com mulheres também é responsável pela limpeza do pátio e da área interna, e também se incumbe da limpeza do banheiro feminino:

“A limpeza a gente tem duas equipes. A gente formou uma equipe com os homens e eles ajudam na limpeza do pátio externo, da área interna e do banheiro masculino. E nós temos uma equipe de mulheres que cuidam do banheiro das mulheres, da área interna e do pátio também, então quer dizer, na realidade são equipes separadas porque cada um vai limpar o seu banheiro, mas todos executam juntos o mesmo serviço”, relata o coordenador do abrigo.

Abrigados e abrigadas acreditam que esse sistema de limpeza tem funcionado. Porém, algumas abrigadas reclamam que tem havido problemas no banheiro feminino devido ao fato de haverem algumas mulheres que jogam papéis higiênicos, absorventes, “tudo de qualquer jeito”:

“Tá funcionando [as equipes de limpeza] até agora, né? Uma equipe limpa os banheiros femininos, de mulher, e outra equipe limpa os de homens (...) [Mas] tem umas porcalhonas que deixam várias coisas nos banheiros (...) Eu mesma sou uma de reclamar [da sujeira], porque se tiver que a gente entrar no banheiro e tiver tudo sujo... Porque tem uma senhora que vai lá, ela limpa de manhã e deixa tudo limpinho, aí vamos supor, vai uma que as vezes está naqueles dias e deixa lá tudo jogado...” (M, abrigada no Capela Cristo Rei).

Em relação à lavagem de roupas, vimos que nos abrigos de Sumidouro/RJ elas eram feitas ou num tanque de lavar roupas ou em tanquinhos comunitários trazidos de casa para o abrigo por algumas abrigadas, e que as mulheres poderiam lavar a qualquer hora. Já em Ilhota/SC, nos dois abrigos analisados havia lavanderias coletivas organizadas a partir da doação de sabão em pó, amaciantes e de máquinas de lavar (vide Figura 18, abaixo), as quais foram arrumadas próximas a um dos tanques existentes numa área da escola distante dos quartos. No abrigo Marcos Konder, havia uma escala de lavagem de roupas, também feita com base na divisão dos quartos, isto é, havia dias e horários definidos para cada quarto lavar roupas, uma escala da lavanderia (vide Figura 19, abaixo). No Capela Cristo Rei, a divisão de horários para se lavar roupa foi feita com base num acordo entre as próprias abrigadas: as mulheres que trabalhavam fora no período da tarde, lavavam a roupa de manhã, e as outras que não estavam trabalhando fora, lavavam nos demais horários que sobravam.



**Figura 18: Lavanderia criada na escola-abrigo, em um dos abrigos de Ilhota/SC (Acervo Neped, 2008).**

ESCALA DA LAVANDERIA			
Mo.	Vara	Horário	Responsável
05/12/08	Bloco 1 sala 1 e 4	07:30 as 12:00	Mariane e Valdeci
	Bloco 2 sala 2		
	Bloco 3 sala 3		
	Bloco 4 sala 4		
06/12/08	Bloco 1 sala 1	07:30 as 12:29	Cristiane
	Bloco 2 sala 2		
	Bloco 3 sala 3		
	Bloco 4 sala 4		
07/12/08	Bloco 1 sala 1 e 4	07:30 as 12:30	Fabiano
	Bloco 2 sala 2		
	Bloco 3 sala 3		
	Bloco 4 sala 4		
08/12/08	Bloco 1 sala 1	13:00 as 19:00	Adriane
	Bloco 2 sala 2		
	Bloco 3 sala 3		
	Bloco 4 sala 4		
09/12/08	Bloco 1 sala 1 e 4	07:30 as 12:30	Sheila
	Bloco 2 sala 2		
	Bloco 3 sala 3		
	Bloco 4 sala 4		
10/12/08	Bloco 1 sala 1 e 4	13:00 as 19:00	Gleize
	Bloco 2 sala 2		
	Bloco 3 sala 3		
	Bloco 4 sala 4		
07/12/08	Bloco 1 sala 1 e 4	07:30 as 12:30	Maurício
	Bloco 2 sala 2		
	Bloco 3 sala 3		
	Bloco 4 sala 4		
08/12/08	Bloco 1 sala 1 e 4	13:00 as 19:00	Valquíria
	Bloco 2 sala 2		
	Bloco 3 sala 3		
	Bloco 4 sala 4		
08/12/08	Bloco 1 sala 1 e 4	07:30 as 12:30	João
	Bloco 2 sala 2		
	Bloco 3 sala 3		
	Bloco 4 sala 4		
09/12/08	Bloco 1 sala 1 e 4	13:00 as 19:00	Odinei
	Bloco 2 sala 2		
	Bloco 3 sala 3		
	Bloco 4 sala 4		
09/12/08	Bloco 1 sala 1 e 4	07:30 as 12:30	Mariane e Valdeci
	Bloco 2 sala 2		
	Bloco 3 sala 3		
	Bloco 4 sala 4		
10/12/08	Bloco 1 sala 1 e 4	13:00 as 19:00	Cristiane
	Bloco 2 sala 2		
	Bloco 3 sala 3		
	Bloco 4 sala 4		

**Figura 19: Escala da lavanderia no abrigo do colégio Marcos Konder, Ilhota/SC (Acervo Neped, 2008).**

Em relação à utilização dos varais, eles eram insuficientes para todas as roupas lavadas, por isso havia a escala no colégio Marcos Konder, e, no Capela Cristo Rei, foi definido como regra que as mulheres que lavavam de manhã deveriam retirar as roupas no final da tarde. Como relata uma das abrigadas da Capela Cristo Rei: “ (...) as mulheres que trabalhavam à tarde, lavavam a roupa de manhã. E as outras lavavam mais no horário que sobrava. (...) Tem que recolher [as roupas] a hora que elas chegam [do trabalho à tarde], pra colocar as outras”.

No abrigo do colégio Marcos Konder, os varais ficavam situados dentro da escola e não eram visíveis a quem passava na rua (vide abaixo, Figura 20). Já no abrigo Capela Cristo Rei, embora situado em área rural, os varais foram instalados logo na fachada do salão paroquial, exposto ao público e a quem transitava por ali na rua à frente (vide abaixo, Figura 21). Segundo uma das abrigadas, as roupas íntimas (calcinhas, cuecas, sutiãs) eram penduradas ali fora mesmo, pois em meio à vivência coletiva há um mês naquele espaço público onde todos dormiam num mesmo salão, a exposição das roupas íntimas já não causava estranhamento ou curiosidade: “Já tem um mês que eles [homens] olham [as roupas íntimas], já cansaram, nem olharam mais. Mas a gente tenta colocar mais quando ninguém tá vendo”, relata uma das abrigadas. A garantia da existência de varais em locais com privacidade para que mulheres e adolescentes possam pendurar suas roupas íntimas é uma das recomendações de organizações não-governamentais que lidam com a temática de organização de campos de refugiados e abrigos temporários, uma vez que existem registros de casos de assédio sexual e violência contra mulheres (cf. PROJETO ESFERA, 2000).



**Figura 20: Varal utilizado no abrigo do colégio Marcos Konder (Acervo Neped, 2008).**

Legenda: camisetas, roupas íntimas, toalhas, blusas, shorts, calças, lençóis, edredons, fronhas de travesseiros de diferentes famílias disputam os espaços, em dia de sol, no varal coletivo construído no abrigo da escola Marcos Konder.



**Figura 21: Varal situado à frente do abrigo no salão paroquial Capela Cristo Rei (Acervo Neped, 2008).**

Diante da inexistência de varais suficientes para a quantidade de pessoas instaladas nos abrigos, havia disputas pelo uso do varal. Algumas abrigadas no colégio Marcos Konder criaram varais dentro das salas onde estavam ficando ou, no caso das abrigadas do Capela Cristo Rei, em locais próximos de onde estavam dormindo. Isto era feito não só para minimizar essas disputas, mas para ter mais segurança pois as roupas poderiam sumir. Como relata uma abrigada no Capela Cristo Rei:

“Já, já teve [disputa pelo varal]. Eu coloquei um varal aqui fora e um varal lá dentro... Então eu lavo minha roupa e coloco lá dentro... Porque assim, se às vezes a gente deixar uma roupa melhorzinha ali, é capaz de sumir... Então a gente tem que botar e ficar de olho, e já pra eu não me incomodar, eu coloco lá dentro”.

Além dessas áreas de uso mais coletivo, as salas de aula geralmente podem permitir um uso mais restrito, pois seu acesso é limitado. Se nos abrigos de Sumidouro/RJ, a maioria das famílias pôde ter uma sala de aula para tentar reterritorializar o mundo privado da casa, nos abrigos de Ilhota/SC a lógica foi bem diferente, o que demonstra diferentes modos pelos quais pode se desenrolar a continuidade do desastre (cf. SIENA, 2009).

No abrigo organizado no colégio Marcos Konder, as famílias não puderam ficar cada uma em uma sala, mas tiveram que dividi-la com outras, sendo que a divisão foi feita pelas famílias e não pelos coordenadores. Em média, havia



dez pessoas por quarto. Assim, as salas de aula – os quartos – eram os territórios criados para uso privado das famílias, as portas constituindo-se como a fronteira frente à coletivização imposta pelas rotinas no abrigo, uma tentativa de privacidade em relação ao convívio público. Mas, no interior das salas de aula, lençóis, carteiras, cobertores constituíam-se como os artefatos a partir dos quais cada família criava outras fronteiras para a definição de seu território mínimo, uma tentativa de privacidade dentro da sala de aula. Pedacos de barbantes esticados que passam a servir de suporte para prendedores que sustentam lençóis e toalhas, recursos utilizados pelas famílias para produzir divisórias e fronteiras no interior das próprias salas (vide abaixo, Figura 22) funcionando para demarcação visual a fim de controlar a possibilidade de o outro lhe ver, mas não de ouvir, de sentir cheiros. São conjuntos de retalhos para tentar construir uma “concha” (cf. BACHELARD, 1993):



**Figura 22: Lençóis que viram “conchas”, abrigo no colégio Marcos Konder, Ilhota/SC (Acervo Neped, 2008).**

Legenda: Do lençol rosa para a esquerda, estava a mulher, o marido e um filho pequeno. Do lençol rosa para a direita, um casal. As cortinas nas janelas, junto com os lençóis e toalhas compõem as “conchas”.

Dentro dessa tentativa de construir “conchas” para cada uma das famílias, o fato de algumas serem parentes ameniza um pouco a convivência, a exposição e a ocorrência de conflitos. Assim, não se trata somente da quantidade de pessoas que dividem uma sala, mas sim *quem* são essas pessoas que estão dividindo. Conforme relata um dos chefes-de-família abrigados com a esposa, os três filhos e as três noras:

“[Os lençóis foram colocados para separar os espaços] Que nem lá tinha cada um a sua casa, o seu quarto. [E pergunta para a nora]. ‘Quantos quartos era na casa que vocês tinham lá?’ E responde a nora: ‘Tinha três [quartos] e mais a sala, o banheiro e uma cozinha grande’. [E completa:] e tinha uma área grande na frente para fazer festas, essas coisas, né? Agora tá tudo aí ó [e apontando para a divisão feita no interior da sala das três famílias de seus filhos, com os quais, junto de sua esposa e seu filho solteiro, está convivendo]. A casa deles [dos filhos casados] agora é que nem aquela lá, aquele quadradinho lá [apontando para a divisão feita por lençóis], agora a outra [casa do outro filho casado] é aqui, tem uma aqui, a minha é ali [apontado para como feita a divisão de espaços no interior da sala do abrigo]”.

E ali no compartilhamento desses quartos, definem, dentre os objetos resgatados e recebidos por doação, a territorialização de cada qual:

“Ali [nas caixas de papelão] tem roupa, calçado e brinquedo que doaram para as crianças. Cada um tem o seu [a sua doação recebida]. Isso ali é meu [apontando para uma caixa]. A televisãozinha também. Aqui [apontando entre as caixas colocadas no chão] tem ferramentas de pedreiro que é do filho [ferramentas na Figura 23, abaixo à esquerda]. Aqui ó [no lado oposto da sala, entre outras caixas] tem mais ferramentas [vide abaixo, Figura 24 à direita]. Aqui tem a roçadeira que é de roçar gramado, tem furadeira, tem aquelas maquinas [pequenas máquinas] de cortar madeira”, relata abrigado no colégio Marcos Konder.



**Figuras 23 e 24: Pertences dos abrigados (Acervo Neped, 2008).**

Essa tentativa de territorialização utilizava-se dos bens que conseguiram ser retirados de suas casas – televisão, algumas ferramentas de trabalho como carrinhas, dos bens emprestados por parentes – como rádios – e das doações recebidas – roupas, sapatos, bicicletas, roupas de cama, cobertores etc. – que eram organizados sobre um outro território das salas de aula, composto por cadeiras, cartazes de alunos com figuras e mensagens das festas natalinas (vide Figura 25, abaixo).



**Figura 25: Elementos que compõem o multiterritório da escola-abrigo (Acervo Neped, 2008).**

Legenda: Colados na parede, desenhos dos alunos da Escola Marcos Konder, fazendo referência ao Natal e aspectos da natureza como árvores, morros e sol. Sob a cadeira da escola, um aparelho de som emprestado de um parente. Ao lado da cadeira, uma carriola recuperada dos destroços e trazida para o abrigo, utilizada para os serviços de pedreiro de um dos abrigados na sala. Ao chão, algumas sacolas de roupas que foram recebidas de doações.

E dentro desse território mínimo, tenta-se recompor aspectos da realidade vivida na casa destruída, nos seus espaços de intimidade e nos objetos que permitiam compor parte de si, nos cuidados com o corpo, com o rosto, no olhar para si e se representar para o outro, na manipulação de sinais, cicatrizes, olheiras, os cuidados com a vaidade, com a saúde e auto-estima, porque, num desastre, “não basta salvar corpos e não se preocupar com a reconstrução da alma<sup>26</sup>”. Assim, a tentativa de reterritorialização do mundo privado no multiterritório da escola-abrigo é permeada pelo modo como os agentes buscam se reconstruir, mesmo que de forma precária e provisória. Essa apropriação simbólica de um determinado espaço e sua configuração em um determinado aspecto da realidade que ajuda a constituir a

<sup>26</sup> Essa frase foi me dita durante o V Seminário Internacional de Defesa Civil ocorrido em novembro de 2009, por um dos participantes do minicurso sobre Administração de Abrigos Temporários.



identidade – tal como uma penteadeira criada sobre uma mesa do colégio para compor a vaidade feminina (vide Figura 26, abaixo) – é o que permite, de certo modo, tentar se reconstituir.



**Figura 26: Penteadeira criada sob mesa da escola adaptada como abrigo (Acervo Neped, 2009).**

Legenda: penteadeira criada em sala de aula adaptada como quarto de família abrigada explicita a tentativa de constituição do espaço feminino por meio de produtos de beleza como batons, cremes, shampoo, desodorante, mas também guardam memórias da família, como os álbuns de fotos trazidos da casa destruída.

Além das perdas materiais e imateriais já sofridas, essa convivência num território forjado e sob condições que visam retirar a humanidade das vítimas, homogeneizando-as não só na classificação de *desabrigados*, mas no modo de administrar suas biografias, vai se constituindo num sofrimento social que é naturalizado. O controle dos corpos é feito pela coletivização e pela publicização, ao não permitirem a exibição do sofrimento e prescreverem os comportamentos ali aceitos, isto é, a dimensão positiva do poder (cf. FOUCAULT, 1984). Não se pode chorar em público; não se pode retirar em silêncio porque isso pode significar alguma patologia mental; deve-se participar de ocasiões de encontro coletivo no abrigo como, por exemplo, ceias de Natal; deve-se agradecer sempre a ajuda dos voluntários e não entrar em conflitos com eles; não se pode reclamar da comida. Não se pode pensar na esfera privada, porque isso não é visto como direito, mas como regalia. Ali no abrigo, “todos devem estar no mesmo barco”, então não se trata de reafirmar famílias, mas de administrar desabrigados. Assim, as rotinas do abrigo passam a ser criadas para desfazer os laços que construíam a realidade da família,

como a mãe que cozinhava para seu filho, como a família que se reunia sozinha à mesa, como a esposa e o marido que tinham a privacidade do seu quarto de outrora: “No início havia sala com 19 pessoas. Hoje está menos. Não temos mais marido e mulher, é tudo irmão; não há privacidade”, relata abrigada no colégio Marcos Konder.

No abrigo capela Cristo Rei, um salão paroquial em área rural foi utilizado para instalar as famílias, não havia separação em salas. Havia duas áreas: áreas para famílias e áreas para homens solteiros. Uma das assistentes sociais de Ilhota havia relatado que diante da “improvisação” com que selecionaram e organizaram os abrigos, uma das principais preocupações se referia a forma com que as famílias estavam nos abrigos. Como pudemos verificar depois, muitas estavam dormindo num salão coberto, sem quaisquer divisórias que pudessem definir um território mínimo para cada família, isto é, todos ali eram iguais, uma “massa” que não permitia definir quem era quem, quem compunha tal família, onde era o limite de espaço físico de cada uma, não havia existência de qualquer fronteira visual como, por exemplo, uma parede feita de lençol (vide abaixo, Figura 27).



**Figura 27: Abrigo temporário no Salão Paroquial (Acervo Neped, 2008).**

Legenda: famílias convivendo juntas no abrigo temporário organizado em Salão Paroquial da Capela Cristo Rei, sem quaisquer fronteiras ou delimitações que permitem reconhecê-las enquanto tal, sem qualquer controle sobre o olhar do outro, sem privacidade, sem possibilidade de exercer qualquer prática associada à esfera privada.

No caso daquele abrigo, no qual estavam ficando famílias do Braço do Baú, não houve menções de mulheres que relataram o medo de sofrer violência e

abusos sexuais enquanto estavam dormindo. Entretanto isso já foi reportado em outros estudos que analisaram a organização de abrigos temporários (cf. VALENCIO; MARCHEZINI; SIENA, 2009). Essa dimensão do risco de mulheres e das adolescentes sofrerem violência, assédio e abuso sexual não são discutidas no âmbito das ações de proteção civil realizadas no Brasil, balizadas sobretudo por um imaginário masculino e militar. Organismos não-governamentais que trabalham com a temática de organização de abrigos inserem essa dimensão como uma das principais:

“(...)quando já não se dispõe de sistemas de apoio coletivos para a proteção das mulheres viúvas, sozinhas e das adolescentes não acompanhadas, é importante saber quais são as ameaças reais ou potenciais para a segurança das mulheres nos recintos fechados em que vivem (...)será necessária uma atenção especial para evitar (...) situações envolvendo violência baseada no gênero e exploração sexual” (PROJETO ESFERA, 2000, p.177-184).

O coordenador do abrigo Capela Cristo Rei afirmou não ter presenciado nenhuma situação de assédio sexual. Segundo ele, “uma das exigências que eu fiz foi que tivessem dormindo e presentes 24 horas aqui, dois policiais. Porque como é uma população acima de 100 pessoas há a necessidade da presença do poder público para cuidar do abrigo”. Ainda, segundo o coordenador do abrigo Capela Cristo Rei, como a proporção de desabrigados ali instalados era muito grande, a coordenação o abrigo *preferiu* deixar as famílias todas juntas e separar os solteiros para dormirem numa outra área, porém próxima, para que as pessoas pudessem ter contato e ajudar umas às outras:

“Porque como aqui a proporção [de desabrigados] foi muito grande, a gente **preferiu** deixar as famílias juntas, não separar, o que a gente fez foi uma separação dos solteiros, eles dormem em uma área e as famílias dormem em outra área e sempre próximos, pra ter um contato, um estar ajudando o outro...”, relata o coordenador do abrigo Capela Cristo Rei (grifo nosso).

Arendt (1989) afirma que a perda do que chamamos “direito humano” envolve a perda da relevância da fala e a perda de todo relacionamento humano, coincidindo com o instante em que a

“pessoa se torna um ser humano em geral – sem uma profissão, sem uma cidadania, sem uma opinião, sem uma ação pela qual se identifique e se especifique – e diferente em geral, representando nada além da sua individualidade absoluta e singular, que, privada da expressão e da ação

sobre um mundo comum, perde todo o seu significado” (ARENDR, 1989, p.335-336).

*Desabrigados* é uma categoria que sintetiza esse humano em geral, que parece estar destituído de uma profissão, de uma cidadania, de uma opinião, encarado como individualidade absoluta e singular, a quem não cabe direito de fala ante a preferência técnica de coordenadores de abrigos. A administração burocrática e técnica dos abrigos temporários analisados em Ilhota/SC partia de um arcabouço autoritário sobre o modo como deveriam administrar “a massa”, sem quaisquer processos decisórios acerca de qual destino as famílias querem para si, isto é, trata-se de uma *preferência* de coordenadores de abrigos e não de decisões coletivas daqueles que estarão submetidos a tais condições, não só sob a intervenção constante do olhar do outro como também dos policiais.

Se o território pode ser definido como uma área sob relações de poder, uma área em que todos estão expostos ao olhar dos outros, como o abrigo Capela Cristo Rei, permite um controle de todos sobre todos, onde se perda a dimensão de si e se homogeneíza no meio de todos, perdendo-se paulatinamente a identidade como a mulher que passa a perder as práticas espacializadas que lhe permitiam reconhecer como mãe e esposa (cf. SIENA, 2009), mas também do pai para com os filhos. Isto é, vai se perdendo a dimensão da esfera privada. Valencio (2005), ao reportar-se a um abrigo temporário organizado para os afetados pelo rompimento da barragem de Camará (Paraíba), descreve como a rotina pública do abrigo acabava alterando a relação entre pai e filhos, e o impacto adicional que um pai passou a sofrer quando viu-se não só sem a casa, mas quando seu filho deixou de lhe pedir a bênção antes de dormir. A rotina no abrigo imprimia uma outra lógica de convivência e de autoridade. Os filhos não estavam mais sob as regras dos pais construídas na rotina da esfera privada, mas sob o ordenamento de uma coletivização das rotinas imposta pelas regras do abrigo.

Desse modo, a coletivização das rotinas no abrigo depõe contra a construção social da família e das identidades de seus membros. Por conseguinte, *desabrigados* é uma categoria que sinaliza não só a perda da casa, mas a destituição paulatina dos vínculos e conflitos que a vida privada permitia aos membros da família. Se a privacidade é definida como a possibilidade de controlar o acesso de outros a si, a vivência no abrigo imprime um controle do próprio corpo para o acesso dos outros. Não se utiliza mais o tipo de roupa que se costumava ficar

em casa, nem aquela que se costumava usar para dormir, porque há uma prescrição, um poder positivo, que dita o que deve ser usado no abrigo em meio às roupas doadas que foram recebidas. Também não há um quarto para trocar de roupa, para pentear os cabelos, para não exhibir as olheiras, para chorar em silêncio, para ficar em silêncio. A “concha”, a que alude Bachelard (1993) parece estar perdida. A desterritorialização da casa se imprime no corpo e se renova a partir de pequenas coisas, como a roupa que se usava em casa e que num abrigo não se pode usar. Como relatam algumas abrigadas no Capela Cristo Rei:

“[Trocar de roupas] Só no banho. Ou no banho ou no banheiro. Não tem nada assim, nenhuma liberdade de trocar uma roupa... Muitos querem fazer assim, um penteado, alguma coisa e não tem isso. Tem que sair da cama, passar no meio de todo mundo, sair e ir lá no banheiro lavar cara e escovar os dentes...(...) E eu disse que eu devia ter colocado uma roupa pra mim, eu botei um pijama pra dormir de noite” (A, abrigada na Capela Cristo Rei).

“Não [dá para ficar sem sutiã], nada disso. A gente tava acostumada em casa, botar uma camisola e um baby doll...”(M, abrigada na Capela Cristo Rei).

Diferentemente dos abrigos analisados em Sumidouro/RJ, nos abrigos em Ilhota/SC havia policiais militares que se revezavam para fazer a segurança dos abrigos, como também para vigiar as doações armazenadas. Eles eram solicitados pelos coordenadores. Nos dois abrigos analisados em Ilhota não havia nenhum registro de roubo ou violência. Uma das assistentes sociais de Ilhota/SC relatou não saber da existência de casos de assédio sexual, uso abusivo de álcool, mas afirmou que os conflitos no interior das famílias – brigas entre casais, por exemplo – e entre famílias eram frequentes no abrigo.

O coordenador do abrigo Capela Cristo Rei relatou que, no início da instalação do abrigo, houve problemas de consumo de álcool com dois “internos”, um dos motivos pelos quais ele resolveu exigir a presença do “poder público” o qual, para ele, significava a presença de policiais militares. Esses desabrigados que se tornaram “internos” não podiam dormir diretamente dentro dos abrigos com as “pessoas”, mas eram “convidados” a dormir num quarto separado. A utilização dos policiais militares permitia manter a ordem no abrigo, mesmo que impondo novos estigmas. Diferentemente do abrigo no colégio Marcos Konder, não havia nenhum psicólogo ou psicóloga no abrigo Capela Cristo Rei que pudesse lidar com a situação de uma outra forma, que não fosse o estabelecimento de regras de punição

por parte da coordenação do abrigo, que possibilitava demonstrar para os outros abrigados *quem fazia, como eram feitas e quais* eram as regras do abrigo e as conseqüências das transgressões:

“Problema de consumo de álcool a gente teve no começo com dois **internos**. Então a gente já exigiu do próprio poder público a presença de dois policiais, porque como eles [“internos”] são abrigados e a gente também tem que entender o fato, **a gente não deixa eles dormirem diretamente dentro do abrigo com as pessoas**, a gente tem aqui um quarto separado, ele é convidado a dormir ali e quando ele estiver melhor ele retorna para o convívio. Ele não dorme com as famílias até pra não criar caso, nem tumulto dentro do abrigo. Então eles não são retirados, eles são levados a dormir num quarto separado”, relata o coordenador do abrigo Capela Cristo Rei (grifo nosso).

Para Arendt (1989, p.331), a “calamidade que se vem abatendo sobre um número cada vez maior de pessoas não é a perda de direitos específicos, mas a perda de uma comunidade disposta e capaz de garantir quaisquer direitos”, isto é, de garantir direitos como, por exemplo, de autonomia, de privacidade, de decidir como devem ser negociadas as regras de convivência num local temporário em um cenário de calamidade pública em que muitos perderam não somente bens materiais, mas familiares, tais como esposas, filhos, maridos, pais, mães, irmãos etc. Pois, se “os crimes contra os direitos humanos, especialidade dos regimes totalitários, podem sempre justificar-se pela desculpa de que o direito equivale ao que é bom ou útil para um todo, em contraste com as suas partes” (ARENDR, 1989, p.332), conceber o abrigo como uma instituição carcerária a qual cabe levar para a “solitária” os desviantes sob a alegação de que é bom para o funcionamento do abrigo, é condenar o abrigado como criminoso e não como vítima diante do que levou-o àquela situação. O abrigo, de território forjado para receber um “contingente” das áreas de risco, passa a se constituir como uma instituição que recolhe em vez de acolher, que pune em vez de cuidar, que extermina paulatinamente aquilo que restou dos abrigados.

Desse modo, o abrigo temporário passa a ser o local de tentativas de suicídio. No abrigo do colégio Marcos Konder, o coordenador relatou que houve um caso de tentativa de suicídio, de uma moça grávida que já sofria de depressão antes de perder a casa e que, ao arcar com mais esse sofrimento e com a vida coletiva no abrigo, acabou ingerindo um excesso de comprimidos. No entanto, também havia outros riscos, como os riscos não só de suicídio, mas de transtorno do estresse pós-

traumático. Alguns dos abrigados presenciaram parentes e vizinhos à beira da morte, tentando resgatá-los, salvá-los, e só estão conseguindo ficar no abrigo à base de calmantes:

“Eu e meu marido não morremos por sorte. Tiramos a minha sogra com vida, só que [começa a chorar]...não deu. O que a gente viu naquilo era uma guerra, tava havendo uma guerra porque era só explosão, era só terra descendo (...) **Nós vimos a morte dela e não pudemos fazer nada.** (...) A vida da minha sogra eu não consigo [mais]. Mas eu quero tentar reconstruir a vida com meu marido. Eu não sei como ele tá agüentando. **Tenho medo que uma hora ele desabe.** Eu só to conseguindo ficar aqui [abrigo] à base de calmante. Ninguém mais agüenta” (M, abrigada no colégio Marcos Konder; grifo nosso).

O termo *desabrigados* suprime e torna invisíveis tais realidades, homogeneíza as pessoas e não permite reconhecer que há diferentes sofrimentos, angústias, traumas, culpas e desesperos. O abrigo se torna um confinamento de um sofrimento social silenciado porque todos compartilham suas tragédias singulares de forma “muda” ante a regra imposta pela administração técnica que define como deve ser um abrigo – muitas vezes definição permeada por um conjunto de ilegalismos – sem considerar que o mesmo pode se traduzir como um prolongamento do desastre.

Em meio a categoria “desabrigados”, existem grávidas, pessoas com deficiência, diabéticos, pessoas com Mal de Alzheimer, crianças. No abrigo Capela Cristo Rei, por exemplo, existiam três grávidas que tinham de ficar em repouso absoluto. Assim, o coordenador do abrigo já tinha o contato com enfermeiras e bombeiros, os quais vieram para buscar uma grávida e tiveram de fazer o parto dela ali na unidade móvel. O coordenador do abrigo salienta que deveria haver uma unidade de transporte vinculada ao abrigo para transportar pessoas para os hospitais, pois ali havia também pessoas com crise de hipertensão que tiveram de ser transportadas em carros particulares dali do bairro:

“a maior dificuldade no caso de um abrigo, é que deveria haver uma unidade de transporte vinculada ao abrigo. Porque nós tivemos uma senhora que teve parto aqui. O bombeiro veio pra levar ela e ela acabou fazendo o parto dentro da unidade... Nós tivemos pessoas que tiveram crise de hipertensão e não tínhamos como transportar (...)Aí nós levamos com um carro particular mesmo diretamente pro hospital (...) O bombeiro no momento, naquela época estava muito atarefado, era muito atendimento e não tinha como levar... Então a gente sentiu que a maior necessidade aqui foi de uma viatura, uma unidade, pra transporte dessas pessoas para hospitais”, relata o coordenador do abrigo Capela Cristo Rei.

Tanto no abrigo do colégio Marcos Konder quanto no Capela Cristo Rei havia pessoas com deficiência. O coordenador do abrigo Marcos Konder afirmou

que havia uma cadeirante e uma pessoa com deficiência mental que frequenta a APAE, a qual também foi utilizada como abrigo temporário durante um período. No abrigo Capela Cristo Rei, segundo o coordenador, havia uma criança com deficiência motora, provavelmente por paralisia cerebral. Segundo os coordenadores dos abrigos, não havia qualquer limitação às pessoas com deficiência, uma vez que os locais utilizados como abrigos temporários eram planos, não possuíam escadas e elas estavam alojadas em locais próximos aos banheiros. Entretanto, não se pôde contrapor esse discurso dos coordenadores à fala das pessoas com deficiência ou de seus familiares, porque eles não se encontravam no abrigo no dia da realização das entrevistas.

Em relação aos idosos, o coordenador do abrigo Capela Cristo Rei afirmou que existiam doze instalados ali. Segundo uma das abrigadas, sua sogra vivia com ela antes de entrarem no abrigo e chegou a ficar um tempo ali. Contudo, ela não se adaptou com o barulho no salão servido como dormitório coletivo e teve que ficar alojada na casa de uma filha em Blumenau:

“E eu tive até que retirar minha sogra aqui que tava comigo. Minha sogra convivia comigo, e eu tive que retirar porque ela não se adaptou com a barulheira... Começou a ficar com muita dor de cabeça, e eu tive que chamar um familiar dela, pra ver se normalizava, né? Mas ela está louca pra voltar pra minha casa (...) Ela tá em Blumenau, na casa de uma filha. Mas ela sempre teve preferência de morar comigo...” (A, abrigada no Capela Cristo Rei).

Alguns idosos estavam enfermos antes mesmo de irem para o abrigo. Dona Onélia, 71 anos, parou de trabalhar quando adquiriu úlcera varicose há oito anos atrás. Morava no Braço do Baú, na rua Morro Azul, há mais de vinte anos. Quando questionada se sempre morou no Braço do Baú, Dona Onélia disse: “Eu nasci lá e ainda tô lá”. Para Dona Onélia, ela ainda estava lá, o abrigo era algo temporário até que as coisas voltassem a ser como eram. E lembrando o acontecido: “Às vezes quando dava trovoadas, caía muita chuva, enchia os ribeirão [rios] e ia água dentro de casa mas não tanto que nem agora, né? Agora acabou com tudo, a água foi por cima da soleira da janela”.

Dona Onélia já havia sido levada pelos filhos para a casa de sua filha antes da água começar a entrar em sua casa. No sábado à noite a água já havia entrado em sua casa e os filhos passaram a madrugada limpando. No domingo de manhã, a casa foi inundada novamente. No domingo à noite – dia que muitos



mencionam a explosão – houve deslizamentos, e Dona Onélia perdeu seus vizinhos, seu neto, seu bisneto e sua neta:

“Eu estava na casa da minha filha. Meus filhos me tiraram de dentro de casa sábado à noite já, daí já começou a entrar água dentro de casa, né? Daí eram quatro horas da manhã, os filhos limparam a casa toda, de sábado para domingo. Quando foi domingo de manhã, deu enxurrada e entrou água de novo. Daí eu disse [para eles]: ‘você que deixassem, não adiantava limpar, que quando parasse tudo a gente limpava, né? Aí quando foi domingo à noite desabou tudo, as casas para cima de onde eu moro, a casa da minha vizinha, a casa do meu neto...perdi meu neto, meu bisneto, minha neta, meus vizinhos que a gente se dava tão bem. É triste para nós [olho lacrimejados, olha para frente e para baixo]” (O, abrigada no salão paroquial Capela Cristo Rei).

Num abrigo, a rotina de atividades coletivas – como comer, lavar, limpar, dormir etc. – não permite reconhecê-lo como um espaço no qual se subsume um sofrimento social. Se Bourdieu (2004a) afirma que as palavras e os advérbios ajudam a construir realidades, a realidade de alguns sofrimentos não pode ser construída por palavras porque elas o limitam. Para Dona Onélia, o abrigo temporário estava ótimo, não estava faltando nada lá. O sofrimento não estava em ficar no abrigo, mas em ter sua casa destruída, e os parentes e vizinhos mortos. Os silêncios, o modo como olhava para o horizonte e para baixo, esfregando a mão uma à outra, são interrompidos pela fala: “Eu não esperava passar por isso, né?”. E relata que o neto, o bisneto e a “neta” (mulher do neto) morreram soterrados, a mãe e a criança sendo encontrados ao lado da casa, e o neto encontrado quatro dias depois: “(...)a casa deles caiu...morreram todos soterrados. Foram achados no outro dia [o bisneto e a “neta”], assim do lado da casa, né? (...) o meu neto....levaram quatro dias para achar (pausa, fica em silêncio)”.

A outra grande perda de Dona Onélia foi a de sua vizinha, a quem ela viu crescer e que vivia na casa dela<sup>27</sup>. Dona Onélia estava num processo de luto pela perda de familiares, mas também pela morte da vizinha, a qual ficou agonizando à espera de resgate por mais de dez horas. Ela menciona os últimos momentos com a vizinha, o auxílio que ela lhe deu para ajudar a recolher as coisas para não pegar enchente mas que de nada adiantou “porque tudo acabou-se no fundo do lodo”:

<sup>27</sup> Trata-se de Giane Richartz, que ficou à espera de resgate e acabou morrendo. Parte desse caso foi relatado no primeiro capítulo e pode ser obtido com mais detalhes em Menezes (2009).

“Fiquei bem angustiada (pausa)...Meu Deus, quem não fica, né?Perdi a minha vizinha tão querida... conhecia ela desde quando ela nasceu. Ela tinha vinte e sete anos. Era bem querida ela, bem querida com a gente. (pausa). Mas no fim morre todos nós, né? (Grande pausa). Ela ia de vez em quando lá em casa. Até sábado, quando começou a chover muito, ela foi lá em casa, ajudou a minha filha a recolher as coisas de baixo e colocar para cima [para não molhar]. Mas não adiantou de nada porque (pausa) acabou-se tudo no fundo do lodo”. (O, abrigada no salão paroquial Capela Cristo Rei).

Segundo relataram os abrigados, as crianças também estavam sofrendo com a vivência no abrigo, perguntando aos pais “quando iam voltar pro Baú”. Outras, porém não queriam voltar mais para o Baú diante do que aconteceu lá. Logo depois da organização dos abrigos, grupos de voluntários costumavam ir até estes para realizarem atividades recreativas junto às crianças. Porém, com o passar da comoção social em relação ao ocorrido, essas atividades acabam diminuindo enquanto a convivência no abrigo continua sendo cada vez mais conflituosa.

Como as salas de aula são ocupadas por mais de uma família e os pertences destas costumam se misturar com os bens da escola – carteiras, por exemplo – as crianças permanecem a maior tempo nas áreas de convivência pública e não nos quartos. No abrigo do colégio Marcos Konder, havia uma área da escola em que as crianças poderiam brincar, situada ao fundo do colégio. Já no Capela Cristo Rei, o único lugar que podiam brincar era numa área externa ao salão paroquial, num pátio. Nos dois abrigos, havia uma televisão de uso comum que era utilizada, normalmente, pelas crianças durante o dia e pelos adultos durante à noite, até o “toque de recolher”, por volta das 22 horas, ou seja, o próprio controle da luz não era das famílias.

Segundo a vice-coordenadora do abrigo Marcos Konder, a maioria dos pais não queriam realizar a ceia de Natal no abrigo, mas diante da situação dos seus filhos que viviam muito calados, resolveram organizar algo. Foi construída, e decorada com os presentes doados, uma árvore de natal (vide abaixo, Figura 28) no local onde se costumava fazer as refeições. Na ceia de Natal, algumas famílias abrigadas permaneceram durante o maior tempo da ceia, enquanto outras jantaram e se retiraram para seus quartos. Algumas das famílias receberam visitas de parentes e amigos. Entre um desses havia um violeiro que cantava para algumas crianças que se reuniam em volta dele. Tempos depois, um grupo de pessoas abrigadas e visitas, acompanhadas de seus violões, começaram a cantar músicas religiosas. Nessas ocasiões, a desterritorialização da casa é vivenciada novamente,

principalmente quando esta incorporou uma trajetória de natais vividos, isto é, quando a casa era o local tradicional de reunião da família na época do Natal, e muitos organizavam os preparativos, selecionavam o cardápio, faziam a comida caipira para a “parentagem”, pois a família, como um tipo de relação, tem como uma de suas obrigações morais fundamentais o “oferecer comida” (cf. SARTI, 2007).

Como relatou um dos abrigados no colégio Marcos Konder:

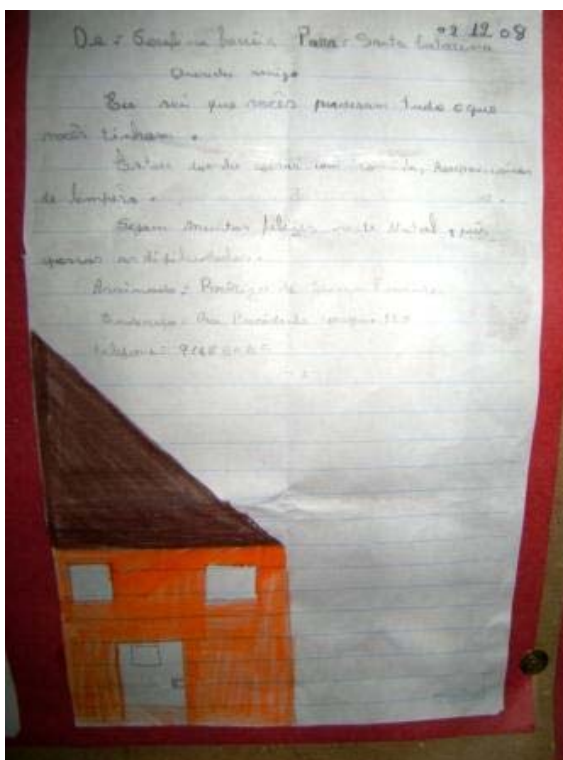
“Porque fim de ano sempre vem a parentagem, é tio..é coisa que tem lá para Ibirama [cidade em Santa Catarina], tem sobrinhos que estão viajando, já faz agora vinte e poucos dias que tem um que tá num país estrangeiro, ele ligou, falou que talvez ele vai conseguir chegar antes do Natal aqui. Fim de ano a gente sempre se preparava para tudo, né? (...) minha família toda são cinco filhos homens, só tem um solteiro, e tem os cunhados e tudo, então fim de ano eles vinham ali, visitar. Eles gostavam de chegar lá porque ali é a batata doce, o aipim – que alguns chamam “mandioca” e nós chama de “aipim” –, a galinha caipira era a preferência deles. Não precisava se incomodar com nada. Ia lá [no galinheiro] pegava uma ou duas galinhas-caipira fazia na panela, já pegava um aipim lá e já fazia, fazia aquela polenta no estilo italiano que fica uma hora mexendo...” (A., abrigado no colégio Marcos Konder).



**Figura 28: Árvore de Natal no abrigo do colégio Marcos Konder, Ilhota/SC (Acervo Neped, 2008).**

Além das doações de brinquedos recebidas pelas crianças abrigadas, muitas delas haviam recebido cartas com mensagens de Natal, escritas por crianças de escolas de cidades do Rio Grande do Sul que já tinham passado por desastres.

As cartas eram compostas em sua maioria por mensagens de esperança e desenhos de casas (vide abaixo, Figura 29).



**Figura 29: Um dos desenhos enviados por crianças de Serafina Corrêa/RS às crianças abrigadas em Ilhota/SC (Acervo Neped, 2008).**

Segundo a vice-coordenadora e psicóloga do abrigo Marcos Konder, o acúmulo de funções no abrigo não estava permitindo trabalhar em sua especialidade profissional, ou seja, como psicóloga. O trabalho que gostaria de realizar com as crianças buscava utilizar a atividade de desenho como uma forma delas expressarem o que tinham vivenciado no Morro do Baú. Pavan (2009), a partir da análise de desenhos feitos por crianças abrigadas que retratavam como a casa era antes e como ficou “depois” do desastre, relata que as crianças relembram de detalhes não só de aspectos internos da casa como também dos elementos ambientais que a cercam como, por exemplo, pedras que podem descer de morros e atingi-las. Sugere a autora que a utilização dos desenhos funciona como uma ferramenta para mediar estratégias de enunciação de sofrimento a partir de uma atividade lúdica. Nessa enunciação subjazem as compreensões das perdas materiais e imateriais como, por exemplo, a perda de animais de estimação que morrem soterrados ou que não são autorizados a serem levados para os abrigos

temporários. Geralmente, os materiais educativos criados pela Defesa Civil são para colorir e pautam-se numa lógica individual quando, uma situação de desastre, muitas vezes exige um esforço coletivo de superação, que trata da formação de alianças e não do isolamento. Assim, a coordenadora e psicóloga do abrigo Marcos Konder, acreditava que uma das maneiras das crianças externalizarem e lidarem com o sofrimento era a partir de jogos. Entretanto, a maioria dos brinquedos doados não permite a realização desse tipo de trabalho, o que fazia pensar em solicitar doações de jogos. Além dessa ênfase no indivíduo, os materiais educativos criados pela Defesa Civil são caracterizados por recomendações para se evitar danos, mas não para lidar com sofrimento, com a reconstrução. Segundo a vice-coordenadora do abrigo Marcos Konder, a reconstrução não é só assunto de adulto: “não é só o adulto que quer informação sobre a casa. A criança quer saber sobre a casa, ouve os adultos conversarem sobre o deslizamento...”.

A reconstrução é um assunto permanente nos abrigos<sup>28</sup>. No abrigo Marcos Konder, alguns dos abrigados haviam participado, no dia 23 de dezembro de 2008, de uma audiência pública na Assembléia Legislativa, em Florianópolis/SC. Nesta reunião não havia nenhum representante do Poder Público de Ilhota/SC, o que lhes causou indignação frente ao descaso do Prefeito reeleito em relação às ações de reconstrução no Morro do Baú:

“Teve uma reunião na Assembléia Legislativa [em Florianópolis/SC, dia 23 de dezembro], e o Prefeitura de Gaspar que foi eleito já estava lá. O Prefeito [de Ilhota] não mandou nenhum vereador, não mandou nenhuma pessoa representando ele. **O Prefeito não está se mexendo. Não dá uma resposta para nós.** Não está botando máquina para trabalhar [na reconstrução]. **O que que o Prefeito tá fazendo? Isso é o que nós queremos saber: o que o Prefeito está fazendo**” (O, abrigado no colégio Marcos Konder; grifo nosso).

Essas “cobranças” em relação ao Prefeito (“O Prefeito não está se mexendo”, “Não dá uma resposta para nós”) traduzem-se como uma tentativa de politização da questão, construída *entre* as pessoas, que, a partir da interação comunicativa e da palavra falada, passam a julgar e a partilhar um mundo comum, criando opiniões e formando juízos sobre o mundo público, numa tentativa de constituição de um espaço público (cf. ARENDT, 2005) que se engendra no

<sup>28</sup> O tema da reconstrução em cenários de desastres ainda não foi objeto de estudos no Brasil (cf. ULTRAMARI, 2006). Nesse capítulo, em especial, ele é abordado porque apareceu de forma muito recorrente nos relatos das famílias abrigadas.

transcorrer da experiência de destituição da esfera privada. Na publicização, expressam a indignação em relação às autoridades municipais e estaduais, no tocante à: a) ausência delas para planejar como seria gasto o dinheiro arrecadado por meio das doações feitas aos desabrigados e, posteriormente, a prestação de contas desses gastos; b) ausência de informações acerca do retorno ou não para as áreas impactadas e de ações de reconstrução; c) falta de mecanismos de discussão pública sobre o processo de reconstrução; e, d) precariedade dos mecanismos de assistência social.

Os pedidos de doações em dinheiro aos desabrigados de Santa Catarina foram veiculados pela mídia, mas também em terminais de bancos e em outros locais. Inicialmente, foram abertas contas correntes para o depósito dessas doações, feitas em nome do Fundo Estadual de Defesa Civil de Santa Catarina e gerenciadas por este. Em dezembro de 2008, data de realização da pesquisa de campo, o valor arrecadado nessas doações era de aproximadamente trinta e seis milhões de reais.

Posteriormente, os municípios também começaram a abrir essas contas solicitando doações em dinheiro, como foi o caso de Ilhota/SC. Entretanto, embora as doações em dinheiro tivessem sido feitas para os desabrigados, as autoridades municipais e estaduais não haviam feito qualquer consulta popular a fim de planejar como seria gasto esse dinheiro arrecadado. Assim, muitos dos desabrigados questionavam a natureza da aplicação desses gastos, se eram realizados para a compra de material de construção para casas ou compra de casas ou de terrenos – tidos pelos desabrigados como gastos justos – ou para construção de estradas e demais obras públicas – gastos tidos como injustos, porque seriam a contrapartida do governo estadual ou municipal, que recebem verba do governo federal para isto:

“O dinheiro que veio de doação, ele é pra ser pra comprar casa, “chão” pra quem precisa. A estrada é parte do governo. Estrada, energia é parte do governo, tem que vir do dinheiro dele, do governo do Estado, do Prefeito [Prefeitura], ou eles que entrem em negociação com o Presidente lá [em Brasília], né? E esse dinheiro de doação tinha que cair diretamente em material de construção pro cara que perdeu [a casa] construir. Pra não cair em outras mãos e ser desviado. Porque o dinheiro foi doado pelo povo (...) O dinheiro do povo não pode ser jogado na mão de empreiteiras para fazer tantas coisas. Faça a coisa certa que esse dinheiro [por volta de 36 milhões na época] vai render bastante” (JF, abrigado no colégio Marcos Konder).

Além da discussão e do planejamento de como o dinheiro arrecadado deve ser gasto e como as contas devem ser prestadas, a ausência de informações acerca do retorno ou não para as áreas impactadas é outro aspecto presente no cotidiano dos abrigos analisados em Ilhota/SC. O coordenador do abrigo Marcos Konder ressaltou que um dos maiores problemas está no fato das pessoas não terem uma previsão quanto ao retorno ou não para o local onde moravam, pois falta informação por parte do meio perito e da Defesa Civil, uma vez que foram feitas as classificações das áreas impactadas quanto ao grau de risco que possuem, mas estas informações não são disponibilizadas para as pessoas que são proprietárias desses locais. Isto provoca uma tensão no abrigo diante não só da falta de informação como também do desencontro entre as informações das instituições envolvidas (defesa civil estadual, defesa civil municipal, geólogos, engenheiros etc.) e dos boatos dos próprios cidadãos. Assim, os abrigados recorrentemente se reportam ao coordenador que tem que lidar com essa demanda que está além do abrigo mas que é constitutiva da história dos que ali estão e faz parte do futuro destes: “Eles [abrigados] perguntam para a gente sobre a reconstrução, eu digo: ‘eu não sei’”. A vice-coordenadora do abrigo no colégio Marcos Konder acredita que a principal demanda dos abrigados é por informação por parte da Defesa Civil a respeito do processo de reconstrução, com um documento comprovando a informação, como uma garantia, isto é, uma documentação oficial afirmando se será possível o retorno às antigas moradias ou não. Há, assim, um prazo muito longo de ausência de informação. Segundo os desabrigados, eles precisam de uma resposta, uma posição acerca do futuro, pois estão no limite:

“A gente agradeceu a hora que nos retiraram de lá, depois da explosão, das avalanches. Foi muito bom. Ganhar roupa, alimento, leite, foi tudo muito bom. A gente tá comendo bem, não dá pra reclamar não. Mas agora tá passando do limite, entendeu? Tá demorando muito pra tomar uma atitude. Esse geólogos tão demorando muito. A gente vai falar com a Defesa Civil e eles dizem: ‘O geólogo não liberou nada ainda’. Tudo está sendo muito demorado, muito lento. A gente pede o que? Pelo amor de Deus, uma resposta. Uma resposta, agilidade. É impossível não ter uma posição depois de um mês” (V, abrigado no colégio Marcos Konder).

Já o coordenador do abrigo Capela Cristo Rei, aponta não a ausência de informação, mas o desencontro de informações veiculadas pelas instituições ali envolvidas, denotando a falta de articulação entre o Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC). Assim, também defende uma melhora nos mecanismos de

informação. Para ele, deveria haver um informativo semanal para que as pessoas pudessem acompanhar quais são os problemas, quais não são etc.:

“Então o que aconteceu aqui foi que a Defesa Civil ela veio, a Defesa Civil nacional estava trabalhando aqui dentro, a Defesa Civil do estado, a Defesa Civil do município, e as informações foram desencontradas (...) Pra que não aconteça o que aconteceu aqui, uma corporação falou uma coisa, a outra corporação falou outra. Então a informação que se tinha do exército era uma, da ambiental era outra, da Defesa Civil era outra... Então pra não haver essas divergências, a gente sabe que única e exclusivamente a liberação e a interdição, ela é feita somente pela Defesa Civil. Então que a Defesa Civil tenha um informativo semanal pra a informação chegar até as pessoas, se vai estar liberado, quais são os problemas, quais não são...” (coordenador do abrigo Capela Cristo Rei).

Esse desencontro de informações acaba acentuando o ambiente de tensão nos abrigos, principalmente quando começam a serem difundidos comentários de que eles serão “despejados” do abrigo quando se iniciar o período letivo. A indefinição entre o retorno ou não para o Morro do Baú, a permanência ou não no abrigo e, nem o retorno para o Morro do Baú nem a permanência no abrigo, é o que caracteriza essa desterritorialização extrema, esse ficar à deriva, esse caráter de superfluidade, essa indiferença moral (cf. BAUMAN, 2005) com que os desabrigados são tratados pelo Estado, a qual não ganha visibilidade, uma realidade suprimida que não é enunciada como desordem:

“Em fevereiro vão começar as aulas. E a gente quer saber: ‘eles vão tirar nós do abrigo?’. E nós vamos sair daqui sem voltar para nossas casas? Que nem, eu perdi minhas coisas também. Eu quero saber onde eles vão me colocar. Vai ser num terreno seguro, numa casa? Ou eles vão jogar nós de canto em canto? Porque em fevereiro vão começar as aulas. E a gente quer uma agilidade deles. Os geólogos estiveram lá, eles têm a opinião deles, só que eles não querem passar para a gente, ou, eles não querem que a gente volte. Então a gente quer uma resposta” (M, abrigado no colégio Marcos Konder).

À essa ausência e/ou desencontro de informações acerca do retorno ou não para as áreas impactadas se adiciona a falta de ações de reconstrução por parte do poder público municipal. Segundo os abrigados, eles estão abandonados pelo poder público, há uma indiferença moral em relação à sua existência e, para serem notados, acreditam que a manifestação é o modo de se tornarem públicos e saírem do isolamento. O isolamento é uma forma de serem exterminados da cena pública e a ação é o modo de ascenderem à esfera pública, o modo de serem



reconhecidos e reivindicarem direitos, a forma de enunciarem sua condição de cidadania:

“Eles [autoridades] estão abandonando mesmo. Que nem o prefeito, de quando nós tamo aqui, acho que ele veio uma vez aqui. E não apareceu mais (...) E aqui até a Prefeitura dá mais ou menos uns cem metros. E ele não vem aqui” (M, abrigado no colégio Marcos Konder).

“Que nem ontem [dia 24 de dezembro, durante a ceia de Natal] tinha um Prefeito lá de Içara/SC aqui, e eu acho que nem é muito perto daqui. E o Prefeito daqui nem apareceu para falar com a gente. Sei lá se ela está com medo da gente” (S, abrigada no colégio Marcos Konder).

“Nosso Prefeito que comece a trabalhar lá [no Alto Baú]. Porque ele deixou muito a desejar. Se ele não começar [a trabalhar no Alto Baú] em janeiro, nós vamos tudo pra frente da Prefeitura. Nós vamos come aqui [no abrigo] de manhã e ir lá. Nós vamos come ao meio-dia e voltar lá [Prefeitura] de tarde” (JF, abrigado no colégio Marcos Konder).

“A gente não quer confusão, a gente não quer atrito. A gente só quer que resolva o nosso caso. Porque a gente não quer armar barraco, mas se for preciso a gente vai fazer (...) A gente tá impaciente, nossas crianças estão impacientes. A gente vê que não tem mais um convívio amigável como tinha [antes no Alto Baú]. Porque são todas pessoas diferentes, são todas do mesmo lugar [Alto Baú] mas são pessoas com costumes diferentes. Então tá ficando muito complicado” (M, abrigado no colégio Marcos Konder).

A falta da criação de mecanismos de discussão pública, por parte do Estado, a respeito do processo de reconstrução é um elemento que contribui para reafirmar o abrigo temporário não como um espaço de direitos e de autonomia, mas de planejamento e administração, com soluções técnicas prontas. Os abrigados acreditam que a reconstrução passa, primeiramente, pela repactuação da relação entre sociedade e Estado (cf. SIENA, 2009), em que o que está em jogo é o futuro que as pessoas querem construir para si e não um projeto que o governo deve tecnicamente impor. Entre estes aspectos estão envolvidos os processos de reterritorialização, construídos não somente pela utilização instrumental, mas também pela apropriação simbólica, isto é, pela elaboração de sentidos e relações. Assim, não basta que a terra seja habitável, mas que ela queira ser habitada por alguém:

“E assim lá no Alto Baú ou em outro local que a pessoa queria [construir], porque muita gente não vai voltar lá porque ficaram traumatizadas com o que viram. Então o que a gente quer é que com esse dinheiro que eles [Defesa Civil Estadual] têm, que eles repassem para essas pessoas para que elas possam procurar um lugar, que elas possam viver dignamente, com trabalho, e com um lugar seguro. Isso é o que a gente pede” (M, abrigado no colégio Marcos Konder).

Dito de outro modo, muitas pessoas ficaram traumatizadas com o que ocorreu no Morro do Baú e não querem mais retornar para lá. Segundo uma das abrigadas que morava no Braço do Baú, ela tem receio de voltar e seu filho de doze anos não quer voltar de jeito nenhum:

“Eu tenho [receio de voltar] e o meu filho [de 12 anos] não quer de jeito nenhum. Ele falou que não volta pra dentro de casa, porque ele saiu no colo do meu marido, né? E [foram] os vizinhos que tiraram a gente. A gente teve que passar por uma janelinha dessa largura assim, que...(...) Se eu pudesse eu não voltava. Mas a gente não tem opção, né? Se tiver que voltar, vai ter que voltar, porque não tem pra onde ir” (M, abrigada no abrigo Capela Cristo Rei).

Se uns afirmam que não há escolha, ou seja, “se tiver de voltar vai ter de voltar” pois “não há para onde ir”, outros, por sua vez, acreditam que é de direito escolher em que lugar se quer viver, não cabendo ao Estado definir onde se deve viver. O processo de reconstrução deveria, assim, envolver escolhas alocativas dos abrigados: “Eu quero que eles me comprem uma casa e que me coloquem num lugar, mas é onde eu quero viver, não onde eles querem que eu vá viver”, relata um dos abrigados no colégio Marcos Konder. Outros afirmam que como seus terrenos não são mais habitáveis, nem suas construções – em razão da explosão – estes deveriam ser indenizados e, a partir desse dinheiro, eles próprios construiriam suas casas: “Eu perdi a minha casa. O meu terreno não é mais habitável. Minha casa está condenada e eu não tenho mais como construir ali. Só que eu queria um lugar seguro para mim e uma indenização correta do que valia a minha casa e o meu terreno” (M, abrigado no colégio Marcos Konder). Assim, soluções técnicas prontas – sem consulta prévia junto aos desabrigados– são tidas como uma “ofensa” diante das casas que eles perderam. É questionada não somente o tamanho da casa, mas também o material de sua construção. Segundo os abrigados que participaram da audiência pública em Florianópolis/SC: “É de trinta e seis metros quadrados a casa que eles [Estado] querem fazer (...) e uma casa de pinus o máximo que agüenta é de 1 a 2 anos. Todos aqui, ninguém vai aceitar esta proposta. Porque nós queremos os nossos direitos” (O, abrigado no colégio Marcos Konder).

Ainda, em relação a este aspecto da reconstrução, outro fato que provocou indignação dos desabrigados foi a possibilidade de que eles tivessem de deixar os abrigos e morar provisoriamente em barracas do Exército até que suas casas fossem reconstruídas. A proposta foi encarada como uma humilhação para

quem era de uma classe social elevada, como os empresários do Alto Baú que ficaram desabrigados, os quais remetiam-se a esta identidade procurando afirmar-se por meio da categoria trabalho e, assim, demonstrar que eles deveriam ser respeitados e não tratados como *pobres*. Segundo Sarti (2007, p.88), a identidade masculina, dentro e fora do âmbito familiar, “forja” um jeito de ser homem que se associa diretamente ao valor do trabalho, concebido muito mais do que o instrumento da sobrevivência material, mas como “condição de sua autonomia moral, ou seja, da afirmação positiva de si, que lhe permite dizer: *eu sou*”. O trabalho se torna um atributo moral por meio do qual se afirma o valor da família frente ao caráter negativo imposto relacionalmente pelos agentes a partir da noção de *ser pobre*: há uma dimensão positiva que permite lutar simbolicamente na posição ocupada no espaço social, que advém do “*ser trabalhador*” (SARTI, 2007).

“Hoje é dia de natal, 25 de dezembro [2008], e eu cheguei a escutar que depois do abrigo o Exército iria doar barracas para nós morar. Barraca. Vão filmar lá o Alto Baú para ver em que nós morava, porque sobrou muita casa lá. Vão ver no que a gente morava. Isso é uma vergonha. Eu me senti humilhado. Parecia que ia cair o chão. Dia 25 de dezembro, ouvir uma coisa dessas: ‘depois do início das aulas o pessoal vai ser colocado nas barracas do Exército’. Isso é uma vergonha nacional” (J, abrigado no colégio Marcos Konder).

“Um empresário vai morar dentro de uma barraca? O governador vai morar dentro de uma barraca? Tem que chamar eles pra virar morar aqui com nós, pra ver como é bom sentir na pele. Eu só via isso na televisão. Eu nunca pensei que eu ia chegar nesse ponto [ficar num abrigo]. Eu, quando era pequeno, não tinha um chinelo pra pôr no pé. Eu ia pra escola descalço. E hoje eu tô na minha posição porque eu trabalhei para isso. Eu não roubei, eu não matei. Tudo o que eu tenho é do trabalho, dos meus braços. E hoje eu não vou aceitar qualquer coisa também não. Eu quero o que eu tenho por direito” (V, abrigado no colégio Marcos Konder).

Essa afirmação do valor do trabalho também permeia todos os discursos do grupo acerca dos processos de reconstrução. Assim, essa recuperação não é desvincilhada da retomada das atividades trabalhistas. Mas isso não se restringe somente à recuperação econômica que o trabalho enseja, como também à recuperação moral de construção da identidade por meio do “*ser trabalhador*”: “A gente quer voltar pro Alto Baú. A gente tinha o nosso serviço bruto lá, mas era gratificante. Eu quero isso de volta” (J, abrigado no colégio Marcos Konder). Assim, a reconstrução do Baú, para eles, implica a diversificação de atividades produtivas que possibilitem a criação de empregos, principalmente para os homens que trabalhavam, em sua maioria, nas serrarias, madeireiras, nas fábricas e plantações

do Morro do Baú. Se as antigas atividades produtivas não retornarem ou se novos empregos não forem recriados, de nada adiantaria, segundo eles, reconstruir as casas em Ilhota/SC, uma vez que teriam de se mudar para outros municípios à procura de novos empregos: “Aqui em Ilhota, o forte é roupa íntima. Se não for voltar pra o que a gente fazia no Baú [serviço bruto], não tem emprego para gente. Daí a gente teria que procurar outro lugar [cidade] para morar, para poder trabalhar” (M, abrigado no colégio Marcos Konder).

Por fim, um último aspecto que demonstra a indignação dos desabrigados em relação às autoridades, refere-se aos mecanismos precários de assistência social criados pela Defesa Civil a fim de liberarem os abrigos temporários para suas funções precedentes. Tais mecanismos se referem ao chamado “Auxílio-reação” criado pelo Estado de Santa Catarina, mas também nominado em outros estados como auxílio-moradia ou auxílio-aluguel.

Segundo a Defesa Civil de Santa Catarina (2009), o “auxílio-reação” destinava-se às pessoas que possuíssem renda familiar de até cinco salários mínimos e residissem nos municípios em situação de emergência ou estado de calamidade pública, e que tiveram suas residências destruídas ou interditadas pela Defesa Civil Municipal. Segundo a Defesa Civil do Estado, o “auxílio é pago em seis parcelas de R\$ 415 e permite que as pessoas que perderam suas casas possam alugar um imóvel ou até mesmo pagar pela reconstrução do que foi destruído” (DEFESA CIVIL DE SANTA CATARINA, 2009).

O coordenador do abrigo Capela Cristo Rei se questionava se o valor pago pelo auxílio-reação para àqueles que se dispusessem a sair do abrigo e alugar casas, era suficiente para arcar não só com as despesas do aluguel mas também de luz, água e alimentação. Para ele, a questão principal era saber se as pessoas ainda teriam o emprego – a fim de conseguirem uma renda – e uma cesta básica também pelo período de seis meses, antes de conceder o auxílio-reação. Assim, a assistência social deveria fazer este trabalho de acompanhamento. A realidade dos abrigados do Capela Cristo Rei era muito complicada, segundo ele, pois, além de perderem a casa, muitos eram agricultores ou trabalhavam em setores que dependiam da terra, a qual estava “imprestável” para muitos deles:

“não é suficiente [o auxílio-reação], não é. O que a gente não consegue compreender é: se você tem uma família que tá desabrigada, vamos botar por baixo uma família de 3 pessoas, pai, mãe e um filho, se eles estão

abrigados aqui, e eles vão receber 415, só que, você sabe se eles ainda tem emprego? Você sabe se eles vão conseguir se manter? Você vai pelo menos garantir pra essa família a cesta básica durante esse mesmo período de 6 meses? Então tudo isso aí tem que ser analisado, quer dizer, uma organização da parte da assistência social, ela deveria vir, entrevistar família por famílias, e perguntar: 'Você quer sair?'. E depois ver se ele vai ter capacidade e condições de agüentar, porque o que aconteceu aqui dentro foi o seguinte, a maioria além de perder a casa, o terreno estando imprestável eles também perderam o emprego, porque era bananicultor, plantador de palmito, plantador de eucalipto, o plantador de arroz, de alguma indústria madeireira ou alguma facção... Então o agricultor aqui perdeu tudo, tudo, o terreno, a plantação, então como é que ele vai se manter? Um aluguel vai adiantar alguma coisa pra ele? Porque a terra dele ficou imprestável, como é que ele vai sobreviver? Então, esse 415, em certas situações, não vai resolver nada", relata o coordenador do abrigo no Capela Cristo Rei.

Os abrigados também se revoltaram com o valor do auxílio-reação, uma vez que com muitas casas destruídas na cidade ou em áreas consideradas de risco, o valor do aluguel tende a aumentar, sendo insuficiente o valor do auxílio para cobrir despesas de aluguel, água, luz, alimentação etc.:

"Quanto ele [governador] pensa que nós vamos pagar o aluguel? No mínimo trezentos reais por casa. Vai ganhar quatrocentos e quinze e vai tratar as crianças com que? Eu quero ver ele [governador] viver com isso [esse dinheiro]. Porque eu acho que hoje, para uma pessoa viver, tem que ganhar no mínimo oitocentos reais, para uma família se manter, com a quantidade de impostos que se tem. A gente quer uma posição, quer uma vida digna. Ninguém quer roubar, ninguém quer matar, mas se for preciso a gente vai ter que fazer isso. Vai ter que ter uma guerra. É impossível" (V, abrigado no colégio Marcos Konder).

Face aos inúmeros conflitos e tensões que o abrigo temporário possui, há indícios que apontam para a possibilidade de terceirização das atividades de gerenciamento de abrigos temporários, esvaziando assim ainda mais a possibilidade de enunciação na luta por direitos (cf. TELLES, 1999), ao deslocarem os conflitos para os abrigados, voluntários e setores terceirizados responsáveis pela administração do abrigo. O coordenador do abrigo Capela Cristo Rei, que era voluntário, afirmou que há mecanismos jurídicos sendo estudados para que em casos de catástrofes os municípios possam contratar pessoal para administrar os abrigos temporários.

"Uma das coisas que a gente estudou, que a gente pediu, que poderia ser feito é que em caso de catástrofe, o município estivesse liberado pra fazer contratação de pessoal pra essa gerência de catástrofes, pra gerir, pra administrar esse abrigos. Então fazer os acordos coletivos de trabalho, contratar um pessoal temporário. Essa foi uma das exigências que a gente

fez, propôs, entramos em contato até com o Ministério Público e eles falaram que isso pode acontecer, faz um acordo pré e libera, porque não existe uma legislação própria pra aquilo ali. Então eu acho que deveria existir, liberando o município até porque às vezes ele não tem dinheiro em uma área e tem dinheiro em outra, só que ele não pode aplicar porque aquilo ali foi dotado pra aquela área. Então o que a gente reivindica é isso aí, que realmente exista uma liberação por parte das prefeituras pra poderem fazer esse contrato, até procurando pessoas até mesmo capacitadas na área, pra fazer esse gerenciamento naquele período”, relata o coordenador do abrigo Capela Cristo Rei.

Além da “improvisação”, o caráter “temporário” do abrigo assume, por vezes, a não necessidade de garantir condições mínimas e dignas. Dito de outro modo, a princípio, o abrigo é representado, na visão do Estado, como um local seguro frente à área de risco e que viabiliza que os trabalhos das instituições de resgate possam ser reconhecidos publicamente como eficientes à medida que não há “ignorantes” que para lá retornem. O abrigo concretiza o êxito das instituições de resgate em minar a resistência do pobre e confina-o para ele lá permanecer, mesmo que em condições indignas, porque o que está em jogo não é o acolhimento, mas sim o recolhimento. O abrigo assume uma conotação dúbia: é um espaço de cumprimento da ordem pública de evacuação da área de risco, mas é um espaço que invisibiliza a desordem do Estado no provimento de condições assistenciais mínimas que possibilitem aos cidadãos “saber o que serão deles de agora em diante”. E aí se circunscreve uma das primeiras violências que os abrigos temporários, como laboratórios sociológicos, explicitam: o caráter supérfluo dos que ali estão cuja estada só se viabiliza porque o local não está sendo usado no momento, mas que quando reivindicado retornará às funções normais e os desabrigados serão descartados. Não se trata de reafirmar a autonomia dos cidadãos consultando-os sobre as decisões que se referem à construção do seu futuro e da sua família, mas de administrar, de modo burocrático, a vida desse “contingente” a partir de soluções técnicas:

“Então, o que a gente tá falando para o pessoal...que eles não têm que se preocupar com isso [com o início das aulas nas escolas que servem de abrigo]. Se chegar fevereiro, vai começar as aulas, mas nós vamos dar um jeito de instalar eles em algum lugar. Que é que a gente tá pensando em abrigo permanente, pra eles saírem das escolas, tipo, vai ser lá no salão paroquial, vamos colocar divisórias, individualizar os espaços...é o que a gente tá pensando. Teve um comentário que a gente pode também tá usando a barraca de exército, tipo: montar essas barracas dentro do salão paroquial, para cada um ter a sua barraca. Essas barracas têm dois quartos, tem cozinha. Então, isso tudo são idéias que ainda vão ser aprimoradas”, relata coordenador do Capela Cristo Rei.

## 5

**UMA OUTRA LÓGICA DOS CONFINAMENTOS: OS AQUARTELAMENTOS**

Este capítulo pretende abordar, a partir da análise comparativa de dois abrigos organizados em dois municípios de médio porte – Nova Friburgo/RJ e Blumenau/SC –, como, diante do processo de perda do território mínimo, as famílias tentam reproduzir suas práticas quando os abrigos são controlados pela racionalidade técnica, mas também militar. A seguir, caracterizamos tais municípios.

**5.1 Caracterização de Nova Friburgo/RJ<sup>29</sup>**

O município de Nova Friburgo/RJ localiza-se na microregião Centro Fluminense, e possui oito distritos: Nova Friburgo, Riograndina, Campo do Coelho, Amparo, Lumiar, Conselheiro Paulino, São Pedro da Serra e Muri. Suas principais atividades econômicas são a indústria de moda íntima, olericultura, caprinocultura, indústria têxtil e metalúrgica.

Com relevo montanhoso (montanhas graníticas), localiza-se na Serra dos Órgãos, sendo sua altitude de 846 metros, apresentando um clima tropical de altitude (PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO, 2007). Nova Friburgo é banhado pelas bacias do Rio Grande e do Rio Macaé. Principais rios que cortam as cidades: rio Santo Antônio, rio Cônego e rio Bengalas. Dessa forma, a ocupação das moradias também ocorre nas margens destes rios, o que as tornam suscetíveis à inundação e à enchente decorrente do extravasamento das águas dos leitos dos mananciais que cortam o município. Por sua vez, isso ocasiona a entrada dessas águas nas moradias gerando desde a perda de bens móveis à pressão sobre a estrutura do imóvel, o que também pode levar ao seu desmoronamento (VALENCIO et. al, 2007).

Com uma área de 935km<sup>2</sup>, a densidade demográfica de Nova Friburgo é de 185,4 habitantes por km<sup>2</sup> (PNUD, 2000). Sua população era, no ano de 1991, de 167.081 habitantes, dos quais 144.354 residiam na área urbana e 22.727 na área rural. Já no ano 2000, eram 173.418 habitantes, dos quais 151.851 habitavam na área urbana e 21.567 na área rural. Neste período (1991-2000), a taxa média de

---

<sup>29</sup>Informações obtidas a partir da base de dados do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres.

crescimento anual foi de 0,43% e a taxa de urbanização que, em 1991, era de 86,40% , passou para 87,56% no ano de 2000 (PNUD, 2000).

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano do município, Nova Friburgo apresentava, em 1991, o valor de 0,735, enquanto no ano 2000, esse número foi de 0,810. Entre as dimensões que compõem este índice (IDHM-Educação, IDHM-Longevidade e IDHM- Renda), a que mais contribuiu foi a longevidade, com 39,8%, seguida da educação (37,2%) e da renda (23%) (PNUD, 2000). A desigualdade de renda aumentou no município, passando de 0,54 (no ano de 1991) para 0,55 (ano 2000).

Município de médio porte cuja população habita predominantemente a área urbana, Nova Friburgo foi afetado pelas chuvas de janeiro de 2007. Estas ocasionaram enchentes e deslizamentos, isolando grande parte da comunidade, ocasionando grandes perdas econômicas, mas cuja recuperação ante tais perdas foi diferenciada sobretudo porque os altos Índices de Desenvolvimento Humano apresentados pelo município não se estende à realidade dos seus distritos, tal como o distrito de Riograndina (tomado para estudo), que apresenta condições sócio-econômicas frágeis como ausência de infra-estrutura de esgoto, domicílios subnormais, precariedade da infra-estrutura domiciliar.

Assim, os lares mais pobres são os primeiros a serem afetados quando as chuvas castigam o lugar e

“Igualmente, são os que mais rapidamente expõem a fragilidade dos laços sociais quando a família, vendo-se em condição de desabrigo decorrente do impacto das enchentes e/ou múltiplos escorregamentos sobre a moradia, não encontra parentes ou amigos aptos e dispostos a oferecer-lhes acolhida. Tal razão a obriga a aceitar instalar-se nos abrigos temporários fornecidos pelo Poder Público Municipal, como o situado na Escola Municipal Estação do Rio Grande (VALENCIO et. al, 2007, p. 83).

Frente a este desastre, o município teve 1092 desabrigados. Estes estavam distribuídos em dezesseis abrigos temporários, os quais se utilizaram das seguintes infra-estruturas para serem formulados: dez escolas, duas creches, uma igreja, um sítio, um abrigo (barracão) e uma casa. Um abrigo temporário foi tomado para estudo, o localizado no distrito de Riograndina, instalado na Escola Municipal Estação do Rio Grande, em área urbana.



## 5.2 Caracterização de Blumenau/SC

O município de Blumenau/SC foi instalado em 1880 e localiza-se na microregião Blumenau, dentro da região do Vale do Itajaí/SC. Possui relevo bastante acidentado, apresentando grandes e inúmeras diferenças de altitudes e declives. É constituído de faixas de terrenos com características distintas, destacando as serras na região Sul e os vales no Norte. Esse relevo forma um conjunto ao longo da bacia do rio Itajaí-Açú e do Massaranduba. A principal bacia é do rio Itajaí-Açú cujos principais rios são o Ribeirão Garcia, Ribeirão da Velha, Ribeirão Itoupava, Ribeirão do Texto e Ribeirão Salto do Norte (PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 2009).

Com uma área de 510,3km<sup>2</sup>, possuía, no ano de 1991, 211.155 habitantes, dos quais 185.875 (88,03%) residiam na área urbana e 25.281 (11,97%) na área rural. Já no ano 2000, a população total aumentou para 261.808, um crescimento populacional verificado sobretudo na área urbana, que passou a ter 241.943 (92,41% do total), enquanto a população na área rural diminuiu para 19.685 (7,59% do total). Assim, a taxa de urbanização entre 1991 e 2000 cresceu 4,98, passando de 88,03% para 92,41% (PNUD, 2000).

Em relação ao IDHM, no ano de 1991 ele era de 0,813, apresentando uma melhora no ano 2000, quando alterou-se para 0,855. A dimensão que mais contribui para este crescimento foi a educação com 61,4%, seguida da renda (27,6%) e da longevidade (11%). Entretanto, tal como verificado em Nova Friburgo/RJ, a desigualdade de renda aumentou em Blumenau/SC: o Índice de Gini passou de 0,47 (em 1991) para 0,51 no ano 2000 (PNUD, 2000).

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Blumenau (2009), as principais atividades econômicas do município são, em ordem de importância: a indústria, o comércio e a prestação de serviços e turismo. As principais atividades comerciais do município referem-se ao segmento têxtil e de vestuários, as indústrias alimentícia, metalúrgica e a fumageira.

Segundo Mattedi (1999), para se analisar e compreender as características predominantes da configuração do espaço urbano da bacia do Itajaí deve-se considerar as implicações da formação e expansão industrial e do crescimento populacional. A partir de 1850, a ocupação da região entre o litoral e o planalto é consolidada pela implantação da Colônia Dona Francisca, da Colônia

Blumenau etc. O período que se estende de 1850-1880 é caracterizado pela manufatura de produtos agrícolas. A partir de 1880, há um impulso das atividades mercantis, diversificação da produção industrial, desenvolvimento da indústria têxtil etc. Neste período as indústrias se localizavam próximas aos cursos dos rios nos fundos de vales devido à necessidade de aproveitamento da força hidráulica na produção.

É a partir do padrão de ocupação do espaço geográfico entre o litoral e o planalto e das formas de manejo dos recursos dessa região que passam a se registrar os primeiros casos de situação de emergência, que ocasionavam dois tipos de problemas: o isolamento, em função da interrupção dos meios de comunicação entre a comunidade e as outras localidades, pela interdição de estradas, “destruição de pontes e perda de navegabilidade dos rios e, ao mesmo tempo, o esgotamento da reserva de alimentos ou a dificuldade de acesso a ele em função do isolamento (...) Comprometia, também, parte das atividades produtivas” (MATTEDI, 1999, p.140).

A ocorrência de uma situação de emergência em 1880, à época do processo de implantação do município de Blumenau, desencadeou um dos primeiros conflitos em torno do processo de recuperação. Os governos imperial e provincial prorrogaram a implantação a instalação do município até 1882, quando as estradas de comunicação e os prédios públicos foram finalmente reconstruídos. À época, os “colonos que haviam trabalhado nos serviços de reconstrução de estradas, pontes e abertura de novos caminhos queixavam-se de terem sido enganados, já que nem todos os dias trabalhados constavam na lista de pagamento” (MATTEDI, 1999, p.145). Já “os flagelados acusavam a Comissão [que coordenava os processos de reconstrução] de ter-lhes pago indenização menor da que lhes havia sido atribuída” (Idem). Esses descontentamentos desencadearam “uma revolta, e o governo deslocou uma escolta para garantir os trabalhos da comissão. A polícia reprimiu e prendeu vários líderes, que foram julgados e condenados de três a doze anos de prisão” (Idem).

A essa época, as ações do poder público eram sempre no pós-impacto. A partir de uma comissão constituída pela elite político-econômica da região, eram feitos levantamentos de prejuízos para a aplicação de recursos, os quais, muitas vezes, não eram aplicados em ações de emergência com base na intensidade dos impactos sofridos em cada localidade, mas segundo o grau de importância

socioeconômica de cada qual. Esses recursos “para recuperação possuíam fontes diversas, quase sempre não oficiais” (Idem, p.167), e o tratamento improvisado do problema caracterizava as ações governamentais.

No período 1889-1930, período republicano, a consolidação socioeconômica da região é impulsionada pela industrialização incipiente. Nesse período ocorrem onze situações de emergência em Blumenau. Além da potencialização dos problemas relacionados ao período anterior – como falta de alimentos, destruição de plantações e destruição de obras públicas – tendo em vista o processo de consolidação sócio-econômica, “os problemas mais comuns ocasionados pela ocorrência de situações de emergência correspondem à danificação do sistema produtivo, com alagamento de unidades fabris, e interrupção do sistema de comercialização pela destruição de estradas” (Idem, p.148). Um dos maiores problemas relatados no período era a inexistência de informações meteorológicas e hidrológicas, o que atrapalhava as ações de preparação.

Nesse período, as ações governamentais frente às situações de emergência não se modificaram: fundamentava-se “na elaboração de relatórios dos prejuízos, e grande parte da intervenção governamental concentra-se em medidas de recuperação pós-impacto, portanto, de forma assistemática e improvisada” (Idem, p.168). Os donativos eram distribuídos diretamente “aos necessitados, e os auxílios financeiros eram prestados indiretamente, através da contratação de trabalho nas obras de recuperação dos bens públicos”(Idem). Muitas vezes nem todos os recursos eram aplicados nos processos de recuperação. Em Blumenau, parte dos recursos enviados para a situação de emergência ocorrida em 1911 “foram guardados e posteriormente aplicados na construção de uma ponte para a Estrada de Ferro Santa Catarina” (Idem, p.171).

A partir da Revolução de 1930 até o final do Estado Novo (1945), há uma expansão do padrão de desenvolvimento para toda região do Vale do Itajaí. Neste período registram-se oito casos de situações de emergência. Entretanto, a Revolução de 30 e a constituição do Estado Novo provocaram uma grande transformação nos padrões de articulação de interesses para o tratamento da questão das situações de emergência na região, uma vez que foi rompida a ocupação do poder local pela elite empresarial, passando a ocupar o poder uma nova elite que defende os interesses das famílias latifundiárias. Como no período o Partido Integralista “converteu-se na segunda força política do estado, alcançando

dezesseis prefeituras municipais, principalmente, nas cidades de Blumenau e Joinville” (Idem, p.154), o governo do estado promoveu “uma política de desmembramento destes municípios, procurando reduzir a importância dessas lideranças na política estadual” (Idem). Blumenau “foi desmembrada em oito municípios, dificultando, o já debilitado, processo de articulação de interesses na região” (Idem). A urbanização e o crescimento demográfico da região acompanham esse processo, surgindo novas cidades. “A criação de novos municípios acelera o processo de urbanização e concentra a população (...) Em 1940, a bacia do Itajaí contava com uma população de 277.850 habitantes” (MATTEDI, 1999, p.122). Como durante esse período “não ocorreram situações de emergência com alto potencial de destruição, a maior parte das perdas puderam ser incorporadas localmente” (Idem, p.155).

Mattedi (1999) aponta que, com o fim do Estado Novo e a abertura política estabelecida durante o Período Populista (1945-1964), restabeleceram-se os padrões de articulação de interesses anteriores. Foram registradas quinze situações de emergência no período, concentrando-se principalmente no ano de 1957, que registrou cinco. Neste período, além de Blumenau, Itajaí e Rio do Sul “são atingidos, sobretudo pelo alastramento da urbanização nas planícies de inundação” (Idem, p.155). Se, em 1940, a bacia do Itajaí contava com uma população de 277.850 habitantes, em 1960, “a população absoluta atingiu 480.601 habitantes” (Idem, p.123). As transformações socioeconômicas processadas neste período ampliam os impactos negativos na região, induzidas pela crescente inserção das atividades industriais do setor têxtil na economia nacional, o que motivou a vinda de migrantes, que se instalaram próximos às unidades produtivas industriais, nas faixas marginais aos ribeirões em direção aos fundos de vales.

Associada a esta distribuição espacial da população, soma-se um acentuado processo de concentração de renda e conseqüente pauperização da maior parte da população. A relação entre estes dois processos forçou os setores sociais carentes a ocuparem e permanecerem nessas áreas mais expostas às situações de emergências. Ao analisar os relatórios de negócios administrativos do município de Blumenau e os jornais da época, Mattedi (1999, p.156) afirma que “os setores mais vulneráveis são justamente as camadas médias da população e o operariado, assentados nas proximidades das indústrias”, tendo perdido “todos os móveis, utensílios e abrigo” (PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 1957 *apud*

MATTEDI, 1999, p.156). Este processo social de produção do espaço urbano se reflete, pois, no nível de risco, e é neste sentido que em Santa Catarina verifica-se que os setores mais expostos são os setores mais pobres (cf. MATTEDI, 1999).

Nessas situações de emergência do período o que preponderou foi o “monopólio de contato com o poder público exercido pela elite econômica da região, que restringe tanto a organização das reivindicações desses setores como também os canais de encaminhamento das demandas dada a vocação autoritária e clientelista” (MATTEDI, 1999, p.157). E é nesse mesmo período que tem início o processo de implantação de medidas de mitigação por meio de obras estruturais como as barragens, cuja produção de energia atendia aos interesses de desenvolvimento econômico da região. Porém, “não se verificam modificações expressivas nas medidas de recuperação, em que pese a ação do governo municipal na construção de casas para a população carente” (Idem, p.183).

Com o início do regime militar (1964) há uma intensificação do padrão de desenvolvimento regional e da concentração populacional nas cidades. Nesse período ocorreram quatorze situações de emergência. As ações de mitigação para conter as enchentes focaram-se na construção de barragens, o que “provocou conflitos em função da extensão de impactos às regiões anteriormente não atingidas” (Idem, p.161), explicitando “contradições entre os grupos beneficiados (setores comercial e industrial do Médio Vale do Itajaí) e os grupos afetados” (Idem, p.162). As ações de recuperação frente às situações de emergência são desencadeadas pela Defesa Civil, que foi reativada em Santa Catarina em 1973, inscrevendo-se dentro da política de segurança nacional que marcou o Regime Militar de 1964 a 1984. Salienta Mattedi (1999) que as situações de emergência eram tratadas “visando minimizar o potencial de mobilização popular que os impactos engendram, o que explica a ênfase na intervenção governamental através de medidas de recuperação no período pós-impacto, em detrimento das medidas de preparação no período pré-impacto” (MATTEDI, 1999, p.184).

Mattedi (1999) considera que até o início da década de oitenta, o governo federal e o setor empresarial constituíam os atores que determinavam o tratamento do problema das situações de emergência em Santa Catarina por meio da implantação de medidas estruturais (barragens e melhoramento fluvial), visando defender os interesses dos setores industrial e comercial afetados ou ameaçados

pela recorrência do problema. Essa implantação institucionalizou um padrão de intervenção segmentado, que agia somente na dimensão natural do problema.

Assim, em julho de 1983, ocorreram outras enchentes em Santa Catarina, num total de 90 municípios, totalizando-se 197.790 desabrigados e 49 mortos. Entre os municípios com maior número de mortos e desabrigados estavam: Blumenau (8 mortos e 50.000 desabrigados, 29,3% da população na época); Itajaí (5 mortos e 40.000 desabrigados, 42,3% da população); e Rio do Sul com 25.000 desabrigados, 64,7% da população (GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2004).

Em agosto de 1984, novamente ocorreram desastres: foram registrados 155.200 desabrigados e 2 mortos. Blumenau teve 70.000 desabrigados, 39,9% da população (GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2004).

Para Mattedi (1999), as situações de emergência de 1983 e 1984, associadas à convergência entre a redemocratização e a questão ambiental, tornaram evidente a inconsistência do padrão segmentado de intervenção sobre a dimensão natural do problema das situações de emergência. Desse modo, foi formulado no contexto de recuperação frente às situações de emergência de 1983 e 1984, o Plano Global e Integrado de Defesa Contra as Enchentes (PLADE) que visava “definir um novo arranjo institucional de coordenação, com funções deliberativas e executivas em nível estadual” (MATTEDEI, 1999, p.215). Contudo, apesar de “prever a participação de vários segmentos sociais, o programa de ação do PLADE não estabeleceu uma distribuição dos poderes, que ficaram restritos ao poder executivo” (Idem, p.216), excluindo “a participação comunitária não somente nos processos de formulação, mas também nos de decisão e execução” (Idem, p.225), isto é, adquiriu um viés tecnocrático.

De um ponto de visto histórico, as estratégias de confrontação frente aos riscos em Blumenau “não foram implantadas em função de sua adequação ao problema, mas visando estimular a lógica de reprodução socioeconômica da região” (MATTEDEI, 1999, p.194). Isto é, os desastres não foram tratados como um problema em si mesmo, mas para a instrumentalização política e externalização de interesses que não eram contemplados em períodos de “normalidade” (MATTEDEI, 1999). Desse modo, nesses processos de externalização dos danos, os interesses sociais atingidos costumam ser contemplados de modo desigual. Apesar da população carente constituir um dos setores sociais mais vulneráveis, nem sempre os seus

interesses são contemplados no tratamento da questão, uma vez que o atendimento das reivindicações é determinada, principalmente, pelas relações de poder existentes na região e pelos processos decisórios (MATTEDI, 1999). O que prepondera no caso do Vale do Itajaí/SC, e, em Blumenau, segundo Mattedi (1999, p.157), é o “monopólio de contato com o poder público exercido pela elite econômica da região, que restringe tanto a organização das reivindicações desses setores como também os canais de encaminhamento das demandas dada a vocação autoritária e clientelista”.

Em novembro de 2008, mas uma vez a “tragédia anunciada” (cf. MATTEDI, 1999) se repetiu em Blumenau. Embora o AVADAN do município não esteja disponível para consulta, algumas informações obtidas a partir dos relatórios do Departamento Estadual de Defesa Civil de Santa Catarina permitem quantificar alguns danos: dos 135 mortos no estado, 24 foram em Blumenau (aproximadamente 18% do total); por volta de 18.150 residências foram danificadas no município, sendo que mais de 20.000 pessoas ficaram desalojadas e 3.535 desabrigadas (GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2008). No último relatório divulgado em 31 de dezembro de 2008, havia 2.906 pessoas que estavam em 41 abrigos. Desse conjunto, foi tomado para estudo o do Colégio Pedro II, situado em área urbana.

### **5.3 A escola do cárcere**

Em Nova Friburgo/RJ, município de médio porte, foi analisado, no distrito de riograndina, um abrigo temporário organizado a partir de uma escola pública<sup>30</sup>. Nesse abrigo, a coordenação era feita por uma assistente social e, posteriormente, um psicólogo foi designado para atuar como vice-coordenador. Estes permaneciam no abrigo no período das 8h às 18h. A assistente social e o psicólogo já faziam parte do quadro de funcionários do município e haviam sido direcionados para as atribuições de organizar e administrar o abrigo, porém nunca tinham recebido qualquer capacitação nesse tema.

---

<sup>30</sup> A Subsecretaria do Estado de Defesa Civil do Rio de Janeiro juntamente com representantes da Prefeitura de Nova Friburgo (em 18 de janeiro de 2007) e da Defesa Civil Municipal – criada em 1985, segundo o IBGE (2006) – conduziram o NEPED até o abrigo temporário, autorizando: a observação das instalações do abrigo e das práticas dos operadores do Estado e dos abrigados (as) no interior dele.

Os processos de identificação das demandas e de negociação das regras de uso daquele abrigo não foram construídos com base na consulta às famílias abrigadas, mas definido pelo poder público municipal, a partir de um olhar técnico sobre quais medidas seriam necessárias para deflagrar um bom funcionamento do abrigo a partir das competências que lhe cabiam, razão pela qual as formas de uso do espaço coletivo foram definidas pelos coordenadores.

Dessa forma, havia um horário de preparo e de realização das refeições, da limpeza das instalações coletivas do abrigo, de se tomar banho, de se realizar a lavagem e secagem de roupas, de se apagar as luzes. A cozinha, como um espaço de uso coletivo, não possuía acesso livre por parte das famílias abrigadas, mas seu funcionamento era pautado de acordo com os horários das refeições, compreendendo assim desde o seu preparo até a finalização da lavagem da louça e da limpeza da cozinha. Este espaço era apropriado simbolicamente pelos coordenadores de abrigo como de sua gerência e responsabilidade, cabendo, na maioria das vezes, às mulheres não só o preparo das refeições como também as demais atividades de limpeza – um trabalho doméstico concernente à esfera privada num local público –, uma vez que a maioria dos homens permanecia fora do abrigo, exercendo outros tipos de trabalho. Nesse trabalho coletivo doméstico dentro do abrigo, os coordenadores eram responsáveis pela gerência das atividades, as quais, segundo eles, não ocorreriam para o coletivo se eles não estivessem ali, isto é, primaria-se por uma lógica de cada família por si, não cuidando dos espaços de uso coletivo. Em outras palavras, não havia uma apropriação simbólica dos espaços de uso coletivo como as cozinhas, uma vez que diante de regras definidas de antemão pelos coordenadores, as famílias abrigadas não tinham possibilidade de ter acesso à cozinha e às docas, mas deveriam, por outro lado, cuidar para a manutenção dela por meio da limpeza e higienização. Como também não se criou uma lógica comunitária de produção para o coletivo, mas foi organizada, pelos gestores, uma lógica de produção para o coletivo, uma coletivização das rotinas imposta. Em outras palavras, tornava-se público o âmbito privado da vida na medida em que as práticas que se realizavam na privacidade da casa passaram a ocorrer à vista de todos, ou seja, esfera privada e esfera pública se dissolveram criando algo híbrido, indistinto, referenciado por Arendt (2005) como *social*<sup>31</sup>. O *social* passa a ser objeto de

---

<sup>31</sup> Keinert (2005) afirma que, para Arendt, o advento do “social” marca a entrada dos assuntos antes circunscritos ao espaço privado do indivíduo ao universo da visibilidade pública, marcado pela



intervenção, de planejamento técnico para gestão de necessidades, tal como relatado pelo vice-coordenador do abrigo:

“a gente tá tendo muita dificuldade de conseguir isso, de conseguir que eles se responsabilizem pela...pelo funcionamento do abrigo, né? Alimentação..se você não tiver ali cobrando...ela não acontece, não dá pra gente deixar a alimentação na mão deles pra que eles gerenciem, a gente tem que ficar distribuindo as cotas de almoço, de café, de lanche da tarde, de jantar né, porque senão cada um leva pra si e ...não acontece a produção pro coletivo” (coordenador do abrigo do distrito de riograndina, Nova Friburgo/RJ; Acervo Neped, 2007).

As apropriações simbólicas que os coordenadores empreenderam sobre o território forjado do abrigo refletiam as posições que nele ocupavam, um cargo de comando, em que o desempenho do seu *habitus* associava-se ao mundo do trabalho. O abrigo era o território de seu trabalho: controlar o abrigo e suas funções a partir de seu poder como coordenador era sinônimo de boa administração, de gerência e de produção para o coletivo. Assim, impuseram a coletivização das rotinas para o melhor monitoramento do abrigo, sem envolver as famílias abrigadas no processo de administração deste, o que fazia com que emergissem conflitos e confusões entre os abrigados em relação a essas atividades e ao desempenho de cada qual na execução delas. Diante desses conflitos e confusões que surgiram, muitas abrigadas queriam retomar a lógica familiar da esfera privada e cozinhar nos seus quartos com os fogões que ali estavam, “ficando cada um na sua” e evitando conflitos, recuperando, assim, a identidade de mãe junto aos seus filhos, de poder cuidá-los afastando-se, quando possível, desse ambiente de discussão. Contudo, essa possibilidade só seria viabilizada se os alimentos não tivessem sob controle dos coordenadores de abrigos, mas pudessem ser acessados por cada família para que, a partir disso, tentassem iniciar uma lógica de produção familiar, reterritorializando essas práticas nos quartos. A cozinha era utilizada a partir de uma lógica de “massa”, que não permitia configurar o ato de comer como uma prática associada à esfera privada. Como relata uma abrigada, a respeito dessa lógica de produção coletiva e da impossibilidade da lógica de produção familiar diante da subordinação ao comando técnico do abrigo:

---

generalização das relações humanas circunscritas ao âmbito das necessidades em detrimento da autonomia da vida pública, do agir político.

“**Eu tô comendo lá [cozinha], mas tô querendo fazer o meu aqui [no quarto]. Se eu ganha uma cesta básica aí, eu faço aqui [no quarto]** porque ...eu prefiro ter uma cesta básica e fazer aqui porque tem muita confusão...é briga...é um que quer ajudar é outro que não quer, então **pra evitar de confusão eu cozinho ali no meu fogão..eu, meu marido, minha filha** , a pequena ..tá entendo? O resto que ..o que eu posso fazer? Sempre tem um brigando, outros discutindo, sempre um bocadinho de coisa...então **eu fico na minha, cada um pro seu lado**...toda mãe tem seus filhos, então cada um cuida do seu que eu cuido da minha”, afirma abrigada no abrigo do distrito de riograndina em Nova Friburgo/RJ (Acervo Neped, 2007; grifo nosso).

Essa coletivização das rotinas imposta junto a esses aglomerados humanos não permitia o reconhecimento das demandas e das singularidades dos grupos considerados mais vulneráveis à essa vida coletiva, submetidos a uma partilha de espaços de uso coletivo com infra-estruturas precárias, tais como os banheiros. Embora o manual de organização de abrigos temporários do Rio de Janeiro preveja que nos abrigos haja “1 chuveiro para cada 25 pessoas” (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2006, p.25), no abrigo do distrito de riograndina existia um chuveiro para mais de cem pessoas. Diante disso, as lactantes, por exemplo, não tinham prioridade de uso dos banheiros para tomarem banho, tendo que reorganizar suas rotinas e a dos filhos dentro dessa precariedade: “Às vezes tinha que toma banho quase uma hora da manhã, porque tinha muita gente pra tomar banho”, relata abrigada que estava com filho recém-nascido. Essa necessidade era ignorada pelos coordenadores do abrigo, para quem os critérios de eficiência desse espaço do *social* baseavam-se a partir da sua posição de comando e do ponto de vista do trabalho, não da lógica associada à esfera privada. Assim, para os coordenadores, a normalidade e a concepção de “ordem” era que, no conjunto desse aglomerado, “ninguém ficasse sem tomar banho”, porque o que está em questão não são as pessoas, mas sim a higiene do abrigo como espaço de gestão de necessidades: “Não...[o chuveiro] tem dado conta... tem dado conta... **não tem ninguém ficado sem tomar banho**” (vice-coordenador do abrigo no distrito de riograndina em Nova Friburgo/RJ; grifo nosso. Acervo Neped, 2007).

Essa precariedade também se manifestava na realização das rotinas coletivas associadas à lavagem e secagem de roupas. O manual de abrigos do Estado do Rio de Janeiro prevê a existência de uma área de serviço no abrigo que contenha, no mínimo, “1 tanque de lavar roupas para cada 40 pessoas” (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2006, p.25). Todavia, diante da inexistência dessa área, as atividades de lavagem das roupas eram adaptadas e executadas, por

algumas desabrigadas, dentro dos banheiros dos abrigos (vide abaixo, Figura 30): “Minha mãe lava lá na pia do banheiro das mulheres”, conta uma abrigada com filho recém-nascido.



**Figura 30 – Espaços adaptados por algumas desabrigadas para lavagem de roupas no abrigo do distrito de riograndina, em Nova Friburgo/RJ (Acervo Neped, 2007).**

Diante da inexistência de zonas reservadas para secagem de roupas íntimas nestes abrigos e da convivência forçada com desconhecidos, muitas abrigadas penduravam suas roupas dentro dos quartos dos abrigos (vide abaixo, Figura 31): “Tem gente meio abusadinho ai dentro [no abrigo]. Ai o marido dela [da mãe] foi e fez isso ai e ela [minha mãe] estendeu as roupas dela”, conta a abrigada do abrigo no distrito de riograndina em Nova Friburgo/RJ.



**Figura 31- Roupas penduradas dentro dos quartos no abrigo do distrito de riograndina em Nova Friburgo/RJ (Acervo Neped, 2007).**

Desse modo, como se pode ver na figura acima, as salas de aula – como locais públicos – foram utilizadas como quartos e tiveram que funcionar, em meio às carteiras da escola e aos pertences das famílias, como locais para pendurar roupas, pois não existiam instalações no abrigo para isto. Entretanto, diante dessa falta de infra-estrutura, muitas desabrigadas, retornavam às suas casas em áreas consideradas de risco, próximas ao rio (vide abaixo, Figura 32) e nele lavavam suas roupas e, após isto, colocavam-nas para secar em sua residência interdita (vide abaixo, Figura 33), diariamente, diante da dificuldade de se lavar e secar a roupa no abrigo. Dessa forma, há uma condição ambígua na condição de desabrigo e da desterritorialização. Como este abrigo temporário havia sido organizado no mesmo bairro onde as casas tinham sido destruídas ou estavam em áreas de risco, existia um fluxo constante entre o território forjado do abrigo e o território da casa-destruída. Como a casa não tinha mais função para se dormir, dormia-se no abrigo. Como não tinha função para preparar o alimento, fazia-se isto no abrigo. Todavia, como este não possuía local adequado para lavagem e secagem das roupas, fazia-se isso no território da casa-destruída, no qual permaneceram partes da casa e, por vezes, somente os varais. Como relata uma das abrigadas:

**“(...) tá uma dificuldade para lavar roupa [no abrigo]. Fui lavando minha roupa e dos meus filhos lá embaixo (...) na minha casa [destruída e interdita]. Eu lavo, ponho pra secar lá, aí de tarde eu volto recolho trago**

pra cá e levo de novo. Só não tem tanque [no abrigo] para lavar a roupa direito. Tá todo mundo lavando no rio, nas casas”, afirma abrigada do distrito de riograndina em Nova Friburgo/RJ (Acervo Neped, 2007).



**Figura 32 – Retorno às áreas de risco para lavar roupas diante da inexistência de infra-estrutura para sua realização no abrigo em Nova Friburgo/RJ (Acervo Neped, 2007).**



**Figura 33- Roupas secando em área interdita pela Defesa Civil (Acervo Neped, 2007).**

Esse fluxo abrigo-casa-abrigo também ocorria quando os chefes-de-família ou as chefes de família iam até suas casas interditadas para verificarem como estavam, se alguém porventura havia roubado alguma coisa, uma vez que o município não havia designado policiais para fazerem a segurança das casas, e lá permaneciam alguns bens como, por exemplo, caixas d'água. Assim, as famílias abrigadas costumam fazer uso de suas redes sociais para auxiliar nesse processo como, por exemplo, na solicitação que o vizinho possa armazenar provisoriamente os bens recuperados da casa, evitando que sejam roubados. O abrigo adquire, por

vezes, a representação de um local que é para os abrigados ficarem para realização de um conjunto de necessidades definidas pelo comando técnico dos coordenadores, mas não como um espaço de direitos em que seus bens possam ficar armazenados e resguardados junto a seus proprietários:

“Esses dias veio uma mulher avisar aí que tão até **tentando roubar a caixa da água que tá em cima lá** [na casa interditada]. A mulher veio falar com a turma da Prefeitura pra ver se tirar a caixa da água de lá pra mim, porque tão tentando roubar ela. A **mulher ali de cima deixou eu guardar no quintal dela. Aqui só é pra gente ficar mesmo, né?**” (abrigado no distrito de riograndina, Nova Friburgo; Acervo Neped, 2007; grifo nosso).

Além dos espaços de uso coletivo, têm-se as salas de aula como espaços de uso restritivo, como quartos. Como não havia salas suficientes para abrigar uma família em cada qual, os coordenadores de abrigos permitiram que as famílias abrigadas decidissem com quem dividiriam as salas. Esses concebiam as salas como limites da convivência pública, como tentativa de constituição de um mundo privado, isto é, como área sob poder dos abrigados, em que ali caberia exercer a individualidade e a privacidade, ou seja, as demais áreas têm rotinas e práticas que devem ser respeitadas pelos abrigados. O quarto não é lugar de comer em família, pois deve-se comer na cozinha, junto de todos. A medida do possível de individualidade e privacidade não é negociada entre coordenadores e famílias abrigadas, mas definidas por estes: "(...) eu não entro na sala de ninguém sem bater na porta. Então..quer dizer...a gente tem esse cuidado, na medida do possível, de preservar a individualidade e a privacidade deles" (coordenador do abrigo do distrito de riograndina em Nova Friburgo/RJ).

Os quartos dos abrigos são tentativas de configuração de territórios mínimos a partir dos quais pode-se tentar apreender simbolicamente um determinado espaço por meio da lógica de familiarização, que busca reconstruir a realidade associada ao grupo. Nestes territórios mínimos em que tentam reproduzir aspectos relativos às práticas desempenhadas na esfera privada (vide Figura 34, abaixo), há o local de dormir dos filhos (colchões com colcha cinza e marrom); a mesa da cozinha com o café e os copos, produzida a partir de uma mesa de escola; os guardanapos lavados e estendidos na janela, o piso limpo. O modo como esses territórios mínimos são produzidos importam para a construção da realidade da



família, mas também para o ambiente externo à porta que, muitas vezes, é marcado por conflitos.



**Figura 34-Mesa de escola adaptada para configuração de um espaço doméstico (Acervo Neped, 2007).**

No caso do abrigo do distrito de riograndina, em Nova Friburgo, havia muitos conflitos em torno dos limites de cada um dentro de uma lógica de rotinas coletivas impostas por um coordenador. Assim, o multiterritório do abrigo era marcado por apropriações e controles sobre um dado território mínimo privado, os quartos, no conjunto do abrigo como espaço do *social*, em que cozinha, banheiros, corredores eram territórios sob poder dos coordenadores, mas tidos como “espaços de ninguém” porque não havia uma responsabilidade coletiva sobre tais. Dessa forma, quando o expediente dos coordenadores se finalizava às 18h, esses “espaços de ninguém” eram marcados por barulhos excessivos, desconsiderando que muitos estavam dormindo nos quartos. Segundo relata uma das abrigadas:

“Tô doida pra voltar pra casa, fica difícil, tô com criança no meio do tumulto (...)tem uns que não se respeitam, se tivesse cumplicidade com todo mundo...(...) Tô falando de barulho de quem saía do quarto arrastando chinelo [no corredor] , falava alto aqui, não respeitava as pessoas que estavam aqui dormindo” , afirma abrigada (distrito de Riograndina, município de Nova Friburgo/RJ).

Diante dessa dinâmica de administração autoritária do abrigo (cf. SIENA, 2009) durante o período da jornada de trabalho dos coordenadores e da

ausência de formulação de regras conjuntas entre abrigados e gestores, o período noturno era marcado por conflitos de outra ordem, não restritos às relações inter-familiares e intra-familiares, mas com outros agentes que começaram a comandar a lógica de convivência nesse espaço do *social*: a pedido dos coordenadores, a polícia militar foi chamada para regular o funcionamento do abrigo no período noturno, sem nenhuma consulta às famílias abrigadas que, além de sofrerem com o estigma de *desabrigados* passaram a ser enquadrados como *suspeitos*, *desordeiros* e *vagabundos*. Segundo o psicólogo e vice-coordenador do abrigo:

“a gente tentou requisitar e vem conseguindo um apoio da Polícia Militar né..e isso que tem...e à noite que, no começo, era o horário mais complicado né...porque **à noite os técnicos não ficavam aqui...a gente não ficava**. Então..gerenciar essa questão de .... abuso de televisão ..som.. gerenciar barulho...porque tem pessoas que estão alojadas aqui e acordam cedo pra trabalhar, então a coisa tem que ter uma certa ordem, e isso tava complicado. Com a polícia, **com a PM aqui dentro as coisas foram tomando um outro caminho, uma outra...eu nem diria uma outra ordenação..porque ordenação seria uma coisa mais consensual deles né...mas..quer dizer..tem uma força**, de alguma maneira, que **regula esse funcionamento e a forma deles se comportarem** na questão do respeito às individualidades...pelo menos nessa questão do barulho” (coordenador do abrigo em Nova Friburgo/RJ; grifo nosso).

As “leis” que passaram a governar o abrigo não foram as leis que regem cidadãos em liberdade, mas as que se assemelham àquelas que orientam os sistemas prisionais, pautados por um regimento que vigia, monitora, regula e pune. Os conflitos entre famílias deram lugar a um clima tenso e de pânico em decorrência do medo dos abrigados em relação às opressões, insultos e violências cometidos pelos Policiais Militares. Se, inicialmente, a assistente social e o psicólogo – como coordenadores dos abrigos – haviam solicitado os policiais militares para fazerem a segurança no abrigo, com o tempo, o abrigo passou a ser comandado – no período da noite – pelas forças policiais, que definiam o que era ordem. Segundo relatou a coordenadora do abrigo:

“Essa semana (...) teve um rapaz que cheirou todas, surtou e (...) causou um transtorno horrível. Porque ele teve que ir pra delegacia, depois pro hospital pra tomar uma injeção. Fizeram uma acusação a ele, que ele teria roubado a casa de uma mulher que tava aqui (...). Falou que ele teria roubado o dinheiro dela e ele diz que não foi ele. E aí ele cheirou todas e surtou, teve uma crise aqui dentro. Aí, depois foi lá pra fora e quebrou farmácia, aí a polícia veio, levou. Foi um carnaval. **E os policiais que vieram, sem a mínima habilidade, que aí, em vez de ajudar, piora**. E aí envolve outras pessoas. Até comigo mesmo, que **eu cheguei a enfrentar [a PM], eu dizia: ‘pelo amor de Deus, não bate, não precisa bater, tem que levar ele pro hospital, porque ele está surtado, ele precisa ir pro**



**hospital**'. Levava pro hospital, dava um sossega leão nele e ele vai sossegar. **Aí os policiais falavam: 'Ah, solta ele, que a mulher aqui tá cheia de peninha dele'.**(...) **E depois ainda falavam que quem 'tava defendendo ele também era vagabundo e vagabunda'**. Mandaram eu **'arrumar um tanque de roupa pra lavar'**. **Aí, quer dizer, o carnaval ficou formado**", afirma a coordenadora do abrigo (Nova Friburgo/RJ – Acervo Neped, 2007; grifo nosso).

Deixados na invisibilidade, o abrigo passou a se constituir como espaço de confinamento, controle, hostilização, violência e tortura, marcado por um universo de ilegalismos. No relato dos abrigados submetidos ao processo de vigilância pelo setor de inteligência da Polícia Militar, os chamados "P2", identificam-se os grupos vulneráveis submetidos a danos psicossociais irreparáveis, como as crianças e as mulheres. Os procedimentos da PM acabaram por colocar as famílias sob cárcere: não podiam sair do abrigo depois das 22h. Passaram a se sentir como prisioneiras, ao terem restringidas suas ações, atitudes e palavras diante do receio de cometer algum desacato, como também diante dos abusos de autoridade cometidos por eles: como realizar investigatórios – "que distância fica sua casa? Quantos quilômetros têm daqui à sua casa?"; fazer insinuações sobre a vida dos outros – "Será que sua filha foi mesmo buscar remédio ou namorar?"; fazer ameaças – "Cala a boca senão eu te mato"; fazer represálias, colocando todas para dentro e criando um clima tenso que deixa as pessoas com medo de irem ao banheiro à noite; como também causam as desordens – como conversar e fazer barulho à noite toda – que foram inicialmente solicitados pelos coordenadores para "combater":

"As crianças ficam acordadas até tarde, tem muito policiamento aqui que não há necessidade. Ficam agitando muito as pessoas, **porque não pode ir lá fora. Então, a gente tá aqui mais como prisioneiro. A gente tá se sentindo um prisioneiro**, pra buscar um remédio ontem **tive que implorar. Ainda não eram 9 horas**. Eu tive que implorar, assim mesmo minha filha foi e o guarda começou a ficar assim: **'ai, mas que distância fica sua casa? Quantos quilômetros têm daqui à sua casa'**. E eles foram me agitando mais ainda, aí comecei a ficar preocupada com minha filha. Ele ficava: **'será que sua filha foi mesmo buscar remédio ou namorar?'**. Entendeu?! Todo aquele abuso. Os 'P2' que ficam aqui dentro, uns 15, não deixam a gente dormir, **ficam conversando à noite toda. Eles vêm pra organizar e acaba desorganizando**, eu mesmo não dormi. Eles são bem abusados, mandam **'cala a boca senão eu te mato'**. **Eles chegam, colocam todo mundo dentro do quarto, até pra ir no banheiro, as pessoas ficam com medo**. Ahh [para as pessoas irem no banheiro de noite], quando eles estão aqui, como que as pessoas vão ao banheiro" (abrigada em Nova Friburgo/RJ – Acervo Neped, 2007; grifo nosso).

O abrigo configura-se, assim, como um espaço que confina um estado de exceção (cf. AGAMBEN, 2004) de modo permanente e marcado pela invisibilidade. O estado de exceção, segundo Agamben (2004), apresenta-se como uma zona incerta, uma terra de ninguém situada entre o direito público e o fato político e entre a ordem jurídica e a vida. Para o autor, ele “define um ‘estado da lei’ em que, de um lado, a norma está em vigor, mas não se aplica (não tem ‘força’) e em que, de outro lado, atos que não tem valor de lei adquirem sua ‘força’” (AGAMBEN, 2004, p.61), isto é, um espaço de anomia em que o que está em jogo é uma força-de-lei sem lei, em que “age uma violência sem nenhuma roupagem jurídica” (Idem, p.92). Nesse espaço vazio de direito, a própria distinção entre público e privado está desativada. Assim, na iminência de um risco ou circunstância de desastre, pessoas podem ser removidas à força dentro de suas casas (esfera privada) e, caso resistam, portarias podem ser emitidas autorizando a prisão de civis por obstrução ao serviço policial em resgate<sup>32</sup>. Encaminhadas aos abrigos, como espaço do *social*, entram numa zona de indistinção entre o que é público e o que é privado, estando proibidas de retornarem para suas casas e tendo de conviver num território forjado marcado por violações, violências simbólicas e físicas, que não ganham visibilidade na interpretação hegemônica sobre o desastre como um fenômeno pontual e considerado natural:

“agora a gente tá tendo uma dificuldade aí, uns problemas com os ‘P2’ (polícia especializada) que botaram aqui. **Porque eles não tão deixando a gente sair e nem entrar. A gente tá aqui mais como um prisioneiro aqui dentro. Não deixam [sair e entrar no abrigo] e a gente precisa vigiar nossas casas.** Pelo fato de a gente ter vindo pra cá tem muita gente se aproveitando da situação, onde tão roubando muitas casas aí. Então, a gente tá com seu problema agora de não tá podendo sair. Deu 10 horas [da noite] não deixam mais a gente sair” (abrigada em Nova Friburgo/RJ-Acervo Neped, 2007;grifo nosso).

“(...) eu só não to gostando mesmo é porque **aqui é um lar dos desabrigado, né? Mas tá vindo polícia aqui, tá parecendo que aqui ta virando presidio.** Porque tá vindo “P2” aqui ficando tomando conta de nós (...) É eles não tão deixando, dizem que 22 horas a gente não pode sair tomar um ar fora, sair, isso é uma coisa que eu acho mais errada é isso aí! **Porque eu acho que nós tamos aqui não é porque nós quer, né? Nós tamos aqui porque nós tamos precisando, agora polícia tomando conta de nós que eu acho que é errado, né?Porque nós não somos prisioneiros, nós não somos ladrão, não somos vagabundo,** nós só tamo aqui por causa de precisão mesmo, tá entendendo? (...) **não precisa**

<sup>32</sup> Como exemplo, temos a portaria nº816 de 25 de novembro de 2008, baixada pelo Comando-Geral da Polícia Militar de Santa Catarina e publicada no Diário Oficial nº18.947 do dia 26/11/2008, por ocasião do desastre ocorrido no Vale do Itajaí/SC.

**ter P2 pra esculachar o povo...**”(abrigado em Nova Friburgo/RJ – Acervo Neped, 2007; grifo nosso).

Mas o caso de Nova Friburgo/RJ não é o único que exemplifica esses espaços de exceção. No próximo item, abordaremos como a lógica de um município de médio porte da Região Sul também possui semelhanças com o caso enunciado de Nova Friburgo/RJ.

#### **5.4 Mais uma tragédia invisibilizada<sup>33</sup>**

Em Blumenau/SC, município de médio porte, foi analisado um abrigo temporário instalado na Escola de Educação Básica Dom Pedro II, em área urbana, no centro da cidade<sup>34</sup>. A pesquisa neste município foi feita no dia 24 de dezembro de 2008, no período da tarde. Enquanto nos telejornais da região eram mostradas cenas de solidariedade para com os desabrigados por meio da realização de almoços de Natal organizados por voluntários, a observação direta permitiu identificar e analisar alguns elementos da realidade do abrigo que não entram na composição do discurso midiático cuja enunciação se prima pela difusão de uma retomada da ordem frente à “tragédia causada pelas chuvas”.

Instalado em uma escola pública abandonada, logo à entrada do portão do abrigo havia um soldado do Exército controlando a entrada e saída de pessoas, isto é, o trânsito no abrigo, situação esta não encontrada no abrigo do distrito de riograndina em Nova Friburgo/RJ. Solicitamos a ele que chamasse a coordenadora do abrigo a fim de realizarmos uma entrevista com ela e com as famílias abrigadas. Ele nos levou até a coordenadora e logo presenciamos uma discussão entre esta e uma abrigada que veio a ter um ataque epilético e foi levada ao seu quarto, onde teve novos ataques. Assim que a deixamos lá, o seu marido afirmou que “poderíamos sair do quarto, que ele cuidaria dela”, e fechou a porta.

---

<sup>33</sup> As circunstâncias em que se desenvolveu a pesquisa no abrigo analisado em Blumenau não permitiu o registro da fotodocumentação. Essas circunstâncias poderão ser melhor explicitadas ao longo do texto.

<sup>34</sup> Na Pesquisa de Informações Básicas Municipais (FIBGE, 2006) não consta o ano da lei da criação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Blumenau, mas o Conselho Municipal de Defesa Civil passou a existir a partir do ano 2000. Segundo a Prefeitura Municipal de Blumenau (2009), foi criada uma Comissão Municipal de Defesa Civil em 1973, mas somente em 1989 foi criado um Departamento de Defesa Civil. No caso dessa pesquisa, não houve qualquer acompanhamento de algum representante da Prefeitura local até os abrigos temporários, uma vez que os registros da localização desses estavam disponíveis na plataforma eletrônica da Prefeitura.

No abrigo havia quarenta pessoas, sendo vinte adultos e vinte crianças. Havia estrutura para cada família ter um quarto, além de haver um quarto para todos os homens solteiros e um quarto para os militares do Exército que ficavam permanentemente no abrigo e se revezavam em turnos. Diferentemente de Nova Friburgo/RJ, em que havia a presença ilegal de policiais militares no comando do abrigo no período noturno, esse abrigo como espaço de exceção, possuía efetivo das Forças Armadas instalado permanentemente no abrigo. O comando do mesmo, no período diurno, era exercido por uma civil contratada temporariamente para esta atribuição.

A coordenadora em exercício no abrigo possuía vinte anos, sendo aluna do sexto semestre de biologia. Havia assinado contrato junto à Prefeitura de Blumenau como educadora social, e, inicialmente, foi escalada para dar apoio à coordenadora do abrigo. Segundo relatou a coordenadora em exercício, no dia 20 de dezembro havia ido ao abrigo, acompanhada de uma assistente social, a fim de conhecerem a coordenadora, que não pôde lhes atender. No dia 22 de dezembro, participou de uma reunião na Prefeitura de Blumenau, em que lhe foram passadas instruções sobre como ela poderia dar apoio e, caso não fosse apoio, isto é, caso a coordenadora não estivesse mais no abrigo, ela seria a própria coordenadora. No dia 23 de dezembro, quando chegou ao abrigo, a coordenadora não estava, não se sabia se ela havia abandonado o abrigo, viajado ou entrado em “férias”. Assim, acabou assumindo o abrigo, numa nova “improvisação” um mês após a instalação dele, sem haver qualquer transição, explicitação de como estava funcionando o abrigo, das regras que ali existiam na partilha dos lugares, da utilização de espaços em comum, da divisão de tarefas, da quantidade de famílias ali presentes, das necessidades diferenciadas que determinados grupos poderiam ter. Segundo relatou a coordenadora em exercício:

“Porque ela [antiga coordenadora] foi viajar ou deram férias, não sei ao certo, mas ela saiu. Eu vim no sábado aqui pra ajudar, que ia ter uma vaga pra educadora, alguma coisa assim. Então eu vim no sábado acompanhada de uma assistente social, aí como tinham muitas coisas pra fazer, a coordenadora tava ocupada, não tinha tempo. No domingo, eu vim das 8h às 12h pra dar um auxílio, e por isso vim sozinha e segunda-feira tinha reunião na prefeitura, onde passaram as instruções para eu dar apoio, e se não fosse apoio, eu estaria sendo a própria coordenadora, e aí fiquei vendo a papelada, tudo coisa assim, aí na terça quando eu cheguei, como não tinha ninguém eu já fui como coordenadora”, relata coordenadora do abrigo Dom Pedro II.

A organização dos abrigos temporários pauta-se pelo imprevisto e indiferença porque o abrigo é um território forjado que reafirma a lógica precedente ao impacto das chuvas, de gestão estratégica dos “pobres”, vinculando o tratamento do Estado pela lógica de classe social, e não por outro patamar de superação (cf. IVO, 2008). Assim, quando o abrigo é para os “pobres”, não se trata de prover condições mínimas, porque isso assume não a conotação de direitos, mas de regalias, de proveitos que os pobres usufruem em épocas de solidariedade. A assistência social, por exemplo, não permanece nos abrigos e não os utiliza como um local para oportunizar outro patamar de cidadania, de articulação de diferentes demandas – como saúde, trabalho, moradia etc. – que poderiam promover uma outra condição para superação de vulnerabilidades que independem das chuvas. Dito de outro modo, o abrigo reafirma o caráter dos supérfluos da sociedade, que tira da cena pública os resíduos do progresso, as classes consideradas perigosas, ele confina uma desigualdade que foi naturalizada. Mas se torna, a partir disso, uma ocasião em que os conflitos e problemas da esfera privada vêm à tona numa rotina pública, e na qual os agentes do Estado – como psicólogos, assistentes sociais, agentes de defesa civil – querem se esquivar e delegar a administração desses conflitos à iniciativa do voluntariado ou de pessoas contratadas para este fim, como jovens educadoras sociais:

“(...) na prefeitura passaram o que era pra gente estar fazendo, aí a assistente social dá uma atenção, depois vem um psicólogo, até hoje fizemos uma reunião pra passar algumas coisas pra, vamos supor, certos desabrigados que estão aqui e já tem uma história em outros projetos do órgão público e já tem uma série de informações de conhecimentos que ele [psicólogo] já tinha dessas pessoas, por exemplo, questão de entorpecentes, quem tem problema com isso ou não, quem tem problema de violência...”, relata a coordenadora.

A intervenção pontual da especialidade técnica de psicólogos, por exemplo, associada à experiência que estes detêm sobre a vida dos *pobres* que se tornam *abrigados*, assume uma forma de controle sobre eles, uma forma do poder de administrá-los, que acaba tensionando a convivência diária entre a coordenadora e os abrigados, uma vez que esta autoridade científica externa à figuração ali engendradora passa a fornecer diagnósticos sobre o que aqueles abrigados realmente são, suas “patologias”, “desvios” etc. Contudo, diferentemente da esfera privada, onde se pode manipular a fixação destes rótulos e estigmas e controlar as

interações com a vida pública, num abrigo se está sendo constantemente vigiado e os outros podem dizer e definir quem você realmente é.

O abrigo da escola Dom Pedro II reuniu várias pessoas que ficaram desabrigadas em bairros diferentes e a maioria delas não se conhecia. Segundo relatou a coordenadora em exercício, ali havia pessoas com passagem pela polícia, razão pela qual assistentes sociais, psicólogos, agentes de defesa civil e outros educadores sociais contratados não queriam trabalhar nesse abrigo. A convivência no abrigo estava transcorrendo bem, segundo a coordenadora, mas, a partir do momento em que o psicólogo apareceu para fazer uma “visita” e as famílias abrigadas a presenciaram conversando com ele, a convivência no abrigo mudou, como se os abrigados estivessem se sentindo ameaçados:

“É que é assim, o psicólogo que chegou aqui hoje trabalha na prefeitura há quatro anos, então ele trabalha em vários projetos e então muitos rostos aqui, ele já conhece. Pra mim aqui é todo mundo novo. Então ele chegou, veio ver o pessoal e teve uma reunião eu e ele. (...) e até hoje meio dia tava dando tudo certo, daí a partir do momento que o psicólogo conhece as famílias, eles [abrigados] viram eu conversando com ele em particular, que ele falou pra mim: ‘se der qualquer coisa, diz que fui eu que falei’, porque eles não vão tirar satisfação, porque eles já conhecem ele de outros carnavais... Desde que me viram conversando, está começando a mudar as coisas, porque eles imaginam que eu já deva estar sabendo das histórias de cada um...”, relatou a coordenadora.

Segundo a coordenadora, o abrigo estava dividido em dois grandes grupos, devido, em parte, ao modo como a coordenadora anterior havia administrando o abrigo, “por meio de um apadrinhamento”, isto é, de acordo com satisfações pessoais que ia criando com alguns e antipatia em relação a outros. Segundo a atual coordenadora, a anterior fez do abrigo “a casa dela”, enquanto, na verdade, “aquilo deveria ser um trabalho” – conflitos entre coordenadoras que explicitam o caráter híbrido que o abrigo como espaço do *social* encerra. A antiga coordenadora, no seu entender, havia dado muita liberdade para um dos abrigados – como, por exemplo, a chave da despensa onde estavam as doações – e este estava querendo assumir a liderança no abrigo. Vez por outra, a antiga coordenadora, retornava ao abrigo, querendo dar ordem o que, segundo a atual, era inaceitável, uma vez que as coisas tinham mudado. Assim, aquele abrigo era uma área sob diferentes relações de poder entre: a antiga coordenadora, que concebia o abrigo como uma “casa dela”, e a atual coordenadora – para quem o abrigo era um local de trabalho; entre coordenadora e militares de um lado, e abrigados de outro;

e, entre os dois grupos de abrigados, que disputavam o controle do abrigo diante do vácuo de autoridade deixado pela antiga coordenadora e a recente inserção da atual:

“a antiga coordenação tinha uma espécie de apadrinhamento, e como acabava tendo uma ligação, a coordenadora antiga não soube separar o que é amizade, o que é trabalho, até porque ela estava morando aqui, ela fez disso aqui a casa dela. E pra mim isso aqui é trabalho. Então se dividiu em dois grandes grupos, o que aconteceu hoje de manhã, foi que dois senhores queriam conversar comigo em particular que esse moço que está, da mesma forma ajudando e atrapalhando em alguns pontos, ele quis impor sua presença na conversa, e eles não queriam, e é direito deles, então eles pediram que ele se afastasse. Mal acabou a conversa, ele assim: ‘o que que foi que aconteceu?’. Não é da conta dele. (...) Porque assim, ele continua ligado a antiga coordenadora que apareceu ontem e quis dar ordem e inclusive sem autoridade... Como se nada tivesse mudado”, relata a atual coordenadora.

A atual coordenadora alegava não ter apoio da Prefeitura para minimizar os conflitos havidos ali no abrigo, e tentava recuperar a “ordem” nele aos poucos, solicitando, por exemplo, as chaves da despensa, da cozinha e de outras instalações, as quais a antiga coordenadora havia deixado sob os cuidados de um dos abrigados, que acabava entrando em conflito com a atual coordenadora e procurava retirar a legitimidade desta perante todos, afirmando, por exemplo, que ligaria para a assistente social e explicaria o que estava acontecendo ali. Dito de outro modo, o Estado vai se ausentando paulatinamente, deslocando os conflitos que são entre ele e os cidadãos, e que passam a ser entre funcionários contratados para serviços temporários e abrigados, entre voluntários e abrigados, porque estes deslocamentos propiciam o esvaziamento do sentido político de ter a quem reivindicar direitos. E, diante desses conflitos emergidos entre funcionários temporários e abrigados, entre voluntários e abrigados, quem será o árbitro dessas relações?

Entre esses conflitos, por exemplo, inserem-se aqueles atinentes à esfera privada como brigas de casais. Entretanto, o abrigo é um local público, mas que, ao mesmo tempo, pode prover uma sala de aula que se transforma precariamente em algo privado. Se na antiga casa já havia brigas entre os casais envolvendo casos de violência doméstica e no abrigo isso passa a ocorrer, como se deve proceder? A coordenadora do abrigo Escola Pedro II, relatou que havia brigas de casais e ela procurava intervir batendo na porta e pedindo licença, mas, ao mesmo tempo, outros abrigados chegavam para tirar satisfação com o marido da

mulher violentada, o que acabou gerando brigas entre os homens. A coordenadora, então, chamou os militares do Exército que estavam no abrigo para intervirem sobre os conflitos civis, o que explicita a força de lei que rege o estado de exceção.

As brigas entre abrigados e a atual coordenadora também existiam, sobretudo em razão das novas regras que ela queria que fossem adotadas como, por exemplo, a quem caberia o controle das chaves das instalações no abrigo. As refeições eram preparadas por dois professores da Prefeitura que tinham vendido dez dias de suas férias para trabalhar naquele abrigo. Porém, o controle da despensa havia sido dado, pela antiga coordenadora, a um grupo de abrigados, que acabavam tendo controle sobre algumas doações enquanto outros não podiam ter acesso:

“veio uma caixa de doação com vários produtos de empresa, vários chocolates de empresas renomadas, e eu não tinha ficado sabendo e hoje que o pessoal da cozinha falou pra mim: ‘escuta, sumiu as coisas de marca’. Então assim, porque eles têm essa chance de ter e os outros não? É pra um é pra todos. Então eu já to com a chave, e vou fechar, é uma briga que eu vou comprar. Eu não sei como é que eu vou fazer isso, mas eu vou fechar a cozinha, porque estão sumindo coisas”, relatou a coordenadora.

Quando a atual coordenadora resolveu transferir o controle da despensa para os militares do Exército, as famílias que controlavam a despensa não os deixavam entrar na cozinha por alegarem que eles iriam roubar as doações, balizando seus argumentos nas imagens veiculadas do roubo de doações feito por civis e militares na Central de Doações, no Parque Vila Germânica, em Blumenau.

Segundo a coordenadora, muitos voluntários que apareciam ali no abrigo para “ajudar”, acabavam se aproveitando da situação e, diante do montante de doações enviado, acabaram pedindo coisas, como produtos de higiene, chocolates e outros produtos de melhor qualidade. Com o passar do tempo, os voluntários iam diminuindo cada vez mais. Assim, a coordenadora foi autorizada a contratar oito pessoas para realizar serviços no abrigo. Como modo de ajudar as próprias pessoas ali abrigadas para terem uma fonte de renda, pois muitas vezes elas não tinham emprego ou perderam-no, ela decidiu contratá-las. Porém, como acabou de chegar, não sabe quem contratar, uma vez que suas escolhas podem gerar novos conflitos no abrigo. Mas a contratação é necessária, uma vez que diante da ausência de uma partilha comum de regras de convivência – muito anterior à sua chegada no abrigo –, o abrigo, segundo ela, parece por vezes um “hotel”, porque



não são todos que lavam suas louças, que se dispõem a lavar os locais de uso coletivo como banheiros, o que acaba sobrecarregando outros e gerando conflitos, numa lógica semelhante àquela verificada no abrigo do distrito de riograndina, em Nova Friburgo/RJ.

Enquanto estava sendo realizada a entrevista junto à coordenadora do abrigo, um rapaz, filho da mulher que havia tido convulsão logo que adentramos no abrigo, começou a discutir com a coordenadora sobre o porquê ela havia brigado com sua mãe, a qual, segundo a coordenadora, estava tentando bater em crianças que não eram suas. O rapaz, por sua vez, alegava que a criança era irmão dele, e que “os pais estavam ali para cuidar dos seus próprios filhos”, isto é, havia um conflito pela delimitação do que deveria ser considerado como esfera privada e espaço do social, de gestão. A discussão foi se acentuando cada vez mais até que a coordenadora foi chamar o sargento do Exército para intervir e o rapaz se retirou. O Sargento se aproximou e relatou que havia um descaso do poder público de Blumenau em relação aos abrigos temporários. Relatou que houve casos de tráfico de drogas dentro dos abrigos organizados no município e que na mídia tudo é difundido como se estivesse uma “maravilha”. Naquele abrigo, por exemplo, embora o município estivesse em Estado de Calamidade Pública, havia dois “detentos que tinham recebido indulto de Natal”, o que explicita como o estado de exceção é uma zona de indeterminação.

Quando o Sargento se retirou ao seu quarto, o abrigado que estava discutindo com a coordenadora retornou novamente e afirmou que ligaria para a assistente social contando o que havia acontecido ali e começou a ameaçar em voz alta a coordenadora, em meio a todos os outros abrigados. O Sargento afastou o rapaz, que se retirou para o seu quarto, enquanto a coordenadora chorava.

Frente a este silenciamento do abrigo como espaço de exceção e à naturalização do mesmo dentro do retorno paulatino da composição da cidade, a indiferença social vai delineando os traços desta desterritorialização extrema à medida que o abrigo se torna vazio de sentido frente ao retorno dos que fazem parte da vida pública, que definem a superação do desastre. As instalações vão sendo recuperadas, as pontes reconstruídas e os escombros removidos, e o multiterritório da escola-abrigo só é assim compreendido se visualizado desde dentro porque a sua aparência é de uma escola ali num dos bairros da cidade, longe do fluxo intenso dos carros, da vida dos cidadãos, dos fiéis que até então exerciam ações voluntárias

nos salões paroquiais utilizados como abrigos. Nessa distância social que paulatinamente vai se instaurando conforme diminuem os números de abrigados e de abrigos ao olhar de todos e há uma recolocação espacial destes nas bordas da cidade, vão se selecionando quem serão os próximos a serem descartados, os supérfluos, a quem não cabe mais integrar por meio do trabalho e da moradia, mas que se constituem como “gastos sociais” em situações de emergência ou estado de calamidade pública.

A não-presença da Assistência Social nos abrigos vai denotando como há um esvaziamento paulatino da visibilidade dos conflitos e da possibilidade de reivindicação por parte dos cidadãos junto ao Estado, à medida que as ações de assistência social são delegadas à filantropia. A Assistência Social passa a ser cada vez mais um lócus de ações focalizadas centradas em medidas de assistência financeira para os pobres em detrimento de uma vinculação em que o cidadão possa ter sua demanda apresentada junto à ela, ou seja, de vocalização de demandas.

E enquanto isto, estes extermínios paulatinos, cujos dramas não compõem a cena pública da cidade que se refez, vão se perfazendo continuamente na reprodução cotidiana da coletivização das rotinas no abrigo, que retira a humanidade da família como construção social, definindo a dimensão simbólico-cultural da desterritorialização da casa. Vai se atualizando um novo *habitus* pela lógica de reprodução das rotinas, sempre coletivas e em espaços coletivos, junto de todos e longe de tudo o que até então o fez. Não há esfera privada para se ter família, porque o abrigo, como espaço do *social*, reafirma o que se passou a ser: um desabrigado. Esta destituição retira-lhe não só a casa, a cidadania, a dignidade humana, ele é um “pobre sem moradia”. Retira-lhe a sua humanidade que era reafirmada junto aos seus em sua casa, mas também para si próprio.

O viver “sob pressão” é uma característica recorrente nos abrigos temporários, e há um sofrimento social que não ganha visibilidade como tal, mas que é reforçado pelas práticas de controle sobre os abrigados. Aquilo que é direcionado para os abrigados é tomado como benefício. Mas, dentro dessa lógica, há também uma compressão da definição do que deve ser este benefício ao restringir as necessidades que o abrigo deve atender às ações de alimentação, repouso, higiene etc. Dito de outro modo, se os abrigados estão sendo bem alimentados, se eles possuem um colchão para dormir, se estão tomando banho, se estão colaborando

na limpeza, então não há problema na gestão do abrigo, tudo está *em ordem*. O como estas rotinas são definidas não entra em discussão.

Emudecidas no termo técnico *desabrigados*, que retira a humanidade das vítimas, subjazem perdas que se acumulam pela indiferença e invisibilidade das tragédias singulares que não são categorizadas nos relatórios epidemiológicos, os quais, por exemplo, centram-se mais nos vetores de doenças ou nas condições que a propiciam do que propriamente no humano. A condição humana é cada vez mais tratada sob os auspícios da técnica, cada especialidade empreendendo sua intervenção segmentada: agentes de defesa civil removem os corpos vivos da área de risco; militares realizam socorro de sobreviventes e vigiam civis; autoridades de saúde cuidam da propagação de epidemias; assistência social cuida do cadastro de desabrigados e das doações; corpos de bombeiros ajudam na remoção dos escombros; o Instituto Médico Legal cuida da identificação dos mortos. Mas, e quem cuida da humanidade dos vivos?

Autoridades governamentais para lidar com o sofrimento humano não existiam nos abrigos temporários analisados, e o conjunto de tragédias singulares silenciadas pelo Estado permitia compor aquele sofrimento social como a continuidade do desastre. As doações em alimentos permitiram que as pessoas se mantivessem vivas, mas como disse um dos abrigados: “o problema é reconstruir a alma”. Há uma visão normalizadora da mídia e de frações municipais e estaduais de Defesa Civil na produção simbólica do “desastre pontual” e de retorno à “normalidade” cuja composição é feita pela seleção de testemunhos para produzir um entendimento do desastre. Mas este, como realidade multidimensional, persiste sendo vivenciado mesmo que as vítimas não tenham o poder de enunciá-lo, de revelar uma realidade que é seqüestrada, a realidade que estão num extermínio paulatino.

## 6

**CONCLUSÕES**

Arendt (2005), em *A Condição Humana*, propôs, no contexto da década de 1950, a reconsideração da condição humana à luz das experiências e dos temores que estavam sendo vivenciados naquela época, propondo, a partir disso, refletir “sobre o que estamos fazendo” (ARENDR, 2005, p.13). Na primeira década deste século, defrontamo-nos com um contexto marcado por uma vulnerabilidade cada vez mais crescente e por uma intensificação dos eventos extremos relacionados às Mudanças Climáticas, conjugação que tende a acentuar a vivência de desastres e de efetivações de estados de exceção, tornando-os a regra.

Os desastres podem ser concebidos como laboratórios sociológicos (cf. BAUMAN, 1998) a partir dos quais se pode analisar um conjunto de processos nos quais estão subjacentes produções simbólicas engendradas pela disputa entre agentes pelo monopólio da visão oficial (cf. BOURDIEU, 2004). Os meios de comunicação adquiriram centralidade na conformação da realidade, a qual passa a ser produzida mediante a seleção e utilização de imagens, disseminação de idéias, julgamentos, pontos de vista, impressões, testemunhos editados. Tais composições criam vínculos, induzem sentimentos, elaboram sequências sobre o desenrolar dos acontecimentos, esquadrinham enredos, elegem focos, faces e cenários, reúnem fragmentos e compõem histórias. Tais composições não são aleatórias, mas se perfazem pelos jogos de poder, marcados por nomeações do que se constitui como ordem e desordem, por decisões sobre ao que deve ser dado visibilidade ou invisibilidade, uma vez que a visibilidade é o que confere a realidade do mundo (cf. ARENDR, 2005).

Os abrigos temporários são espaços deixados na invisibilidade. Organizados pelos órgãos públicos em locais adaptados que possuem outro uso social, como escolas públicas destinadas a práticas educativas, são utilizados sob a alegação de que o problema é provisório. Todavia, a demora no processo de reconstrução vem a contestar esta justificativa, tornando-se o abrigo um território precário e permanente do morar, um espaço de exceção que não é revelado como tal. Podemos, dessa forma, considerar o abrigo como um local de desterritorialização extrema (cf. HAESBAERT, 2004): ocorre a perda do território da casa para a construção da realidade social da família; a rotina no abrigo passa a ser controlada

pelo gestor público; a convivência pública entre famílias é exacerbada e gera conflitos contínuos no interior delas e entre elas; há incerteza quanto ao processo de reconstrução das casas, em razão da falta de informação ou o conflito de informações por parte dos órgãos públicos; prepondera a ameaça de “despejo”, em razão da reivindicação social pelo uso original a que a infra-estrutura que serve de abrigo cumpria.

Tais dimensões da desterritorialização caracterizam algumas dimensões do desabrigo daqueles que socialmente passam a não se constituir mais por categorias como família, cidadãos, moradores, mas sim como “desabrigados”, os “novos inúteis”. Dito de outro modo, o desabrigado perde o chão, o local da cidade que lhe é cabível o qual, em geral, teve de ocupar e resistir durante um tempo para lhe servir de direito, isto é, perde a dimensão política associada ao território. Mas também é desterritorializado do ponto de vista simbólico: perde a casa e a trajetória de luta que, em geral, envolve a sua construção; perde o passado, o presente e o futuro que o projeto familiar incorporou na casa e nos objetos que compõem a esfera privada (cf. BACHELARD, 1993). Está sujeito a perder o próprio exercício da família e os papéis à ela associados, tendo em vista que esta é uma construção social que se fundamenta a partir da esfera privada.

À trajetória de destituição anterior ao abrigo se soma a perda da casa e da possibilidade de controle de situações e interações que ela encerra como, por exemplo, não ter que se expor ao público para realizar as ações que dizem respeito ao grupo familiar e ao indivíduo. Se a privacidade é definida como a possibilidade de controlar o acesso de outros a si, a vivência no abrigo imprime um controle do próprio corpo para o acesso dos outros. Não se faz o que se quer, mas o que se deve. A desterritorialização também se imprime no corpo, na perda de controle sobre si para com os outros, na impossibilidade de reclusão, de liberdade de ficar sozinho sem questionamento ou eventual diagnóstico do que se possa estar sentindo. Há uma impossibilidade de poder manipular situações para não revelar estigmas. Há uma supressão do ser.

Se, no início, o abrigo temporário adquire a conotação de área segura frente às ameaças de deslizamento, inundações, enchentes – recebendo, portanto, pessoas de uma área de risco –, num segundo momento, com a aglomeração das mesmas no abrigo, este passa a ser representado pelos órgãos públicos como locais de riscos associados a epidemias, contaminação, violência, desordem, razão pela

qual, por vezes, tem-se o emprego de forças militares no controle da rotina dos abrigos, causando violações e opressões que não ganham visibilidade. Num terceiro momento, com a interrupção das chuvas e a recuperação dos *civitas*, a pouca cobertura dos meios de comunicação, o esfacelamento da comoção social em relação aos desabrigados e a desassistência social, o abrigo passa a ser exterminado da cena pública, ficando à própria sorte, à deriva. Uma deriva que consubstancia um sofrimento social que é invisibilizado.

A forma como se dá a vivência no abrigo não permite a vocalização das tragédias, nem a tentativa de amenizá-las, mas, pelo contrário, como todos estão sofrendo não há porque discutir as experiências singulares de cada qual, porque o abrigo é um espaço de gestão de necessidades, um espaço do *social*. Assim, a classificação *desabrigados* limita a compreensão do sofrimento humano ao caracterizá-lo pela destituição que este possui em relação ao mercado, isto é, a casa. É uma categoria técnica que forja um tipo de vínculo para instituir um determinado padrão de relação, eximindo determinados conflitos morais que outras categorias poderiam engendrar como, por exemplo, “cidadãos”, “seres humanos”. Tal nomeação que o Estado imputa acaba por tentar justificar os procedimentos que venha a realizar numa situação de emergência ou estado de calamidade pública – formas travestidas de um estado de exceção –, pois tal classificação esvazia a compreensão como direitos e transpõe para o plano de necessidades, as quais podem ser tecnicamente planejadas e permitem a composição de um mecanismo solução-problema capaz de definir o que se constitui como ordem (cf. DOMBROWSKY, 1998).

Se o abrigo temporário pode ser considerado como um prolongamento do desastre (cf. SIENA, 2009), a forma como se opera essa lógica nos municípios de pequeno e médio porte revela que a natureza do desastre tem dimensões políticas distintas no modo como a gestão dos abrigos temporários é realizada, no modo como se opera a relação entre desabrigados e Estado. Em municípios de pequeno porte, a lógica de vivência nos abrigos é pautada por estratégias comunitárias de gestão dos abrigos, mas também por parâmetros técnicos que tendem a impingir uma rotina orientada para o funcionamento do abrigo e não propriamente para as demandas das famílias. Em municípios de médio porte, o que tem pautado a lógica de gestão dos abrigos temporários é a utilização de parâmetros técnicos combinada com a utilização coercitiva ou de forças policiais militares ou de forças armadas,

pautando-se por procedimentos que tendem a fazer do abrigo uma espécie de instituição prisional, pois o *social* é um campo fértil no qual a violência pode se transformar no modo privilegiado de se fazer a convivência com os outros.

Paulatinamente vão se constituindo, no contexto brasileiro, *campos de desabrigados*, catástrofes que vão sendo tecidas “pelo discurso que não revela o que é, mas o varre para sob o tapete, sem exortações, morais ou não, que, sob o pretexto de sustentar antigas verdades, degradam toda a verdade a uma trivialidade sem sentido” (ARENDR, 1987, p.8), o discurso de que o desastre é algo natural e não-político. Desse modo, a desigualdade estruturalmente dada não é concebida como um desastre, tampouco as condições de pobreza. E assim, a cada ano, avolumam-se os que são desterritorializados, mas a comoção, a dor e a compaixão que lhes são dirigidas a partir da aparição na mídia no momento do impacto das chuvas tendem “à mudez e, embora possam produzir sons, não produzem fala e, certamente, tampouco diálogo” (ARENDR, 1987, p.23), isto é, reafirmam a vivência em *tempos sombrios*.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Justiça ambiental e construção social do risco. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, 2002, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2002. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT\\_MA\\_ST5\\_Acselrad\\_texto.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MA_ST5_Acselrad_texto.pdf)>. Acesso em: 01 jul. 2008.

\_\_\_\_\_. Vulnerabilidade Ambiental, processos e relações. **Comunicação ao II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais**, FIBGE, Rio de Janeiro, 2006a.

\_\_\_\_\_. As cidades e as apropriações sociais das mudanças climáticas. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 77-106, 2006b.

ADORNO, T. W. & HORKHEIMER, M. “ A Indústria Cultural: O Esclarecimento como mistificação das massas”. In:\_\_\_\_\_.**Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 1985.p.113-156.

ADORNO, T. W. “A Indústria Cultural”. In: COHN, Gabriel. **Theodor W. Adorno: sociologia**. São Paulo: Ática, 1986. p. 92-99.

AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGÊNCIA FOLHA. **Chuvas matam mais dois em Minas Gerais**. Jornal Folha de S.Paulo. São Paulo, terça-feira, 19 de dezembro de 2006. Disponível em:<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1912200620.htm>. Acesso em: 10 jan. 2009.

AGÊNCIA FOLHA. **Governo libera R\$ 135 mi para AM após chuva**. Jornal Folha de S.Paulo. São Paulo, quarta-feira, 18 de abril de 2007. Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1804200724.htm>>. Acesso em: 08 jan. 2009.

AGÊNCIA FOLHA. Homem é resgatado, foge do abrigo, volta para casa e é retirado pela 2ª vez. Jornal Folha de São Paulo. 29 nov. 2008a. Disponível em:<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2911200802.htm>. Acesso em: 10 out. 2009.

AGÊNCIA FOLHA. Casal de idosos volta para casa e morre soterrado em SC. Jornal Folha de São Paulo. 09 dez. 2008b. Disponível em:<



<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0912200823.htm>>. Acesso em: 10 out. 2008.

ALMEIDA, A. W. B. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Vol 6. nº1/ maio 2004. p. 9 – 32.

ALVES, H.P.F.; TORRES, H.G. Vulnerabilidade socioambiental na cidade de São Paulo: uma análise de famílias e domicílios em situação de pobreza e risco ambiental. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: Fundação Seade, v.20, n.1, p.44-60, jan/mar 2006. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>; <<http://www.scielo.br>>.

ARENDT, H. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. As perplexidades dos direitos do homem. In:\_\_\_\_\_. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.324-336.

\_\_\_\_\_. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BAUMAN, Z. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

\_\_\_\_\_. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BECK, U. A Reinvenção da Política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S (Org's). **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. p.11-71.

BECKER, H. S. Observação social e estudos de caso sociais. In: \_\_\_\_\_. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1997, p.117-133.

BEDINELLI, T.; IZIDORO, A. Doações aumentam, e SC precisa agora de mais voluntários. *Jornal Folha de São Paulo*. 03 dez. 2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0312200816.htm>. Acesso em : 10 out. 2009.

BENJAMIM, W. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: \_\_\_\_\_ . **Obras escolhidas**. 5 ed. Sao Paulo: Brasiliense, 1994. v.1. p.165-196.

BORGES, E.E.T. **Proposta de uma Coletânea para Sistematização dos Procedimentos Básicos do Coordenador Regional de Defesa Civil**. Polícia Militar do Estado de São Paulo. Curso Superior de Polícia. São Paulo: Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores, 2000. Disponível em: <<http://www.defesacivil.sp.gov.br/documentos/monografia-cel-eclair.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2007.

BOURDIEU, P. **Lições de aula**. São Paulo: Ática, 1988. Série Temas. Vol. 8. p.3-63.

\_\_\_\_\_. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus Editora, 1996.

\_\_\_\_\_. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1997.

\_\_\_\_\_. **Meditações Pascalinas**. Trad. Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

\_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. 7ªed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil: 2004a.

\_\_\_\_\_. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004b.

\_\_\_\_\_. **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. Porto Alegre: Zouk, 2006.

\_\_\_\_\_. Ao leitor. In: \_\_\_\_\_. **A miséria do mundo**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007a.p.9-10.

\_\_\_\_\_. Compreender. In: \_\_\_\_\_. **A miséria do mundo**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007b.p.693-732.

BOURDIEU, P. et al. **O ofício de sociólogo**: metodologia de pesquisa na sociologia. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRAGA, T.M.; OLIVEIRA, E.L.; GIVISIEZ, G.H.N. Avaliação de metodologias de mensuração de risco e vulnerabilidade social a desastres naturais associados à mudança climática. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: Fundação Seade, v. 20, n. 1, p. 81-95, jan./mar. 2006. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>; <<http://www.scielo.br>>.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991. 3. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Política Nacional de Defesa Civil**. Brasília: SEDEC, 2000.

\_\_\_\_\_. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Conferência geral sobre desastres**: para prefeitos, dirigentes de instituições públicas e privadas e líderes comunitários. Brasília: MI., 2002.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: MDS, 2004a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Integração Nacional. Comitê Gestor das Ações Federais de Emergência. **Relatório Sala de Situação – Enchentes 2004**. Brasília: SEDEC, 2004b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Plano de Contingência de Vigilância em Saúde frente a inundações**. Brasília: MS, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Curso de Formação de Orientadores em Defesa Civil** (modalidade à distância). Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.defesacivil.gov.br/capacitacao/reducaodesastres/curso/unidade1.asp>>. Acesso em: 13 dez. 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Departamento de Minimização de Desastres. **Política Pública de Prevenção e Resposta aos Desastres: as ações da SEDEC de 2003 a 2006.** Relatório de Atividades. Brasília: SEDEC, 2007a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Defesa Civil Nacional registrou 730 desastres naturais este ano.** 2007b. Disponível em: <<http://www.defesacivil.gov.br/noticias/noticia.asp?id=2794>>. Acesso em: 29 abr. 2008a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Programa Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental dos Riscos decorrentes de Desastres Naturais.** Brasília: MS, 2007c.

\_\_\_\_\_. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Histórico. Defesa Civil no Brasil. **Retrospectiva Histórica da Evolução da Defesa Civil no Brasil.** 2008. Acesso em: 12 dez. 2008.

BRITO, I.C.B. Comunidade, território e complexo industrial florestal: o caso de vereda funda, norte de Minas Gerais. In: 30<sup>o</sup> Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2006, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2006. 31p.

BRUSCHINI, C. Uma Abordagem Sociológica de Família. **Revista Brasileira de Estudos de População.** São Paulo, v. 6, n.1, p. 1-23, jan./jun. 1989.

BRUSEKE, F. Risco Social, risco ambiental, risco individual. **Ambiente & Sociedade,** Campinas, v. 1, n. 1, p. 117-133, 1997.

BULLARD, R. Varridos pelo furacão Katrina: reconstruindo uma “nova” Nova Orleans usando o quadro teórico da justiça ambiental. In: HERCULANO, S.; PACHECO, T. (orgs.). **Racismo Ambiental.** Rio de Janeiro: Fase, 2006. p.126-147.

CARDOSO, A. L. Risco urbano e moradia: a construção social do risco em uma favela do Rio de Janeiro. **Cadernos IPPUR,** Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 27-48, 2006.

CARVALHO, M.C.B. A priorização da família na agenda da política social. In: **Família brasileira: a base de tudo.** Silvio Manoug Kaloustian (Org.). 7<sup>a</sup>ed. São Paulo: Cortez; Brasília:Unicef, 2005. p.93-130.

CARVALHO, B. Rodízio de aulas. **Jornal Hoje**, 17 mar. 2006. Disponível em: <<http://jornalhoje.globo.com/JHoje/0,19125,VJS0-3076-20060317155895,00.html>>. Acesso em: 21 mar. 2006.

CASTRO, A. L. C.. **Segurança Global da População**. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Brasília, SEDEC, 1997. 2ª Ed.38p.

\_\_\_\_\_. **Manual de Planejamento em Defesa Civil**. Brasília: SEDEC/MI, 1999a.v.1.

\_\_\_\_\_. **Manual de Planejamento em Defesa Civil**. Brasília: SEDEC, 1999b.v.2.

CERUTTI, D.F.. **Análise dos Danos Humanos Decorrentes de Desastres Associados a Chuvas, Ventos, Granizo e Escorregamentos, no Brasil, 2003-2007**. In: Curso Internacional sobre Saúde, Desastres e Desenvolvimento. Brasília, 2008.

COSTA, S. Quase Crítica: insuficiências da sociologia da modernização reflexiva. **Tempo Social**, v. 16, n. 2, p. 73-100, 2004.

COLÔMBIA. DIRECCIÓN GENERAL PARA LA PREVENCIÓN Y ATENCIÓN DE DESASTRES DA COLÔMBIA. **Bases para la Implantación de un Protocolo de Atención de Carácter Psicosocial y Emocional a Grupos de Población Afectados por Desastres**. Bogotá: DGPAD, 2002.36p. Disponível em:<[www.dgpad.gov.co/](http://www.dgpad.gov.co/). Acesso em: 18 abr. 2007.

CONTAS ABERTAS. Chuvas: governo gastou apenas 21% com prevenção a desastres em 2009. 05 jan. 2010a. Disponível em: <http://contasabertas.uol.com.br/WebSite/Noticias/DetalheNoticias.aspx?Id=2948> . Acesso em: 10 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. Metade dos recursos de prevenção a desastres foi para a Bahia. 06 jan. 2010b. Disponível em: <http://contasabertas.uol.com.br/WebSite/Noticias/DetalheNoticias.aspx?Id=2949>. Acesso em: 10 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. Prevenção a desastres teve R\$ 91 milhões bloqueados em 2009. 07 jan. 2010c. Disponível em: <http://contasabertas.uol.com.br/WebSite/Noticias/DetalheNoticias.aspx?Id=2950>. Acesso em: 10 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. Verba de prevenção a desastres cai pela metade em 2010. 08 jan. 2010d. Disponível em: <http://contasabertas.uol.com.br/WebSite/Noticias/DetalleNoticias.aspx?Id=2951>. Acesso em: 10 jan. 2010.

COSTA RICA. **Manejo de Alojamientos Temporales**, Albergues . Comisión Nacional de Prevención de Riesgos y Atención de Emergencias de Costa Rica. San José: CNE, 2004.

DEFESA CIVIL DE SANTA CATARINA. **Defesa Civil pagará R\$ 1,6 milhão do Auxílio Reação em fevereiro**. 20 fev. 2009. Disponível em:< [http://www.desastre.sc.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=359:defesa-civil-pagara-r-16-milhao-do-auxilio-reacao-em-fevereiro&catid=12:outras&Itemid=24](http://www.desastre.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=359:defesa-civil-pagara-r-16-milhao-do-auxilio-reacao-em-fevereiro&catid=12:outras&Itemid=24)>. Acesso em: 10 dez. 2009.

DO VALLE, D.; DE CASTRO, C. M. **Chuvas castigam o Paraná e o Espírito Santo**. Jornal Folha de S.Paulo. São Paulo, terça-feira, 25 de novembro de 2008. Disponível em:< <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2511200809.htm>>. Acesso em: 09 jan. 2009.

DO VALLE, D. **Após tragédia, faltam voluntários em SC**. Jornal Folha de São Paulo. 08 dez. 2008. Caderno Cotidiano. C4.

DOMBROWSKY, W. R. Again and agin: is a disaster we call a “disaster”? E. L. Quarantelli.(ed) **What is a disaster?** Perspectives on the question. Routledge: London and New York. 1998. p.19-30.

DUBOIS, P. **Ato Figurográfico e outros ensaios**. Campinas: Editora Papirus, 1993.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

ESTRATÉGIA INTERNACIONAL PARA REDUÇÃO DE DESASTRES- EIRD. **Lessons for a safer future**: drawing on the experience of the Indian Ocean tsunami disaster- Eleven Keys actions for building nations’ and communities’ resilience to disasters. Geneva: ONU, 2007.

\_\_\_\_\_. **UNISDR Terminology on Disaster Risk Reduction**. 2009. Disponível em:< <http://www.unisdr.org/eng/terminology/terminology-2009-eng.html>>. Acesso em: 27 abr.2009.

FISCHER, I. A trabalhadora rural: assalariamento, reprodução biológica e conflitos de gênero na família. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12, 2000, Caxambu: Abep, 2000, p.01-16.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Chuvas causam alagamentos e falta de energia.** Jornal Folha de S.Paulo. São Paulo, terça-feira, 06 de fevereiro de 2001. Disponível em:< <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0602200120.htm>>. Acesso em: 09 jan. 2009.

FOUCAULT, P.M. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FREHSE, F. et al. O estranho do sonho: entre o imediato e o possível. In: MARTINS, J.de S. **(Des)figurações:** a vida cotidiana no imaginário onírico da metrópole. São Paulo: Ed.Hucitec, 1996.p.73-100.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais** – Perfil dos Municípios Brasileiros 2006. Brasília: FIBGE, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2006/default.shtm>. Acesso em: 13 abr. 2009.

---

**Mapa de Pobreza e Desigualdade 2003.** 18 dez.2008. Disponível em:< [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1293&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1293&id_pagina=1)>. Acesso em: 10 jan. 2009.

GALVÃO, V. Q.; JUNIOR, M. L.; IZIDORO, A. **Em loja alagada de Itajaí (SC), saqueadores levam de tudo.** Folha Online. 27 nov. 2008. Disponível em:< <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u472219.shtml>>. Acesso em: 02 jan. 2009.

GERALDI, D. Pessoas com deficiência visual: do estigma às limitações da vida cotidiana em circunstâncias de riscos e de desastres relacionados às chuvas. In: VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor; GONÇALVES, Juliano Costa (Orgs). **Sociologia dos Desastres:** construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: Rima Editora, 2009. p.107-118.

GIDDENS, A. **As Conseqüências da Modernidade.** São Paulo: Unesp, 1991.

GILBERT, C. Studying disaster: changes in the main conceptual tools. In: QUARANTELLI, Enrico L. **What is a disaster?** Perspectives on the question. Routledge: London and New York. 1998. p.11- 18.

GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernização Reflexiva:** política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

GONDIM, L.M.P. & LIMA, J.C. **A Pesquisa como Artesanato Intelectual:** considerações sobre método e bom senso. São Carlos: EdUFSCar, 2006.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Gabinete Militar do Governador. Coordenadoria Estadual de Defesa Civil de Minas Gerais. Institucional. **Histórico.** 2009. Disponível em:< <http://www.defesacivil.mg.gov.br/>>. Acesso em: 11 jan. 2009.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado da Defesa Civil. Subsecretaria Adjunta de Operações. Instituto Tecnológico de Defesa Civil. Escola de Defesa Civil. **Administração para Abrigos Temporários.** Rio de Janeiro: SEDEC-RJ, 2006.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa do Cidadão. **Atlas de Desastres Naturais do Estado de Santa Catarina.** Maria Lúcia de Paula Herrmann (org.). Florianópolis: CEPED/UFSC, 2004. Disponível em:<<http://www.cfh.ufsc.br/~gedn/mapa.html>>. Acesso em: 15 mar. 2009.

\_\_\_\_\_. **Os CONSEGs e a redução de risco.** Florianópolis : CEPED/UFSC, 2008.

\_\_\_\_\_. Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina. **Mapa interativo de Santa Catarina.** 2009. Disponível em:<http://www.mapainterativo.ciasc.gov.br/sc.phtml>. Acesso em: 05 fev. 2009.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Gabinete do Governador. Casa Militar. Coordenadoria Estadual de Defesa Civil. **Manual de Defesa Civil:** Instalação de abrigos. v. 2. São Paulo: CEDEC, 1986.25p. Disponível em: <<http://www.crid.or.cr/digitalizacion /pdf/por/doc1042/doc1042.htm>>. Acesso em: 28 mai. 2007.



GRESSLER, S.C. Habitação e design. Um estudo comparativo entre residências em Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil, e Columbia, Missouri, E.U.A. **Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**. nº5 . 2007. p.63 – 79.

GUIBU, F. **Chuvas matam mãe e filho soterrados em Pernambuco**. Jornal Folha de S.Paulo. São Paulo, quinta-feira, 22 de junho de 2006. Disponível em:< <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2206200630.htm>>. Acesso em: 08 jan. 2009.

GUIVANT, J.S. **A trajetória das análises de risco**: da periferia ao centro da teoria social. Rio de Janeiro: BIB, n. 46, p. 3-38, 1998.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1995, p.167-205.

\_\_\_\_\_. O binômio território-rede e seu significado político-cultural. In: **Territórios Alternativos**. São Paulo/Rio de Janeiro: Contexto/EdUFF, 2002a, p.117-127.

\_\_\_\_\_. Fim dos territórios, das regiões, dos lugares? In: **Territórios Alternativos**. São Paulo/Rio de Janeiro: Contexto/EdUFF, 2002b, p.129-142.

\_\_\_\_\_. **O Mito da Desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade 1ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HIGUCHI, M.I.G. A sociabilidade da estrutura espacial da casa: processo histórico de diferenciação social por meio e através da habitação. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis: EDUFSC. nº33, p.49-70. abril/2003.

HEWITT, K. Excluded perspectives in the social construction of disaster. In: QUARANTELLI, Enrico L. **What is a disaster?** Perspectives on the question. Routledge: London and New York. 1998. p.75-91.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Geo Brasil 2002**: Perspectivas para o Meio Ambiente no Brasil. Organizado por: Thereza Christina Carvalho Santos e João Batista Drummond Câmara. Brasília: Edições IBAMA, 2002.

IVO, A.B.L. **Viver por um fio: pobreza e política social**. v.1. São Paulo: Annablume Editora, 2008.

IZIDORO, Alencar. **Fila para mantimentos leva até 6h em Itajaí/SC**. Jornal Folha de São Paulo. 27 nov. 2008a. Caderno Cotidiano. C4.

IZIDORO, Alencar. **Após mais desabamentos, moradores são retirados à força de área de risco**. Jornal Folha de São Paulo. 29 nov. 2008b. Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2911200801.htm>>. Acesso em: 10 out. 2009.

IZIDORO, Alencar. **Morador é preso ao se negar a deixar área de risco**. Jornal Folha de São Paulo. 02 dez. 2008c. Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0212200817.htm>>. Acesso em: 10 out. 2009.

KEINERT, F. C. **O social e a violência no pensamento de Hannah Arendt**. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, 2005.

KHOURY, M.G.P. **Amor e dor: ensaios em antropologia simbólica**. Recife: Bagaço, 2005.

KOWARICK, L. **Viver em Risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano**. **Novos Estudos**, São Paulo, CEBRAP, n. 63, p. 09-30, jul. 2002.

KROLL-SMITH, S.; GUNTER, V.J. Legislators, interpreters, and disasters. In: QUARANTELLI, Enrico L. **What is a disaster?** Perspectives on the question. Routledge: London and New York. 1998. p.160-176.

LAVELL, A. **Ciencias Sociales y Desastres Naturales en America Latina: un encuentro inconcluso**. In: MASKREY, Andrew (org.). **Los desastres no son naturales**. Panamá: Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina, 1993.p.111-125.

\_\_\_\_\_. **Riesgo, desastre y territorio: La necesidad de los enfoques regionales/transnacionales**. **Anuário Social y Político de América Latina y Caribe**, Caracas, n.5, p.140-147, 2002.

LEMOS, C. A. C. **Cozinhas, etc:** um estudo sobre as zonas de serviço da Casa Paulista. São Paulo: Perspectiva, 1976. 226 p.

LEITE, C. A linguagem dos objectos e a criação de significado no espaço doméstico: um repertório de afectos. **Comunicação e Sociedade**, Cadernos do Noroeste. Série Comunicação. v.14 (1-2), 2000, p.205-216.

LIEBER, R. R., ROMANO-LIEBER, N. S. Risco e precaução no desastre tecnológico. **Cadernos de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 67-84, 2005.

LINDELL, M. K.; PRATER, C. S.; PERRY, R. W. Myths and realities on household disaster response. In: **Emergency Management Principles and Practices**. Washington DC: John Wiley, 2006.

MALARD, M.L.et al. **Narandiba:** a morada do sonho. s/d. 11p. Disponível em: <<http://www.arquitetura.ufmg.br/rcesar/NARANDIBA.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2007

MARANDOLA Jr., E.; HOGAN, D.J. As dimensões da vulnerabilidade. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 1, p. 33-43, jan./mar. 2006. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>; <<http://www.scielo.br>>.

MARCHEZINI, V. Dos desastres da natureza a natureza dos desastres. In: VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor; GONÇALVES, Juliano Costa (Orgs.). **Sociologia dos Desastres:** construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: Rima Editora, 2009. p. 48-57.

MARCHEZINI, Victor; SIENA, Mariana. Múltiplos Territórios e Desterritorializações Múltiplas: repensando as dinâmicas urbanas a partir dos desastres relacionados às chuvas. In: **Identidades e Territorialidades**. São Carlos: RiMa Editora, 2010 (no prelo)

MARICATO, E. **Brasil, cidades:** alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARTINS, A. L. L. Sobre usos da Figuragrafia na pesquisa sociológica: força persuasiva e/ou conflito de representações. In: 30º Encontro Anual da ANPOCS. **Anais...** Caxambu:ANPOCS, 2006, p. 1-14.

MARTINS, J. de S. A peleja da vida cotidiana em nosso imaginário onírico. In: \_\_\_\_\_. **(Des)figurações:** a vida cotidiana no imaginário onírico da metrópole. São Paulo: Ed.Hucitec, 1996.p.15-72.

\_\_\_\_\_. **Sociologia da Figuragrafia e da Imagem.** São Paulo: Contexto, 2008.

MATTEDI, M.A. **As enchentes como tragédias anunciadas:** impactos da problemática ambiental nas situações de emergência em Santa Catarina. Campinas: Unicamp/IFCH, 1999. 297p. Tese de Doutorado.

MATEDDI, M.A., BUTZKE, I.C. A Relação entre o social e o natural nas abordagens de hazards e de desastres. **Revista Ambiente & Sociedade**, Campinas, ano IV, n. 9, p. 93-114, 2001.

MENEZES, J. G. R. de. **A tragédia do Morro do Baú.** Blumenau: Nova Letra, 2009.

MITJAVILA, M. O risco como recurso para a arbitragem social. **Tempo Social**, São Paulo, 14 (2), p.129-145, out/2002.

MOURA, M. & OLIVEIRA, M. A Sociologia que examina as margens, os sonhos e a esperança (entrevista com José de Souza Martins). **Revista Fapesp**, São Paulo, nº147, p.8-15, maio/2008.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais:** Investigações em Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2003.

NOJI, E. K. Naturaleza de los desastres: sus características y sus efectos en la salud pública. Eric. K. Noji (ed) (2000). **Impacto de los desastres en la salud publica.** Bogotá: OPAS. p. 3-20.

NOVAES, M. ; NEVES, F.P. **Brasil não está preparado para administrar catástrofes naturais, diz Defesa Civil.** Folha Online. 11 jan. 2009. Disponível em:< [http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ ult95u487312.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u487312.shtml)>. Acesso em: 11 jan. 2009.

NUNES, L.H. Mudanças Climáticas: impactos físicos e socioeconômicos. **Plenarium**, Brasília, v.5, p.66-82, 2008.

\_\_\_\_\_. Mudanças climáticas, extremos atmosféricos e padrões de risco a desastres hidrometeorológicos. In: HOGAN, D.J.; MARANDOLA JR., E. (Orgs.) **População e mudança climática:** dimensões humanas das mudanças ambientais globais. Campinas: NEPO/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2009.

OXFAM. **El tsunami dos años después: Derechos sobre la tierra en Aceh.** 7 dez. 2006. 13 p. Disponível em: <[http://www.intermonoxfam.org/UnidadesInformacion/anexos/8023/061207Informe\\_Derechos\\_tierra.pdf](http://www.intermonoxfam.org/UnidadesInformacion/anexos/8023/061207Informe_Derechos_tierra.pdf)>. Acesso em: 04 jan.2009.

PACHECO, T. Racismo ambiental: expropriação do território e negação da cidadania. In: SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS. BAHIA. **Justiça pelas águas: enfrentamento ao racismo ambiental** – Salvador: Superintendência de Recursos Hídricos (Série Textos Água e Ambiente), 2008, p. 11-22.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (IPCC). **Mudança do Clima 2007: Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade.** Bruxelas: OMM/PNUMA, 2007. Disponível em: <[http://www.mct.gov.br/upd\\_blob/0015/15131.pdf](http://www.mct.gov.br/upd_blob/0015/15131.pdf)>. Acesso em: 24 jul. 2008.

PAVAN, B. J. C. O olhar da criança sobre o desastre: uma análise baseada em desenhos. In: VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor; GONÇALVES, Juliano Costa (Orgs.). **Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil.** São Carlos: Rima Editora, 2009. p.96-106.

PERLONGHER, N. **O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

PERU. Sistema Nacional de Defesa Civil. Instituto Nacional de Defesa Civil (INDECI). **Protocolo para Instalación de Albergues.** Lima: INDECI, 2006.

PINTO, L. Experiência vivida e exigência científica de objetividade. In: CHAMPAGNE, P. et al. **Iniciação à prática sociológica.** Petrópolis: Vozes, 1998.p.13-57.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU. **Semed lança edital para reverter férias em remuneração.** 05 dez. 2008. Disponível em: <http://www.blumenau.sc.gov.br/novo/site/noticia/index.php?codigo=11428>. Acesso em: 10 mai. 2009.

\_\_\_\_\_. Conheça Blumenau. **Localização e dados geográficos.** Disponível em: <http://www.blumenau.sc.gov.br/gxpsites/hqxpp001.aspx?1,1,313,O,P,0,MNU;E;3;1;37;3;MNU;,.> Acesso em: 15 mai. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA. **Guia cidade**. 2009. Disponível em: <http://www.ilhota.sc.gov.br/conteudo/?item=4356&fa=5&cc=195>. Acesso em: 30 jan. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS. **Temporal**. 09 abr. 2007. Disponível em: <<http://www.manaus.am.gov.br/Members/semcom003/20070409173913/view>>. Acesso em: 19 abr. 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO. **Dados Gerais**. 2007. Disponível em: <<http://www.pmnf.rj.gov.br/dadosgerais/index.htm#geraismapa>>. Acesso em: 22 jan. 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO. **Dados Gerais**. 2007. Disponível em: <<http://www.sumidouro.rj.gov.br/portal1/municipio/localizacao.asp?ildMun=100133084>>. Acesso em: 24 jun. 2007.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Dirección de Prevención de Crisis y de Recuperación. **La Reducción de Riesgos de Desastres Un Desafío para el Desarrollo**, Un Informe Mundial. New York: ONU, 2004.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (IDH-M)**. Brasília: PNUD, 2000.

PROJETO ESFERA. **Normas mínimas em matéria de abrigo e planejamento dos locais de alojamento**. Genebra: Projeto Esfera, 2000.

PROYECTO ESFERA. **Carta Humanitaria y Normas mínimas de respuesta humanitaria en casos de desastre**. Genebra: Projeto Esfera, 2004.

QUARANTELLI, E. L. Introduction: the basic question, its importance, and how it is addresses in this volume. In: \_\_\_\_\_(Org). **What is a disaster?** Perspective on the question. London and New York: Routledge, 1998.p.1-7.

QUARANTELLI, E. L. **Catastrophes are Different from Disasters: Some Implications for Crisis Planning and Managing Drawn from Katrina**. 2006. Disponível em: [understandingkatrina.ssrc.org/Quarantelli/ - 39k](http://understandingkatrina.ssrc.org/Quarantelli/-39k) - Acesso em: 30 de junho de 2008.

QUEIROZ, M.I.P. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva.** São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

RIZEK, C. S. Intervenções recentes na cidade de São Paulo: processos, agentes, resultados. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 13, 2009, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPUR, 2009, 19p.

SANT'ANA JÚNIOR, H. A. Pólo Siderúrgico, Reserva Extrativista e disputa por territórios. In: 30º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2006, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2006. 15p.

SANTOS, M. O Retorno do Território. In: SANTOS, M., SOUZA, M. A. de, SILVEIRA, M. L. (Org's). **Território, Globalização e Fragmentação.** São Paulo: Ed. Hucitec, 1994. p. 15-20.

\_\_\_\_\_. O espaço do cidadão. 4ªed. São Paulo: Nobel, 1998.

SANTOS, M. P. dos. **O saneamento frente às situações emergenciais motivadas pelas enchentes:** caso do município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1999. Dissertação de Mestrado. 108p.

SAQUET, M.A. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SARTI, C. A. **A Família Como Espelho:** um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Cortez, 2007.

SECRETARIA DE LA SALUD DE HONDURAS. Dirección General de Vigilancia de la Salud. Departamento de Emergencias Nacionales; Organización Panamericana de la Salud (OPS). **Administración de Albergues Temporales de Emergencias.** Tegucigalpa (Honduras): Secretaria de la Salud de Honduras/OPS, 2004. Disponível em: <<http://www.crid.or.cr/digitalizacion/pdf/spa/doc15723/doc15723.htm>>. Acesso em: 31 out. 2006.

SIENA, M. **A vulnerabilidade social diante das tempestades:** da vivência dos danos na moradia à condição de desalojados/desabrigados pelo recorte de gênero. São Carlos: NEPED/DCSo/UFSCar, mimeo, 2006.

\_\_\_\_\_. **A Dimensão de Gênero na Análise Sociológica de Desastres: conflitos entre desabrigadas e gestoras de abrigos temporários.** 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, 2009.

SIENA, M.; VALENCIO, N. F. L. S. Danos imateriais relacionados às chuvas: culpabilizando a vítima. **Revista EcoTerra Brasil: temas ambientais.** Disponível em: <[http:// www.ecoterrabrasil.com.br](http://www.ecoterrabrasil.com.br)>. Acesso em 2 junho de 2005.

\_\_\_\_\_. Moradias Afetadas pelas Chuvas: dimensões objetivas e subjetivas dos danos pelo recorte de gênero. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 3, 2006, Brasília. **Anais...** Brasília: ANPPAS, 2006, v. cd. 14p.

SOLANO, P.; HENNEMANN, G. **Militares furtam doações a vítimas de SC.** Folha de São Paulo. 16 dez. 2008a. Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1612200801.htm>>. Acesso em: 10 out. 2009.

SOLANO, P.; HENNEMANN, G. **Entrega de roupas em Blumenau é suspensa após furtos.** Folha de São Paulo. 17 dez. 2008b. Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1712200816.htm>>. Acesso em:10 out. 2009.

SOLANO, P.; PICHONELLI, M. **Após "apagão logístico", SC volta a pedir doação.** Folha Online. 05 dez.2008. Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0512200830.htm>> . Acesso em: 06 mar. 2009.

SOUZA, M. A. A.et al. A casa brasileira. **Revista E** – Sesc São Paulo. 2001. ano 8. nº 51.

TAGLIAFERRO, M. **Adequação do Instrumento de Avaliação de Danos (AVADAN) para caracterização dos danos materiais e imateriais provocados por enchentes: o caso do município de Ribeirão Preto/SP.** São Carlos: NEPED/DCSo/UFSCar, mimeo, 2006.

TAKASHIMA, G.M.K.O desafio da política de atendimento à família: dar vida às leis –uma questão de postura. In: **Família brasileira: a base de tudo.** Silvio Manoug Kaloustian (Org.).7ªed. São Paulo: Cortez; Brasília:Unicef, 2005. p.77-92.



TELLES, V.S. A “nova questão social” brasileira: ou como as figuras de nosso atraso viraram símbolo de nossa modernidade. **Caderno CRH**, Salvador, 30/31, p.85-110, jan/dez/1999.

TIDAFI, M. R. V. Estar aqui sendo de lá: sentidos de urbano e de rural na produção da cidade e na mobilidade sócio-espacial em Teresina-PI. In: 30º Encontro Anual da ANPOCS, 2006, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2006. 31p.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TV CANAL 13. Chuvas atípicas causam transtornos . Teresina, 20 jul. 2008 Disponível em: <http://www.tvcanal13.com.br/noticias/chuvas-atipicas-causam-transtornos-29759.asp>. Acesso em: 09 jan. 2009.

ULTRAMARI, C. Vulnerabilidades, resiliências e crises cumulativas urbanas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Seade, v.20, p. 109-122, 2006.

VAINER, C. B. **Deslocamentos Compulsórios, restrições à Livre Circulação**: elementos para um reconhecimento teórico da violência como fator migratório. In: XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais- ABEP, Caxambu-MG, 1998. p-819-835.

\_\_\_\_\_. Recursos hidráulicos: questões sociais e ambientais. **Revista Estudos Avançados**. 2007. vol. 21. nº 59 pág. 119-137.

VALENCIO, N.F.L.S. Dimensões psicossociais e político-institucionais do desastre de Camará (PB): limitações da resposta da Defesa Civil frente ao rompimento de barragens. In: I Encontro Ciências Sociais e Barragens. **Anais...** Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2005. v. cd, 20p.

VALENCIO, N. F. L. S. A gestão de desastres como prática institucional de reiteração da violência contra grupos vulneráveis: o caso dos abrigos temporários. Congresso Brasileiro de Sociologia, 13, 2007, Recife. **Anais...** Recife: SBS, 2007a.

\_\_\_\_\_. O Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC) diante das Mudanças Climáticas: desafios e limitações da estrutura e dinâmica institucional. In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, 1, 2007b, São Carlos. **Anais...** São Carlos: ABED, 2007b. Disponível em: <[http://www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/Integra/Norma%20 Venancio,%2016-08-7.pdf](http://www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/Integra/Norma%20Venancio,%2016-08-7.pdf)>. Acesso em 24 abr. 2008.

\_\_\_\_\_. Da ‘área de risco’ ao abrigo temporário: uma análise sociológica dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária. In: 32º Encontro

Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2008, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2008, 28p.

\_\_\_\_\_. Da morte da Quimera à procura de Pégaso: a importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno denominado desastre. In: VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor; GONÇALVES, Juliano Costa (Orgs.). **Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: Rima Editora, 2009. p. 3-18.

VALENCIO, N.F.L.S. et al. Gestão de desastres no Brasil: considerações sociais acerca das políticas de emergência ante os perigos hidrometeorológicos. In: MARTINS, R. & VALENCIO, N.F.L.S. (Orgs.). **Uso e Gestão de Recursos Hídricos no Brasil**. São Carlos: RiMa Editora, 2003. p.223-238.

VALENCIO, N.F.L.S. et al. A produção social do desastre: dimensões técnicas e político-institucionais da vulnerabilidade das cidades brasileiras frente às chuvas. São Carlos: **Revista Teoria e Pesquisa**, v 44-45, p. 67-115, 2004.

\_\_\_\_\_. Chuvas no Brasil: representações e práticas sociais. **Revista Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 4, n. 7, p. 163-183, 2005.

\_\_\_\_\_. Implicações éticas e sociopolíticas das práticas de Defesa Civil diante das chuvas: reflexões sobre grupos vulneráveis e cidadania participativa. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v.20 n 1, p. 44-60 jan/mar 2006.

\_\_\_\_\_. O desastre como desafio para a construção de uma hermenêutica diatópica entre o Estado e os afetados. **Cronos** (Natal), 2007. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/cronos/8/d4.pdf>>.

\_\_\_\_\_. **Após o desastre**: abrigos temporários como *loci* de reafirmação da vulnerabilidade dos afetados pelas chuvas. In: Reunião Brasileira de Antropologia, 26, 2008, Porto Seguro. **Anais...**Porto Seguro:ABA, 2008a. Disponível em: <[http://201.48.149.88/abant/arquivos/6\\_5\\_2008\\_10\\_8\\_47.pdf](http://201.48.149.88/abant/arquivos/6_5_2008_10_8_47.pdf)>.

\_\_\_\_\_. Práticas de reabilitação no pós-desastre relacionado às chuvas: lições de uma administração participativa de abrigo temporário. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 4, 2008Brasília. **Anais...** Brasília: ANPPAS, 2008b. 20p.

\_\_\_\_\_. Da destruição da cidade ao desamparo do cidadão: a ineficácia das ações do sistema nacional de defesa civil frente aos desabrigados pelas chuvas no Brasil. In: XXVII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA, 2009, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: XXVII Alas, 2009.

VALENCIO, N. F. L.S.; MARCHEZINI, V. Relatório Técnico NEPED I: Desastres no Vale do Itajaí/SC. São Carlos: NEPED, 2008.

VALENCIO, N., MARCHEZINI, V., SIENA, M. Desastre e indiferença social: o Estado perante os desabrigados. **Antropolítica (UFF)**, v.23, p.223-254. 2009.

VARGAS, M.A.R. **A construção social da moradia de risco:** trajetórias de desposseção e resistência – A experiência de Juiz de Fora/MG. Caxambu (MG). 30<sup>o</sup> Encontro Anual da ANPOCS. 2006.

VIANA, T. C. B. S. Moradia, mercadoria e representações: o olhar do morador da cidade. In: 32<sup>o</sup> Encontro Anual da ANPOCS, 2008, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2008. p.1-32.

WENZEL, H. **Saques a lojas preocupam comerciantes em Itajaí (SC).** Folha Online. 27 nov. 2008. Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u472163.shtml>>. Acesso em: 03 jan. 2009.

ZANCHETTA, D. Condomínio interdito em Ilhabela. JORNAL ESTADÃO. São Paulo, 10 de Junho de 2008. Disponível em:<[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20080610/not\\_imp186609,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20080610/not_imp186609,0.php)> . Acesso em: 08 jan. 2009.

## ANEXOS

**Tabela 2: Notícias veiculadas pela Jornal Folha de São Paulo acerca do Desastre no Vale do Itajaí/SC, período de 23/11/2008 a 23/12/2008.**

Nº	DATA	TÍTULO DA NOTÍCIA
1	24/11/2008	Chuva provoca 20 mortes e isola municípios em SC
2	25/11/2008	Solo "podre" e ocupação levam a tragédias, afirma geógrafa
3	25/11/2008	"O Estado virou um mar de lama"
4	25/11/2008	Lula envia ministros para SC e pede 1 minuto de silêncio
5	25/11/2008	Após deslizamento, RS e parte de SC ficam sem gás
6	25/11/2008	<b>Em SC, 65 mortos e 43 mil desabrigados</b>
7	26/11/2008	Empresa estima levar 21 dias para reparar gasoduto danificado pelas chuvas em SC
8	26/11/2008	Parado, porto de Itajaí já acumula perda de R\$ 166 mi
9	26/11/2008	Em desespero, população de SC saqueia supermercados; mortos já chegam a 84
10	26/11/2008	"Minha família foi toda levada pela chuva"
11	27/11/2008	Em SC, nem rio dentro de ginásio pára esporte
12	27/11/2008	24 pessoas são presas em Itajaí após saques
13	27/11/2008	Filas por alimentos levam até 6 h; medo de saque faz morador voltar a área de risco
14	28/11/2008	Tragédia era imprevisível, diz Defesa Civil
15	28/11/2008	Municípios destruídos pela chuva em SC não têm mapeamento das áreas de risco
16	28/11/2008	Blumenau já teve 32 inundações em 24 anos
17	28/11/2008	Volta à rotina é dificultada pela falta de recursos
18	28/11/2008	Polícia limita acesso a áreas destruídas para evitar saques
19	28/11/2008	Governo Lula libera mais verba e facilita uso do FGTS para as vítimas da enchente
20	29/11/2008	Após mais desabamentos, moradores são retirados à força de área de risco
21	29/11/2008	Parentes enterraram corpos no quintal
22	29/11/2008	Após toque de recolher, 3 são presos em Itajaí
23	29/11/2008	Estado decide antecipar o fim do ano letivo
24	29/11/2008	Três ruas de Blumenau desaparecem
25	29/11/2008	Fenômeno extremo vai se tornar freqüente
26	29/11/2008	SC tenta evitar abandono de abrigos
27	30/11/2008	Chuvas e falta de planejamento fazem vítimas em SC
28	01/12/2008	Deslizamento atinge equipe de resgate
29	01/12/2008	Para governador, culpa por tragédia foi só da chuva
30	02/12/2008	Além de roupa e comida, voluntários 'doam' trabalho
31	02/12/2008	ONG inglesa faz levantamento para ajudar vítimas
32	02/12/2008	Morador é preso ao se negar a deixar área de risco
33	02/12/2008	SC fará campanha para atrair turistas
34	02/12/2008	Porto de Itajaí pode ficar um mês parado
35	02/12/2008	Conserto de gasoduto é paralisado
36	02/12/2008	<b>DESASTRE: Nº DE MORTOS EM SANTA CATARINA AUMENTA PARA 116</b>
37	02/12/2008	Atingido por enchente, porto de Itajaí causa perda de US\$ 370 mi
38	03/12/2008	Tragédia em Santa Catarina é usada como isca por golpistas
39	03/12/2008	Geógrafos de SC viram pastores e "pregam" prevenção
40	03/12/2008	Doações aumentam, e SC precisa agora de mais voluntários
41	03/12/2008	Religioso atribui tragédia de SC à "maquiagem"
42	03/12/2008	Seguro-desemprego será ampliado para vítima de SC
43	04/12/2008	Psicólogos tentam reproduzir ambiente familiar em abrigos
44	04/12/2008	Moradores podem pegar roupa, sapatos e acessórios de graça na "Daslu de Ilhota"
45	04/12/2008	Número de desabrigados cai para 32 mil
46	05/12/2008	Sem gás, indústria cerâmica entra em crise em SC
47	05/12/2008	SC confirma cinco casos de leptospirose

48	05/12/2008	Após "apagão logístico", SC volta a pedir doação
49	06/12/2008	Minivirada cultural arrecadará doações para Santa Catarina
50	07/12/2008	NÚMERO DE MORTES CHEGA A 122
51	08/12/2008	Faltam voluntários na retomada de SC
52	09/12/2008	Casal de idosos volta para casa e morre soterrado em SC
53	11/12/2008	Chuva volta a castigar Vale do Itajaí e provoca deslizamentos
54	12/12/2008	Lula autoriza que vítimas das cheias saquem FGTS
55	13/12/2008	AS CONTAS DOS FLAGELADOS DE SC
56	13/12/2008	Em Santa Catarina, Lula pede paciência a vítimas de chuvas
57	14/12/2008	Empresários vítimas da chuva em SC terão apoio
58	15/12/2008	Sobe para 128 o número de mortos depois das enchentes
59	16/12/2008	Militares furtam doações a vítimas de SC
60	17/12/2008	Entrega de roupas em Blumenau é suspensa após furtos
61	17/12/2008	Chuvas e mais deslizamentos voltam a atingir SC
62	19/12/2008	Mais 3 corpos são achados em Santa Catarina
63	20/12/2008	Em SC, 242 pessoas, incluindo prefeito, pegam doença

Fonte: Síntese de informações jornalísticas do Jornal Folha de São Paulo.